


CIDADES NA floresta

Edna Castro (Org.)

The background of the page is a light, monochromatic image of a large leaf with prominent veins. A dark, semi-transparent cross is superimposed on the right side of the leaf, extending from the top edge towards the bottom. The overall aesthetic is clean and naturalistic.

CIDADES NA FLORESTA

Contatos:

The background of the cover is a light, monochromatic image of a large leaf with prominent veins. A dark, semi-transparent cross is superimposed on the right side of the leaf, extending from the top to the bottom of the page.

EDNA CASTRO
Organização

CIDADES NA FLORESTA

2009

Ficha Catalográfica

Cidades na Floresta/Edna Castro, organizadora.

– Belém : NAEA, 2008.

348p. : il.; 21 cm

ISBN

1. Cidades e vilas – Amazônia. 2. Urbanização – Amazônia. 3. Sociologia Urbana – Amazônia. I. Castro, Edna

CDD. 307.76709811

Introdução

Muitos trabalhos de pesquisa em ciências sociais se baseiam em esquemas conceituais que privilegiam o entendimento da cidade enquanto espaço de reprodução, de acesso aos serviços e de consumo de massa. A percepção do urbano se restringe a cidades idealizadas a partir de um dado padrão da sociedade moderna. Esse é o primeiro ponto da crítica ao olhar homogeneizador que define a cidade pela relação com o capital e ainda pela sociedade industrial. Talvez justamente por falta de um olhar capaz de captar a diversidade dos tipos de agregados, alguns autores concluem erroneamente, que na Amazônia, excetuando as grandes e talvez as médias cidades, não há uma real malha urbana que interligue cidades em escalas diferentes, e conseqüentemente, segundo essa percepção, as demandas por direitos e “serviços urbanos” que se originam em aglomerados de escalas menores, não são contempladas nas agendas de políticas públicas e mesmo de organizações que realizam mediação e intervenção. Certamente escapa também uma percepção a partir de contextos culturais, de identidades e subjetividades subjacentes a esses aglomerados que podem ser pequenas e médias cidades, povoados, vilas e aldeias, considerando o rural e o urbano enquanto territórios com afinidades históricas e culturais e por isso precisando ser entendidos para além da dicotomia rural e urbano. Permanece, porém, o dilema de como entender o que são as cidades Amazônicas e essa relação que elas têm com o mundo das atividades “rurais”, da agricultura familiar à pesca, ou mesmo de uma organização étnica.

A percepção sobre as formas urbanas existentes no mundo em geral tem sido fragmentaria. A atenção sobre os fenômenos urbanos, nas ciências sociais, esteve mais voltada para entender a face “moderna” das cidades, mesmo que nele se acomodasse como paisagem “natural”, a pobreza, a desigualdade, a delinqüência e a violência. Várias questões surgem em decorrência dessa diversidade e que são importantes para fundamentar uma ação prática de políticas e da mediação, justificando assim a realização de uma pesquisa capaz de analisar a questão com maior profundidade.

O desafio novo é entender que, na perspectiva de redes, as estruturas urbanas são inseparáveis da dinâmica territorial. Daí a relevância da análise combinada, adotando-se o território na interpretação do fenômeno urbano, resgatando-se, portanto, o universo de relações sociais que ultrapassa, na realidade, a segmentação rural-urbano. A dimensão territorial tem despertado o interesse de cientistas sociais contemporâneos, passando a constituir o substrato da construção de uma outra proposta de desenvolvimento regional, em que o território é construído socialmente pelos atores da ação. Isso significa, portanto, que os atores sociais não são somente o suporte técnico de uma atividade ou a expressão simbólica de uma organização, mas sua psiquê e materialidade em uma experiência partilhada coletivamente.

As cidades da Amazônia são responsáveis pela capilaridade espacial e pela interiorização das relações sociais em redes culturais, econômicas e técnicas. Constituem pontos de referência da mobilidade do capital e do trabalho, inclusive para além da fronteira nacional. As cidades retratam ainda a velocidade da comunicação e a diversidade das intervenções produzidas no território. Com as mudanças intensas verificadas nas décadas de 70 e 80 do século XX, as cidades e as conexões que funcionavam como redes urbanas experimentaram uma recomposição em seu papel e no lugar ocupado no sistema de produção. Surgiram novas estruturas urbanas do confronto entre modelos diversos de apropriação do território e da acumulação de capital por segmentos empresariais beneficiados pelas vantagens locais e legais e pela exploração intensiva dos recursos naturais.

Certamente novos padrões de consolidação da rede urbana resultam dos processos de reestruturação regional, levando em conta a localização das cidades em região de fronteira. O debate, porém, amplia-se quando se tenta determinar os padrões que podem ser considerados em um processo altamente dinâmico de reorganização do território, em que a implantação de grandes projetos e sobretudo a abertura de estradas, hidrovias e ferrovias contribuíram para a modernização que subjaz ainda nos planos governamentais e no projeto político de integração da Amazônia ao resto do território nacional e ao mercado internacional. Trata-se de uma tentativa de *ressocialização* do espaço contemporâneo,

de encontrar uma forma de associar a permanência no lugar e na história à capacidade de criar um novo modelo de ação e de comunicação.

Houve a partir dos anos 70, um crescimento demográfico considerável na Amazônia induzido pelos programas governamentais. As estruturas urbanas, mesmo embrionárias, foram centros de apoio aos investimentos e de atração de força de trabalho. Daí também um perfil da população bastante diferenciado em relação ao uso da terra e à apropriação fundiária por grupos econômicos e agentes individuais. Ocorreram ainda mudanças relativas à divisão do trabalho e à estrutura ocupacional com o interesse econômico pelos recursos naturais. Aumenta com a mobilidade da força de trabalho, não somente no âmbito intra-regional, mas também nas fronteiras com os países vizinhos. Contingentes crescentes de brasileiros buscam oportunidades de trabalho cidades de fronteira como Caiena na Guiana Francesa, Santa Helena na Venezuela, Letícia na Colômbia, Santa Cruz de la Sierra na Bolívia e Lethen na Guiana.

A Amazônia precisa ser vista como uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rurais-urbanas ali existentes. A cidade não é uniforme na sua expansão; ao contrário, ela produz e reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. Ela é policêntrica, com suas formas de apropriação e processos de trabalho múltiplos, mas também com um crescente aumento da desigualdade social e da produção de novas formas de pobreza.

Da população total da Amazônia, estimada em 20 milhões de habitantes, cerca de 68% residem em cidades, o que equivale a quase catorze milhões de habitantes. Todos os estados do Norte tiveram, desde 1970, um crescimento demográfico alto, resultado da intensa migração, sobretudo nas décadas de 80 e 90. Dados referentes ao Brasil mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país. Os dados censitários revelam a tendência à urbanização desde 1980; de acordo com o Censo de 2000, houve um aumento significativo das taxas de crescimento urbano em todos os estados. Novos núcleos urbanos continuam a ser formados, com dinâmicas internas e externas às sub-regiões. Embora o fluxo migratório para o Norte tenha diminuído, os

movimentos de trabalhadores no interior da região aumentam de importância, inclusive nas cidades nas faixas de fronteira. O fenômeno da urbanização caracteriza todos os estados do Norte, inclusive em municípios com pequenas cidades de regiões de fronteira.

As informações sobre possibilidades migratórias em áreas de fronteira, ou para lugares no estrangeiro, circulam por redes, ao mesmo tempo, orais e Internet, com extraordinária rapidez. Podemos falar de comunidades de migrantes com territorialidade em rede, como observado em áreas de fronteira no Oiapoque/Caiena e Tabatinga/Letícia.

Em alguns países do sul se trava um debate importante sobre as modalidades praticadas nos programas que visam atender as demandas relativas à pobreza, conservação, desenvolvimento e demais necessidades. De um lado há o interesse voltado a atender os problemas relativos ao processo de urbanização e ao crescimento da população nas mega-cidades. De outro, ele se volta às particularidades do processo de urbanização relacionado aos assentamentos humanos sob novas classificações, as atividades econômicas dependentes da floresta, um relacionamento específico com o ambiente e os conflitos entre terras indígenas, estabelecimentos agrários, conservação, áreas protegidas e assentamentos urbanos. Porém as políticas governamentais restringem-se a uma agenda social voltada às cidades grandes e com resultados problemáticas, utilizando modelos inadequados para cidades médias, pequenas, povoados e aldeias.

E, por isso, ainda é um desafio pensar o urbano como uma tipologia de cidades com foco sobre a diversidade, conforme apontam vários artigos desta coletânea. A comparação seria um componente da formulação de uma grade analítica exaustiva capaz de apreender as diferenças entre pequenas, médias e grandes cidades localizadas nessa extensa região.

Finalmente, produzir conhecimento sobre as cidades na Amazônia quanto a sua diversidade social e cultural, na metodologia adotada, implicou em aprofundar a noção de território e de territorialidades. O interesse foi o de analisar o fenômeno urbano com metodologias que ressaltassem essa ordem prática, a das prioridades a serem enfocadas nas políticas de desenvolvimento urbano e regional.

Edna Castro

Sumário

CAPÍTULO I – METRÓPOLES NA AMAZÔNIA

Cidades amazônicas na floresta e conexões transnacionais <i>Edna Castro</i>	13
A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira <i>Brasilmar Ferreira Nunes</i>	43
Manaus: transformações e permanências do forte à metrópole regional <i>José Aldemir de Oliveira e Tatiana Schor</i>	61
Belém, porta de entrada da Amazônia <i>Willi Bolle</i>	101

CAPÍTULO II – CIDADES EM FRONTEIRAS

Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la triple frontera amazônica <i>Germán Palácio</i>	151
Tabatinga: uma cidade na fronteira na Amazônia <i>Ricardo Nogueira</i>	167
São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão de territorialidades imbricadas <i>Kazuo Nakano</i>	195
Oiapoque: relações sociais e modo de vida na fronteira <i>Manoel de Souza e Edna Castro</i>	237
A construção de um lugar de múltiplas fronteiras em Roraima <i>Francilene Rodrigues</i>	261

CAPÍTULO III - PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

O papel de Santarém como cidade média na Amazônia Oriental <i>José Carlos Matos Pereira</i>	277
Vilas e cidades e a usina hidrelétrica Tucuruí <i>Gilberto de Miranda Rocha</i>	303
Alterações no espaço urbano de Cametá e os impactos a jusante da UHE Tucuruí <i>Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima e Gisele Joicy da Silva Guimarães</i>	329

The background of the page features a large, detailed image of a leaf with prominent veins. A dark, semi-transparent cross is superimposed on the right side of the leaf, extending from the top right towards the bottom right. The overall color palette is muted, consisting of various shades of light green, grey, and white.

CAPÍTULO I

Metrópoles na Amazônia

Cidades amazônicas na floresta e conexões transnacionais¹

Edna Castro²

Introdução

Este artigo procura mostrar a pertinência do debate sobre territorialidades em rede na análise dos processos de integração pan-amazônica (sul-americana). Examina-se assim a constituição de redes ou consórcios como forma de agregação regional e a redefinição do papel das cidades nesse contexto. Uma atenção especial é dada a alguns processos decorrentes das ações do Estado para consolidar iniciativas de ordenamento e de integração nacional nos últimos anos e a interpretação desses processos por parte dos movimentos sociais. Por isso, torna-se importante tanto reconstituir o papel do Estado como articulador de ações e de discursos sobre a integração quanto mostrar as dinâmicas de atores e movimentos sociais em situações concretas de novas regionalizações, identificando as relações entre as estratégias locais, territorializadas, e as de redes, que lidam com um espaço sem limites e sem fronteiras.

Nos últimos anos, tornou-se mais evidente a tendência desenvolvimentista nos processos políticos latino-americanos, apesar de ter havido, nos anos 70 e nos anos 80, do século passado, uma certa ruptura com o Estado desenvolvimentista, intervencionista, em função, entre outros, da globalização e da reestruturação econômica. A reforma no Estado e as novas regulamentações indicam um movimento que contraria o projeto de sociedade plural, do ponto de vista das identidades culturais e das particularidades territoriais. O caráter pluricultural dos

¹ Este artigo foi originalmente apresentado na 58.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Florianópolis (SC), no período de 16 a 21 de julho de 2006, durante o Simpósio organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, professora da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do CNPq.

movimentos sociais em diferentes países da América Latina³ tem orientado a necessidade de um diálogo em que se reconheça a diversidade das experiências sociais e das territorialidades no continente. Os atores locais, organizados em redes continentais e globais, apostam na possibilidade de reforçar a integração a partir da diversidade social e étnica. A noção de integração adotada por eles ultrapassa o espaço da ação estatal supranacional no âmbito de uma institucionalização que tem viabilizado uma nova regionalização sul-americana. Por outro lado, os processos políticos recentes na América Latina mostram mudanças na direção do Estado, vários governantes têm origem popular e dizem-se comprometidos com a diversidade social e cultural de seus países.

O debate sobre territórios no seio das ciências sociais tem respondido a várias inquietações teóricas. Entre elas, a dificuldade de conceituar território face às mudanças profundas por que passaram as sociedades no final do século passado, ensejando uma discussão fecunda e polêmica sobre a emergência dos processos de des-territorialização e re-territorialização (SANTOS: 1994), a pertinência ou não de seu desaparecimento enquanto referência da vida social, ou ainda seu caráter polissêmico (HAESBAERT: 2006). A análise sobre novas sociabilidades e atores locais vindo sobretudo da antropologia, notadamente de estudos sobre grupos étnicos confrontados e ao mesmo tempo envolvidos politicamente em questões de escalas transnacionais (RIBEIRO: 1997), ensejou formulações sobre a afirmação do território no plano local, e da emergência de territorialidades em rede, observadas através de novos discursos e práticas sociais. Nessa perspectiva, os atores sociais não são somente o suporte técnico de uma atividade ou a expressão simbólica de uma organização, mas sua psiquê e materialidade em uma experiência partilhada coletivamente (OSTROVISKY, 1983).

O artigo está dividido em três partes e referido à problemática amazônica. A primeira discute o papel do Estado como articulador de ações e de discursos sobre a integração, a segunda, o lugar das cidades amazônicas no contexto de territórios em mudança, focalizando cidades

³ Arquivos da Aliança Social Continental e do Fórum Social Mundial em diferentes grupos de trabalho trazem informações e dados sobre o multiculturalismo, em particular os Capítulo sobre América do Sul (<http://www.forumsocialmundial.org>).

de fronteira que ocupam posições estratégicas no desenho da integração e, finalmente, uma breve discussão sobre a produção de identidades em situações de transnacionalização, de territorialidades em rede. O desafio é entender a interação entre os processos locais e globais, em busca de conexões lógicas que permitam identificar os efeitos da globalização e do complexo mercado transnacional sobre os atores sociais, territórios e suas redes.

1 Identidade, fronteiras e integração: o Estado como articulador de discursos e ações de integração

Os processos de globalização constituem a continuidade do movimento de racionalização da sociedade moderna, verificando-se profundas mudanças na organização do sistema produtivo, na dinâmica de mercado e em espaços da vida e da cultura. Conforme Castells (1996; 2000), Beck (1999) e Thompson (1998), a globalização afeta diferentes esferas da sociedade e interfere na emergência de novas práticas em grupos e coletividades. O que presenciamos é um momento particular, um processo de racionalização acelerado e profundo, que põe em questão noções, processos e instituições até então importantes na reprodução da sociedade e da economia capitalistas. Esse movimento do desenvolvimento capitalista representa a expansão do mercado mundial, no qual se integram os espaços regionais e nacionais. No presente, as noções de espaço e de tempo são mais uma vez revolucionadas (BOURDIN, 2001). De um lado, os Estados nacionais são atores relevantes no processo de globalização, com maior presença na agenda internacional, ainda que no plano nacional haja uma efetiva redução de sua capacidade de governabilidade, como mostra Gomes (2000), em função da dinâmica capitalista global; de outro, as grandes empresas, mais competitivas, logram maior concentração de riqueza, contribuindo para a fragmentação social e a precarização do campo do trabalho (WALLENSTEIN:1974), processos que decorrem do modelo de desenvolvimento ancorado nos princípios neoliberais hegemônicos na atualidade. Para Santos, estamos diante de uma sociedade sob a ditadura da informação e da ditadura do dinheiro, que determina um sistema ideológico que “acaba por ter um

papel na produção de materialidade e na conformação da existência das pessoas” (2006) e que nos coloca diante de novas institucionalidades, tendo o Estado um papel determinante ora na esfera da regulação, ora no jogo político das relações com estruturas de governabilidade global. Das novas institucionalidades cabe ressaltar as seguintes:

- a) agregação de Estados nacionais, com a introdução de mecanismos de regionalização e de cooperação (Mercosul, CEE etc.);
- b) regulamentações, convenções e protocolos transnacionais;
- c) cooperação de empresas em redes interempresariais em economia globalizada;
- d) fortalecimento de agências multilaterais e de seu papel de controle e gestão financeira global (FMI, BM, OMC etc.);
- e) generalização de organizações em rede e de redes de fornecedores hierarquizados;
- f) produção de processos de des-territorialização e re-territorialização, e de territorialidades em rede.

Sem querer sacralizar os processos de globalização como *máximas* da sociedade contemporânea e passagem obrigatória para toda e qualquer leitura que se faça das dinâmicas espaciais e socioculturais, envolvendo situações as mais diversas, cabe aqui reconhecer a existência de movimentos múltiplos, polissêmicos, simultâneos e com identidades intrínsecas que ocorrem, e mesmo se ampliam, nos países sul-americanos, com relativa autonomia, dos quais citamos os movimentos sociais, étnicos, ambientalistas, de direitos humanos. Certamente funcionam com outros valores ancorados em seus sistemas culturais e políticos, anunciando uma nova cartografia social construída na relação identitária e, por isso, territorialidades de sujeitos locais, apesar de intervenções transnacionais sobre os mesmos lugares (FERNANDES:1995), e das teses de desaparecimento das fronteiras pela universalização da vida na “aldeia global”. Em comentário crítico à hegemonização das leituras da globalização, Flores afirma que esse suposto “*apagamento de fronteiras, a homogeneização de diferenças, a instabilidade da informação, o controle do que está por acontecer por meio da projeção do presente no futuro... passam a induzir fortemente não apenas a idéia de uma “unificação da*

história”, mas igualmente, chegam a transformar o que seria uma das análises possíveis do mundo contemporâneo em enganosamente simples constatação do que objetivamente se passa no mundo” (2000).

A formação de blocos econômicos e de redes naquele contexto, constituíram estratégias de mercado que redefiniram o cenário internacional no final do século passado (CASTRO:2004). As empresas transnacionais e os organismos multilaterais como atores globais ampliaram a sua força e sua hegemonia na decisão econômica, o que alterou, de certa forma, o papel do Estado na sociedade e na economia, embora ele permaneça protagonista, enquanto Estado nacional, também na sociedade global⁴. Por outro lado, as inovações informacionais e o avanço tecnológico graças aos sistemas de redes não somente fizeram surgir arranjos institucionais como influenciaram a própria noção de racionalidade, contaminando espaços empresariais, o Estado e a esfera privada, doméstica. As pessoas, agora também mediatizadas por objetos do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), incorporaram há muito os territórios virtuais como outra dimensão do espaço e do tempo. Elas transitam simultaneamente nos espaços virtuais e nos espaços físicos, se entrelaçam em redes híbridas, em contínuo exercício de reflexividade (GIDDENS, 1991).

Efetivamente, os processos de regionalização nas Américas como o Mercosul têm mostrado arranjos bastante complexos. Os planos recentes prevêem a ampliação da integração do Brasil aos demais países, mas a orientação da política brasileira é adotar medidas que reforcem os mecanismos de mercados. Desde os anos 60, governos sul-americanos firmam acordos comerciais e criam possibilidades de integração regional em vários planos. A constatação do isolamento da região central e das diferenças de densidade de vias de transporte entre o Cone Sul e o Norte do Continente Sul-americano, pela falta de vias de comunicação, é uma evidência reconhecida por todos os países de forma recorrente. Isso reflete uma atitude histórica de isolamento em que os países estiveram, sempre voltados de costas uns para os outros. Além disso, há um crescente interesse da China pela produção de soja do Centro-Oeste, da Amazônia brasileira e da Bolívia, o que explica certamente o movimento persistente dos

⁴ As estratégias das empresas aproximam-se cada vez mais da lógica política *stricto sensu*, visando garantir o movimento de acumulação e de concentração do capital especulativo, do capital financeiro, gerando conflitos e instabilidade política, além de pressionarem os Estados a se posicionarem e se reverem para manter espaços na nova economia.

governadores e dos setores empresariais de Mato Grosso, Acre e Rondônia em torno das saídas para o Pacífico⁵. Todas as rotas levam à integração do Atlântico ao Pacífico. A ampla costa brasileira voltada para o Atlântico contribuiu para a predominância das relações mercantis do Brasil com os Estados Unidos e a Europa. Mas, na medida em que as relações com o mercado asiático se intensificam, fenômeno que ocorre no final do século XX, o país se volta para os vizinhos ocidentais, buscando reforçar as ligações sul-americanas, como alternativa de integração pelas vias de comunicação.

O foco é a construção de grandes projetos de infra-estrutura para viabilizar a comunicação e o transporte, facilitando os fluxos de mercadorias e de pessoas. Institucionalizaram-se algumas estruturas regionais de mercado, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC, depois ALADI), da qual fazem parte a Argentina, o Brasil, o Chile, o México, o Paraguai, o Peru e o Uruguai, ou de outra natureza, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Enquanto projeto regional originário dos interesses dos países com fronteiras amazônicas, a OTCA tem revelado um caráter menos autoritário e comprometimento com os destinos dessa região, dos pontos de vista social, econômico e ambiental⁶.

Os arranjos institucionais para a formação de blocos regionais fazem parte das estratégias de integração impulsionadas pela globalização, caso da implementação da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul (IIRSA), definida pelos governos da região em associação com instituições financeiras multilaterais e empresas privadas. Para os governos sul-americanos, a IIRSA representa a possibilidade de seus países tornarem-se mais competitivos no mercado internacional e, dessa forma, inserirem-se, em melhores condições, no processo de globalização. Tal perspectiva também constitui um dos fundamentos da política internacional do governo brasileiro presente na proposta do PPA 2004-07. Contudo, a

⁵ Estrategicamente projetos como o Saída para o Pacífico priorizam mais o continente sul-americano e o acesso imediato ao vizinho mercado andino, como um corredor de integração. Essa mudança estratégica e conceitual aconteceu em decorrência de vários fatores, em especial a globalização de mercados.

⁶ Para a institucionalização do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), hoje Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) foi mobilizado capital político dos países e o engajamento de inúmeras instituições da sociedade civil. Não sem tensões diplomáticas, o Brasil conseguiu a adesão de sete países: Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador, Guiana e Suriname.

integração sul-americana a partir de sua integração física tanto pode resultar no maior empoderamento da região no interior dos organismos multilaterais, ou mesmo nos processos de negociação em andamento com a União Européia e com os países integrantes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), como pode deslizar, embora agora menos provável, para viabilização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), subordinando-se, assim, à estratégia dos Estados Unidos de integração regional, tendo em vista a manutenção da sua hegemonia global (SILVA; CASTRO, 2006).

O governo brasileiro tem defendido seu projeto desenvolvimentista e testado nas relações internacionais sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano, sem perder a primazia das iniciativas de integração. Não se trata apenas de discursos diplomáticos, mas de ações concretas às vezes pouco visíveis. Elas efetivam-se pelas novas regulamentações e acordos de cooperação, que apontam na direção de financiamentos e projetos, sobretudo de infra-estrutura, que permitam uma ligação multimodal entre os países. Verifica-se, na prática, a implantação de projetos destinados a vencer os desafios geográficos presentes na fronteira entre os países da bacia amazônica, no passado levado a termo pelo Projeto Calha Norte que mesmo executando as obras muito aquém do planejado, representou significativa intervenção nas áreas de fronteira assentando inúmeras bases físicas que permanecem, entre elas notadamente militares, fazendo com que várias cidades convivam com a presença do Exército no seu dia-de-dia de fronteira. Bonfim, Paracaima, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constat e Tabatinga são cidades de fronteiras militarizadas, com a presença de quartéis e tropas estabelecidas. Mais recentemente, no plano da geração de conhecimento e de informações, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), por iniciativa da Presidência da República, articulou ações e arranjos institucionais entre vários ministérios para atuar conjuntamente nessa região, embora com prioridades técnicas e políticas dos Ministérios da Aeronáutica, da Justiça e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

1.1 Estratégias de integração sul-americana e a IIRSA

Na Primeira Cúpula dos Presidentes da América do Sul realizada em 1999, foi assinado um protocolo de intenções e de cooperação entre 12 países pan-americanos, que institucionalizou a Iniciativa para a

Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) e pretende traçar novas bases de regionalização no continente que certamente modificarão territórios e territorialidades. O conceito de integração, nessa perspectiva, pressupõe necessariamente ações estatais, uma esfera supranacional; não se mencionam nem se valorizam os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras marcadas por populações nativas. A IIRSA é projetada pelo planejamento burocrático como uma “estrutura sistêmica e de integração, cuja logística tem por base o desenvolvimento da telecomunicação, do transporte e energia, a fim de criar as condições para a sua integração econômica, política, social, cultural” (IIRSA, 2004).

Depois de cinco anos de negociações, em 2004 foi divulgado um pacote de projetos e anunciado seu financiamento pelos próprios países signatários da iniciativa, do setor privado e de instituições do sistema financeiros mundial⁷. Decisões estão sendo tomadas em torno do projeto de integração continental da IIRSA, mas à margem do debate público. Movimentos de resistência organizados continentalmente contestam desde a concepção autoritária do projeto ao uso de imagens que valorizam o conceito governamental de integração. A estratégia adotada é a mesma dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, do governo FH Cardoso, e matriz do planejamento do atual Ministério do Planejamento. Assim, as iniciativas de integração, antes da IIRSA, estavam na versão brasileira, a partir de 1994, traçada com o Plano Brasil em Ação e depois, o Avança Brasil.

O *portfolio* de projetos de infra-estrutura de integração da IIRSA foi organizado a partir da definição de dez eixos de integração e desenvolvimento como espaços sub-regionalizados, recortados para fins de melhor controle na execução de programas: Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Peru-Brasil-Bolívia, Hidrovia Paraguai-Paraná, Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai), Andino do Sul, Escudo das Guianas (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), Amazonas

⁷ Instituições financeiras parceiras no processo: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA), instituições financeiras multilaterais com forte atuação na América do Sul. A IIRSA conta ainda com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SILVA, 2006).

(Brasil, Colômbia, Equador e Peru), Inter-Oceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru), Mercosul (incorpora ainda o Chile) e Sul (Argentina e Chile) (IIRSA, 2004). Dois deles recobrem as áreas amazônicas – Eixos do Amazonas e Eixo Escudo das Guianas -, embora o Eixo Peru-Brasil-Bolívia também deva ser considerado na análise da Amazônia em função dos processos que o liga aos dois acima referidos.



O primeiro, o Eixo do Amazonas, forma um território que se espalha ao longo do sistema multimodal de transporte que liga determinados portos do Pacífico, como Tumaco, na Colômbia, Esmeraldas, no Equador, e Paita, no Peru, aos portos brasileiros das cidades de Manaus, Belém e Macapá/

Santana. Nessas cidades brasileiras, a reestruturação portuária está em fase avançada – os ajustes tecnológicos e a gestão do trabalho foram acompanhados de contestação por parte dos trabalhadores, em razão do desemprego e da precarização dos postos de trabalho. Com esse eixo, o planejamento projetou a união bi-oceânica através dos rios Huallaga, Marañón, Ucayali e Amazonas, no Peru; Putumayo e Napo, no Equador; Putumayo, na Colômbia; e Iça, Solimões e Amazonas, no Brasil. São mais de 6.000 km de vias navegáveis, além dos portos fluviais de El Carmen, na fronteira entre Equador e Colômbia, Gueppi, na Colômbia, e Sarameriza e Yurimaguas, no Peru. O segundo é o Eixo Escudo das Guianas que no discurso oficial da IIRSA é visto pelas suas riquezas naturais (madeira, biodiversidade, potencial para energia hidráulica, bauxita, ouro, ferro, hidrocarbonetos), além das qualidades de solo e relevo que poderiam ser, conforme indicam, aproveitáveis para soja e enorme oportunidade exportadora para os países asiáticos (IIRSA: 2004). Do ponto de vista da “região-objeto”, na concepção adotada por Santos (1994), trata-se de uma grande área de intervenção. Como as demais, as cidades têm um papel central como pólos dessas redes imaginárias que dinamizam as regiões do entorno e para as quais foram assegurados investimentos. Esse eixo inclui a Venezuela, o Brasil, a Guiana e o Suriname, destacando as seguintes cidades como referências: Caracas, Barcelona, Ciudad Guayana, Santa Elena de Uaiirén (Venezuela), Bonfim, Boa Vista, Manaus, Macapá (Brasil) Georgetown (Guiana) e Paramaribo (Suriname), integrando o Caribe aos espaços interiores da Amazônia.

Finalmente, o Eixo Peru-Brasil-Bolívia interliga vias existentes e potencializa a comunicação através de outras⁸. A IIRSA propõe-se a estabelecer a articulação em redes técnicas de comunicação, incluindo vias

⁸ Uma das mais expressivas ações do governo do Mato Grosso em seus esforços de sensibilização do setor empresarial para a integração pelo Eixo Brasil-Bolívia-Chile-Peru foi a caravana denominada *Estradeiro Internacional*, realizado em fevereiro de 2005. A Caravana cruzou os três países, Bolívia, Peru e Chile com cem componentes, entre dirigentes governamentais, empresários e lideranças mato-grossenses. Passaram por San Mathias, San Ignácio, Santa Cruz, Cochabamba, La Paz e Oruro, na Bolívia, Puno, Arequipa, Ilo, Moquegua e Tacna, no Peru, e Arica e Iquique, no Chile. O governador, Jorge Viana, do Acre, realizou também uma caravana em direção ao Peru envolvendo políticos de vários partidos, secretários de governo e representantes empresariais, o presidente da Federação das Indústrias do Acre (Fieac), o presidente da Associação Comercial do Acre, e o cônsul honorário do Peru em Rio Branco e o líder indígena Benk Pianta, da tribo Ashaninka (site do Governo do Acre, dez./ 2005).

principais, secundárias, portos, aeroportos e transporte rodofluvial. Esse eixo integra-se em rede aos demais nodos e pólos de dinamização das relações entre os países. Os nodos são pontos na articulação da rede formada pelas estradas, pelos aeroportos, pelos portos. As cidades representam pontos de apoio avançado nas redes de cidades na fronteira que ligam os países do eixo e constituem pontos especializados de troca de bens e serviços.

Na concepção de integração geográfica, o interesse não está apenas nos mercados interpaíses, mas, sobretudo nas possibilidades abertas ao mercado mundial pela integração espacial, graças à rede de transporte, à rede de comunicação e ao sistema portuário, que permitem o acesso ao Pacífico, ao Atlântico e ao Caribe. A estratégia-chave do planejamento governamental brasileiro é a vinculação, estabelecida desde o Governo de FH Cardoso, com os Eixos de Desenvolvimento da política nacional de integração de mercados e de abertura de novas fronteiras de recursos à iniciativa empresarial.

As vias fluviais pensadas como corredores de exportação, foram, ao longo dos séculos, as estradas de comunicação, de troca de bens materiais e simbólicos, para os povos que habitam esses territórios e que compõem esse universo pluricultural da América do Sul. A diferença hoje reside na institucionalização de processos de intervenção por parte dos Estados e na criação de outra regionalização supranacional e de novas redes técnicas e econômicas.

Além da institucionalização de organismos, de comissões temáticas e de grupos de trabalho, foram empreendidas ações no sentido de formular agendas comuns de cooperação, por Eixos de Desenvolvimento, com iniciativas de integração física, de comunicação, energética, desenvolvimento da fronteira e inventários de recursos naturais. Machado (2000) fala de controle das fronteiras por meio de novas definições do que é legal e ilegal. É o caso do tráfico de drogas, da mineração ilegal e de uma série de outras atividades. Estão em jogo os interesses de empresas mineradoras, de empresas petroleiras, de garimpeiros, de latifundiários e do comércio, como estrutura de sustentação empresarial nas cidades das fronteiras. Apesar disso, e talvez justamente por isso, foi incentivada a ampliação do intercâmbio comercial, com a presença de grandes empresas e corporações atuando em mais de um país. Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce têm renovado contratos e assinado novos protocolos de

mercado com a Venezuela, a Bolívia, o Peru e a Colômbia. Por outro lado, a Venezuela passa a ser um dos principais fornecedores de petróleo ao Brasil.

Muito pouco conhecidas e discutidas na sociedade brasileira e nos espaços acadêmicos⁹, se levados a efeito os projetos previstos pela IIRSA para cada um desses Eixos de Desenvolvimento, terão seguramente um impacto enorme sobre as sociedades amazônicas, a floresta e os recursos hídricos. Pelo projeto da IIRSA, as obras de infra-estrutura acabariam atendendo mais os interesses de fora, de países ricos beneficiários desse *corredor de exportação* de produtos agrícolas, florestais, minerais, de recursos hídricos e da energia (CASTRO, 2006).

Para leitores mais críticos desse projeto de integração sul-americano, os questionamentos focalizam também a concepção de desenvolvimento adotada pela IIRSA. Para Lander (2005) que levanta inúmeras questões, o centro do debate está o modelo de integração e seus beneficiários, declarando que *“Não há nada na idéia de integração que em si mesmo possamos considerar como favorável para o futuro dos povos do continente. Não basta que seja uma integração latino-americana ou sul-americana para que corresponda aos interesses populares. Tudo depende do modelo de integração em questão. Quem está impulsionando? Para que? Para quem? Em função de quais interesses e de quais valores ele se desenha? Dependendo da resposta a essas questões, a integração pode apoiar as relações de dominação atualmente hegemônicas, ou pode contribuir para abrir brechas para miná-las.....Em outras palavras, uma integração que contribua para apagar ainda mais os espaços e territórios do exercício da soberania democrática dos povos, ou uma integração orientada para recuperar o que séculos de colonialismo e políticas imperiais arrebatarem e continuam arrebatando os povos do continente? Uma integração guiada pelos valores da igualdade, da participação, da pluralidade, da solidariedade, da comunidade; uma integração que reconheça, valorize e torne possível o desdobramento da extraordinária variedade de modos de vida dos povos de nosso continente?”* (2005).

⁹ Organizada pelo governo brasileiro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi realizada em Manaus, no segundo semestre de 2006, a Primeira Rodada de Consultas para a Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil. O objetivo era debater a IIRSA, pretendendo-se reunir segmentos sociais e empresariais diversos. Mas o seminário foi bastante restrito, sem abrir espaços continuados de interlocução. O Governo assumiu um discurso em que predominavam os conceitos de integração dos povos, de independência econômica com soberania financeira e de autodeterminação dos países.

Efetivamente, nos últimos 10 anos os Estados Unidos investiram para fortalecer seu principal instrumento estratégico para o continente americano que é a ALCA, ou Área de Livre Comércio das Américas, objetivando consolidar a política de ajuste estrutural e liberalizar acordos de livre comércio, tendo conseguido avançar as negociações nessa direção. A resistência das organizações articuladas em torno da Aliança Social Continental e alimentadas pelos Fóruns Mundiais, sobretudo a partir de 2002, conseguiu tornar público o debate através de vários meios, mas certamente as redes técnicas de comunicação, *on line*, constituíram um veículo mais do que de interconexão, de criação de lugares e de estratégias nacionais, continentais e mundiais, recriando territorialidades transnacionais em rede.

Organizações diversas da sociedade civil, de sindicalistas à camponeses, ecologistas e feministas tem acompanhado as principais reuniões de cúpula de governos e agências multilaterais, com seus inumeráveis *experts*, reunidos em fóruns paralelos, em Quebec, Cancun, Quito, Buenos Aires, Miami, estabelecendo e atualizando as estratégias de resistência. A *Declaração de Cuzco* assinada também pelos mesmos 12 países da América do Sul, em 2006, criou a *Comunidade Sul-americana de Nações* da América do Sul. Com essa proposta acreditam algumas organizações e movimentos sociais que esses países estariam iniciando uma outra página da história sul-americana, mas cabe perguntar se de fato se estaria diante de novas questões e da possibilidade de inverter a dinâmica neoliberal com projeto efetivamente comprometido com um modelo de desenvolvimento diferente.

Em tal conjuntura de intervenção originada de organismos supranacionais, as cidades têm um papel importante por serem centros com capital de conhecimento, político e institucional. Esse potencial, para o projeto integracionista, projetaria mais à frente as teias de relações e o ordenamento territorial. A ampliação das fronteiras nacionais para além dos limites políticos flexibilizados no projeto da IIRSA, está ligada à produção de *commodities*, ao aumento da capacidade competitiva das empresas nacionais e à maximização do valor dos produtos. As novas fronteiras priorizadas são, evidentemente, os onze países da América do Sul com os quais o Brasil tem fronteiras geográficas, excetuando-se somente o Equador e o Chile. Os conceitos de eficiência, de produtividade e de competitividade estão no centro, mas movidos pela dinâmica de

mercados em integração, como o Mercosul. Os investimentos em programas de infra-estrutura de grande porte representam, para a IIRSA, o maior esforço e, ao mesmo tempo, deles espera os maiores resultados para dinamizar o mercado.

2 Cidades na Amazônia: podemos falar de novas territorialidades?

A Amazônia é uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas ali existentes. Efetivamente houve, a partir dos anos 70, um crescimento demográfico considerável. As estruturas e os serviços urbanos, mesmo embrionários ou deficientes, constituíram apoio aos programas governamentais e aos investimentos privados. Atualmente, da população total da Amazônia, estimada em 20 milhões de habitantes, cerca de 68% residem em cidades, o que equivale a quase catorze milhões de habitantes. Todos os estados do Norte tiveram, desde 1970, um crescimento demográfico alto, resultado da intensa migração, sobretudo nas décadas de 80 e 90. Dados referentes ao Brasil mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país, e para a Amazônia, de acordo com o Censo de 2000 (IBGE:2000), houve um aumento significativo das taxas de crescimento urbano em todos os estados, inclusive em municípios de pequenas cidades, caso dos municípios localizados em regiões de fronteiras transnacionais. Novos núcleos urbanos continuam a se formar, resultantes de dinâmicas internas e externas às sub-regiões. Embora o fluxo migratório para o Norte tenha diminuído¹⁰, os movimentos ao interior da região aumentam de importância, inclusive para as cidades nas faixas de fronteira. A população da cidade de Bonfim, na fronteira do Brasil com a República de Guiana, passou de 1.221 habitantes em 1990 para 3.000 em 2000 (SANTOS:

¹⁰ Os estados da Amazônia também acompanham a tendência geral verificada no país de redução da taxa de crescimento demográfico, que caiu para a metade nas três últimas décadas, embora essa taxa ainda seja alta, comparativamente à média nacional. As informações do último censo mostram ter havido uma redução do deslocamento de população para a Amazônia, diminuem as migrações inter-regionais, mas fortalecem-se os fluxos de migração intra-regional e entre os estados da Amazônia, alguns com taxas elevadas. Por outro lado, há um movimento maior em direção a pequenas e médias cidades.

2006); Pacaraima, cidade indígena da fronteira com a Venezuela, contava com 1.269 habitantes em 1990 e 2.760 em 2000. Na fronteira do Brasil (Amazonas) com a Colômbia, as cidades de Tabatinga e Letícia tiveram também um crescimento demográfico expressivo. E a Guiana Francesa que contava em 1990 com aproximadamente 120.000 habitantes, passou em 2000 para 160.000 habitantes. Desse aumento é significativo o contingente de trabalhadores brasileiros em Caiena, como também cabe destacar o crescimento demográfico da cidade do Oiapoque, no Brasil, onde muitos ali permanecem e aguardam a possibilidade de entrada na Guiana, clandestinamente ou não, ou de se estabelecerem na cidade do Oiapoque, aproveitando as vantagens e oportunidades da fronteira em crescimento.

As cidades da Amazônia são responsáveis pela capilaridade espacial e pela interiorização das relações sociais em redes culturais, econômicas e técnicas. Constituem pontos de referência da mobilidade do capital e do trabalho, inclusive para além da fronteira nacional. Retratam a velocidade da comunicação e a diversidade das intervenções produzidas no território. Surgiram novas estruturas urbanas do confronto entre modelos diversos de apropriação do território, do uso da terra e da acumulação de capital com segmentos sociais bastante diferenciados, de pequenos produtores rurais e urbanos a grandes grupos beneficiados pelas vantagens locais e legais (incentivos fiscais), e pela exploração intensiva dos recursos naturais, o que determinou a alta diferenciação e desigualdade social espelhada hoje em praticamente todas as cidades dessa região.

Com essas mudanças, as cidades e as conexões que funcionavam como redes urbanas experimentaram uma recomposição em seu papel e no lugar ocupado no sistema de produção. Evidentemente que as redes técnicas passam a fazer parte deste contexto, com a presença de organizações diversas ligadas em redes nacionais ou transnacionais (indígenas, empresariais, militares, ambientalistas, de negócios ilegais, etc.), potencializadas pela facilidade da *Internet*. Na fisionomia dessas cidades, por menores que sejam, encontra-se um *cyber-café*, uma *lan house* e frequentadores de várias idades, integrando esses sistemas técnicos à vida, ao cotidiano e interferindo na subjetividade e na formação de territorialidades em rede (CLIFFORD: 1999).

Novos padrões de consolidação da rede urbana resultam também desses processos de reestruturação regional, embora seja difícil identificá-los devido o movimento altamente dinâmico de reorganização do território, em que a implantação de grandes projetos e sobretudo a abertura de estradas, hidrovias e ferrovias contribuíram para a modernização que subjaz ainda nos planos governamentais e no projeto político de integração da Amazônia ao resto do território nacional e ao mercado internacional (BECKER, 1998). Conflitos e tensões em torno da terra, dos recursos e de lugares sociais de reprodução permanecem, mas em um contexto atualizado, no qual investimentos públicos se dirigem com prioridade para o ordenamento territorial tipo Zoneamento Ecológico-Econômico/ZEE, decretação de Unidades de Conservação, titulação de Terras Indígenas e de Territórios Quilombolas ou ainda Reservas Extrativistas ou de caráter social respondendo a demandas de várias categorias de trabalhadores (pescadores, quebradeiras de coco-de-babaçu etc...). Trata-se de uma tentativa de *ressocialização* do espaço contemporâneo, de encontrar uma forma de associar a permanência no lugar à capacidade de criar um novo modelo de ação e de comunicação, em contexto de racionalização.

A cidade não é uniforme na sua expansão; ao contrário, ela produz e reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. É importante visualizar essas diversas formas de apropriação do território e de seus recursos, segundo modos de produção particular (LEFEBVRE: 1991). Estudos sobre áreas urbanas na Amazônia têm trazido luz à questões mais subjetivas, das identidades e representações do urbano, justamente em situações particulares de mudanças, de rupturas com estruturas mais antigas, face à presença de novos atores que transformam o território, às dinâmicas da cidade com o seu entorno (rural-urbano) e, ainda, à rede urbana mais ampla a que está integrada. Há uma situação de transgressão do tempo e do espaço, e, portanto das territorialidades dos atores sociais¹¹. Com o objetivo de

¹¹ Houve uma circularidade das elites em todos os estados da Amazônia com a decadência das relações de aviação, as mudanças na estrutura produtiva e a chegada de novos atores econômicos com capitais – individuais e empresariais – que passaram a investir em novos recursos naturais e setores da economia. Destacam-se as maiores empresas mundiais do setor de eletroeletrônicos, da mineração, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Petrobrás, empresas madeireiras, pecuaristas, mineradores, arrozeiros, comerciantes e sojeiros.

identificar os atores sociais que têm um papel relevante, em estudo sobre uma cidade paraense, Altamira, Alonso e Castro (2006), mostraram novas territorialidades decorrentes das transformações na relação rural-urbano, e nas representações sobre a cidade. Esses processos de transformação criaram uma série de condições que favoreceram a mobilidade de grupos, a formação de aglomerados urbanos e uma mudança nas representações dos atores locais sobre a cidade¹². Para validar suas ações, os atores pressupõem uma percepção do rural-urbano centrada na produção de instrumentos cognitivos ou simbólicos que se materializam no espaço físico e social da cidade. Essa perspectiva analítica implica compreender as práticas ou os atos de fala num sentido performativo, por expressarem a dinâmica das lutas sociais, as nomeações próprias da cidade e sua relação com territorialidades que se alteram em função da lógica de redes.

3 Cidades da fronteira e conexões transnacionais

As relações sociais e econômicas na fronteira organizam-se em redes que funcionam com a mesma lógica, mas em um mercado predominantemente informal, clandestino, ilegal e diverso, que combina certamente o formal e o informal, o legal e o ilegal, de forma híbrida, como assinala Machado (2000). A dinâmica e a complexidade dessas redes respondem seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisam certos segmentos econômicos, como a pesca e a madeira. Notadamente vinculados a um mercado informal nas fases de captura (pescado) ou de extração (madeira), esses setores estão inseridos, ao mesmo tempo, no sistema de mercado regido por uma dinâmica globalizada. As cidades

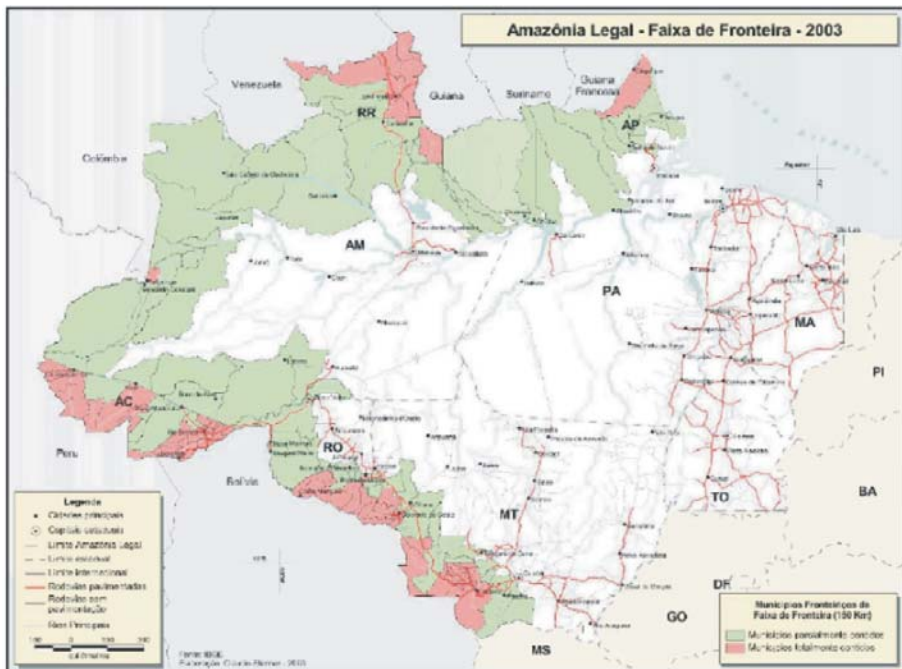
¹² A posição de destaque que tem ocupado essa cidade na configuração sociológica do território mostra que, por trás das representações ou dos pontos de vista de seus atores, há também uma determinada idéia de cidade. Para eles, Altamira é uma cidade moderna e desenvolvida. Acreditamos que há uma ligação entre essa noção de cidade e as práticas desenvolvidas por determinados agentes. Ficou demonstrado nos discursos que, nos últimos cinco anos, a gestão municipal, em colaboração com diretores da Associação Comercial, implementou uma série de medidas que parecem estar contribuindo para fixar visões de mundo graças à eficácia simbólica dos empreendimentos realizados. A relação entre cultura e política explorada nesses atos, materializados no espaço urbano, mostra que a idéia de cultura pode servir para criar e alimentar posições de poder e, por extensão, criar coesão, sentimentos de lealdade e laços de solidariedade entre os diferentes indivíduos em decorrência do vínculo que estabelecem com o lugar (ALONSO, CASTRO:2006).

amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e afluentes são pontos nodais dessas redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais. Internamente, novos portos de grandes empresas transportadoras, como o Porto da Cargill localizado em Santarém, operadora de um sistema complexo de escoamento de grãos através do rio Madeira e do Porto de Santarém para os Estados Unidos e Europa, religam também a Amazônia ao resto do mundo, por redes técnicas sofisticadas e integração informacional, em tempo real de mercado. Ligação há muito praticada pelas empresas da Zona Franca de Manaus, ou ainda de outras como grandes frigoríficos no sudeste do Pará, a Companhia Vale do Rio Doce ou a Petrobrás, ou empresas menores seja por aquelas terceirizadas ou as que operam em outras redes. Embora muitas vezes imperceptíveis essas estratégias empresariais de conexão de mercados são expressões da complexidade de mundos de trabalho diversas, regulados por sistemas distintos – formais e informais –, traduzidos nas diferenças urbanas de renda, de inserção social, de acesso aos serviços e de qualidade de vida.

As fronteiras políticas entre Estados sempre foram áreas de tensão e de conflitos. As fronteiras não são espaços vazios. São lugares de trocas materiais e simbólicos, de passagem, de desafios e de conquistas. E por isso cabe lembrar que o território brasileiro é bem maior do que poderia ter sido caso as populações locais não avançassem para além dos limites legais definidos nos acordos bi-laterais. Diversos litígios de limites com países vizinhos resultaram de lutas territoriais em pontos avançados da fronteira, obrigando à revisão dos acordos diplomáticos. Efetivamente, os desdobramentos dos conflitos por limites entre o Brasil (Estado do Acre) e a Colômbia e o Peru, entre o Brasil e a Venezuela (Estado de Roraima), Brasil e Bolívia, e entre o Brasil e a Guiana Francesa (Estado do Amapá) acabaram por dar origem, não por acaso, aos territórios federais, como espaços de controle e de presença do Estado. Não foram diferentes as relações do Brasil com outros países, nas faixas de fronteira, embora se observe apaziguamento dos acordos em vigência.

Tensões de fronteira sempre envolvem os atores que agem no território e os modos de apropriação e de comercialização dos recursos. As tensões nas fronteiras amazônicas entre o Brasil e a Venezuela foram motivadas nos anos 70 pela chegada de brasileiros interessados na exploração de madeira e na sua exportação para a Venezuela. Nos anos

80, tornaram-se mais tensas essas relações pelo avanço de frentes garimpeiras no rio Orinoco, palco de conflitos com os índios Yanomami (MONTROYA:1989). Atualmente, há conflitos em inúmeros pontos da fronteira com a Venezuela e também com a Bolívia, a República da Guiana, a Guiana e o Suriname. Longe de recrudescerem, os conflitos atualizam-se com outras frentes de atores e mercados – arroteiros, pecuaristas, sojeiros, empresas mineradoras e comerciantes. Há uma simultaneidade de dinâmicas similares nos diferentes estados da Amazônia. As fronteiras à altura das cidades de Oiapoque (Amapá) e de Bonfim (Roraima) registram na atualidade conflitos entre índios e garimpeiros, agravados pelo afluxo demográfico e pelos novos atrativos da economia informal e/ou ilegal que encontram nessas áreas oportunidades de crescimento.



O Brasil faz fronteira terrestre com 11 países numa extensão de 15.719 km. No extremo norte, na região setentrional, o Estado de Roraima tem 1.495 km de fronteira com a Venezuela e 1.606 km com a República da Guiana. A faixa de fronteiras no Brasil é formada por 150 km da linha

de fronteira com outros países limítrofes, para o interior do país (BRASIL, 1988). Inúmeros grupos indígenas encontram-se nessas áreas de fronteira, pois suas territorialidades ultrapassam as fronteiras nacionais, como os Tikuna, que se estendem por enorme território que atravessa o Brasil, a Colômbia e o Peru, os Yanomami no Brasil e Venezuela, os Tucano e Desano que se distribuem em terras do Brasil e da Colômbia, ou ainda famílias dos índios Uaçá que se encontram nas margens do rio Oiapoque, no Brasil e na Guiana Francesa. Enfim, todas essas cidades de fronteira estão localizadas em região de floresta, são cidades de acesso fluvial, com forte presença indígena em sua população e também um lugar de migrantes. São ainda lugares de encontro de nacionalidades, de povos e de línguas distintos (BAINES: 2004), e justamente por isso também de múltiplas territorialidades que se exprimem em redes de natureza diferentes.

As redes são estruturas de comunicação livres de escalas, de limites (espaciais, temporais) e de fronteiras. Embora identificadas pela ação de atores reais, localizados em lugares físicos, as relações se estabelecem em espaços não físicos, desterritorializados ou, em ainda construindo um universo de relações que se realizam pelos sentimentos de pertença, identidades e interesses comuns. Têm eficácia real e simbólica e acabam por informar as ações, estratégias e sentidos em mudança da sociedade contemporânea. A rede só pode ser vista dentro de um contexto que lhe dá sentido, como lógica de conexão, de movimentos, de fluxos de várias naturezas tais como material, cultural e simbólico.

Podemos considerar que nesses territórios virtuais há territorialidades em jogo, distintas e contrariantes, certamente, mas que encontram nesse *lócus* sua existência e dinâmica¹³. Ao mesmo tempo, formulam-se novas formas de hierarquização social e de poder, cujos tensionamentos não se concretizam senão na dinâmica de rede, através de sistemas diversos de informação. O Mercosul, a Comunidade Econômica Européia (CEE) e outros blocos regionais são espaços transnacionais e, nesse sentido, formados como *lócus* desterritorializado, mas que produzem identidades em redes, hierarquizadas. Essa capacidade

¹³ Adotando a lógica de redes, a dinâmica capitalista acabou por romper, na produção de novos modelos de mercado, de competências técnicas e de circulação de mercadorias, com as noções de tempo e de espaço vigentes até o último quartel do século passado, potencializando a emergência de uma economia e de territorialidades em redes trans-localidades que transitam entre pontos do local e do global. As tensões enquanto elementos constitutivos de sistemas de rede se verificam de forma diversa, mas em todos os pontos desses espaços.

de criar identidades dão sentido de se falar de territorialidade em rede. As informações sobre possibilidades migratórias em áreas de fronteira, ou para lugares no estrangeiro, por exemplo, circulam por redes, que podem ser orais ou virtuais, como a Internet, com extraordinária rapidez. Podemos falar de comunidades de migrantes com territorialidade em rede, como observado em áreas de fronteira no Oiapoque/Caiena e em Tabatinga/Letícia.

O Brasil tornou-se um importante exportador de mão-de-obra desde os anos 80, segundo as estatísticas sobre a emigração de trabalho para os Estados Unidos, Europa e Japão, notadamente (MARGOLIS: 1994). Busca de emprego, oportunidades de trabalho, trajetórias familiares, desestruturação de formas de trabalho no campo e na cidade, licenciamento nas empresas brasileiras, são razões apontadas para a mobilidade da força de trabalho em direção às áreas de fronteira, para onde houve aumento considerável nos últimos anos. Houve igualmente deslocamento para as faixas de fronteira e além delas, em territórios de praticamente todos os países vizinhos, ocupando novos lugares rurais e localizando-se nas cidades de fronteira. Um contingente crescente de brasileiros busca, por exemplo, Caiena na Guiana Francesa, Santa Helena na Venezuela, Letícia na Colômbia, Santa Cruz de la Sierra na Bolívia e Lethen na República da Guiana. A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa ocorre desde o início dos anos 80, no auge da construção das instalações da base espacial da cidade de Kourou, que se tornou uma opção para brasileiros desempregados que se dedicam a ofícios variados, porém pouco valorizados da hierarquia social, em particular trabalhando por conta própria, junto com migrantes de outras nacionalidades, dominicanos, haitianos, chineses, indianos e outros grupos étnicos que compõem a população *estrangeira* (AROUCK:2003).

Organizações de trabalhadores e de grupos étnicos, desde os anos 80 do século passado se manifestaram em relação aos conflitos que eclodiam nas áreas de fronteira (BAINES:2004). Mais recentemente, observam-se conflitos mais abertos. Esses conflitos também expressam o choque de frentes com interesses antagônicos, como o avanço de grupos garimpeiros e/ou empresas de mineração sobre terras indígenas. O garimpo no rio Oiapoque, em terras guianenses, tem sido palco de confronto entre grupos de brasileiros da garimpagem com a *Gendarmerie Nationale*, responsável pela guarda e vigilância da fronteira na Guiana.

A mídia nacional e internacional registrou amplamente conflitos entre índios e garimpeiros, ou ainda com madeireiros, nas fronteiras do Amapá com a Guiana Francesa, justamente onde se localizam várias Terras Indígenas e Unidades de Conservação que acabam freando o mercado de terras, do Mato Grosso com a Bolívia, de Roraima com a Venezuela.

Banhada pelo oceano Atlântico na costa norte da América do Sul, a Guiana Francesa tem seus limites com o Amapá no rio Oiapoque, ao longo de 90.000 km. A dinâmica singular de fronteira faz parte do cotidiano das pessoas, com suas relações particulares com o território e as redes de troca que se espalham até os países do Caribe. As relações de comércio, em grande parte dentro de esquemas de informalidade, são mais eficazes do que se imagina. Interessam tanto às empresas estabelecidas nas capitais dos estados, quanto aquelas localizadas nas pequenas cidades da fronteira. Não é diferente em Bonfim (Brasil) e Lethen (Guiana), ou ainda em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), pois essas cidades fazem parte das diferentes redes de troca que ligam mundos diferentes. Correa (1997, apud NOGUEIRA) considera que é necessário compreender “as redes e as interações espaciais nas quais Tabatinga está envolvida a partir de sua condição locacional, on seja, *onde ela está*; é uma cidade na fronteira política, que a priori já coloca problemas em relação a diversos de fluxos” (2006), e sua conexão com outras cidades importantes devido à condição de estar em tríplice fronteira. Desta forma constitui um eixo de relação entre cidades dos três países (Brasil, Colômbia e Peru), apesar da diferença de tamanho e de poder político e econômico, como as cidades de Mérida ou Bogotá na Colômbia com fluxos aéreos diários à Letícia, se religam à Lima ou Quito no Peru e a São Paulo, Cuiabá, Manaus, Belém, entre outras, no Brasil. Numa outra perspectiva podemos dizer que cidades grandes como São Paulo, Brasília, Manaus, Belém e Macapá estão vinculadas pelas redes comerciais, ou de trocas culturais, a povoados de garimpeiros, de agricultores ou à aldeias indígenas que circulam nesse espaço múltiplo, que é a cidade da fronteira. As trocas também ocorrem em redes globais, em Miami, Tóquio, Hong Kong, China e Tailândia, com mercados especializados e competitivos, como é o caso da Zona Franca de Manaus, que abastece tanto as Zonas de Livre Comércio espalhadas em áreas de fronteira, enquanto pólo redistribuidor, como também através de redes informais, chega aos povoados e aldeias onde são comercializados tanto produtos materiais quanto imateriais.



Praça central na Cidade de Cobija/Bolívia
Fronteira do Acre/Brasil



Comitê Cívico de Pando – Cobija/Bolívia



Mercado na Zona Livre de Cobija/Bolívia
Fronteira do Acre/Brasil



Vista da Cidade de Belém - Brasil



Universidade de Pando – Cidade de Cobija/
Bolívia



Vista do Porto da Cidade de Manaus, rio
Negro, Amazonas



Vista aérea de Macapá, rio Amazonas, Amapá



Cidade de Imperatriz alagada pela vazão em Hidrelétrica do rio Tocantins Estado do Maranhão



Travessia de Balsa em Araquaiá, rio Araguaia, Estado de Tocantins.



Movimento do Porto e Orla na Cidade de Santarém, rio Tapajós, Belém



Porto e Orla da Cidade de Bujaru, rio Guamá, Pará



Furo no rio Guamá, município de Belém

Em Roraima, as rodovias BR-174 e BR-210 foram construídas na década de 80. O traçado da Estrada Perimetral Norte, do Projeto Calha Norte atravessava todo o Norte do território amazônico no sentido leste-oeste (NASCIMENTO:2005). Trata-se de um espaço sob controle militar enquanto área de segurança nacional. Nas fronteiras, encontramos várias pequenas cidades inseridas nas relações de comércio; demarcando os conflitos entre recém-chegados e grupos locais. As cidades, no lado brasileiro, Pacaraima e Bonfim, e, no lado da República da Guiana, Lethem, e outras de pequeno porte que se distribuem ao longo das estradas que dão acesso a Caracas (BR-174) e Georgetown (BR-401) estão interligadas à da fronteira pelas extensões das mesmas redes de comércio. A cidade de Santa Elena de Uaiirén, pela proximidade com Manaus e Boa Vista, é de fato uma área intermédia e de trocas intensas entre esses países (RODRIGUES:2006).

São Gabriel da Cachoeira é um município (desde 1938) localizado em área estratégica em fronteira tripla – Brasil, Colômbia e Venezuela - e justamente por estar localizado em Faixa da Fronteira, convive com instituições de segurança nacional em seu território. A fronteira é um lugar de conquistas, de encontros e justamente por isso, de conflitos (PORTILLO:1995). Mas é também onde é afirmada a nação, uma vez que muitas vezes esses espaços são associados aos limites entre nações. O Exército assentou suas bases em São Gabriel da Cachoeira em 1976 e a Aeronáutica muito antes. Com seus aviões *Catalina*, era a única via de comunicação aérea com Manaus. Sua população é basicamente indígena, distribuída em centenas de povoados e aldeias. Suas territorialidades exprimem essas singularidades e de identidade com os territórios de pertença, das diferentes etnias indígenas que formam o universo multicultural do alto rio Negro.

A cidade do Oiapoque, no outro extremo, é um misto de lugar perdido da Amazônia – conhecido pela imagem de limite extremo do País (*do Oiapoque ao Chuí*), ou como *lugar onde o vento faz a curva* – e de *lugar promissor, início do território brasileiro*, porta de entrada do Brasil para muitos franceses que chegam de Paris nos vôos diários da Air France. A imagem da bandeira da Comunidade Econômica Européia, que indica um lugar de poder, de decisão e de territorialidades em redes mundiais por onde transitam os interesses dos países ali reunidos, é também um símbolo da relação desigual, econômica e social, com os territórios de

Outremer e com os trabalhadores migrantes, brasileiros, latinos e asiáticos. A comercialização do euro é relativamente intensa na orla da cidade do Oiapoque, sobretudo quando se aproxima o final do mês em Caiena, numa rede cujos nodos passam por Macapá e Belém, com destino a São Paulo. Rede igualmente articulada com outras formas de ilegalidade, como a venda de ouro trazida dos garimpos, de droga e a prostituição (infantil notadamente), que atrai os cliente e lota os hotéis da cidade, que tiveram por sinal grande crescimento nos últimos anos, tal qual as casas noturnas. Porém, o comércio e outros serviços cresceram também, confirmando a inter-relação da ilegalidade e da legalidade como dimensões da economia de fronteiras.

Considerações finais

A integração dos países sul-americanos é efetivamente o marco das políticas macro-desenvolvimentistas para o século XXI no continente. Processo que envolve o Governo Federal, os estados da Amazônia e grupos empresariais. Efetivamente, aqueles estados da Amazônia Legal que ficaram mais isolados e justamente por isso compartilharam com mais freqüência das relações internas, agora interessados em viabilizar as rotas do agronegócio, estão mais sensíveis a investir na logística de integração regional. Assim, como tentamos demonstrar, a política de integração empreendida pelos Estados sul-americanos concretiza a idéia de fronteiras novas de recursos a serem potencializados para o mercado. O desenvolvimento da infra-estrutura de sistemas logísticos tem sido uma demanda comum, do Estado, das empresas e dos atores locais, porém a disputa está no modelo de integração, nos processos que estarão em curso e nas formas de controle e domínio, que opõem entre si os atores sociais e empresariais.

Os interesses com os processos de integração sul-americanos são seguramente divergentes do ponto de vista do modelo adotado pois na realidade, há interesses bem generalizados de ter essas fronteiras integradas ao continente americano. Os movimentos sociais têm discutido propostas alternativas para uma *integração solidária, eqüitativa e complementar* entre as nações, defendendo os interesses e as necessidades da população, com sua diversidade social, étnica e de gênero. Uma eficaz interconexão entre produção de conhecimento especializado e movimentos sociais tem como condição prévia a criação de condições favoráveis que possibilitem

a essa população ter maior grau de mobilização e de organização e, por extensão, de reconhecimento e de legitimação enquanto coletividades sociais. Na medida em que a linguagem e a prática da cultura, do ponto de vista da socialização, costumam exercer um elevado grau de eficácia política, por meio da criação de sentimentos de unidade e de pertença coletiva, acabem por estimular espaços de trocas simbólicas entre diferentes atores e territorialidades.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2006.
- AROUCK, Ronaldo de C. Brasileiros na Guiana Francesa: Fronteiras e Construções de Alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2003.
- BAINES, Stephen Grant. Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. *Série Antropologia* n.360 UnB, Brasília, 2004.
- BECK, U. *O Que é globalização: equívocos do globalismo resposta à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BOURDIN, A. *Mundialização e localidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *The Rise of the Network Society*. Londres: Blackwell, 1996.
- CASTRO, Edna. Estado e Políticas Públicas em face da Globalização e da Integração de Mercados In: Mathis, A, Castro, E. Fenzl, N. (Orgs.) *Estado e Políticas Públicas*. Belém, CEJUP, 2004.
- _____. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: Cejup, 2006.
- CLIFFORD, J. *Itinerários transculturais*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- FERNANDES, Ruben César. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS. 28:15-34, 1995.

FLORES, L. F. B. N. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, G. C. L. Região e Nação na América Latina. São Paulo: Imprensa Oficial;UnB, 2000

GIDDENS, A. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, J. M. *Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Vozes/Clacso, 2000.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico, 2000

IIRSA. *Planejamento Territorial Indicativo*. Brasília, 2004.

LANDER, Edgardo, Modelos alternativos de integração? Projetos neoliberais e resistências populares, Buenos Aires, Revista OSAL (Observatório Social da América) CLACSO, n. 15, jan. 2005.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transculturalidade. Brasília, UnB - Série Antropologia, no. 223, 1997.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 9-29, jan./jun.,2000.

MARGOLIS, M. *Little Brasil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1994.

MONTOYA, Ruben.El pueblo Yanomami: ocupación capitalista de la tierra y genocidio. In: CASTRO, E.M.R., ACEVEDO, R. E. M. *Amazônias em tempo de transição*. Belém, Unamaz, 1989.

NASCIMENTO, D. M. *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional Hemisférica na Governança Contemporânea*. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NOGUEIRA, R. *Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Cidades da Floresta. Belém: NAEA, 2006.

OSTROWETSKY, S. *L'imaginaire bâtisseur*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1983.

PORTILLO, Júlio. A integração fronteiriça Brasil-Venezuela. In: GUIMARÃES, S. P. (Org.). *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século*. Brasília: IPRI/FAG, 1995.

RODRIGUES, F. *A construção de um lugar de múltiplas fronteiras no lavrado roraimense: município de Pacaraima*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Cidades da Floresta. Belém: NAEA, 2006.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Fronteiras, poder e conflito na Amazônia: o caso de Bonfim e Pacaraima*. UFRR, Boa Vista, 2006 (mimeo)

SILVA, J. G. C. da. *Oiapoque: uma parábola na floresta: Estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia Legal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, J. G. C.; CASTRO, E. *Dinâmicas territoriais na Fronteira Norte do Brasil*. Belém: NAEA, 2006 (*Papers do Naea*, n. 205). Governo do Acre – site, dez./ 2005 – www.estadodoacre.gov.br

THOMPSON, E. P. *Economia moral do crowd inglês*. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

WALLENSTEIN, Immanuel. *The origin of the modern world system*. Nova York. Academic Press, 1974.

A interface entre o conceito de urbano e o rural na Amazônia brasileira

Brasilmar Ferreira Nunes*

O presente artigo, de caráter exploratório, discute, em primeiro lugar, o enfoque da Economia e o da Sociologia na abordagem da problemática urbana na sua relação com o espaço rural. Pressupõe que os vínculos sociais se constroem a partir de esferas mercantis e não mercantis das relações e que ambas as esferas estão presentes tanto no espaço urbano como no rural, independentemente do desenvolvimento das chamadas forças produtivas. Em seguida, procura refletir sobre a relação urbano-rural na Amazônia brasileira, cuja imagem está ligada à pujante diversidade de seu ecossistema. Levanta a hipótese de que a tendência de generalização de relações monetarizadas no meio urbano não tem implicado, na região, uma ruptura com formas tradicionais de ligação entre os mundos urbano e rural. Ao contrário, a interface entre ambos reconstrói eternas “formas primárias” de sociabilidades, na medida em que avançam as “formas secundárias”.

Direta ou indiretamente, a teoria social discute a relação campo/cidade, de maneira recorrente. Nos clássicos, e sobretudo a partir da aceleração da urbanização humana, o tema é tratado com diferentes enfoques analíticos. Seja Karl Marx com sua obra de decodificação da lógica do capitalismo, seja Max Weber com seus estudos sobre as cidades na Antiguidade e na era feudal, seja mesmo Durkheim com suas teses sobre a divisão do trabalho social, todos têm nas sociedades urbanas um foco privilegiado. Dos três, apenas Weber tem textos exclusivamente voltados para a cidade, os outros dois tratam de fenômenos que só são compreensíveis se inseridos em aglomerações humanas no território.

O “estar junto” gera maneiras de ser e de comportar-se que são decorrentes dessa condição. Simmel (1974) talvez seja quem mais perceba

* Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pesquisador do CNPq.

essa influência, pois, ao discutir o indivíduo moderno nas metrópoles, avança teses até hoje atuais sobre seus efeitos na estrutura mental dos habitantes metropolitanos. O que ele denomina *tragédia da cultura* – para designar as contradições entre o indivíduo, seu interior e seu meio exterior – está no bojo de uma gama de interpretações da civilização ocidental que vai de Sigmund Freud, Norbert Elias, Michel Foucault, Henry Lefebvre, entre outros, até nosso contemporâneo Pierre Bourdieu (1994). Em todos eles, a relação indivíduo e sociedade é tratada como geradora de conflitos individuais e de desajustes sociais em decorrência de estímulos nervosos aos quais estamos submetidos em função, sobretudo, da vida numa grande cidade. No espaço urbano, tais desajustes são também fatores de mudança social.

Por outro lado, a análise teórica da relação campo/cidade encara essa relação como oposição e vê a cidade como o lugar da modernidade. A cidade seria o lugar onde a racionalização do mundo encontraria condições para se consolidar como *ethos*, em oposição a um mundo rural, calcado em relações primárias, de cunho familiar ou de pequenos grupos. A uma situação em que predominaria o anonimato (a cidade), contrapor-se-ia uma outra, em que predominam as relações face a face.

A transferência dos indivíduos do campo para as cidades (é esse o sentido histórico nos últimos séculos) é sempre tida como o resultado de fenômenos que vão pouco a pouco se complexificando, ou porque se desestruturaram sem oferecer alternativas (como a crise do feudalismo na Europa medieval), ou porque as cidades se apresentam como espaços de liberdade e de autonomia, em relação a um mundo rural restritivo. Entre os fatores de expulsão de um lado e os de atração de outro, é todo o capitalismo que se vai consolidando na sua base territorial: a cidade.

Esse processo histórico, que se iniciou na Europa, é universal. Tem a ver com os avanços da civilização mercantil, ocorrendo em todos os continentes onde predomina a lógica ocidental, subjugando culturas preexistentes, calcadas em lógicas e práticas culturais outras. Em seu nome, destruíram-se civilizações humanas de culturas riquíssimas, que trataram o europeu como estrangeiro e não como invasor, como é o caso, por exemplo, da colonização ibérica na América. Ao longo do tempo, implantam-se novas lógicas sociais que se apresentam como “do lugar”,

mas que, de fato, são, ou resultado da resistência à cultura exógena, ou produto de uma assimilação que gera algo distinto tanto das culturas que existiriam antes como das que foram chegando.

O estudo da relação urbano/rural na Amazônia deve partir hoje desse processo histórico, que está ainda a se reproduzir com novas faces. Trata-se de procurar entender de que maneira a lógica mercantil penetra na região amazônica tendo a cidade como *locus* e procurar captar as tensões que essa dinâmica gera ao fazer primar o utilitarismo nas relações sociais. Em termos sociológicos, trata-se de entender como se estruturam os vínculos sociais na região considerando a ruptura em curso com as práticas sociais preexistentes, por sua vez resultantes de transformações nas relações interculturais ocorridas na história regional, passando-se da análise das relações de produção para a análise da produção das relações. No caso específico da Amazônia, há que se pressupor que o meio físico natural, em conjunto com o ambiente construído, guarda uma significação primordial, que ultrapassa o sentido de suporte, a partir do qual as relações entre os homens irão se constituir¹.

Nessa perspectiva, a cultura, os hábitos e os costumes, profundamente influenciados pelo ambiente ecológico, interagem estreitamente na produção do espaço social. Justamente por essa razão a “cidade” como objeto teórico e entendido como concretização do “urbano” está presente em várias disciplinas. Particularmente, a Economia e a Sociologia tomam-na como um objeto conceitual privilegiado, conforme veremos a seguir².

Cidade e economia

O conceito de economia nasce com os fisiocratas franceses, ao mesmo tempo que se instituíam o mecanismo da formação de preços pela confrontação da oferta e da demanda em um mercado. Polanyi (2007,

¹ Essas considerações sustentam-se na argumentação maussiana segundo a qual, “na medida em que concebemos as sociedades como grupos de homens organizados em pontos determinados do globo, evitamos a falha de considerá-las como independentes da base material” (MAUSS, 1999, p. 391).

² Apenas para efeito de esclarecimento, e sem dar maiores detalhes, estamos considerando que o conceito de “urbano” está situado no nível da abstração, enquanto a concretude seria a “cidade”, à semelhança dos conceitos de “valor” e de “preço” em Marx, para quem “preço” é a manifestação do “valor”, mas não o esgota em todas as suas características (MARX, livro I, v. 1).

p. 73) explica que o termo “econômico”, que utilizamos na vida corrente para designar um certo tipo de atividade humana, comporta dois sentidos distintos, cada um deles de origem diferente, independente uma da outra. O primeiro sentido, o formal, provém do caráter lógico da relação dos meios com os fins; a definição do econômico pela raridade vem desse sentido formal. O segundo sentido, o substantivo, apenas destaca o fato elementar de que os homens, tanto quanto os demais seres vivos, não sobrevivem por longo tempo fora de um ambiente natural que lhes forneça os meios de subsistência; encontramos aqui a definição substantiva do econômico. Assim, desde que a satisfação das necessidades dependa de objetos materiais, a referência é econômica. Em outros termos, estudar a existência material do homem é estudar a economia no seu sentido substantivo.

O sentido formal tem uma origem inteiramente diferente. Dizendo respeito à relação dos meios com os fins, trata-se de um universal que não se limita a um tipo de interesse humano em particular. A lógica desse tipo denomina-se “formal” por contrastar com os campos particulares aos quais se aplica. Subentende o verbo “maximizar” ou, de maneira menos técnica, mas talvez mais precisa, a expressão “tirar o melhor partido possível dos meios disponíveis”.

Os dois sentidos, o sentido formal e o sentido substantivo, não têm nada em comum. Aparecem como semelhantes porque vivemos num período em que a lógica dos vínculos sociais que os homens estabelecem entre si é secundária em relação àquela que eles estabelecem com as coisas. Ora, isso é datado, pois, em todas as sociedades humanas, à exceção da sociedade mercantil, o econômico permanece enquadrado (*embeded*) nas relações sociais. Ou seja, de uma economia *com* mercados, a economia tornou-se econômica *de* mercado³.

Com base nessas reflexões de Polanyi e sintetizando-as para nosso propósito, podemos afirmar que toda e qualquer sociedade procura sempre resolver problemas materiais substanciais, mas não os resolve todos da mesma maneira; o econômico seria o ato de escolher em situações de raridade e, formalmente, é o ato de economizar recursos raros. Polanyi

³ O mercado não é em Polanyi uma ordem natural gerada espontaneamente; é antes uma ordem construída em estreita simbiose com a ordem política e estatal, e em grande parte por ela. Na história, o mercado aparece muito rara e brevemente. O que havia eram enclaves mercantis, “portos comerciais”, mercados temporários, mais ou menos fixos, feiras, mas jamais verdadeiras economias de mercado. Ver Caillé (2007).

(1983) considera, de forma incisiva, que a raridade de recursos produz o mercado, ao mesmo tempo que é uma produção do mercado. A efetivação da troca mercantil seria, portanto, um mecanismo social por meio do qual os indivíduos têm de escolher entre coisas “raras”.

Retomando a idéia de Weber (1975), para quem a cidade é “lugar de mercado”, e ligando-a à idéia de mercado como produtor de raridades, tal qual vimos acima, teremos a síntese do raciocínio dos economistas sobre a cidade. Por outro lado, do ponto de vista histórico, o que transforma a cidade em lugar de trocas não é a troca mercantil em si mesma; a cidade constrói-se e desenvolve-se sobretudo como resultado de trocas não mercantis. A preexistência de suportes não espaciais de funcionamento do mercado, por meio de um jogo de forças, que não são unicamente as do mercado, é a condição prévia para que se desenvolva o mercado. Em outras palavras, a economia de mercado fortalece-se com o começo das economias externas e de urbanização – concebidas como transferência de valores entre agentes, sem contrapartida monetária – e com a indivisibilidade da organização do espaço; ambas não dão margem a trocas mercantis explícitas. Tudo se passa como se houvesse nas aglomerações urbanas uma esfera não mercantil no cerne das relações mercantis. Caillé, discutindo Polanyi, lembra:

para que se forme uma verdadeira economia de mercado, sistemática, coerente e de envergadura, é necessário que três tipos de bens estratégicos se submetam à lógica da troca mercantil e sejam tratados como mercadorias, embora não o sejam e não possam ser: o trabalho, a terra e a moeda... seriam ‘quase-mercadorias’ ou melhor ‘mercadorias-fictícias’ na expressão de Polanyi (CAILLÉ, 2007, p. 12).

Há, portanto, a transformação da terra urbana em mercadoria e, contraditoriamente, um uso não mercantil das áreas coletivas das cidades (ruas, praças, viadutos, iluminação, etc).

Essa poderia ser uma explicação plausível para compreendermos, na perspectiva da Economia, a tendência à aglomeração de pessoas e atividades em espaços restritos do território, mesmo quando existe enorme disponibilidade de terras desabitadas, como é o caso da Amazônia brasileira. Mesmo com os elevados preços da terra urbana, é possível usufruir da infra-estrutura coletiva, sem arcar com custos extras decorrentes de seu uso. A atração que a cidade exerce sobre os indivíduos

e as empresas (de portes diversos) explica-se, sobretudo, pela chamada “economia de urbanização”, que seriam justamente as vantagens que o sítio urbano oferece na escolha de um sítio locacional, ou para as atividades produtivas, ou até mesmo para migrantes potenciais. Afinal, temos de explicar o fascínio que a cidade exerce sobre indivíduos e empresas. Mesmo cidades onde há desemprego estrutural crônico continuam atraindo fluxos de pessoas; mesmo cidades onde as deseconomias já são uma realidade continuam também a criar novas atividades, novas fontes de geração de lucro. Durkheim, em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, já insistia na relação direta entre densidade populacional e densidade moral, mostrando inclusive que a urbanização produz maior complexidade tanto nas atividades produtivas, quanto nas relações sociais. Aí estaria talvez a questão essencial suscitada pelos estudos urbanos. Vejamos isso mais de perto.

Consideremos que as economias externas nas cidades constituem uma parte da esfera econômica, mas não sua manifestação formal, no sentido de que, além da sua indivisibilidade, o acesso a essas economias não é diretamente regulado pela moeda. Trata-se de recursos colocados à disposição de todos, cujos usos são difíceis de mensurar por critérios exclusivamente monetários. Temos, portanto, aí uma primeira possibilidade de analisar a cidade como um fenômeno que ultrapassa a dinâmica de mercado, ou melhor, no máximo, cria suportes não mercantis para favorecer a lógica mercantil.

Podemos constatar ainda que, do ponto de vista econômico, o conceito útil é o de “cidade” enquanto aglomeração de pessoas e de atividades produtivas. Lugar de mercado na expressão de Weber, a cidade é também lugar de vínculos não monetários mais diversificados e densos, ou seja, ela é de início um lugar que produz relações⁴ e paulatinamente se consolida também como um lugar de relações de produção. Esse é um ponto crucial para explicarmos a atratividade da cidade e mais ainda o potencial de expansão do modo de ser urbano para o conjunto do território, um alimentando o outro. Lefebvre já sustentava, nos anos 70 do século passado, a tendência à plena urbanização da sociedade, querendo dizer com isso que essa forma de ser urbana tende a ser o paradigma do indivíduo na contemporaneidade.

Cidade e sociologia

Dentro da extensa produção intelectual sobre cidades existentes nas ciências sociais, o texto de Louis Wirth, *O fenômeno urbano como modo de vida* (1979), constitui um marco para a sociologia urbana e, sem dúvida, influi na reflexão sociológica sobre a cidade até os dias atuais. O autor buscava formular uma abordagem que pudesse servir como instrumento para atrair a atenção sobre as inter-relações humanas no meio urbano. Ao contrário dos economistas, os sociólogos e demais cientistas sociais preocupam-se com o “estilo de vida” que se produz na aglomeração e que se torna, pouco a pouco, um padrão para as demais escalas de organização territorial. Conforme Weber nos ensina, o fato sociológico por excelência de uma cidade são as relações de vizinhança. Estamos, portanto, no cerne da questão sociológica: o estar próximos uns dos outros traz novas modalidades de vínculos sociais.

A partir de Wirth, a referência maior para a definição da “cidade” é a ocorrência de um contexto espacial importante *demograficamente, denso e permanente*, no qual coexistem indivíduos socialmente heterogêneos. Com base nesses elementos mínimos de definição, Wirth entende o fenômeno urbano como modo de vida característico, sendo possível abordá-lo empiricamente segundo três perspectivas interligadas: como *estrutura material* formada sobre a base de uma população, de uma tecnologia e de uma ordem ecológica; como *sistema de organização social*, comportando uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; como um *conjunto de atitudes e de idéias* e um aglomerado de pessoas, que assumem formas-tipo de comportamento coletivo, manifestas a partir da *inter-relação da estrutura material e do sistema de organização social*.

Observa-se, portanto, a ênfase na natureza das inter-relações humanas e dessas com o meio ambiente construído. Ou seja, o espaço urbano é visto como estruturador de relações sociais, de comportamentos individuais, de práticas coletivas específicas e, acrescentaríamos, heterogêneas.

⁴ Weber (1975) afirma que o fato sociológico por excelência nas cidades são as “relações de vizinhança.

Além do mais, podemos também considerar que a Sociologia, que reserva um status preciso à “cidade”, vista como fenômeno estruturante de práticas sociais, esbarra sempre na dicotomia tradicional/moderno, na qual o “urbano” é usualmente tido como o espaço da modernidade por excelência. São paradigmáticos os estudos que, por exemplo, garantem autonomia ao fato urbano e superestimam seu papel no processo de mudança social. São estudos que trazem sempre implícita a consideração de que é no ambiente urbano que poderíamos encontrar os germes de disfuncionamentos sociais numa sociedade regulada contratualmente, portanto, lugar dos processos de mudança social. *Grosso modo*, a Sociologia vê a cidade dessa forma.

Por outro lado, a exemplo dos economistas, podemos pressupor que nas “cidades” deveria também haver entre as pessoas relações que se constroem fora da esfera contratual. Expressando de maneira diferente: nas formas ou nos modos de identificação sociais que aparecem no espaço urbano, deve haver dimensões ou outros princípios não mercantis presentes, que nos permitem analisar a cidade também como lugar de reprodução de relações comuns a toda e qualquer sociedade, independentemente do estágio alcançado pelas chamadas forças de mercado. Isso significaria que, na aglomeração urbana, embora se observe uma tendência para a generalização das relações contratuais, monetarizadas, ocorre simultaneamente a reprodução de vínculos tradicionais de convivência social, o que não implica automaticamente uma radical ruptura com modos de vida rurais.

Conforme frisamos anteriormente, Weber já chamava a atenção para as relações de vizinhanças típicas de ambientes citadinos. Ao mesmo tempo, a produção de relações sociais diversifica-se nas cidades dando margem ao aparecimento de novos arranjos sociais. Se retomarmos, por exemplo, a idéia de anonimato, tão cara a Simmel, veremos que essa condição tem elementos constitutivos que permitem o surgimento de tipos urbanos próprios.

Evidentemente existem questões de escala ou de tamanho de cidades, e o potencial de inovação nas relações é maior ou menor. Mas podemos pressupor que, para a Amazônia brasileira, a pulverização de

pequenos aglomerados não rompe drasticamente com hábitos e costumes das sociedades agrárias e poderíamos considerar que este enfoque é útil pra compreendermos, sociologicamente, o fenômeno urbano regional.

Rural e urbano na Amazônia

A Amazônia brasileira é uma macrorregião com especificidades diversas. Destacamos principalmente seu imenso vazio demográfico (densidade de 4,81 hab/km²) num território caracterizado por uma enorme diversidade ecológica. Há séculos, a região tem sido submetida a estímulos exógenos de crescimento econômico, o que conferiu características específicas tanto à sua economia, quanto à ocupação de seu território. A lógica de formação de sua rede urbana guarda semelhanças com a das demais macrorregiões do país: elevada concentração da população em alguns grandes centros e dispersão de cidades médias e de pequenos povoados pelo território, o que foi comprovado pelo último recenseamento realizado em 2000.

Os 750 municípios existentes, segundo o último censo, comportam uma população total de 19.913.335 habitantes, dos quais 31,15% vivem em áreas rurais. Portanto, apesar de se tratar já de uma população na sua maior parte urbanizada, há ainda uma importante parte de moradores em áreas não urbanas. Muitas vezes esses moradores urbanos habitam pequenas cidades, cujo ambiente aproxima-se mais das características de povoados do que propriamente de cidades no sentido mais usual do termo. Mesmo assim, essa informação é, por si só, significativa, pois comprova que o fenômeno da urbanização é uma evidência também na Amazônia e dá às cidades um lugar estratégico na formulação de políticas públicas para a região.

Assim, os dados disponíveis dão conta desta outra característica da distribuição da população no território amazônico brasileiro: trata-se de sua pulverização em centros com menos de 20.000 habitantes. Do total de 750 municípios existentes, 525 são pequenos centros, cuja população rural é superior à urbana. Se considerarmos os 2 municípios

com mais de 1.000.000 habitantes (Manaus e Belém) e o único na faixa imediatamente inferior (São Luís), constataremos que praticamente 91,47% dos municípios estão nas faixas de 20.000-50.000 (161 municípios) e naquela com menos de 20.000 (525 municípios). Essas duas últimas faixas absorvem 48,29% da população total da região, sendo 36,03% da população urbana e 75,39% da população rural total⁵.

A região, que, no nível da representação, é sobretudo “floresta”, passa, pouco a pouco, a concentrar a sua ainda rarefeita população em núcleos urbanos. Em razão de facilidades infra-estruturais, esses núcleos tomam consciência da situação estratégica que a área ocupa no cenário internacional. Essa característica pode ser comprovada pela importância cada vez maior que a problemática ambiental adquire nos grupos sociais da região, sobretudo entre os moradores de cidades, que, embora nem sempre ajam por meio dos canais tradicionais de ação (partidos, sindicatos ou outras organizações formais de representação de interesses), têm importante peso na formação daquilo que se conhece por “opinião pública” na sociedade regional.

Os dados da tabela acima mostram a primazia de Belém e Manaus como centros urbanos. Os programas governamentais de desenvolvimento regional aplicados na região, sobretudo a partir dos anos 60, canalizaram grandes investimentos industriais prioritariamente para esses dois municípios. Manaus, em particular, teve tratamento especial como “Zona Franca”, absorvendo estruturas industriais complexas, voltadas para a exportação de produtos de alta tecnologia. Encastelada em plena floresta, a cidade passou a produzir para os mercados extra-regional e internacional. Num curto espaço de tempo, surgiram no mercado computadores, materiais eletrônicos, motos e uma gama de produtos industriais oriundos do verdadeiro “enclave” em que se transformou a cidade.

⁵ Mais uma vez, é importante lembrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera urbanas as populações que habitam cidades ou sede de municípios, independentemente do seu tamanho.

Tabela 1: Amazônia Legal – rede urbana por tamanho (2000).

Classe de tamanho	N.º de municípios	População total	População urbana	População rural	Pop. total %	Pop. urbana %	Pop. rural%
mais de 1.000.000	2	2.683.675	2.666.339	17.318	13,48%	19,45%	0,28%
500.000-1.000.000	1	867.690	834.968	32.722	4,36%	6,09%	0,53%
100.000-500.000	17	3.688.751	3.275.363	413.388	18,52%	23,89%	6,66%
50.000-100.000	44	3.056.782	1.993.358	1.063.424	15,35%	14,54%	17,14%
20.000-50.000	161	4.835.867	2.647.852	2.188.015	24,28%	19,31%	35,27%
menos de 20.000	525	4.780.588	2.291.676	2.488.912	24,01%	16,72%	40,12%
Total	750	19.913.353	13.709.556	6.203.779	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE. Censo 2000.

Fazendo uma análise com o devido recuo no tempo, pode-se verificar que a política de industrialização então implementada rompeu com a tradicional dinâmica da economia regional de exploração de recursos da floresta (minerais e vegetais) e instaurou uma lógica comum a centros mais industrializados do país e do mundo. A instalação de grandes firmas nacionais e multinacionais passou a caracterizar uma sociedade industrial situada em plena floresta, sobretudo nas duas cidades capitais. Por outro lado, as políticas de desenvolvimento tiveram ainda um peso enorme no meio rural, com a exploração de recursos naturais e a implantação nos limites da região de atividades agropecuárias também para atender os mercados interno e internacional (madeira, minerais, carne, soja, etc.).

O resultado, portanto, é que a Região Amazônica, que desde o ciclo da borracha, no início do século XX, já se inseria no mercado internacional, tem sua presença consolidada na atual era global, integrada organicamente aos circuitos internacionais do capital, o que tem efeitos diretos na conformação dos grupos sociais de suas cidades. Ao lado de um segmento de assalariados, sobretudo nos grandes centros industriais, há também o assalariamento de parcelas dos trabalhadores rurais e nas pequenas aglomerações, num processo tendencial de generalização da lógica contratual, regulada por relações monetárias, na região. É absolutamente importante assinalar esse processo de monetarização das relações sociais na área, mesmo que ele ainda se faça por meio de mecanismos desiguais e combinados, nos quais convivem processos sociais tradicionais e outros extremamente modernos. Pelas próprias características regionais, os produtos da floresta ainda são importantes para a economia da Amazônia brasileira, mas concorrem com as modernas formas de produção de riquezas, conformando uma sociedade híbrida, heterogênea.

No último censo, o Produto Interno Bruto (PIB) regional estava concentrado nas duas grandes cidades da região: 31,18% do total produzido na Amazônia são gerados nos municípios de Manaus e Belém, enquanto os municípios nas últimas duas faixas de tamanho, que concentram 46,54% da população total regional, concorrem com apenas 26,35% do PIB regional. Essa concentração da capacidade de gerar riquezas em dois municípios é mais evidente quando se observa o PIB *per capita*: nos dois maiores centros, ele atinge U\$S 7.084, mas não passa de U\$S 1.724 nos municípios com menos de 20.000 habitantes. Maiores detalhes podem ser observados na tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Rede urbana por tamanho e PIB (1996) em US\$ de 1998.

Classe de tamanho	N.º de municípios	População total	População total %	PIB	PIB total %	PIB per capita
mais de 1.000.000	2	2.301.669	13,05%	16.304.962.462	31,18%	7.084
500.000-1.000.000	1	780.833	4,43%	3.321.786.676	6,35%	4.254
100.000-500.000	18	3.468.434	19,66%	13.011.052.393	24,88%	3.751
50.000-100.000	43	2.880.678	16,33%	5.871.524.505	11,23%	2.038
20.000-50.000	145	4.414.991	25,02%	7.232.941.291	13,83%	1.638
menos de 20.000	406	3.797.048	21,52%	6.546.483.809	12,52%	1.724
Total	615	17.643.653	100%	52.288.751.136	100%	2.964

Fonte: IBGE. Contagem da população 1996; IPEA. PIB Municipais 1996.

Poder regional e poder urbano na Amazônia

Dos baixos níveis do PIB *per capita* das pequenas aglomerações regionais, podemos deduzir um generalizado grau de precariedade na qualidade de vida urbana regional. Se essa constatação não chega a ser original – o Brasil, no seu conjunto, é bastante desigual (social e territorialmente) na distribuição da riqueza gerada socialmente –, pode indicar, por outro lado, que uma parte substancial da população regional estabelece vínculos sociais nos lugares onde a participação das relações monetarizadas é ainda precária. Em outras palavras, podemos considerar que o volume de moeda que circula nas esferas populares ainda é insuficiente para gerar uma sociedade de consumo de massa.

Essa constatação poderia ainda mostrar que a relação campo/cidade faz-se ainda com base na agricultura e na produção de bens em escala familiar por uma parte importante da população. Se assim é, e considerando a estrutura industrial dos dois centros urbanos e de alguns dos grandes projetos minerais na região, fica evidenciada ainda a profunda heterogeneidade da sociedade regional, que reproduz a lógica social brasileira nos seus traços mais característicos: concentração territorial de riquezas geradas socialmente, desigual distribuição infra-regional da renda, diferentes formas de inserção na lógica social baseada no convívio da modernidade e do tradicionalismo.

Trata-se de características regionais importantes, que devem ser destacadas, pois revelam importantes processos sociais em curso na região e, sobretudo, uma complexificação da tradicional relação urbano/rural a que estávamos acostumados nos estudos sobre a realidade regional. Portanto, a relação urbano/rural na Amazônia pressupõe agora certas qualidades que têm suas raízes nas próprias cidades. Melhor dizendo, é preciso incorporar o ambiente urbano nas reflexões sobre a realidade regional.

Em primeiro lugar, é verdade que a “cidade” é um ambiente social, por excelência mercantilizado, na medida em que a existência social urbana é praticamente regulada por relações monetárias. Entretanto, para o universo das pequenas cidades (cerca de 46% da população total e do conjunto de municípios), trata-se de um espaço social onde o modelo de equivalência, embora seja hegemônico material e simbolicamente nas trocas aí realizadas, não é exclusivo. A Amazônia tem sido submetida à lógica de expansão capitalista há séculos; porém, a pujança das reservas naturais e a enorme disponibilidade de terras aliada à baixa densidade

populacional produzem ambientes sociais peculiares. Cidades marcadas por características regionais (economia mineral, extrativista, industrial, agricultura de exportação, regiões de fronteira, etc.) formam uma rede de cidades complexa e heterogênea que, dada a precariedade da infraestrutura de transporte, tem baixa conexão e fluxos dispersos, muitas vezes polarizados por centros extra-regionais.

As práticas não mercantis não são, portanto, estranhas à realidade interiorana da Amazônia, ainda que a tendência nessa direção tenha-se firmado de forma brutal. Entretanto, é a convivência de ambas as esferas – mercantis e não mercantis – que confere especificidade ao fato urbano na região, exigindo a sua decodificação para compreendê-la como fenômeno cultural. Conviria investigar as formas de manifestação do vínculo social no espaço urbano regional e sua relação com o espaço rural, ou seja, verificar se aí as relações entre os homens também dariam suporte às relações entre as coisas.

Essa característica ainda se reflete na divisão do poder social na estrutura da sociedade regional: é justamente nas cidades da região que se localizam as instâncias decisórias, tanto do aparelho do Estado quanto da sociedade civil ali existente. Os instrumentos utilizados nessa empreitada escapam da hegemonia dos sindicatos e partidos políticos que, embora presentes e atuantes, dividem a tarefa com setores organizados da sociedade civil, especialmente as organizações não-governamentais (ONG). Trata-se sem dúvida de um fenômeno significativo dentro da estrutura de poder regional, que pode ser considerado como a manifestação daquilo que se conhece como sociabilidades primárias: vínculos construídos nas relações de parentesco, amizade, vizinhança, com ideais comuns, que adquirem maior visibilidade nos aglomerados urbanos. A complexidade que se constata nas relações sociais em que se constituem e manifestam os interesses de grupos ou os interesses temáticos resulta da convivência dessas sociabilidades primárias com as sociabilidades secundárias; nessas últimas, é o mercado (onde o preço, mecanismo impessoal, não depende das pessoas), o Estado (a lei aplicada a todos) e a ciência (lugar da verdade radicalmente neutra) que imprimirão um caráter impessoal às relações pessoais (CAILLÉ, 2000).

Na relação entre “redes” (sociabilidades primárias) e “aparelhos” (sociabilidades secundárias), poderia inserir-se a lógica social da região na sua totalidade urbana/rural. Isso porque o urbano na Amazônia é

heterogêneo: é uma mistura de estilos de vida rural e de vida na aglomeração, reforçada pela enorme diversidade de produtos extrativos que compõem o conjunto importante de bens que circulam no meio urbano. Para alguém de fora da região, isso evoca elementos tradicionais numa sociedade em processo de mudança. O discurso ambientalista, por exemplo, originário de meios intelectuais urbanos, impregna a região, mas, em vários momentos, parece estar deslocado da realidade, é exótico para os habitantes locais.

Se adotarmos a noção de “redes” – no sentido de relações em que a entrada e a saída dos participantes é aberta, livre – e a de “aparelhos” – cuja entrada é controlada por códigos formais –, dar-nos-emos conta de que o discurso ambientalista impregnado de princípios formais acaba por parecer estranho aos olhos de grande parte da população autóctone. Acostumada secularmente a conviver com a floresta, que lhe oferece o essencial da sobrevivência, essa população vê-se diante de fatos provocados sobretudo por agentes exógenos, que se utilizam de forma mercantil dos recursos naturais da região. É, no nosso entender, justamente essa dicotomia entre um segmento que se apresenta como “moderno” e um outro local, “atrasado”, que acaba por provocar uma forte contradição, em que propostas de intervenção, com ares de originalidade, nada mais fazem do que reescrever numa linguagem diferente aquilo que é rotina das populações do lugar: os recursos da floresta devem ser preservados pela sua importância para a reprodução dos modos tradicionais de vida da sociedade local.

A título de conclusão

Nossas reflexões levam-nos a tentar caracterizar o urbano na Amazônia com base nas características ambientais e sociais da região, ou, pelo menos, sobretudo a partir delas. Tradicionalmente se pensa que a cidade ocidental é produto da industrialização e que, em razão da necessidade de força de trabalho para a indústria, ela atrai populações à procura de emprego. Concordamos com esse esquema geral para explicar o aparecimento e o desenvolvimento de grandes centros urbanos industriais, o que culminou com a metropolização das sociedades atuais. A força da atração que a cidade exerce sobre populações espalhadas

pelo campo é sem dúvida universal e ultrapassa até mesmo a existência de atividades industriais, como ocorre em sociedades com baixo nível de produção industrial e elevado índice de urbanização, tal qual constatado em vários países da América Latina e da África. Fala-se mesmo em urbanização sem industrialização, num questionamento objetivo da correlação mecânica entre uma e outra.

Entretanto, mesmo que a urbanização dependa, em suas características mais essenciais, de condições e fatores históricos preexistentes ao desenvolvimento industrial ou mesmo de elementos amplamente independentes da concentração industrial e do emprego na manufatura – caso das cidades capitais –, não é fora de propósito considerar o fenômeno de urbanização como um dado “cultural”, por impregnar as mentalidades, independentemente do fato de as populações morarem no campo ou na cidade. A circulação de valores novos nas cidades talvez justifique a importância que se deva dar ao espaço urbano como núcleo difusor de inovações, tanto na produção econômica, como também, e, sobretudo, na produção de formas simbólicas. Essa consideração adquire maior pertinência se olharmos o fantástico desenvolvimento dos meios de comunicação nos últimos anos do século XX, que alterou radicalmente a noção de tempo e de espaço, dimensões particularmente estratégicas para os povos que vivem na floresta. Nesse sentido, as pesquisas que precisam ser feitas sobre a disposição dos elementos no quadro urbano e sobre as sensações que eles provocam exigem hipóteses arrojadas, que convém corrigir constantemente à luz da experiência, pela crítica e pela autocrítica.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

CAILLÉ, Alain. **Anthropologie du don**: le tiers paradigme. Paris: Desclée de Brower, 2000.

CAILLÉ, Alain; LAVILLE, Jean-Louis. Actualité de Karl Polanyi. **Revue du MAUSS**, Paris, n. 29, p. 80-109, premier semestre 2007.

CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. **Propriété privée, propriété sociale, propriété du soi**. Paris: Fayard, 2000.

DOUGLAS, Mary. Pour ne plus entendre parler de la “culture traditionnelle”. **Revue du MAUSS**, Paris, n. 29, p. 479-516, premier semestre 2007.

GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. **L'esprit du don**. Paris: Boréal, 1992.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1999. p. 145-279.

OFFE, Claus. **O capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POLANYI, Karl. **La grande transformation**: aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.

POLANYI, Karl. Le sophisme économiciste. **Revue du MAUSS**, Paris, n. 29, p. 63-79, premier semestre 2007.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidades. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 73-96.

WIRTH, Louis. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac. **L'École de Chicago**: naissance de l'écologie urbaine. Paris: Aubier, 1979. p. 255-282.

Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional

José Aldemir de Oliveira*
Tatiana Schor**

A principal marca da paisagem urbana de Manaus, ontem e hoje, é a sua configuração no limite da contradição e dos extremos do passado: “ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser” (SANTOS, 2006, p. 13). Situada no meio da selva, a malha urbana da cidade não comporta um só parque florestal; localizada às margens de dois grandes rios amazônicos e drenada por inúmeros pequenos cursos d’água interiores, a cidade cresce de costas para os rios, aterra seus igarapés ou deixa-os como veias abertas a drenar esgotos, e, no nosso agora, parte da população tem dificuldade de acesso à água potável.

A origem da cidade remonta ao processo de colonização portuguesa na Amazônia no século XVII, cuja estratégia era a criação de fortes militares e de missões religiosas, mais tarde transformadas em povoações, algumas delas elevadas, posteriormente, à condição de vilas e cidades. A localização da cidade de Manaus é altamente privilegiada, conforme apontaram vários viajantes que por aqui passaram no século 19 (AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E., 1975; AVÉ-LALLEMANT, 1980; BATES, 1979; MARCOY, 2001; SPIX; MARTIUS, 1938), o que foi reafirmado no século 20 em estudos realizados por Aziz Ab’Saber (1953) e Mário Lacerda de Melo (1990): Manaus situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões, que se encontram para formar o rio Amazonas, e está equidistante da fronteira oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica. Essa localização possibilita, desde sua origem como forte

* Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Professora adjunta do Departamento de Geografia da UFAM e pesquisadora do NEPECAB.

em 1669, conexões com diferentes localidades da Amazônia e permite que a cidade de Manaus de hoje seja um importante centro de circulação de mercadorias e de pessoas para o *hinterland* e da região para o restante do País e outras partes do mundo. A excepcional posição geográfica faz com que a cidade desempenhe uma importante função portuária, concentrando o fluxo principalmente para a Amazônia Ocidental – um dos fatores de crescimento da cidade no período da borracha e atualmente com a Zona Franca de Manaus (ZFM) (RIBEIRO FILHO, 2004, p. 9).

O presente texto analisa a dinâmica urbana de Manaus, mostrando que essa dinâmica está associada aos sucessivos eventos da história socioeconômica da região: a fortificação utilizada como estratégia de ocupação até meados do século 18 e a criação de vilas para a consolidação da conquista portuguesa; a origem da Amazônia brasileira no início do século 19, quando Manaus passa de povoamento à situação que oscila entre *povoado* e *vila*, até ser elevada à condição de cidade e se transformar em capital da Província; o crescimento da cidade no período da borracha no final do século 19; a criação e a implantação da Zona Franca na década de 60 e suas transformações, culminando, no início do século 21, com o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Esses breves períodos de crescimento urbano são intercalados por outros de longa estagnação.

Do forte à cidade

O surgimento ou a criação daquelas que viriam a ser as primeiras cidades da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco se deu de forma diferente da criação do restante das outras cidades da colônia portuguesa. Os povoados, as vilas e cidades que foram sendo criadas na Amazônia são demonstrações dos monumentos e das ruínas dos espaços de poder impostos (SILVA, 2000, p. 223). Desde o início da colonização, esses aglomerados constituíram *locus* estratégicos e sempre estiveram associados à imposição de um projeto civilizatório que se estabeleceu por meio do deslocamento de valores e tinha nas vilas o seu ponto de apoio para a imposição de uma estratégia hegemônica no espaço. As vilas serviam de sede para a representação do poder da coroa

portuguesa e serviam também de paróquias, ou seja, de sede do poder espiritual (REIS, 1993, p. 34).

As primeiras tentativas de ocupação portuguesa no que é hoje o Estado do Amazonas ocorrem na segunda metade do século 17, quando dois missionários jesuítas entram em contato com os índios do rio Negro, reunindo-os em uma missão localizada possivelmente na foz do rio Tarumã. A missão é abandonada em 1661, cerca de dois anos após a sua criação. Enquanto permaneceu ativa, serviu como ponto de apoio para os descimentos de índios, 600 no primeiro ano e mais 700 um ano depois (BARROS apud MOREIRA NETO, [sem data] p. 16).

Em 1669, é criada a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, a leste da antiga missão, à margem esquerda do rio Negro, próxima à foz. A criação da Fortaleza revela a preocupação portuguesa com a conquista do território, sendo um ponto de apoio para a interiorização da região, que atingiu, em meados do século XVIII, a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga, situada a cerca de 3.500 quilômetros a oeste da foz do rio Amazonas, o que consolidou a fronteira ocidental da Amazônia Portuguesa com as colônias espanholas. A Fortaleza também serviu de base para a exploração do vale do rio Negro pelos portugueses, que ampliaram seus domínios no sentido norte até a missão do rio Branco, então sob a responsabilidade dos missionários carmelitas. A Fortaleza da Barra, a Missão do rio Branco e mais o povoado Cabori – todos localizados no rio Negro – constituem os principais povoados portugueses no *hinterland* amazônico no final do século 18 (REIS, 1989, p. 67-70; MENEZES, 1985, p. 56).

Ao redor do Forte foram agrupando-se casas toscas, não havendo a preocupação em estabelecer o traçado das ruas. Ao contrário, as primeiras casas foram construídas às margens dos cursos d'água, acompanhando as curvas do terreno, não surgindo ruas em um plano geométrico, não havendo qualquer tendência organizativa. Tratava-se, pois, mais de uma obra da improvisação. O povoado que começa a surgir ao redor da Fortaleza parece não ser um produto mental, pois não apresenta nenhum rigor ou planejamento (MONTEIRO, 1971, p. 14). Pode-se afirmar que, na fase inicial, a construção do povoado ao redor do Forte foi realizada sem nenhum rigor, nenhum método, de modo desleixado, tomando-se emprestadas

expressões de Sérgio Buarque de Holanda, ao comparar a construção das cidades espanholas com as portuguesas na América (HOLANDA, 1987, p. 76).

Na metade do século 18, durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), Portugal toma medidas que modificam o processo de colonização da Amazônia. São adotadas inúmeras providências, entre as quais a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), a implantação do *Directorio dos Índios*¹, a elevação de 46 aldeias missionárias à condição de vila (CORRÊA, 2006, p. 199) e a implementação da nova divisão territorial da região, com a criação, em 1755, da Capitania de São José do Rio Negro, sendo escolhida como sede do poder a vila de Mariuá (atual Barcelos). O vale do rio Negro passou a concentrar dezenove povoados portugueses na parte ocidental da Amazônia, o maior número até então. Alguns desses povoados foram elevados à condição de vila e receberam nomes portugueses, como Carvoeiro, Poiares, Moreira, Tomar. Das dezenove vilas criadas no vale do rio Negro, no ano de 1847, quando da passagem de Paul Marcoy pela Amazônia, restavam apenas três (MARCOY 2001, p. 163-164).

A localização dos povoados, vilas, fortes e missões demonstra, à primeira vista, a geoestratégia de Portugal em ocupar e conquistar a região. No caso da Amazônia Ocidental, a preocupação era especialmente com os espanhóis, porque a fronteira dos domínios da Espanha e de Portugal ainda não havia sido estabelecida até metade do século 18. No final do século 18, Portugal já tinha consolidado seu domínio na Amazônia, garantindo a posse do território e praticamente estabelecendo os limites fronteiriços ao norte e a oeste, existentes até hoje.

Um pouco antes, na segunda metade do século 18, vilas são criadas e, em um curto período, ganham e perdem o ímpeto como *locus* de defesa, em decorrência da consolidação do Tratado de Madrid, ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, e do Tratado do Prado, em 1778, que fixam os limites da Amazônia Lusitana (RIBEIRO, 2000, p. 31-34).

¹ Documento equivalente às Constituições, cuja aplicação aos índios tinha, além do propósito evangelizador, o objetivo estratégico de defesa do território e de povoamento; apresentava também um plano de secularização no serviço da administração dos índios, o qual, entre outras medidas, visava à substituição dos missionários regulares por funcionários civis e militares (ALMEIDA, 1997, p. 14).

Do mesmo modo, o acordo entre Portugal e Espanha faz com que alguns fortes percam importância. Em 1783, por exemplo, a Fortaleza de São José do Rio Negro é desativada, o que demonstra que, com a consolidação do domínio português na Amazônia, algumas bases intermediárias perdem as funções de defesa (AB'SABER, 1953, p. 25; MONTEIRO, 1971, p. 45). Em 1847, quando Paul Marcoy (op. cit.) passou pela Amazônia, o forte reduzia-se a ruínas e há muito havia sido desativado.

A desativação de fortes não pode ser tomada *per se* como reveladora da estratégia de defesa de um vasto território adotada pela ocupação portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18. Embutidas na estratégia de defesa, há dimensões econômicas motivadas pelo mercantilismo português, que colocam a Amazônia como alternativa para a reconstrução do empório asiático de Portugal, perdido para outras nações européias. Mais que isso, a política de Portugal para a Amazônia no século 18 é parte do processo de reorganização econômica e política do sistema colonial no contexto das transformações ocorridas na Europa (SILVA, 1996, p. 46).

No final do século 18, os povoados e vilas da Amazônia Ocidental localizavam-se de modo disperso no sentido linear, estendendo-se na direção leste/oeste desde a foz do rio Amazonas e penetrando cerca de 3.500 quilômetros até a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga. A direção da penetração do povoamento contrasta com a pouca densidade da ocupação portuguesa no sentido norte/sul, que se limita ao vale do rio Negro e à vila de Borba e ao povoado São Francisco de Crato no vale do rio Madeira.

Nas primeiras décadas do século 19, há mudanças importantes, refletidas na criação ou supressão de vilas, em decorrência da integração da região à Nação Brasileira. Em 1825, o Governo Imperial, mediante o Aviso n.º 283, abole a Junta Governativa do Rio Negro e incorpora a Capitania de São José do Rio Negro à Província do Pará. Em 1833, para a execução do Código do Processo Penal², é criada a Comarca do Alto Amazonas, com quatro vilas,

² Instrumento jurídico criado em 1832 que unifica a legislação. O Código de Processo Penal tem grande importância para a produção do espaço da Amazônia, pois determina a divisão das províncias em termos e comarcas.

que servem de sede aos termos, entre as quais o Lugar da Barra do Rio Negro, elevado à condição de vila com a denominação de Manáos, nome que perderia em 1843 para Cidade da Barra e recuperaria em 1856 alterado para Manaus (REIS, 1999, p. 64-73).

Em meados do século 19, vários acontecimentos contribuem para a modificação da paisagem da região e determinam, em linhas gerais, o arcabouço do que é a malha urbana do Amazonas, tendo Manaus como cidade primaz. Entre esses acontecimentos, está a elevação do Amazonas à categoria de província, em 1850, instalada dois anos depois, tomando por capital Manaus, que havia sido elevada da condição de vila à de cidade, em 1848. Outros acontecimentos com implicações na Amazônia e na cidade de Manaus são: a introdução da navegação a vapor, em 1853, dando-se exclusividade à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas – que foi dirigida pelo Barão de Mauá – e a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira em 1866 (OLIVEIRA, 1983, p. 220-221). Tais eventos, juntamente com a procura crescente no mercado externo da borracha, possibilitam a exploração extensiva dos seringais, que culmina com o *boom* econômico, dando nova feição à cidade de Manaus.

O crescimento da cidade da borracha

Nas últimas décadas do século 19, ocorre a primeira expansão urbana, propiciada pela produção da borracha. Esse período pode ser caracterizado, do ponto de vista da morfologia da cidade, pela expansão e pela criação de infra-estrutura e de serviços urbanos, que se desenvolvem menos pelas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriram com o crescimento econômico determinado pela produção e pela exportação da borracha. Manaus fica, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional. Portanto, a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair, desconhecer ou mesmo desvalorizar o fato de que há uma minoria interna que se beneficia com o processo de exploração do látex e com a expansão dos serviços urbanos.

O *boom* da borracha, que perdura até 1912, possibilita, com todas as contradições apontadas (MESQUITA, 1997; DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003), que a cidade passe por um significativo processo de modernização,

resultado dos efeitos imediatos da exploração e da exportação do látex como principal produto e que se completa em uma economia voltada para a exportação de matérias-primas e de gêneros tropicais. Essa característica da economia da Amazônia está inserida na transição da economia brasileira do século 19 para o século 20, que se baseia na produção agrícola compartimentada e distribuída pelas várias regiões do Brasil. Como assinala Caio Prado Júnior (1978), cada uma das regiões passa a desenvolver a monocultura de maneira isolada e a produzir quase exclusivamente para a exportação. O principal produto de exportação brasileira no período é o café, vindo a seguir a borracha, de acordo com o que se lê na tabela abaixo.

Tabela 1: Exportações brasileiras de 1905 a 1909 (em milhões de libras esterlinas).

Ano	Café	Borracha	Outros	Total
1905	21,4	14,4	8,8	44,6
1906	27,6	14,1	11,4	53,1
1907	28,6	13,2	12,4	54,2
1908	23,1	12,5	8,5	44,1
1909	33,5	18,9	11,3	63,7
Total	134,2	73,1	52,4	259,7

Fonte: LOUREIRO, 1986, p. 68.

A borracha representa, em média, 28% dos recursos de todas as exportações brasileiras no período. Em 1910, a produção da borracha atinge 38.177 toneladas e produz divisas da ordem de 24 milhões e 646 mil libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 239). No ano seguinte, a produção chega ao ponto mais alto, com 44.296 toneladas, sendo responsável por divisas da ordem de 25 milhões de libras esterlinas (REIS, 1997, p. 111). Como nesse período grande parte da borracha produzida no Brasil provém da Amazônia, esse dado é tanto mais significativo quando se considera que a população da região em 1910 é estimada em 1.217.024 habitantes, o que representa aproximadamente 5,3% da população do Brasil.

A partir de 1911, ocorre o declínio da produção e dos preços, e somente quase a metade da produção de látex desse ano é atingida em 1920, com 23,8 toneladas cotadas a 1\$350 réis, quando em 1910 a tonelada do produto atingira 17\$800 réis. A queda dos preços decorre

especialmente do fato de que a borracha produzida nas colônias inglesas do Sudeste asiático entra no mercado com grande produtividade e menores preços.

O aumento da produção da borracha e o crescimento da demanda externa ocorridos nas últimas décadas do século 19 e nas primeiras do século 20, de um lado, representam grande crescimento econômico; de outro, acentuam as características de uma sociedade conservadora, baseada exclusivamente na exportação de produtos naturais. Predomina, nesse período, a lei da selva e, como assinalamos no livro *Cidades na selva* (OLIVEIRA, 2000), pode-se sustentar que a riqueza produzida na Amazônia, na época da borracha, provinha de dois líquidos: da seiva da *Hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros.

Esse processo, com múltiplas contradições e conflitos, dá a dinâmica da produção do espaço urbano de Manaus, que à época da borracha é a cidade dos poderosos. É a “cidade do fausto” (DIAS, 1999), do poder e da harmonia. É a cidade sem problemas, pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista:

cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de líos importadas de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem-cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica a partir de 1896, rede de esgotos em construção e bondes elétricos desde 1895, espantando até visitantes europeus do raio do século, com suas alucinantes velocidades de 40 a 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta até os arrabaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras (LOUREIRO, 1986, p. 33).

A Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista é fruto da racionalidade que se impõe a partir da abertura de ruas, da construção de pontes e do aterro de igarapés; resulta de um urbanismo cujo objetivo era a busca, por meio da técnica, de soluções para os vários problemas de uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais. Esse urbanismo racional, mas não necessariamente funcional, sempre se apresentou vazio de referências quando articulado ao mundo, pois não finca raízes no lugar, visto ser

carente de memória. Essa Manaus, mais que uma cidade real, fazia parte do imaginário da elite ligada ao extrativismo.

O caríssimo *Hotel-Restaurant Française* da Eduardo Ribeiro n.º 35 era muito popular na classe mais abastada. Edifício sólido, de dois andares, havia sido construído no melhor estilo francês ‘rococó’, tão popular no Brasil no início do século. Ele oferecia uma comodidade nova, que só existia nos estabelecimentos comerciais mais prósperos, inovação tornada possível graças à Manaus Wright Company, que trazia testemunho da modernidade da cidade – a luz elétrica. Num tom de ‘a nossa cidade tem de tudo o que há de mais moderno’, o *Hotel-Restaurant Française* fazia alarde do fato de ser ‘iluminado à eletricidade’. Multidões superlotavam as mesas do salão de jantar e das calçadas ao som de uma pequena orquestra (BURNS, 1966, p. 13).

A espacialização que se concretiza para uma minoria só é possível pela riqueza produzida pela borracha. A “Manaus do fausto” é a cidade genérica, na qual o tempo cristaliza no espaço práticas alheias ao lugar, que não permitem compreender a história da cidade. Essa cidade é, em alguns casos, a cidade imaginária; não é necessariamente a cidade real. As novas territorialidades que se produzem na cidade, nesse período, são quase sempre impostas; como tal, o poder, a produção e a riqueza são lançados para o mundo fora da Amazônia, enquanto a experiência, a vivência, a cultura e a história são projetadas para o lugar. Aqui se estabelecem as contradições e os conflitos que de certo modo demarcam a construção do espaço urbano na Amazônia e em particular em Manaus: um hiato separa as dimensões econômicas dos processos sociais e a maioria da população, não sendo possível medir o bem-estar da população pela riqueza produzida.

No período da borracha, embora tenha sido construída uma importante infra-estrutura urbana de transporte, de energia e de saneamento, ou seja, embora tenham sido aplicadas as mais avançadas técnicas urbanísticas da época, “vendidas” como sinais de progresso e de crescimento, a maioria da população não teve acesso a elas e nem mesmo teve suas necessidades básicas atendidas. Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguem estabelecer as condições de produção e de reprodução da cidade, para o atendimento dos interesses hegemônicos. Na “Manaus do fausto”, o

espaço urbano é sempre apresentado como um largo cenário onde só a elite tem rosto e se destaca.

Os melhoramentos da infra-estrutura urbana quase sempre excluem as periferias, produzindo a alienação da maioria dos moradores em relação à cidade que está sendo produzida. Essa é talvez a razão pela qual a elite extrativista, até os anos 20, concebe e imagina Manaus como a “Paris dos Trópicos” – o que, de resto, expressa um desejo não restrito a Manaus, mas faz parte do imaginário das elites de outras cidades brasileiras, que aqui como alhures não encontra nenhuma correspondência com a realidade. A cidade das obras suntuosas ostenta a riqueza e a cultura de uma elite tão postiça quanto ela. A imitação dos estilos de fora, considerados “civilizados”, só é possível em uma sociedade marcada por um processo de colonização cuja principal característica é a destruição da natureza e da cultura local. Por isso, no período áureo da borracha, engendra-se uma cidade e uma sociedade sem estilo, porque copia o estilo e, como tal, o perde, porque só o tem precariamente (MARTINS, 1994).

O mito da cidade da crise

O apogeu e a crise da borracha só confirmam que na Amazônia há longos períodos de crise para todos, com breves intervalos de prosperidade para poucos. Passado mais um período de breve euforia, pouco mais de duas décadas, a Amazônia, e principalmente o Amazonas, imerge em uma nova crise, à espera de um novo impulso, preferencialmente externo, capaz de retirá-la do abismo que parece continuamente condená-la ao (des)envolvimento e à (des)integração. Aqui parece que “não precisamos criar mitos para saber que já estamos perdidos. Os mitos nos criam. Somos óbvios em tudo, até porque a tradição que nos deram nada tem de verdadeiro que deva ser salvo” (TUFIC apud SOUZA, 1977, p. 185).

A crise da economia da borracha atinge especialmente Manaus no início da década de 20. A cidade harmoniosa entra em crise, embora mantenha a ostentação dos magníficos casarões superpondo-se à pobreza evidente da maioria sempre crescente. Então vem à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades

dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés e do outro lado do rio, emergindo os bairros Educandos, Curre, Plano Inclinado, Matinha, São Raimundo, Morro da Liberdade, onde os moradores buscam ser os novos sujeitos da produção do espaço urbano. Para esses sujeitos, a crise da cidade tem outra dimensão, pois não se enquadra nem nas determinações da elite extrativista nem nas do Estado.

No período áureo da borracha, as vozes dos simples e os conflitos são abafados; na crise, porém, eles ecoam como sinal resistência e de inconformismo. Isso ocorre porque a cidade não é o resultado das determinações do Estado e do capital, ela também contém na sua paisagem as ações simples dos seus moradores que atenuam os efeitos estruturais hegemônicos e determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos vários sujeitos produtores da cidade.

Quando se retoma a história da cidade de Manaus, nesse período considerado por vários autores como o da cidade em crise, verifica-se uma espacialidade que não se tornou vencedora, revelando o virtual que não se transformou em real, mas que se colocou em um determinado momento como possibilidade de surgimento de outros modos de vida e de outras formas de organização da cidade, diferentes das que se tornaram dominantes. A resistência, que não é necessariamente uma ação política, constitui-se, do ponto de vista socioespacial, o inconformismo, concretizado em ações que não são capazes de mexer nas estruturas, mas produzem modos de vida diferente do imposto pelas relações sociais de produção dominantes e, com isso, produzem a morfologia da cidade diferenciada. Esse processo é contínuo, mas não linear, no tempo e no espaço, refletindo múltiplas dimensões da vida no território, das quais ficam resíduos na paisagem.

Nesse sentido, a espacialização que se foi produzindo corresponde também às reações coletivas e aos conflitos que passam pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários sujeitos sociais que constituem a resistência coletiva contra a tendência homogeneizante que até então se impõe a eles.

Um exemplo disso pode ser encontrado na morfologia da cidade. Do ponto de vista espacial, a cidade caracteriza-se por uma geomorfologia

entrecortada de igarapés. Ora, esses cursos d'água serviriam não apenas para a realização de atividades como lavar roupa, apanhar água, pescar, mas também para a circulação e, principalmente, para a realização das festas e dos eventos humanos. Os igarapés, até meados do século 20, permitiam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos populares, em parte porque esses espaços escapavam ao controle das estruturas de poder, visto que não necessariamente faziam parte do lazer dos segmentos mais ricos.

Portanto, a crise da cidade ou a cidade em crise que caracteriza Manaus a partir da decadência da economia da borracha pode ser um mito, porque tem dimensões diversas para segmentos diferenciados da população: da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o conjunto de seus moradores. Essa contradição resulta do fato de que a produção do espaço urbano está afeita também ao lugar e às suas especificidades, possuindo a dimensão do cotidiano.

De qualquer modo, a crise da borracha atinge as finanças públicas e a circulação de mercadorias ligada à rede de exploração do látex, a qual se atrela fortemente à estrutura de poder baseada em uma sociedade extrativista. Não se buscam alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais, que tentam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com o bloqueio dos seringais asiáticos, a Amazônia recebe novo impulso, que provoca certa euforia pela possibilidade de retomada do *boom* da borracha, especialmente para a cidade de Manaus. A operação, denominada de “Batalha da Borracha”, que atendia ao esforço de guerra dos Estados Unidos da América, torna-se, entretanto, efêmera e passageira e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica, e o esperado progresso novamente não chegou.

Esta talvez seja a principal característica da temporalidade e da espacialidade da Amazônia, aí incluída Manaus: a espera. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, é sempre inacabado, é o transitório nunca chegar ao ponto. Aqui se está sempre à espera das migalhas que nos são lançadas pelos de fora, e isso decorre

do fato de o espaço-tempo da Amazônia caracterizar-se pelo atraso, por um processo que não se conclui, por ações que não chegam ao fim. “Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer” (MARTINS, 1994, p. 11).

Na Amazônia, e especialmente em Manaus, na visão dos segmentos dominantes com fortes influências da velha elite extrativista, a história não deve ser feita, deve ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha enquadra-se nessa perspectiva, pois três décadas de crise não contribuíram em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. É mais fácil esperar. Isso é mais significativo tratando-se de uma cidade que teve um papel importante na economia do mundo, visto que nos tempos áureos da borracha Manaus fez parte das *global cities* com todo o simulacro que o período encerrou. Trata-se, portanto, da espera de um lugar que antes estava ligado à rede e agora sonha em voltar a ser, já fez parte do mapa e agora percebe como é duro ser um não-lugar.

A cidade da integração nacional

A política de integração da Amazônia, mais efetiva a partir dos anos 60, determinou a produção de diferentes formas espaciais para embasar o desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se chocaram com as relações de produção até então existentes e transformaram a Amazônia, região-problema, em “vazio demográfico”. Assim, foram implantados projetos de “desenvolvimento regional” cuja meta era a “ocupação” da região para integrá-la ao restante do Brasil, o que significaria passar da decadência à ascensão. As políticas desenvolvimentistas, como denominadas por vários autores, retomam certos princípios adotados a partir dos anos 40 com a promulgação da nova Constituição de 1946, que incluía um artigo segundo o qual a União, os Estados e os Municípios eram obrigados a aplicar durante 20 anos 3% de sua renda tributária no desenvolvimento regional, por meio da execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O Plano foi apresentado como o grande esforço do governo federal para desenvolver a Amazônia, porém houve excessiva demora em sua regulamentação. Somente sete anos após a promulgação da Constituição,

em 1953, foi regulamentado o artigo 199 por meio da Lei n.º 1806, que definiu a área de abrangência do Plano de Valorização Econômica. A área de abrangência do Plano passou a ser conhecida como Amazônia Legal, incluindo parte dos Estados do Mato Grosso, de Goiás e do Maranhão. A mesma lei criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Após a criação da SPVEA, foram elaborados o Plano de Emergência (1953-1954) e o Plano Quinquenal (1955-1959), que privilegiavam a construção da infra-estrutura urbana. Entretanto, a execução desses Planos não atingiu todas as metas previstas, destacando-se apenas a construção da estrada Belém-Brasília, que resultou mais de uma determinação da geopolítica nacional do que de uma política regional. Além disso, foi dado suporte financeiro aos sistemas elétricos, especialmente de Manaus, que sofria rigoroso racionamento de energia.

A atuação da SPVEA na segunda metade dos anos 50 coincide com os anos JK, assinalados por significativas taxas de crescimento e pela ideologia desenvolvimentista, que tem como base duas dimensões aparentemente antagônicas: o crescimento econômico com base nacionalista e uma política econômica voltada para a internacionalização (CARDOSO, 1978, p. 386). Do ponto de vista da espacialidade, o evento mais importante foi a construção de Brasília, inaugurada em 1960, que significou a interiorização da capital e a sua ligação rodoviária a Belém, o que levou à implantação de uma rede viária com a abertura de grandes estradas na Amazônia, o que significou, na visão geopolítica originária da Escola Superior de Guerra (ESG), a integração do território amazônico ao restante do país.

A abertura de estradas na Amazônia correspondeu à estratégia que Meira Mattos (1979) denominou Frente Continental do Planalto. Essa frente descia as linhas secas entre os grandes afluentes da margem direita do rio Amazonas, avançando no sentido longitudinal para o interior da Amazônia. Manaus passa a fazer parte dessa rede de estradas por meio das rodovias Cuiabá – Porto Velho – Manaus, que se completava com a saída para o Caribe através da estrada Manaus – Boa Vista. Na visão dos militares, que tomam o poder em 1964, com as estradas é “mais fácil o desenvolvimento da nova estratégia de conquista da Amazônia pela via continental” (MATTOS, 1979, p. 95).

Se a abertura de estradas de certo modo provocou pouco impacto na espacialidade da cidade de Manaus, porque a construção foi um processo lento e as dificuldades de manutenção praticamente tornaram essas vias intransitáveis nos anos 70 e 80, a criação da Zona Franca e a implantação do Distrito Industrial, em 1967, tiveram efetivamente impacto na paisagem urbana de Manaus.

Como em todo o processo de produção da Amazônia enquanto região subalterna, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial são fatores determinados por interesses externos, embora novamente com a participação de segmentos internos. A criação de uma área de livre-comércio e de um pólo industrial fazia parte de um projeto de desenvolvimento regional com determinações geopolíticas e econômicas. Por meio desse projeto, Manaus aparece como uma base logística:

uma vigorosa presença brasileira no meio do enorme espaço subpovoado do país; uma base ou ponto de apoio para a expansão colonizadora, que se estava tornando imperiosa; um amplo mercado consumidor acessível, capaz de induzir o povoamento territorial e o desenvolvimento agrícola (MELO; MOURA, 1990, p. 40).

A estratégia do Estado fundava-se na doutrina da segurança nacional, em princípios geopolíticos e na ideologia de integração da região aos centros hegemônicos. Isso visava atingir dois objetivos: internamente, estabelecer um fluxo migratório controlado, aliviando as tensões sociais de outras regiões do País; externamente, além da preocupação com as fronteiras setentrionais, havia questões econômicas, como a exploração de riquezas minerais e a criação de mercado para escoamento de bens de produção dos centros industriais para a região (BECKER, 1990; HÉBETTE, 1985; IANNI, 1979; MARTINS, 1990).

Inicialmente tal abordagem considerava a Amazônia como fronteira de recursos definida como zona de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. A fronteira de recursos ainda estava baseada na ideologia do vazio demográfico e representou a estratégia institucional preconizada nos diversos Planos Nacionais de Desenvolvimento e referenciada nos Planos de Desenvolvimento da

Amazônia, instituídos a partir de 1964, visando ao avanço de grandes projetos públicos e privados. No caso específico de Manaus, foi criada uma zona de livre-comércio e implantado um pólo industrial – a Zona Franca de Manaus. As justificativas para a implantação da Zona Franca de Manaus estavam baseadas no projeto geopolítico e de desenvolvimento: o primeiro destinava-se a refazer e a reforçar os laços da região com o conjunto do País; o segundo, a abrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capital.

A cidade de Manaus da Zona Franca

A cidade de Manaus estava estagnada desde a segunda década do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações introduzidas após a criação da Zona Franca. As mudanças atingiram não apenas a paisagem da cidade, mas, e principalmente, o modo de vida das pessoas, que estava baseado no extrativismo, na coleta de borracha, castanha, sova, balata e tantos outros produtos, e que passa a ser influenciado por uma nova forma de produção ditada por um modelo ligado à mundialização da economia que então se esboçava.

A Zona Franca de Manaus tornou-se um pólo de isenção fiscal no centro geográfico da Amazônia pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. Inicialmente, sua área estava restrita à cidade de Manaus, tendo sido continuamente ampliada para toda a Amazônia Ocidental, compreendendo os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre e correspondendo a aproximadamente 25% do território nacional. Embora a sua implantação tenha ocorrido em 1968, a sua criação apoiava-se na Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, de autoria do deputado federal Francisco Pereira da Silva, sancionada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. A lei estabelecia como objetivo central a criação de uma área específica de livre-comércio destinada a atender o consumo interno na Amazônia ou a exportação para países limítrofes.

A ZFM deveria ocupar uma área de aproximadamente 200 hectares em Manaus, mas a legislação previa o estudo de

viabilidade do aproveitamento da Ilha de Marapatá para ampliação da ZFM (Art. 2). Previa ainda a lei a construção de instalações portuárias e de armazenagem para abrigar os bens importados ou industrializados a partir de matérias-primas regionais ou importadas dos países limítrofes (Arts. 3 e 4). Quando os bens importados pela Zona Franca de Manaus fossem vendidos ao resto da cidade de Manaus ou a qualquer outra parte do território nacional, sobre eles incidiriam as tarifas aduaneiras e impostas cobradas sobre tais operações (Art. 8). A ZFM foi considerada por esta lei como ‘empreendimento coordenado com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia’ (Art. 12). Isto implica que esta área de livre-comércio integrava a política de ocupação socioeconômica da região, iniciada no Governo Eurico Gaspar Dutra com base na determinação contida na Constituição promulgada em 1946, A Zona Franca de Manaus de então foi regulamentada pelo Decreto n.º 47.757, de 2 de fevereiro de 1960, sendo o entreposto implantado em um depósito alugado da Administração do Porto de Manaus (MACHADO, 2006, p. 57).

Antes de 1967 o impacto na espacialidade urbana foi insignificante, porém a partir dessa data, além da área de livre-comércio, foi instalado o Distrito Industrial, baseado especialmente na montagem de componentes da indústria eletroeletrônica. A partir de 1976, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão do governo federal responsável pela administração e pelo planejamento da Zona Franca, estabeleceu índices de nacionalização que tinham como objetivo evitar investimentos transitórios e a instalação de indústrias exclusivamente montadoras. Tal objetivo, além de nunca ter sido atingido na prática, na verdade contribuiu para a superposição de incentivos fiscais. Por isso, foi totalmente descartado em 1990, com a fixação do processo produtivo básico instituído pela Lei n.º 8.397/91, que isenta as empresas de qualquer índice de nacionalização em seus produtos. Esse histórico é comumente apresentado em três fases:

Quadro 1: Fases da Zona Franca de Manaus.

FASES	CARACTERÍSTICAS
1. ^a fase: Decreto-Lei n.º 288/67	Início da atividade industrial, com o lançamento da pedra Comercial (1967/1976) fundamental do Distrito Industrial de Manaus; predominância da atividade comercial – sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumo, bebidas, automóveis de passageiros, perfumes; expansão do setor terciário; expansão da atividade turística, com ênfase no fluxo doméstico; estabelecimento de limite (quota) de compras de produtos importados.
2. ^a fase: Substituição de importação (1976/1991) Decreto-Lei	Contingenciamento de importações – estabelecimento limites máximos globais anuais de importação; estabelecimento de índices mínimos de nacionalização para produtos industrializados na ZFM; prorrogação por n.º 1.455/76 mais 25 anos (até 2013) dos benefícios fiscais da ZFM (Art. 40 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias – Constituição de 1988).
3. ^a fase: Nova política industrial (a partir de 1991) Lei n.º 8.387/91	Substituição do critério de Índices Mínimos de Nacionalização pela prática de Processo Produtivo Básico (PPB) – o paradigma da “qualidade e produtividade”; eliminação dos limites máximos globais de importação (fim do contingenciamento); criação dos regimes de Áreas de Livre-Comércio (ALC) e do Entrepasto Internacional da Zona Franca de Manaus; fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus (PIM); construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), visando o estabelecimento de um pólo da bioindústria e da Zona Franca Verde; estabelecimento de diretrizes e ações para o desenvolvimento de um sistema de C&T&I e formação do capital intelectual local.

Fonte: SUFRAMA, 2003.

A fase 1 da implantação da Zona Franca de Manaus só foi possível em um governo autoritário, porque fazia parte da estratégia de rearticulação do sistema capitalista, o que exigia a intervenção do poder público, criando as condições necessárias para a instalação das empresas, concedendo-lhes isenção de impostos, construindo a infra-estrutura e criando facilidades para a remessa de lucros. Renan Freitas Pinto (1986),

citando o documento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), enumera as recomendações do órgão para a instalação das Zonas Francas:

Diminuição dos custos de transporte das matérias-primas; redução dos custos salariais; disponibilidade de uma abundante força de trabalho; diminuição dos custos de investimentos iniciais e, em conseqüência, do percentual de capital imobilizado, devido aos estímulos fiscais e materiais, aos serviços e outras regulamentações de vantagem na zona.

Além disso, o documento recomenda:

Isenção total de taxas e impostos por um período determinado de tempo, tanto para a maquinaria e instalações produtivas como para as matérias-primas necessárias à produção; liberdade de câmbio e garantia de *status* idêntico para o futuro, assim como livre repatriação de benefícios até determinado coeficiente; facilidades financeiras tais como a concessão de créditos a curto, médio e longo prazos, em condições vantajosas, quando forem necessárias para a construção de indústrias, incluindo a construção de edifícios não destinados à produção; tarifas especiais para serviços e transportes; criação de órgão administrativo central e autônomo situado dentro da própria zona, que assuma a obrigação e a responsabilidade da organização e administração da mesma, reduzindo ao mínimo a burocracia (DOCUMENTO Onudi apud PINTO, 1986, p. 26-27).

Esse documento fundamentou a estruturação da Zona Franca de Manaus e determinou as sucessivas modificações de sua base legal nas décadas seguintes, até que a Constituição de 1988 perenizou-a por 25 anos. Em 2003, sua validade foi ampliada até 2023.

Conforme se verifica, tais determinações não são locais, mas se concretizam no local. Como as mudanças ocorridas na economia mundial no período só aumentam, cabe ao poder local atendê-las por meio de políticas que garantam benefícios às empresas e da ocultação de problemas decorrentes da instalação dessas empresas (impacto ambiental, saturação dos serviços).

A articulação de interesses locais, nacionais e mundiais incide de modo fragmentado em diferentes fases da ZFM, com protecionismos,

nacionalismos, localismos, e revigora-se o debate sobre o modelo. Conforme sustenta Marilene Corrêa da Silva (2000), se o mercado mundial, de um lado, tende a fortalecer zonas independentes de poderes políticos centrais, de outro, produz interesses mundiais nacionalmente articulados, que se opõem ao estabelecimento de zonas econômicas onde não há qualquer regulação e que estejam fora das tendências dos interesses de mercado.

Quais foram os impactos espaciais da instalação da Zona Franca de Manaus? A ZFM implicou a centralização das atividades econômicas do Estado do Amazonas na capital, que concentrou, a partir dos anos 70, quase a metade da população e 98% das atividades econômicas. Essa concentração de atividades tem apresentado como conseqüência a ampliação da malha urbana, determinando o surgimento de contradições extremas. Pode-se sustentar que são os signos da modernidade inscritos no espaço como marcas de um movimento acelerado de coisas, de pessoas, de dinheiro, de decisões, de desejos, de imagens que são cristalizações de um modo de viver, de um modo de ser metropolitano, na periferia do Terceiro Mundo (SEABRA, 1990).

Busca-se a hegemonia para redimensionar os equipamentos coletivos, que poderão não representar uma resposta adequada às demandas das populações urbanas mais pobres. Os problemas decorrentes dessas políticas urbanas não se restringem ao poder local, mas têm de ser ampliados para incluir o conteúdo do nacional e do global. A instalação de empresas no Distrito Industrial ocorreu graças à concessão de uma série de favores públicos, que significou ao longo do tempo a transferência de recursos públicos para o setor privado, mediante os seguintes benefícios:

Tributos federais:

- redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização;
- isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- redução de 75% do imposto sobre adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro até 2013;
- isenção da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

Tributos estaduais:

- restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto – , do Imposto sobre Operações

Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Tributos municipais:

– isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença.

Vantagens locacionais:

– No parque industrial de Manaus, o investidor tem à disposição terreno a preço simbólico, com infra-estrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial (SUFRAMA, 2006).

E quais as contradições do ponto de vista da produção do espaço urbano? Se os benefícios concedidos às empresas, de um lado, podem ser considerados necessários pelas determinações da economia globalizada, de outro, geram demandas por equipamentos urbanos de consumo coletivo que não podem ser atendidas, ou seja, cria-se um ciclo de crescimento econômico compatível com o crescimento da pobreza, como mostraremos no item a seguir.

A cidade das contradições: os dois crescimentos

O Distrito Industrial atingiu seu ponto culminante em 1989, com 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. No mesmo ano, a mão-de-obra ocupada no setor industrial representava 127.804 empregos diretos na cidade de Manaus, sendo 74.818 no Distrito Industrial, e o total de empregos diretos no setor industrial na área da Superintendência da Zona Franca de Manaus era de 137.113 (SUFRAMA, 1989).

A partir de 1990, acentuou-se a crise da economia brasileira, que vinha se arrastando desde 1983 em decorrência do arrocho salarial e da abertura ao mercado externo. Tais fatores explicitaram que o modelo de desenvolvimento proposto pela Zona Franca de Manaus só é viável em condições altamente privilegiadas, ou seja, com investimentos públicos, isenção fiscal e economia aquecida.

A crise econômica determinou a ociosidade das empresas do Distrito Industrial, atingindo 80%, em média, no final de 1991, com a

paralisação total de alguns setores. A crise continuou a agravar-se e, no primeiro trimestre de 1992, atingiu 40% do setor de material plástico, 80% do setor de material eletroeletrônico e de comunicações e 50% do setor relojoeiro. Em março daquele ano, o desemprego em Manaus atingiu 78,17% no setor industrial. Dois meses depois, o nível de empregos diretos no setor industrial era de 20 mil, o que representou uma redução, se comparado a dezembro de 1989, quando atingiu 84,56%.

Com a implantação do Plano Real em 1994, ocorreu nova dinamização no que concerne à produção e ao faturamento do Distrito Industrial; entretanto isso não significou a recuperação do faturamento das empresas e, por conseguinte, do nível de empregos igual ao de 1989.

A tabela seguinte mostra 97,18% das empresas industriais localizadas em Manaus, e por ela se pode aferir o nível de empregos em dezembro de 1995.

Tabela 2: Indústrias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.

Discriminação	Quantidade	%
Empresas	300	97,18
Empregos	48.228	95,56
Faturamento	US\$ bilhões 10.7	82,58

Fonte: SUFRAMA, 1995.

Na segunda metade da década de 90, continuou a recuperação econômica, porém o faturamento das empresas localizadas no Pólo Industrial de Manaus continuou declinante, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 3: Evolução do faturamento nos anos 90 no Pólo Industrial de Manaus.

Ano	Faturamento (US\$ bilhões)	Índice 1996 = 100
1996	13.3	100
1997	11.7	88
1998	9.9	74
1999	7.2	54
2000	10.4	78

Fonte: SUFRAMA, 2003.

Nesse mesmo período, houve aumento relativo das exportações do Pólo Industrial de Manaus, quando se considera não só o decréscimo do faturamento, mas também as exportações do Estado do Amazonas.

Tabela 4: Evolução das exportações (em US\$ milhões).

Ano	Exportação do Estado do Amazonas	Variação % 1996 = 100	Exportação do Pólo Industrial de Manaus	Variação % 1996 = 100
1996	143.9	100	105.3	100
1997	193.5	34	149.7	42
1998	266.1	85	227.6	116
1999	429.5	198	375.7	257
2000	772.7	437	741.6	604

Fonte: SUFRAMA, 2003.

Ocorreu ainda nesse mesmo período a recuperação do nível de emprego, que continuou a evoluir depois do ano de 2000, atingindo um faturamento próximo a 18 bilhões de dólares em 2005 e a marca de 100 mil empregos em 2006, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 5: Crescimento do Pólo Industrial de Manaus (2000/2005).

Ano	Empresas	Empregos	Faturamento (em US\$ 1.00)
2000	418	50.005	10.392.605.880
2001	462	54.759	9.130.863.524
2002	471	57.812	9.109.766.463
2003	484	64.591	10.531.230.294
2004	593	79.381	13.961.237.993
2005	621	88.959	18.964.109.111

Fonte: SUFRAMA, 2006.

No decorrer da primeira década do século 21, o PIM firma-se como forte exportador, deixando de lado as vantagens comerciais que a Zona Franca havia estabelecido. Até diminuiu consideravelmente, já na década anterior, o fluxo de turismo doméstico e o nível de emprego nos serviços, principalmente nas casas comerciais. Com os produtos competitivos no mercado global, o PIM passa a exportar, principalmente equipamentos

de comunicação, sendo o carro-chefe telefones celulares e motorizados de duas rodas.

Tabela 6: Principais produtos exportados em 2003 pelo Pólo Industrial de Manaus.

Produto	Valor exportado (US\$ milhões)	Participação %
Telefone celular	621,911,211	51
TV em cores	73,347,443	5,99
Motocicletas c/motor pistão alternativo 25 cm ³ <CIL	71,867,693	5,87
Concentrados para bebidas não alcoólicas	69,885,624	5,71
Motocicletas c/motor pistão alternativo 50 cm ³ <CIL	64,912,988	5,30
Monitores de vídeo policromático (uso em informática)	62,752,735	5,12

FONTE: SUFRAMA, 2006.

O principal mercado importador dos produtos fabricado no PIM, em 2003, foram os Estados Unidos (58,19%), seguidos pela Argentina (8,98%) e pela Colômbia (5,50%). Essa exportação e a conseguinte competitividade do PIM são decorrentes do aumento na produtividade da mão-de-obra nesses setores.

Tabela 7: Produtividade da mão-de-obra (turno de 8 horas) no Pólo Industrial de Manaus em 2003.

Produto	Produtividade PIM	Produtividade Benchmark
Lentes acabadas	1600	800
Lentes progres. semi-acabadas	1100	600
Televisor	45	40
Vídeocassete	42	40
Telefone celular	32	30

FONTE: SUFRAMA, 2006.

Os números gerados pelo Pólo Industrial de Manaus mostram um lado econômico importante, que muitas vezes esconde a dura realidade de uma cidade que atinge 1,7 milhões de habitantes em 2006 e que tem ampliado seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, em um modelo de ocupação mista, com intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas (invasões). As desigualdades geradas por esse modelo refletem-se nos indicadores socioeconômicos. Nesse caso, o Índice de Gini, que apresenta a desigualdade econômica entre os moradores de uma mesma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH)³ proposta pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Município de Manaus (AMAZONAS, 2006), é um bom indicador, como revela a tabela a seguir:

Tabela 8: Indicadores de desigualdade de renda.

UDH	Renda média dos responsáveis pelo domicílio	Índice de Gini	UDH	Renda média dos responsáveis pelo domicílio	Índice de Gini
Jorge Teixeira: Val Paraíso, Chico Mendes	275,30	0,57	Flores: Parque das Laranjeiras	4.266,88	0,56
São José: Grande Vitória	240,33	0,51	Nossa Senhora das Graças: Vieiralves, Adrianópolis	3.3329,95	0,56
Jorge Teixeira: Santa Inês, Brasileirinho	270,24	0,49	Aleixo: Efigênio Sales / Parque 10: Pq. Mindu, Shangrilá	2.681,57	0,58
Jorge Teixeira: João Paulo	291,81	0,52	Petrópolis: Jardim Petrópolis	1.625,38	0,57

Fonte: AMAZONAS: SEPLAN; PMM; FJP, 2006, Organização dos autores.

³ Divisão do território municipal utilizada no *Atlas Municipal de Manaus*, 2006, volume I, cuja espacialidade retrata, de modo preciso, as diferenças e desigualdades sociais existentes no município. As UDH podem ser definidas como espacialidades que contêm a menor unidade de agregação de dados – o setor censitário – em que as diferenças internas a cada UDH, do ponto de vista da morfologia urbana, são menores do que entre as demais UDH's. As UDH representam uma tentativa de se construir um recorte espacial com homogeneidade interna, em que as condições de vida dos moradores podem permitir comparações com outras áreas com perfis diferentes ou similares em períodos diferentes.

A tabela acima revela que, apesar das grandes diferenças de renda entre as UDH escolhidas, o índice de Gini é considerável para todos os níveis, mostrando a existência de desigualdades mesmo dentro de pequenos recortes, como os realizados para a elaboração do Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus.

A malha urbana expandiu-se para longe das margens do rio Negro, esparramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste, com a predominância das ocupações espontâneas conhecidas como “invasões”, e no sentido oeste, com a predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão. A “orla da Ponta Negra” é a que reflete de modo mais claro a desigualdade social espacializada na estrutura urbana, pois morar nos conjuntos de apartamentos de alto padrão de frente para o rio Negro é inovador em termos de urbanismo. Afinal, na cidade que cresceu de costas para o rio, ter o rio à janela é para poucos que podem pagar um valor que supera as cifras do metro quadrado construído de outras cidades brasileiras.

As desigualdades geradas pelo processo de crescimento econômico excludente refletem-se na distribuição socioespacial de maneira significativa quando se comparam indicadores de vulnerabilidade social, como as taxas de fecundidade e esperança de vida, nas diferentes áreas da cidade. As tabelas que seguem ilustram bem esse caso.

Os dados referentes aos bens de consumo também explicitam as desigualdades que caracterizam o tecido urbano da cidade de Manaus e a disparidade em termos de moradia e acesso a serviços (Tabela 10).

De certo modo, essa espacialidade desigual repete a do período da borracha, em que a cidade se dividiu em áreas cujas construções obedeciam a certo planejamento urbano e outras que foram sendo formadas de modo espontâneo, sem respeitar critérios preestabelecidos. A implantação da Zona Franca em 1967 tornou esse processo mais agudo, tendo sido ocupadas as áreas marginais de menor interesse para o capital imobiliário, entre elas as margens dos igarapés. Nesse sentido, as áreas periféricas às margens dos igarapés passaram a representar alternativas para as populações mais pobres que continuavam chegando à cidade. Paralelamente, foram construídos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, quase todos destinados a populações de maior poder aquisitivo ou, pelo menos, com rendimento fixo.

Tabela 9: IDH-M, taxas de fecundidade e esperança de vida ao nascer (2000).

UDH	Índice de Desenvolvimento Humano municipal	Taxas de fecundidade	Esperança de vida ao nascer	UDH	Índice de Desenvolvimento Humano municipal	Taxas de fecundidade	Esperança de vida ao nascer (2000)
Jorge Teixeira: Val Paraíso, Chico Mendes	0,676	4,08	64,5	Flores: Parque das Laranjeiras	0,941	2,11	76,4
São José: Grande Vitória	0,660	3,93	64,08	Nossa Senhora das Graças: Vieirals, Adrianópolis	0,941	2,11	76,4
Jorge Teixeira: Santa Inês, Brasileirinho	0,667	3,90	64,08	Aleixo: Efigênio Sales / Parque 10: Pq. Mindu, Shangriá	0,915	1,82	75,4
Jorge Teixeira: João Paulo	0,695	3,85	64,16	Petrópolis: Jardim Petrópolis	0,878	1,54	73,7

Fonte: AMAZONAS: SEPLAN; PMM; FJP, 2006. Organização dos autores

Tabela 10: Distribuição espacial de bens de consumo.

UDH	Pessoas que vivem em domicílios com carro %	Pessoas que vivem em domicílios sem banheiro nem água encanada %	Pessoas que vivem em domicílios sem energia elétrica e geladeira %	UDH	Pessoas que vivem em domicílios com carro %	Pessoas que vivem em domicílios sem banheiro nem água encanada %	Pessoas que vivem em domicílios sem energia elétrica e geladeira %
Jorge Teixeira: Val Paraíso, Chico Mendes	6,64	81,31	12,67	Flores: Parque das Laranjeiras	69,53	4,41	1,23
São José: Grande Vitória	3,55	98,24	38,70	Nossa Senhora das Graças: Vieiraves, Adrianópolis	69,53	4,41	1,23
Jorge Teixeira: Santa Inês, Brasileirinho	7,31	93,99	11,57	Aleixo: Efigênio Sales / Parque 10: Pq. Mindu, Shangrilá	66,05	14,25	0,91
Jorge Teixeira: João Paulo	5,13	84,85	9,51	Petrópolis: Jardim Petrópolis	49,44	2,85	2,68

Fonte: AMAZONAS: SEPLAN; PMM; FJP, 2006, Organização dos autores.

Apesar do número de ocupações espontâneas que surgem todos os anos na cidade, as estimativas de déficit habitacional fornecidos pela Secretaria de Terras do Governo do Estado foram da ordem de 63 mil moradias para 2005. Em 1999, estimava-se que o número de domicílios existentes nos leitos dos igarapés que deveria ser removido (excluindo-se os das margens) era 2.728 (AMAZONAS, 1999). A população que mora em áreas de influência dos igarapés era estimada em 400 mil pessoas (AMAZONAS, 2004). Esses dados, embora oficiais, podem ser subestimados, visto que a última contagem da população às margens dos igarapés foi feita em 1980 pela Comissão de Desenvolvimento do Amazonas (Codeama) (AMAZONAS, 1980). Como as casas são construídas umas junto às outras, sem espaço para arruamento, é muito difícil determinar o número real de habitações construídas às margens dos igarapés.

O processo de ocupação dessas áreas continuou nas últimas décadas. Em uma estimativa conservadora (OLIVEIRA et al., 2006), aplicando-se a taxa de crescimento da população no período intercensitário (64,10%) aos dados obtidos em 1980 (12 mil domicílios e cálculo de população de 64.320 habitantes), pode-se dizer que, nas áreas de igarapés, moravam 105.549 pessoas em 1991 e 117.918 em 2000, ou seja, 8,4% da população da cidade, segundo o último censo. Os dados publicados no *Atlas Municipal* de 2006, para os setores censitários sob a influência dos igarapés da cidade de Manaus, apresentam números bem superiores: 427.164 habitantes em 1991 e 569.267 em 2000. Observa-se que o crescimento médio nos setores censitários sob a influência dos igarapés no período de 1991 a 2000 é inferior ao crescimento da cidade. Isso se deve ao fato de as áreas dos igarapés estarem localizadas perto do centro e já apresentarem em 1991 taxas elevadas de densidade populacional, o que impossibilitava a construção de novas casas.

Para além do déficit habitacional, boa parte dos bairros da cidade resulta de ocupações urbanas. No período de 2002 a 2004, surgiram em Manaus 54 novas ocupações; desse total, 40 consolidaram-se, transformando-se em bairros carentes de infra-estrutura urbana de toda ordem. Em decorrência disso, o número de bairros, reconhecidos ou não pela Prefeitura, quase dobrou a partir de 2002, passando de 60 para 110.

Outro elemento importante na paisagem urbana de Manaus são os conjuntos habitacionais construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação. Os primeiros são anteriores à implantação da Zona Franca de Manaus. São os conjuntos habitacionais dos bairros Raiz e Flores, construídos com a finalidade de abrigar os moradores retirados da Cidade Flutuante, que foi destruída pelo poder público em 1965 e abrigava antes, aproximadamente, 700 moradias localizadas no Rio Negro, em frente à cidade de Manaus (SALAZAR, 1985, p. 204). Além dos dois acima citados, foram construídos, a partir da década de 70, por meio da Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), os seguintes conjuntos habitacionais populares em sucessivas etapas: Castelo Branco, 31 de março, Cidade Nova, Ajuricaba e Nova Cidade, totalizando 23.450 moradias (SUHAB, 2004), além de outros menores, como Colina do Aleixo, Castanheira, Canaranas, todos construídos no limite da franja urbana. Portanto, as “invasões”, as ocupações às margens dos igarapés e os conjuntos habitacionais populares constituem vetores da expansão da malha urbana da cidade, sobretudo a partir dos anos 70.

Desde 2000, os principais igarapés da cidade, que sempre concentraram a população mais pobre, passam por vigoroso processo de transformação. No Igarapé do Mindu, localizado na área norte da cidade, há intensa especulação imobiliária decorrente da verticalização, sobretudo entre as ruas Paraíba e Constantino Nery e no eixo entre o Boulevard Álvaro Maia e a rua Efigênio Sales, seguindo a rua Darcy Vargas e estendendo-se para a área da Ponta Negra. Já no Igarapé do Quarenta, situado na parte sul da cidade, a transformação é de outra ordem. O Governo do Estado está executando o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) com intervenção em várias partes da cidade. Somente na Bacia do Quarenta demandará recursos da ordem de US\$ 200 milhões de dólares, em parte financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que aprovou, em 30 de novembro de 2005, um contrato de empréstimo no valor de US\$ 140 milhões de dólares.

Tais ações visam fazer frente ao crescimento da população de Manaus, que acompanha a tendência de crescimento populacional das demais cidades da Região Norte do Brasil. O crescimento demográfico das cidades capitais da Amazônia representa as diferentes fases e formas de dependência da região em relação aos centros hegemônicos.

Considerando-se a dinâmica populacional do Estado do Amazonas nos últimos 30 anos, pode-se observar a tendência à concentração da população na cidade de Manaus e a diminuição da população no interior. Em 1991, quase a metade da população de todo o Estado, 48,09%, residia em Manaus, o que não se altera no Censo de 2000, tampouco nas estimativas de 2005, em torno de 50,88%, como se constata na tabela a seguir.

Tabela 11: População do Amazonas e Manaus (1950 a 2005).

Ano	População		
	Estado	Capital	Manaus/Estado [%]
1950	514.099	139.620	27,16
1960	708.459	173.703	24,52
1970	955.203	311.622	32,62
1980	1.430.528	633.383	44,28
1991	2.103.243	1.011.501	48,09
1996*	2.389.279	1.157.357	48,44
2000	2.812.557	1.405.835	49,98
2005**	3.232.330	1.644.690	50,88

Fonte: Censos do IBGE.

* Contagem da população. ** Estimativa.

O aumento da população na cidade implica a necessidade de oferta de equipamentos e de infra-estrutura urbana, à qual, quase sempre, o poder público não é capaz de atender por falta de recursos e/ou inadequação na escolha das prioridades. Dos outros problemas ditos urbanos, o problema da moradia foi o mais afetado. A moradia não pode ser explicada isoladamente, visto que nela se concentra um conjunto de contradições, dentre as quais destacamos o fato de a moradia não poder ser fracionada, isto é, “não é possível pedir um pedaço de casa para morar, um banheiro para tomar banho, um tanque para lavar roupa, uma cama para dormir um pouco” (RODRIGUES, 1988, p. 14-15). Não se pode morar apenas um dia, da mesma forma que não se pode morar em lugares sem transporte, trabalho e equipamentos como escolas, hospitais, sem falar em áreas de lazer.

Nesse sentido, as áreas periféricas e as margens dos igarapés foram constituindo-se na alternativa para as populações mais pobres que iam chegando à cidade. A categoria área periférica não se restringe à dimensão

espacial (distância); abrange também a dimensão socioespacial, caracterizada especialmente pela ausência do Estado e pela carência de cidadania, de saneamento básico, problemas que atingem predominantemente a população mais pobre. Nesse sentido, pode-se concordar com Milton Santos, para quem “a periferia está no centro e o centro está na periferia”. Não se consideram periferia, por exemplo, os condomínios de alto padrão, bem atendidos por serviços públicos, mesmo quando estão localizados em áreas distantes, do mesmo modo que não se podem considerar como áreas centrais os fundos dos vales e as margens dos igarapés do centro da cidade, ocupados por palafitas.

A paisagem de Manaus comporta as contradições inerentes a dois crescimentos: os pujantes níveis de crescimento econômico gerados pelo PIM e os índices de crescimento da periferização, o que demonstra que a cidade cresce em uma relação inversa à sua capacidade de absorver os contingentes populacionais que atraiu. Os vários indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Atlas de Manaus não deixam dúvida quanto a isso.

A renda familiar *per capita*, por exemplo, que de certo modo influencia diretamente outros indicadores, mostra o município de Manaus – que, do ponto de vista demográfico, é a cidade de Manaus, por concentrar 99,1% da população – na 864.^a posição entre todos os municípios brasileiros com renda média de R\$ 262,40, havendo Unidades de Desenvolvimento Humana (UDH) com renda familiar média de R\$ 86,00.

Os dados relativos à distribuição de renda apresentam contradições ainda piores. Enquanto os 20% mais pobres ficam com 1,6 da renda gerada, os 20% mais ricos ficam com 68%. E, o que é pior, os 10% mais ricos apropriam-se de 52% da renda, ou seja, de mais da metade. “Essa forma completamente distorcida de apropriação da renda pode ser evidenciada nas UDHs por meio de outros indicadores, como a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e de indigência” (AMAZONAS, 2006). Os números só confirmam o que a paisagem urbana explicita na precariedade das moradias e na ausência ou inadequação dos serviços urbanos.

Tais contradições resultam de ações e omissões que se dão no lugar, porém são cada vez mais estranhas a ele e especialmente às pessoas que,

no entanto, sofrem as conseqüências de uma espacialização desigual. Daí ser necessário distinguir entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando, como nos afiança Milton Santos (1967), para tornar explícitas as contradições da produção do espaço urbano, pois muitas ações executadas no lugar são produzidas por necessidades alheias: “A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Freqüentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor” (SANTOS, 1997, p. 65).

Há alternativas para a construção de nova urbanidade?

As cidades no geral, e Manaus em particular, não são apenas produtos do nosso tempo, mas também fruto de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Para compreender esse processo, é preciso considerar a paisagem urbana para além do aparente, pois a complexidade contemporânea não permite compreendê-la apenas relacionando-a à crise, emersa nos diagnósticos das carências e nas contradições de um modelo excludente. Apesar de todas as contradições, a paisagem urbana comporta virtualidades e possibilidades.

Para construir a nova urbanidade, é necessária a superação de formas simplistas de interpretações e de intervenções, reconhecendo-se que essas práticas são engendradas por condições objetivas e estão mediadas pelas contradições e pelos conflitos da sociedade. É preciso apontar para outra visão de cidade que não seja apenas naturalizar o que é social e considerar social o que é natural. Ora, esse equívoco foi o que norteou o modo de intervenção na Amazônia, que predomina até hoje, aí incluídas as várias políticas urbanas adotadas na cidade de Manaus. Tal intervenção leva à adoção de estratégias para a resolução de questões que, na maioria dos casos, não são as mesmas das populações locais. Concebida dessa forma, a política de Estado ou de governo define, orienta e estabelece mecanismos operativos para a cidade, fincados em estratégias que visam ao crescimento econômico, mas não contribuem para o desenvolvimento de sua população, pois desrespeitam a história local, as potencialidades do lugar e, especialmente para uma cidade como Manaus, não levam em conta as coisas da natureza e principalmente a cultura dos manauaras.

As novas ações pensadas para a cidade de Manaus devem levar em conta a perversidade das desigualdades sociais, que se concretizam em desigualdades espaciais, em uma cidade com precários serviços urbanos. O resultado é uma cidade não-cidadã. As ações públicas e privadas, coletivas ou individuais deveriam contribuir para superar a visão funcional e caricatural segundo a qual Manaus tem um parque industrial pujante, e isso basta. Manaus é muito mais do que isso; apesar das contradições, das desigualdades e dos conflitos, é, em todos os cantos, um lugar de encantos. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando o aparente, para envolver sentimentos e emoções.

O subtítulo “alternativas para a construção de nova urbanidade” está fortemente influenciado pelo livro de David Harvey, *Espaços de esperança*. O autor encerra o livro narrando o espanto de Ebenezer Howard no distante ano de 1888 (HARVEY, 2004, p. 332), caminhando por algumas partes de Londres onde se amontoavam pessoas em ruas estreitas, escuras e em habitações lamentáveis. O caminhante observa por toda parte as manifestações de uma ordem social que só busca beneficiar a si mesma e reflete a absoluta precariedade do sistema econômico e sua completa impropriedade para a vida, a ordem da justiça, da unidade e da amizade. Harvey um século depois percorre as ruas de Baltimore e fica ainda mais consternado, porque as desigualdades são mais chocantes e desnecessárias.

O que dizer de uma cidade como Manaus, em que o processo de produção do espaço urbano é do ponto de vista socioambiental tão contrário a qualquer tipo de razão, gerando uma espacialização que se concretizou no período da borracha e se repete com a implantação e a ampliação da Zona Franca de Manaus? O espaço urbano aparece, em um período e em outro, como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da selva, porém jamais significou o espaço transformado para todos.

Os pobres da cidade são, ontem como hoje, ninguém. Seus rostos queimados pelo sol, seus corpos impregnados do odor da borracha, suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções e de aparelhos eletrônicos, seus corpos cansados de uma jornada estafante em uma linha de montagem não contam na espacialização da cidade. Eles são os outros, e a cidade não tinha e não tem lugar para eles. A

cidade está capturada pelo mercado, sendo seu espaço não apenas a mediação, mas e principalmente a descontinuidade do cotidiano programado, em que predomina o tempo contínuo da produção do lucro. A cidade nesse sentido é um simulacro, é o momento de espetáculo da forma mercadoria (DEBORD, 1992), aparecendo como teatro e dissimulando sua realidade.

A espacialidade contraditória aparece como algo dado que não é possível mudar, visto que segue a “ordem natural das coisas”. Retomamos a pergunta de Harvey: não há alternativas? Em primeiro lugar, é preciso resgatar o sentido de cidade que ultrapasse a caricatura e a funcionalidade de um urbanismo pretensamente racional e buscar as condições da urbanidade, o que significa direcionar as políticas públicas, visando remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só em termos de funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar das pessoas. É preciso criar tempos e espaços para a vida em toda sua dimensão. Isso passa pelo resgate da cidadania, que exige a concretude de uma vida decente, que pressupõe o crescimento econômico, a manutenção do PIM, que devemos reconhecer como o único modelo de econômico regional hoje existente para a Amazônia, porém é necessário que se transforme em desenvolvimento, o que significa a diminuição do fosso social que separa a pujança de um faturamento de cerca de 18 bilhões de dólares em 2005, 22 bilhões de dólares em 2006 e o aumento da periferização de uma cidade no meio da selva.

Considerações finais

Este tema e em particular este texto não se conclui. O único ponto a destacar é que a espacialidade de Manaus, do forte à metrópole regional, apresenta dimensões que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem com o discurso sobre sua representação. Nesse sentido, pode-se concluir que a espacialidade oculta as conseqüências – o que indica o entendimento da cidade não apenas como área a ser conhecida, mas também como conhecimento do lugar, capaz de revelar formas e conteúdos espaciais que se transformam e/ou permanecem.

Isso significa sustentar que compreender Manaus é muito mais do que analisar a forma restrita da paisagem urbana, visto que ela não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida, os quais,

como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Isso significa compreender as dimensões macroeconômicas existentes no período da borracha e repostas no nosso agora com a Zona Franca de Manaus. Mas é preciso levar em conta a vida das pessoas, da gente dos igarapés e das ocupações espontâneas das quais brotam dimensões de espacialidades que quase sempre são desconsideradas, pois estão transmutadas em coisas simples que freqüentemente estão por aí. Para além das formas aparentes da Manaus de todos os tempos, há homens e mulheres para quem a história e a geografia são feitas e não esperadas. Há outro jeito de fazer a cidade que precisa ser valorizado, recuperado e levado em conta. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, por outra razão e por outros sentimentos.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 18-45, out. 1953.

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1997.

AMAZONAS. Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas. *Perfil urbano de Manaus*. Manaus, 1980. Relatório técnico.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. *Defesa civil: ocupação de risco*. Manaus, 1999. Relatório.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento; PREFEITURA DE MANAUS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Desenvolvimento humano em Manaus: Atlas Municipal*. Manaus, 2006, v. 1.

AMAZONAS. Secretaria de Terras e Estrutura Fundiária. *Mapa da ocupação urbana de Manaus*. Manaus, 2004. Relatório.

AMAZONAS. SUHAB. *Relatório de construção de conjuntos habitacionais em Manaus*. Manaus, 2004. Relatório.

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. 1. ed. 1863.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BURNS, E. Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Edição do Governo do Estado, 1966.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK - JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HÉBETTE, Jean. Grandes Projetos e transformações na fronteira. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 5, n. 15, p. 78-85, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. (Coleção: Documentos Brasileiros).
- IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl>>. Acesso em: 24 mar. 2006.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986.
- MACHADO, José Alberto da Costa et al. Metamorfoses do modelo Zona Franca de Manaus: desafios à pesquisa e ao planejamento regional. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.) *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 39-59.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001. 1. ed. 1869.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: geopolítica e destino*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A de. *Migrações para Manaus*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

MENEZES, Aprígio Martins. História do Amazonas. Manaus, *Almanack*, 1896. *Boletim de Pesquisa do Cedeam*, Manaus, v. 4, n. 7, 1985. Edição fac-símile.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura – 1890-1910*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, [sem data] p. 13-42.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

_____. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Edua, Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de et al. *Geoprocessamento e análise socioambiental da microbacia urbana na cidade de Manaus*. Manaus: UFAM/CNPq, 2006. Relatório de Pesquisa.

PINTO, Renan Freitas. *Como se produzem as Zonas Francas*. Texto apresentado no Seminário Amazônia sob a Divisão Internacional do Trabalho, Belém, 1986. Mimeografado.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. 1. ed. 1931.

_____. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2. ed. Belém: SECULT, 1993. (Coleção Lendo o Pará n. 16). 1. ed. 1940.

_____. *O seringal e o seringueiro*. 2. ed. Manaus: Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997. 1. ed. 1934.

_____. *Manáos e outras villas*. 2. ed. rev. Manaus: Edua, 1999. 1. ed. 1934.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 2000. p. 27-51.

RIBEIRO FILHO, Vitor. *A configuração da área central de Manaus e sua configuração recente*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988.

SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Odete Carvalho Lima. *São Paulo e os “signos da modernidade”*: a questão da segurança privada. Trabalho apresentado no II Seminário Latino Americano de Geografia Crítica, Buenos Aires, 1990.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Edua, 1996.

_____. Região, nação e globalização: metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais. In: OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 2000. p. 223-245.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 1989.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 1995.

SUFRAMA. *Relatório de Gestão – 2003*. Manaus, 2003.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 2005. Disponível em: <www.suframa.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2006.

Belém, porta de entrada da Amazônia

Willi Bolle

“Selva!” Gritam os soldados na Praça da Bandeira em Belém, toda vez que um carro de oficial cruza o portão para entrar no Quartel General ali situado. Para quem se propõe a pesquisar Belém como metrópole da Amazônia, esse grito soa como uma advertência de que a cidade só pode ser compreendida nesta função quando estudada *em seu entrelaçamento com o entorno regional*. A fundação de Belém, em 1616, no estuário do Rio Amazonas, se baseou numa razão de Estado que foi militar, política e econômica: constituir um ponto estratégico de acesso, controle e exploração de toda a bacia amazônica.

Ler uma cidade é uma arte – em que ela consiste? “Aprendo a ver. [...] Já disse? Aprendo a ver. Sim, estou a começar.” É o que escreve Rainer Maria Rilke nas páginas iniciais de seus *Cadernos de Malte Laurids Brigge* (1910), livro modelar de iniciação ao conhecimento de uma cidade, no caso: Paris. Também a leitura da cidade de Belém - que, no início do século passado, na Belle Époque, sonhou em ser uma “Paris n´América” - é algo que pode ser aprendido: a partir do contato com sua fisionomia arquitetônica e urbana, do convívio com seus habitantes e do estudo de retratos exemplares de cidades deixados pelos escritores mestres.

Nesta nossa leitura de Belém como metrópole e porta de entrada da Amazônia, procuramos combinar o olhar do forasteiro com o de um habitante da cidade e da região. Como nosso *guia local* escolhemos um escritor amazônico, paraense: Dalcídio Jurandir (1909-1979), autor do romance *Belém do Grão-Pará* (1960), que compõe, com mais nove romances, entre eles *Marajó* (1947), o “Ciclo do Extremo Norte” (1941-1978). Sobre este romancista e sua obra opina o crítico Benedito Nunes (2006, p. 29): “Uma das melhores e mais completas leituras da cidade é a que se pode encontrar no romance de Jurandir, Dalcídio, *Belém do Grão-Pará*”. O outro guia será o filósofo e escritor alemão Walter Benjamin (1892-1940), fisiognomonista urbano de trânsito internacional, cuja obra principal, *Passagens* (1927-1940), um retrato da metrópole Paris no século XIX, representa o que existe de mais instigante na nova historiografia das cidades.

Com essa dupla de guias procuramos corresponder também a um duplo desafio, metodológico e estético. Por um lado, a leitura de Belém por parte de um escritor local nos fornecerá categorias mais específicas de percepção da cidade e uma série de informações de um *insider* que provavelmente escapariam ao olhar do forasteiro. Por outro lado, Dalcídio Jurandir, diferentemente de Walter Benjamin, não é um autor de circulação internacional. Como vários críticos já observaram, não existe uma obra sobre a Amazônia que se compare em qualidade estético-literária com os romances urbanos de Machado de Assis ou com a representação do sertão por parte de Guimarães Rosa, para citar dois escritores brasileiros que alcançaram uma projeção universal. A obra de Dalcídio Jurandir, apesar de ser uma das expressões culturais mais significativas da Amazônia, tem sido até agora de alcance apenas local e regional; ela nem consta do cânone da literatura brasileira. Nesta situação, coloca-se para este ensaio o desafio de *traduzir os componentes* mais marcadamente *locais e regionais* da obra de Dalcídio - indispensáveis, no entanto, para um retrato fiel da cidade de Belém - *para um código de compreensão mais geral*, recorrendo notadamente às categorias de Walter Benjamin, de modo que a leitura desta cidade pelo romancista local possa ser aproveitada mais plenamente também por parte de leitores que não estão familiarizados com esse ambiente específico.

Apesar de termos escolhido como nossa principal fonte de informação sobre Belém o romance de Dalcídio Jurandir, não é a nossa intenção realizar um estudo “literário”, ou seja, uma análise e interpretação dessa obra em função dela mesma, em si e por si. Preferimos nos ater à advertência metodológica de Benjamin de que “a história literária não existe”, e de que se trata de *estudar as obras literárias como meios de conhecimento da história geral*. Nesse sentido, pretendemos chegar a uma compreensão da cidade de Belém por meio de um diálogo a ser estabelecido entre os elementos cognitivos *sui generis* e irreduzíveis da obra ficcional de Dalcídio e outras fontes de informação, do amplo campo das ciências humanas.

Um outro desafio metodológico com o qual teremos de lidar consiste em considerar o “*diferencial de tempo*” que existe entre a época de Dalcídio Jurandir e o nosso “*agora da cognoscibilidade*”, para usar o termo de Benjamin. O romance *Belém do Grão-Pará*, que é a obra principal de Dalcídio sobre a metrópole da Amazônia, foi redigido durante os anos

1950; a ação narrada se passa no início dos anos 1920. Como articular esse diferencial de tempo, essa diferença histórica de meio século entre a fisionomia da cidade de Belém nos dias de hoje, em 2008, e o que ela foi no tempo em que Dalcídio compôs o seu retrato, e como dar conta, além disso, da diferença em relação ao tempo narrado, os anos 1920, dos quais nos separam mais de oitenta anos? Como expressar o nosso aqui e agora da cognoscibilidade de Belém, nesta primeira década do século XXI, em diálogo com o seu passado histórico, tal como se encontra registrado na obra de Dalcídio?

Em face dos diversos desafios de que falamos nesta Introdução – aprender a arte de ler uma cidade, traduzir a percepção local para um código universal, estabelecer uma mediação entre a cidade que foi e o agora de sua cognoscibilidade – optamos pelo método da *história topográfica*. Este método focaliza os lugares e em especial os ícones urbanos como repositórios da história da cidade. Note-se, de antemão, que o componente de história topográfica em *Belém do Grão-Pará* não é um elemento secundário ou auxiliar do romance, mas sim, seu elemento constitutivo fundamental. A personagem principal do romance não é nem o menino Alfredo, como *alter ego* do escritor Dalcídio Jurandir, nem a família Alcântara cuja história é ali narrada, mas a cidade de Belém, conforme anunciado pelo título. Como ainda veremos, a denominação *Belém do Grão-Pará* é uma estratégia em que a escolha do aparentemente antiquado revela-se como sendo o mais atual.

Um panorama de ícones e épocas

O procedimento básico de nossa historiografia topográfica será *uma leitura da cidade de Belém a partir de seus ícones*. Nosso conceito de “ícone urbano” inspira-se no de “ícone da época” ou “carimbo fisiognomônico da cidade”, utilizado por Benedito Nunes (2006, p. 20), que menciona como exemplos o Largo de Nazaré, o Grande Hotel (ambos já desaparecidos), o Bosque Rodrigues Alves e a loja Paris n`América. Como sabem as pessoas familiarizadas com a cidade, tais ícones são marcas topográficas de determinadas épocas, projetos urbanos e estilos de vida. A fim de fazer conhecer a cidade de Belém também a um visitante de fora, construiremos inicialmente uma vista panorâmica, mostrando os principais ícones que compõem a paisagem urbana atual. Idealmente,

esse panorama seria complementado por um mapa de orientação que possibilitaria que o forasteiro se inteirasse também pela topografia da cidade e do seu entorno. Outro complemento muito útil seria uma ilustração iconográfica, constituída por fotografias que mostrariam determinados lugares por volta de 1910 e 1920 – no auge e no declínio da época da borracha – e, contrastivamente, na época atual. Uma tal visão em profundidade dos ícones urbanos tornaria mais aguda a compreensão da história. No contexto deste artigo, nos concentraremos em evocar essa dimensão histórica através de uma análise e um comentário do nosso texto-guia, que é o romance *Belém do Grão-Pará*.

A primeira vista da cidade, para muitos visitantes, se dá a partir do avião: percebe-se um “cotovelo” urbano que avança sobre a confluência dos rios Guamá e Pará, na baía de Guajará. O primeiro contato pode se fazer também a partir de um navio: sobre as águas surge a *skyline* de Belém, que variou muito ao longo dos séculos, desde o início do XVII, quando se destacavam os contornos do Forte do Castelo e das primeiras igrejas, até o início do nosso século XXI, quando a cidade se encontra em acentuada fase de verticalização, ostentando por exemplo “as duas torres mais altas da Amazônia”, dois prédios de apartamentos de 40 andares, no bairro de Umarizal. Desfrutar do panorama da cidade do andar superior de um prédio próximo ao Centro e ao rio constitui hoje em dia um dos mais acalentados desejos da classe abastada belenense. Com efeito, *abranger com um só olhar a cidade e seu entorno* fluvial, com as ilhas e o estuário, que liga o mar e a imensa planície coberta de floresta, é concretamente visualizar Belém como porta de entrada para a Amazônia. O presente ensaio é uma tentativa de traduzir esse cenário – que faz parte da geopolítica e da história universal – de tal forma que o panorama atual dos ícones urbanos dialogue com a representação desses mesmos lugares no romance de Dalcídio Jurandir. Visamos uma montagem de perspectivas que apresente a cidade de Belém por meio de uma *superposição de suas diversas camadas históricas*. Como ainda será explicitado, o próprio título do romance - *Belém do Grão-Pará* - é propício para isso.

O nosso olhar panorâmico sobre o conjunto dos ícones urbanos de Belém começa do alto de um prédio no centro da cidade, no Comércio, de uma janela próxima ao Ver-o-Peso. A escolha deste local deve-se ao fato de o *Ver-o-Peso* ser o ícone-resumo de Belém como porta de entrada

da Amazônia. Localizado na confluência do rio Guamá com o estuário do Guajará, na junção da Cidade Velha e do Centro Comercial, frente à Praça D. Pedro II, onde se encontram os edifícios que representam os três poderes, o Ver-o-Peso - além de concentrar marcas de todas as épocas históricas e das diversas funções da cidade - é sobretudo um porto, um grande mercado e uma área de intensa circulação do povo e, assim, uma síntese da cultura cotidiana da cidade e do seu entorno.

Criado nos tempos iniciais da cidade, o Ver-o-Peso é o local de desembarque de inúmeras mercadorias, em que se destacam os peixes e o açaí; ali comercializam-se também ervas, objetos de artesanato e artigos de utilidade diária, e ali se vendem, de madrugada até à noite, os mais diversos tipos de alimentos e bebidas. É o principal local de encontro entre os habitantes da cidade e os ribeirinhos. E um ponto estratégico de trânsito: por um lado, a frota dos barcos que exploram todo o entorno fluvial, por outro, o ponto de convergência de dezenas de linhas de ônibus, cuja rede abrange uma conglomeração urbana que se estende horizontalmente num raio de 30 a 40 quilômetros terra adentro e onde moram atualmente cerca de dois milhões de pessoas. A partir do Ver-o-Peso pode-se, pois, explorar a *geografia da cidade e do seu entorno* em todas as direções. O Ver-o-Peso é também aquela parte do tecido urbano em que os elementos da cultura cotidiana se entrelaçam com os da história econômica, política e social. Além de estar ligado as múltiplas funções da cidade no presente – desde as estruturas administrativas e de abastecimento às questões de transporte, lazer e turismo –, o Ver-o-Peso com o seu entorno permite uma leitura de *todas as épocas históricas* de Belém.

Olhando de uma janela próxima ao Ver-o-Peso de frente para o rio e para o lado esquerdo, ou seja, para o oeste, avista-se o *Forte do Castelo*, na ponta de terra onde o rio Guamá começa a formar o estuário, com a água de outros rios: o Pará, o Tocantins e o próprio Amazonas. O Forte, recentemente transformado em museu, é o marco da *fundação da cidade*. Contígua ao Forte e nascida a partir dele, a *Cidade Velha* perpetua esse assentamento urbano. A Catedral da Sé, em frente ao Castelo, documenta a participação da igreja no projeto de conquista e colonização. Na época do Círio, a mais importante festa religiosa da cidade, esta se concentra no espaço entre a Sé e a Basílica, no bairro de Nazaré. Entre o Forte e a Sé encontram-se a igreja e o convento de Santo Alexandre, que são

marcos da ação dos jesuítas na colonização da Amazônia. Há também a presença de outras ordens religiosas, como a dos carmelitas, dos franciscanos e dos mercedários. Dentre seus vestígios, no bairro do Comércio, a igreja das Mercês, cujo convento foi transformado no prédio da Alfândega, é um exemplo da relação entre as atividades religiosas e econômicas.

Descendo da Cidade Velha em direção ao Comércio, temos, frente à doca do Ver-o-Peso e à Praça do Relógio, a Praça D. Pedro II, onde se situam **três palácios**: 1. A sede do Governo do Estado: construído na segunda metade de século XVIII pelo arquiteto Antônio Landi, cujas obras deram à cidade de Belém um padrão estético cuja memória se mantém viva até em algumas realizações recentes, este palácio recebeu depois o nome de Lauro Sodré, governador do Estado do Pará em 1891 e de 1917 a 1921. 2. A sede da Prefeitura: o Palácio Antônio Lemos, denominado em homenagem ao ex-intendente (ou prefeito) de Belém, de 1897 a 1911, e principal representante político da época da borracha, considerada por muitos a época áurea da história de Belém. 3. O Palácio da Cabanagem, sede da Assembléia Legislativa do Pará, que incorporou o nome do movimento dos revoltosos, dos anos 1835 a 1840, na conturbada transição da época colonial para a Independência. Assim, os ícones vistos até agora já resumem três séculos de história de Belém: *da fundação até a cabanagem, e desta até o período da borracha e do seu declínio.*

Detenha-mo-nos um pouco no bairro da Campina ou do Comércio, onde se situa o nosso ponto de observação. Fundado como extensão da Cidade Velha, do lado oriental do igarapé do Pirí, que desembocava no local da doca do Ver-o-Peso, este é o segundo bairro mais antigo de Belém e chamado até hoje o Centro da cidade. Sua fisionomia atual é profundamente contraditória. Por um lado, o Comércio simboliza a vocação de Belém como praça comercial, entreposto de mercadorias, do exterior para toda a região amazônica e desta, para o mercado mundial. Até hoje, *é um bairro cheio de vida*, em cujas ruas estreitas e atravancadas por centenas de camelôs se concentram inúmeras lojas – de tecidos, roupas, sapatos, utilidades domésticas, bijuterias, artigos eletrônicos, etc. –, além de oficinas de todo tipo, restaurantes e bancos, e onde se acotovelam milhares de consumidores. É um cenário tão multifacetado e cheio de vida, que valeria a pena estudá-lo “rua por rua, casa por casa” – como aconteceu com a cidade de Paris, minuciosamente registrada em

milhares de livros, como nos lembra Walter Benjamin. Por outro lado, as *marcas de deterioração e abandono* do outrora vigoroso e brilhante centro comercial estão em toda a parte, notadamente nos prédios abandonados e nas ruínas cobertas de vegetação. Em parte, isto é ainda uma consequência da época do declínio, que começou em 1912, quando os preços da borracha extraída na Amazônia despencaram no mercado mundial, porque foi substituída pela borracha produzida nas plantações das colônias inglesas da Ásia. Mas em parte este descuido é devido também à própria natureza contraditória da modernização. Se, por um lado, se iniciou nos anos 1960 um período de novo vigor econômico, que se prolonga até hoje e deixou sua expressão também nos novos toldos das centenas de bancas do Ver-o-Peso, a nova civilização - centrada no automóvel e em investimentos lucrativos - esqueceu os lugares que foram modernos outrora e os relega nos dias de semana para as camadas populares e nos domingos para um precário estado arqueológico.

Tentemos resgatar no bairro do Comércio três ícones que são *vestígios da época da borracha*. Paralela à linha do cais, um quarteirão para dentro, fica a rua *Quinze de Novembro*, onde se concentravam os principais bancos. A rua paralela seguinte é a *João Alfredo*, que começa ao pé da Cidade Velha, entre as praças D. Pedro II e do Relógio e se estende até o Largo das Mercês, constituindo a artéria principal do Comércio. Durante toda a primeira metade do século XX esta foi a rua do comércio fino, dos passeios e do convívio social da classe remediada. Um dos vestígios daquele tempo são os trilhos dos bondes (que foram substituídos em Belém por ônibus, em 1947). Ainda hoje, aos domingos, quando a João Alfredo fica livre dos camelôs que a atravancam durante os dias de semana, pode-se passear por ela de bonde, até o Largo das Mercês, a partir de onde ela passa a chamar-se rua Santo Antônio. A partir daí já se avista a loja de departamentos *Paris n'América*. O nome desta loja, aberta em 1908 e funcionando até hoje como um *magasin* de tecidos, é emblemático. Ele expressa a aspiração da cidade de Belém, no auge da borracha, de criar nos trópicos, debaixo da linha do equador e na porta de entrada da Amazônia, um símile da capital da França, a "capital do século XIX", como a denominou Benjamin. A loja Paris n'América é um ícone por excelência da Belle Époque, mas visivelmente tem muitas dificuldades para manter o padrão estético daquela época.

Nas quatro décadas entre 1870 e 1912, o alto valor da borracha amazônica no mercado mundial fez com que Belém vivesse a sua grande fase de prosperidade. Foram as “riquezas produzindo a Belle-Époque”, como resume a historiadora Maria Nazaré de Sarges em seu livro (2002). O logradouro público mais apreciado pela classe abastada passou a ser então a *Praça da República* (o antigo Largo da Pólvora) situada terra adentro, no plano mais elevado da cidade. Esta parte da cidade é difícil de ser avistada a partir do nosso ponto de observação próximo ao Ver-o-Peso. Dando as costas para o rio e olhando para o Leste, enxergamos apenas uma muralha de prédios. Ora, é justamente esta muralha que constitui, neste caso, um outro ícone urbano expressivo: a cidade vivendo de costas para o rio. As beiras do rio e do estuário eram associadas às águas turvas e à lama, à massa de gente popular, ao barulho de barcos e vendedores, ao trabalho braçal e ao suor, aos detritos e aos dejetos. Esse padrão da classe média belenense de viver de costas para o rio prolongou-se da Belle Époque até os anos 1980 adentro, só começando a mudar a partir da década de 90.

O principal cenário da Belle Époque foi a *Praça da República*. Ali, no Largo da Pólvora, foi inaugurado em 1878 o *Teatro da Paz*, como expressão de um desejo da metrópole da borracha de se “vincula[r] a padrões reconhecidos como parte da civilização européia”, representados sobretudo pela Ópera Garnier de Paris e o Teatro Scala de Milão (DERENJI, 1996, p. 12, 14). Da praça da República sai a *Avenida de Nazaré* – a espinha dorsal e então o principal eixo de expansão da cidade –, que era, juntamente com outras “ruas finas” como a São Jerônimo e travessas como a Dr. Moraes, o lugar residencial mais valorizado. O principal legado da Belle Époque, ainda perceptível hoje, apesar de todas as transformações ocorridas, é a grande reforma urbanística empreendida durante a administração de Antônio Lemos. A planta traçada em 1905, da Belém que se estende dentro do marco da Léngua Patrimonial, é de consulta obrigatória para quem deseja saber como foi a cidade naquele tempo.

Voltamos para o nosso ponto de observação, frente ao Ver-o-Peso, no bairro do Comércio. Olhando agora para o lado direito e seguindo a linha do cais em direção ao nordeste e ao norte, enxergamos a *Estação das Docas*, o *Porto de Belém*, e os prédios do bairro do Umarizal. Com efeito, além de ser um avançado posto militar, Belém nasceu como porto.

Beirando a cidade pela água, desde o igarapé Tucunduba até o igarapé do Una e além, pode se estudar nesse meio fluvial todo tipo de embarcação: desde o simples casco e a rabeta até o navio transatlântico, passando por lanchas, vapores, balsas, vigilengas, vaticanos, etc. Hoje como antigamente, os pontos de embarque e desembarque para esse imenso mundo fluvial existem em grande diversidade: Porto do Sal, Porto da Palha, Balsa para Arapari, estações rodofluviais, lanchas para as cidades fluviais e ilhas próximas (entre as quais se destaca a Ilha do Marajó). Navios até Macapá, Santarém e Manaus, e nas Docas os cargueiros transoceânicos que levam para o mundo inteiro a madeira empilhada junto ao cais, testemunhando a permanência da antiga economia extrativista. A Estação das Docas, como área de lazer, de culinária e cultura, freqüentada pelas pessoas de classe média, é um exemplo de diálogo bem-sucedido, não-museológico, com o passado. Os prédios com vista sobre o rio, no Umarizal, que é atualmente o bairro mais valorizado da cidade, são os símbolos da nova Belém vertical.

Neste nosso panorama de Belém defrontamo-nos com as *contradições da modernização*: ela representa ao mesmo tempo o *progresso* e a *deterioração*. O bairro central, o Comércio, com suas semi-ruínas da Belle Époque e suas marcas de decadência e, por outro lado, a vitalidade de seus vendedores e compradores, é um lugar profundamente contraditório, que resume os altos e baixos da história da cidade e suscita uma reflexão sobre o sentido dessa história. A poucos passos da loja Paris n'América encontra-se uma travessa com marcos da maior decadência: as ruínas de outrora bem-cuidados estabelecimentos comerciais são agora viveiros de arbustos e pequenas árvores que crescem com vigor irrestrito e selvagem, no lugar onde antes trabalhavam e moravam pessoas. O mesmo abandono se observa no Boulevard Castilho França, ao lado da Alfândega, e outras ruas e travessas. Será que o tempo da decadência por excelência, o que veio depois do auge da borracha, foi substituído, a partir dos anos 1960, por uma modernização definitiva? Mas como, se as marcas de deterioração e imundice se encontram também nas paredes de prédios que eram novos na década de 60 e se destinavam a substituir a decadência? Sem falar dos mil não-resolvidos problemas nos bairros periféricos. *Como escrever a história de Belém durante os últimos cem anos? Como uma seqüência de modernizações - a primeira, por volta de 1900, apenas interrompida por*

um tempo de declínio, mas retomada, a partir da década de 60, de modo mais efetivo e duradouro - ou como uma época de desenvolvimento precário?

Belém do Grão-Pará – uma opção estratégica de título

Escrever a história de Belém sob o ângulo da *modernização* ou sob o ângulo da *decadência*? Dalcídio Jurandir respondeu a esta questão em 1960 – quando a cidade chegou ao fim de um longo período de estagnação e se esboçou um novo período de modernização – com o título *Belém do Grão-Pará*. Foi *uma opção estratégica*, com a qual o romancista diferencia a sua apresentação de Belém da grande maioria dos outros escritos sobre a cidade. Sobre a importância desse título – sobre a qual já chamou a atenção Paulo Nunes (2007) –, eu gostaria de fazer aqui uma série de observações no sentido de explorar a ampla gama de suas significações.

Em primeiro lugar, esse título enfatiza o *imbricamento do urbano e do regional*. *Belém do Grão-Pará* (grifo meu) indica que esta cidade “pertence” à sua região, antigamente como hoje. De meados do século XVII até o início do XIX a região denominada de Grão-Pará designava a Amazônia portuguesa, tão rica em recursos quanto a outra colônia portuguesa, o Brasil. Até hoje, como se pode verificar em termos de mão-de-obra e de produção de riquezas, a cidade de Belém depende tanto ou mais da região na qual está inserida, do que essa região depende dela.

Por falar em “região”: na história literária, o “regional” costuma ser visto como uma categoria estética menor. No romance brasileiro, o epíteto de “regionalista” é um fator de desvalorização, em comparação com o romance “urbano”. A literatura regionalista carrega a pecha de periférico, rural e atrasado, quando muito de pitoresco e exótico, mas, na maioria das vezes, é sempre o acanhado e o limitado. A obra de Dalcídio exige um tratamento diferenciado quanto a essa questão e, na verdade, uma revisão radical dos parâmetros estabelecidos. Pois no ciclo romanesco do Extremo Norte, a presença do regional valoriza o elemento urbano em vez de diminuí-lo. Isto, porque a Amazônia não é simplesmente uma região a mais entre outras – via de regra subordinadas ao conjunto de um país – mas uma região que se projetou na história universal e que tem importância geopolítica internacional (ver o livro em preparação: *Amazônia – região universal e teatro do mundo*, org. por Willi Bolle e Edna de Castro).

Com o título *Belém do Grão-Pará*, Dalcídio Jurandir diferencia o seu retrato da cidade categoricamente de outros estudos sobre ela. O romance não se intitula simplesmente *Belém* (PENTEADO, 1968), nem *Pará, capital: Belém* (MARANHÃO, 2000), nem *Santa Maria de Belém do Grão-Pará* (TOCANTINS, 1963), como já observou Paulo Nunes, e muito menos *Belém da saudade* (SECULT, 1996). Com isso, o escritor *distanciou-se* propositadamente dos parâmetros convencionais de escrever a história da cidade: do enfoque nostálgico-saudosista em relação aos tempos “áureos” da “Belle Époque”; da idealização da obra dos religiosos na história da cidade; do enaltecimento do papel da “capital” (de *caput*) como cabeça pensante que comanda soberanamente todo um Estado e toda uma região; e da menção exclusiva do nome da cidade, com que se eclipsa o entorno fluvial, florestal e rural que a alimenta e sem o qual ela não existiria e nem teria nascido.

À primeira vista, o romance de Dalcídio Jurandir está repleto de *sinais* que configuram um retrato de Belém sob o signo da *decadência*. Seu tema declarado é “o desastre [...] como aconteceu à família [Alcântara] e ao Pará” (BGP, p. 61) em conseqüência da queda da borracha, em 1912. “A cidade”, retratada dez anos depois, “exibia os sinais daquele desabamento de preços e fortunas” (BGP, p. 63). Lembremos também a frase inicial: “Com a queda do velho Lemos, no Pará, os Alcântaras se mudaram [...] para uma das [...] casas [...] na Gentil Bittencourt” (BGP, p. 45). No meio da história, seu Virgílio Alcântara caracteriza Belém como “uma cidade acabada” (BGP, p. 153). E o capital final confirma este quadro, ao descrever a decadência moral dos Alcântaras e o desabamento de sua residência fantasmagórica na Estrada de Nazaré. Com todos esses elementos, a obra de Dalcídio se filia à tradição do romance realista, especialmente *Os Buddenbrooks* (1900), de Thomas Mann, que retrata a “decadência de uma família”.

No entanto, será que tudo isto já é o suficiente para afirmar que o retrato dalcidiano de Belém tem a estampa da decadência? Metodologicamente falando, temos que investigar como o componente temático da decadência é integrado na construção do romance. “[A] *decadência político-econômica* provavelmente *afetou a maneira de contar* do narrador” – eis os termos em que Paulo Nunes (2007, p. 78) formula a questão. Sem dúvida, mas ainda é preciso encontrar a resposta, ou seja, descrever exatamente *como é* construída essa narrativa. Em primeiro

lugar, é necessário distinguir entre a visão dos personagens, notadamente a de seu Virgílio Alcântara e a trajetória de sua família e, por outro lado, o enfoque do escritor Dalcídio Jurandir, que fala da época do auge da borracha sem empatia, mas com distanciamento: “aquela abastança em que se embalava a alta camada em Belém” (BGP, p. 61). Há de se considerar também o papel central do adolescente Alfredo (*alter ego* do romancista), que não compartilha da visão de mundo e da escala de valores dos Alcântaras, mas testemunha com distanciamento a sua decadência. E há as vozes de outros personagens: a costureira Isaura, com seus irmãos, sua mãe, sua avô e seu círculo de amigos, que todos pertencem à classe trabalhadora. Nenhum deles fala em “decadência” nem em período “áureo”.

Do ponto de vista metodológico, é preciso estar atento também à advertência de Walter Benjamin de que “*não existem épocas de decadência*”. Quer dizer: elas não existem separadamente, em oposição às chamadas épocas de “apogeu”. Na visão do filósofo, não é um determinado período, mas o conjunto da história que transcorre sob o signo da decadência, na medida em que não se pode fazer abstração da condição mortal do homem, da caducidade, do inacabado e do sofrimento. Com efeito, ao intitular o seu romance de *Belém do Grão-Pará*, o romancista abre uma perspectiva histórica bem mais ampla do que aquela que abrange as décadas subseqüentes à queda dos preços da borracha. A prova é que nenhum historiador intitulou a década de 1920 ou o período dos anos 20 até os anos 50 como o tempo de “Belém do Grão-Pará”. Se o romancista escolheu esta denominação, é que ele vê o período convencionalmente chamado de “decadência” sob um ângulo diferente, a partir de um outro tempo. Esse outro tempo, do “Grão-Pará”, é o da longa duração.

Projetando sobre a sua história, que se passa na Belém do início dos anos 1920, o nome de Belém “do Grão-Pará”, o romancista deixa claro que o conceito de “época da decadência” é demasiadamente limitado para compreender àquela época. Ele amplia o enfoque e incorpora ao tempo narrado um tempo histórico mais abrangente, um tempo que remonta até a época da fundação da cidade e revela *estruturas* que são *de longa duração*. Essa estratégia de representação da história implica em uma relativização do tempo narrado (anos 1920) como também do tempo da narração (anos 1950), que ambos pertencem à época chamada convencionalmente de “declínio”, “estagnação” e “decadência”. Como

contraponto a essa época o romancista não coloca – como se poderia esperar e como se observa em boa parte dos historiadores – a evocação da “época áurea”, em que a alta conjuntura da borracha amazônica no mercado mundial proporcionava enormes riquezas aos detentores desse negócio. Dalcídio Jurandir projeta sobre ambas as épocas – a do auge e a do declínio – uma terceira dimensão histórica mais remota, que permite uma compreensão mais profunda e crítica dos altos e baixos da história econômica e social. Essa terceira época é evocada com o nome *Belém do Grão-Pará*.

Ao chamar com esse nome tanto a Belém por volta de 1910 (auge da borracha) quanto a de 1920 (estagnação econômica), o romance faz perceber como substrato comum daquelas duas épocas aparentemente tão diferentes as estruturas de um tempo anterior que é mais abrangente, um tempo de longa duração, que se estende desde a época da fundação da cidade até o tempo de Dalcídio Jurandir e, em princípio, também além dele, até a nossa época atual, caracterizada pela mistura de fenômenos de “modernização” e “deterioração”. Regressando em certos momentos até um tempo bem anterior ao da borracha, o romancista evoca a época da fundação da cidade e, com isso, a condição de território colonial. A ação humanística das ordens religiosas foi propositadamente deixada de lado por ele, ficando assim mais cruamente exposto o perfil de um tempo em que os jesuítas foram expulsos da Amazônia em prol de uma economia moderna sob o primado do lucro. O que caracterizou essa primeira modernização foi a caça desenfreada à mão-de-obra indígena, acompanhada de escravização e genocídio. Tais *estruturas de exploração colonialista*, longe de terminarem com a incorporação da província do Grão-Pará ao Império do Brasil, aguçaram-se nas décadas de 1820 e 30, provocando a revolta da Cabanagem, cuja derrota foi selada pela continuação da *sociedade escravocrata*.

Estas estruturas históricas, sugeridas através do título, são tematizadas em vários episódios e passagens do romance: como a visão da fundação de Belém pela Mãe Ciana; a permanência do regime de escravidão para além de sua abolição oficial, como mostra o tratamento dispensado pela família Alcântara à sua criada Libânia, e os não-resolvidos problemas sociais, entre eles a fome, a revolta e o banditismo no bairro do Guamá, com freqüentes referências à Cabanagem. O tempo da sociedade escravocrata não é, portanto, nesta representação da cidade,

um tempo que acabou, mas seus fios continuam permeando o tecido histórico, tanto na era Lemos (1897-1911) quanto no período subsequente (anos 1920) e – tudo leva a crer – até o início da década de 1960, quando o romance foi publicado. Nesse sentido, estamos inclinados a afirmar, com base no texto de Dalcídio e na formulação cara a Benjamin, que *Belém do Grão-Pará* não retrata nenhuma época *específica* de decadência. Pois, em termos de uma história de longa duração, os períodos anterior e posterior, inclusive os de “modernização”, sempre foram também de decadência e degradação. A concepção de um “tempo de decadência” – em contraste a um tempo de “auge” ou “esplendor” – é, portanto, relativizada. Isso proporciona uma compreensão diferente da história: a queda da borracha no mercado internacional, a conseqüente crise econômica e o empobrecimento de famílias como os Alcântaras talvez tenham sido apenas fenômenos de fachada, atrás dos quais avultam estruturas econômicos-políticos-sociais de longa duração, que foram encobertas por um período que se comprazia na ostentação do seu esplendor. São esses fenômenos – a *permanência de estruturas colonialistas e escravocratas*, o extrativismo desenfreado e a impiedosa exploração da mão-de-obra – que mostram que a crise se localiza num nível muito mais profundo. O tempo da decadência e da crise não existe isoladamente, isto é: não se limita aos fenômenos aparentes dos anos 1920 a 1950. Ele é permanente e estrutural: iniciou-se na época em que foram fundados o Estado do Grão-Pará e seu baluarte de defesa, a cidade de Belém, e se estende até o ano da publicação do romance de Dalcídio Jurandir e, possivelmente, até o tempo atual.

Adentrando a cidade: um território de diferentes classes

Depois da visão panorâmica das fachadas de Belém e das considerações sobre o título *Belém do Grão-Pará*, está na hora de travarmos contato com os personagens deste livro e deixar nos iniciar por eles no tecido da cidade. O autor, *Dalcídio Jurandir*, é *com relação a Belém*, ao mesmo tempo um *insider* e um *forasteiro*. Nascido em 1909, em Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, veio para Belém em 1922, aos treze anos, ficando hospedado na casa de parentes e matriculando-se no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. A trajetória do adolescente Alfredo, o protagonista de *Belém do Grão-Pará*, contém traços autobiográficos do romancista, mas este, por outro lado, tem ao seu dispor toda a liberdade

ficcional. De qualquer modo, o que nos interessa no personagem de Alfredo é o valor paradigmático de seu processo de descoberta da cidade.

Um momento decisivo em nossos encontros com uma cidade é o *primeiro contato*. No caso do protagonista do romance de Dalcídio Jurandir, o cenário de chegada é o *Ver-o-Peso* – o que confirma, mais uma vez, a qualidade deste lugar como ícone-resumo da cidade de Belém. Note-se que a capa da segunda edição de *Belém do Grão-Pará*, de 2004, traz uma fotografia do *Ver-o-Peso*, com uma exuberância do elemento aquático, em contraste com o desenho de capa da primeira edição de 1960, onde predomina a terra: um túnel de mangueiras abrindo em perspectiva para um sobrado com azulejos. As duas imagens se complementam na medida que em que o recém-chegado da Ilha de Marajó se adentra a partir do cais numa cidade que, na época, vivia de costas para o rio.

Dentre as múltiplas primeiras impressões – a doca do *Ver-o-Peso*, o Mercado de Ferro, o Necrotério, os sobrados comerciais, o morrinho do Forte do Castelo, as canoas, as mercadorias, as pessoas – destaca-se uma cena que mostra *a cidade como lugar onde se negocia o ser humano*. Vejamos: Uma senhora elegantemente vestida, de chapéu, salto altíssimo e de leque chega perto das canoas a fim de “ver uma encomenda” (BGP, p. 82). Um tripulante, de uma traqueteira lá no meio, entalada entre vigilengas e outras embarcações, traz então a encomenda: “uma menina de nove anos, amarela, descalça [...], metida num camisão de alfacinha”. A reação da senhora, que recua um pouco, o leque aos lábios, e a examina: “– Mas isto? [...] Mas eu lhe disse que arranjasse uma maiorzinha para serviços pesados. Isto aí...” O canoeiro “respondia baixo e se enchendo de respeitosa explicações, fazendo valer a mercadoria” (BGP, p. 83). Como a senhora está necessitando urgentemente de braços servís, ela acaba aceitando a “mercadoria”, fazendo ainda alguns comentários que contêm um retrato exato da postura de uma pessoa da classe dominante em relação aos subalternos: “– Bem. Vamos ver. O compadre me leve ela. Não posso levar comigo como está. E como é o teu nome? O teu nome, sim? É muda? Surda-muda? Não te batizaram? És pagoa? Eh, parece malcriada, parece que precisa de uma correção. Fala tapuru, bicho do mato...” (BGP, p. 84). Apesar de esta cena se passar nos longínquos anos 1920, tudo leva a crer que ela possa se repetir ainda hoje, pois no café de um *shopping center* nos cai de repente nas mãos um folheto que

pede para que se denuncie a escravização de crianças, nesta cidade de Belém, no início do século XXI.

Desde o primeiro momento, Dalcídio Jurandir nos faz perceber a cidade como *um território de diferentes classes sociais*. Como seu protagonista se orienta e se locomove nesse espaço? Diferentemente da nossa visão panorâmica inicial, e complementando-a, a *orientação* no espaço urbano, no romance de Dalcídio, se dá de modo paulatino, numa visão próxima ao protagonista adolescente que vai descobrindo a cidade a partir do contato com seus habitantes. A questão da *locomoção* na cidade é resolvida de modo pragmático e pontual: no episódio da chegada, Alfredo e sua mãe pegam o bonde circular no Ver-o-Peso e vão até a esquina da Avenida Generalíssimo Deodoro com a Avenida Gentil Bittencourt, onde moram os parentes, a família Alcântara, em cuja casa o jovem vai se hospedar. Sobre o sistema de transporte público então em vigor, os *bondes*, o romance dá apenas informações esparsas. Um pouco mais freqüentes são as referências aos *trens*: trem de Bragança, trem do Curro e, sobretudo, trem do Utinga - sendo que este último, com estação na Gentil e com seus apitos, faz parte do ritmo cotidiano da casa.

É a partir da moradia da família Alcântara na Gentil e depois na Estrada de Nazaré – além de uma moradia de operários na Travessa Rui Barbosa e de um olhar sobre as baixadas, sobretudo o bairro do Guamá – que o narrador vai construir, aos poucos, *um mapa da cidade*. Quando ele fala da Cidade Velha, do Comércio, do Reduto, do Guamá e dos Covões, ou se refere brevemente aos bairros de São Brás, Cremação e Umarizal, seu objetivo não é fornecer uma descrição desses bairros à maneira de um geógrafo. O projeto do escritor consiste em mostrar “a cidade que estava dentro das pessoas, dos sentimentos e das lutas” (BGP, p. 307). É um retrato de Belém através do *intérieur*, no duplo sentido: o habitat e os hábitos, os comportamentos e a mentalidade das pessoas. Mostrando os *habitantes* da cidade *a partir de suas moradias*, o romancista define também *o seu lugar social*.

Uma moradia entre as classes: Gentil Bittencourt

O tema do romance é, pois, a representação de uma época – a do declínio, depois da queda da borracha – a partir da perspectiva de uma família, os Alcântaras: o senhor Virgílio com sua esposa d. Inácia e a filha moça Emília. Faz parte da casa também a jovem empregada Libânia. O

chefe da família ocupou uma posição importante na época do intendente Lemos: foi administrador do Mercado Municipal; mas com a queda do Senador perdeu esse posto e mal conseguiu um modesto emprego na Alfândega. Essa perda de status acarretou a mudança para uma moradia modesta, no nº 160 da Avenida Gentil Bittencourt, uma casa de porta e duas janelas, “sem platibanda, meia vidraça, persianas, passeio ralo na frente e algum carapaná” (BGP, p. 45).

A atmosfera na casa dos Alcântaras é um tanto carregada. Cada um dos membros da família se ressentia, à sua maneira, do rebaixamento de nível de vida e de status social. Entre seu Virgílio e sua esposa existe uma atitude mútua de desconfiança e acusação; o que torna o ambiente mais pesado é que nunca as coisas são verbalizadas, mas permanecem no nível da sub-conversa. D. Inácia parece querer dizer ao marido que ela cumpriu como o seu dever “de lhe arrumar o Mercado” e de que “cabia a [ele] mantê-lo” (BGP, p. 305). Ela o acusa tacitamente e o despreza por ter se acomodado numa honestidade pusilânime em vez de ter ousado um golpe de fortuna, quando ainda no poder, ou ter se arranjado com os novos donos da situação. Seu Virgílio, por sua vez, suspeita da virtude de sua esposa. Qual teria sido o grau de sua intimidade com o poder, no tempo em que ela liderava a Liga Feminista em torno do Senador, qual foi o preço que ela pagou por ter conseguido para o marido a administração do Mercado? Será que sua esposa foi uma das “hetairas da situação”, de que falara a folha oposicionista? (BGP, p. 410). A filha única do casal, Emília, é uma moça gorda, mimada e preguiçosa. Ela se ressentia de um namoro mal-sucedido e da falta de perspectiva de conseguir arranjar um marido, procurando compensar essas frustrações com atitudes de desmando diante dos subalternos e com um agarrar-se ao único símbolo de status que lhe restou: um piano.

O adolescente Alfredo, que vive na casa dos Alcântaras temporariamente, como hóspede, e contribuindo com uma mesada, não sente o peso do rebaixamento deles. Enquanto Emília “se aborrecia daquele ‘ermo’”, Alfredo “vinha até gostando da Gentil” (BGP, p. 246, 248); ele se afeiçoa a essa moradia e ao seu entorno. Para ele, que veio da Ilha do Marajó a fim de fazer seus estudos em Belém, a casa na Gentil Bittencourt é uma base ideal para descobrir a cidade. Sua condição social intermediária – é filho de uma mãe pobre e preta e de um pai branco,

com título de Major – o predispõe a descobrir a cidade como um território social diferenciado.

A *avenida Gentil Bittencourt*, nos anos 1920 como hoje, oferece como talvez nenhuma outra um recorte completo através das diversas camadas sociais de Belém. Estendendo-se de Oeste a Leste, num nível de altitude intermediário entre os 12 metros do espigão da Avenida Nazaré e do nobre bairro de mesmo nome e, por outro lado, as baixadas do Guamá, ela vai do bem-estruturado bairro Batista Campos, beirando os bairros de classe média Cremação e São Brás, até as baixadas de Canudos e Terra Firme, sendo este último um bairro surgido com as invasões dos anos 1980 e 90 e hoje temido por causa de seus assaltantes.

Ao atribuir à moradia da família Alcântara o nº 160 da Avenida Gentil Bittencourt, o romancista lançou mão da liberdade ficcional. Pelas referências do texto, a casa situa-se entre a Avenida Generalíssimo Deodoro e a Travessa 14 de Março. Pelo lado do Centro, a Oeste, se dispunha da estrutura do então moderno transporte urbano, o bonde, na esquina da Generalíssimo; nesta avenida, subindo-se apenas um quarteirão, localiza-se também o Grupo Escolar Barão de Rio Branco. Pelo outro lado da Gentil, em direção a São Brás, já começaram os quarteirões sem calçada. Mais ou menos em frente da casa, na parte de cima da rua, está (ainda hoje) o quartel do 26º Batalhão de Caçadores, freqüentemente evocado por d. Inácia como lugar de “conspirações”, e atrás e mais acima, o Largo de Nazaré com a Basílica. Do lado dos fundos da casa, “o hálito das baixas cobria o quintal” (BGP, p. 109). “Que população vivia” do outro lado da baixa, pergunta-se Alfredo, ao olhar para os cercados, janelas e telheiros: “que lavadeiras, capinadores com suas foices, que meninos?” (BGP, p. 248).

A *vizinhança e o entorno humano* da casa na Gentil Bittencourt são multifacetados. Pela rua passa várias vezes por dia o trem do Utinga, cujo maquinista, um parente dos Alcântaras, costuma atirar-lhes na passagem lenha, milho, rapadura e farinha seca (BGP, p. 109, 303). A partir da casa ouvem-se os ruídos da cidade: os apitos do trem e da Usina da Pará Elétrica, os sinos da Basílica e a corneta do quartel. Ouvem-se os gritos do sorveteiro e do vendedor de pupunha, além dos berros de crianças e dos urros das vacas da vacaria em frente, de onde parte todo dia a carroça de leite (BGP, p. 75, 77, 78). Os vizinhos dos Alcântaras são seus adversários, do ponto de vista político. Para d. Inácia ficou

atravessada na garganta a festa que o vizinho deu, quando Lauro Sodré voltou ao Pará: “Pouco antes da queda do leimismo, o marido [da vizinha] publicava um telegrama de felicitações ao Senador, beijando-lhe os pés. Lauro ganhou, a casaca virou. D. Inácia, então de propósito, na noite da festa, fingia vomitar ao parapeito” (BGP, p. 264-265).

Através de d. Inácia, o romancista apresenta *a cidade como lugar de máscaras*. Apesar de ela ser absoluta adversária política de sua vizinha d. Ludovica, d. Inácia cultivava com ela um relacionamento diário: “Deleitava-se em sustentar a conversação como se fosse uma política experimentando com a vizinha as artes da hipocrisia” (BGP, p. 277). D. Ludovica comporta-se da mesma maneira com relação à d. Inácia. O fingimento é também a base do relacionamento entre Emília e uma outra vizinha, Valmira, de quem Emília costuma pedir emprestado o jornal. Alfredo observa: “O ‘nos dá prazer’ de parte a parte, as luvas de pelica entre as duas, [...] porfiavam em fingimento as duas” (BGP, p. 122). O código do fingimento parece, assim, ser essencial para quem deseja se iniciar e se relacionar na cidade. É nesse sentido que Alfredo recebe reforços diários por parte de d. Inácia, como nesta observação: “– Fingindo, não? Aprendendo a ser homem, hein? Será um grande hipócrita” (BGP, p. 108).

O retrato da casa dos Alcântaras seria incompleto sem a personagem Libânia, “*uma serva de quinze anos, trazida, muito menina ainda, do sítio pelo pai para a mão das Alcântaras*” (BGP, p. 51-52). Desde cedo, foi acostumada aos trabalhos da roça e é para os serviços pesados que é empregada pelos Alcântaras: “aos domingos ia ao Ver-o-Peso, ainda madrugada, para trazer às costas o saco de açúcar”, vindo de lá “a pé, descalça, [...] curva e silenciosa [...], como se voltasse do roçado” (BGP, p. 138). Faz parte de suas tarefas cotidianas carregar e partir lenha, além de ir buscar ervas de cheiro para o banho de sua patroa e de correr as bancas da cidade, para trazer o último resultado do jogo do bicho (BGP, p. 117, 137, 46). A cena nos domingos, pelas tardes, em que “d. Inácia, ao pé do marido, se deixa catar pela Libânia” resume, como observa o próprio seu Virgílio, “o velho tempo, a província”, ou seja, o da Amazônia antiga, do Grão-Pará. A jovem e vigorosa “serva esbraseada” é emblema da mão-de-obra, trazida do interior para a cidade e um resumo etnográfico romanceado das figuras da cabocla, da índia e da escrava. Na qualidade de “rueira”, Libânia é também guia e iniciadora do menino

Alfredo à topografia de Belém, como nas idas ao Ver-o-Peso ou até a casa de uma bordadeira no São Brás.

Com todos estes elementos, a casa na Gentil Bittencourt e seu entorno fazem o protagonista descobrir a cidade como um território socialmente bem demarcado. Num dos extremos da rua, no bairro Batista Campos, situa-se a residência do ex-Governador, “a melhor da Gentil naquela quadra”, com “sacadas, platibanda, cortinas, portão de ferro, palanque junto ao muro entre plantas de fino tratamento” (BGP, p. 151, 145). No outro extremo, perto da baixada de São Brás, amontoam-se as palhoças dos pobres. Para chegar à casa da bordadeira, Alfredo “tinha atravessado aquele palhoçal pobre da Castelo Branco, saltando lamas e valas, ladeando capinzais e lixo, roupas quarando no meio da rua, linhas de papagaio que os meninos empinavam, pupunhas cozidas à venda nas janelinhas. Tacacazeiras montavam suas painéis e bancos na esquina. [...] Nas barracas de chão viam-se meninos de olho remelento, mulheres costurando, amarelidões de paludismo e partos recentes, velhinhas vergadas sobre a almofada de renda, a peneira de tapioca, o cabelo piolhento da neta que berrava” (BGP, p. 207-208). Contrastivamente segue-se uma cena em que Alfredo é levado para a casa de um colega que mora numa das “ruas finas”, num palacete. Ou seja: a cidade de Belém é experimentada pelo jovem ao mesmo tempo como a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Coloca-se para ele, assim como para o escritor e seus leitores, o desafio de refletir sobre os modos de convívio *entre* essas classes.

(Micro-)história econômica (I): de funcionário exemplar a contrabandista

Como administrador do Mercado Municipal de Belém, durante o governo do Senador Lemos, e funcionário da Alfândega, no período subsequente, seu Virgílio Alcântara é uma parte integrante da história econômica da Amazônia. O que poderia haver de relevante para a compreensão das estruturas econômicas no *enfoque microhistórico* oferecido por este personagem? Em síntese, são dois aspectos: um testemunho pessoal sobre a queda da borracha e, sobretudo, o envolvimento numa atividade econômica paralela e ilegal: o contrabando.

Guia de Alfredo em sua segunda ida ao Ver-o-Peso, seu Alcântara o faz enxergar a prosaica realidade econômica. O jovem começa então a

ver “uma nova cidade”, “meio bruta, que lhe pedia dinheiro em troca de peixes, carnes, frutas e verduras, panelas [...], prateleiras” (BGP, p. 160). Com sua qualidade de meticoloso *conhecedor de mercados*, seu Virgílio se torna um *cronista da história econômica* a partir dos dados concretos do cotidiano: “conversava com este e aquele peixeiro, examina aqui a barriga da tainha, ali a gurijuba, peixe grande de comer homem. [...] Caminhava entre as bancas de peixe, legume e frutas, como um rei das estórias passando em revista os presentes de seus vassalos” (BGP, p. 160-161). Por outro lado, ao reparar na “má qualidade nas frutas, [na] imundice no Mercado [e na] escassez de peixe” (BGP, p. 161), seu Virgílio chama a atenção para as mudanças ocorridas. Alfredo enxerga, então, simultaneamente duas cidades: a Belém problemática dos anos 1920 e, “meio assombrado”, “a outra cidade lembrada por seu Alcântara” e “já exagerada na [sua] imaginação”: “Belém assoalhada de ananases, toucinhos e rapaduras” (BGP, p. 161).

A passagem da Belém da opulência para a Belém da escassez é mostrada cruamente através da história do padrinho de Alfredo, seu Barbosa, *um aviador que quebrou com a queda da borracha*. Inicialmente, ele “possuía [...] comércio na Quinze de Novembro, casa de primeira” (BGP, p. 98). Os negócios prosperavam tanto que seu Barbosa “também aviava o comércio de Cachoeira”, na Ilha do Marajó. Assim conheceu os pais de Alfredo, que o escolheram como padrinho, com a expectativa de que o filho, durante os estudos, fosse morar com o padrinho em Belém. “Alfredo crescia nessa esperança e vai o padrinho quebrou” [...]. “Era agora vago funcionário de banco e guarda-livros à procura, na praça, de escritas que não apareciam” (BGP, p. 98). Quando Alfredo e a mãe vão visitá-lo, no Largo da Trindade, encontram uma casa que “parecia consciente da ruína de seu dono” (BGP, p. 99). Dois detalhes nesta casa “desolada e deserta” — um gramofone, “escuro, mudo, insondável”, e o “grasnar d[e um] ganso velho” (BGP, p. 101) configuram um réquiem do tempo da borracha.

Um tom de pranto está também nas observações de seu Alcântara sobre a situação econômica. Para ele, Belém é “*uma cidade acabada*” (BGP, p. 153). Ele chama a atenção para “a flotilha da Amazon River criando bicho no Guajará, a Caixa-d`Água com suas três painéis grandes sempre vazias se cobrindo de ferrugem sobre um bairro infeliz, [...] a Estrada de Ferro, o Mercado de São Brás, a fachada já tão encardida, os

avisos de guerra apodrecendo no Curro Velho...” (BGP, p. 153). Sua explicação para essa derrocada: “O inglês fez o que bem quis. Nos explorou com a navegação, com o porto [...]. E por cima nos rouba as sementes de seringueira” (BGP, p. 153). Quanto ao presente e ao futuro, seu Alcântara está desiludido. Para ele, “o Norte era sempre a parte enjeitada do país. E a época das vacas gordas na Amazônia não voltaria nunca mais. Adeus, borracha. Adeus, Mercado” (BGP, p. 221).

Um dos desafios para o historiador consiste em denominar apropriadamente a época que vai da queda da borracha, em 1912, até a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, quando se inicia uma nova fase de modernização. Qual seria a característica dominante: o declínio, a decadência, a estagnação, a crise, as tentativas de reestruturação, ou uma mistura de tudo isso? No romance de Dalcídio, *perspectivas para superar a crise* são aventadas apenas de passagem, numa conversa entre seu Alcântara e seu Lício, um encadernador engajado nas lutas dos operários. Enquanto o primeiro acha que “plantar e criar era a solução da crise na Amazônia”, para ter “um cais cheio de navios carregando farinha para a Europa”, o segundo propõe “aproveitar o ‘potencial hidráulico’ da região” (BGP, p. 374-375). De qualquer forma, não é nestes detalhes esparsos que reside a principal contribuição dessa obra de ficção para o conhecimento da economia. Um outro veio do romance é bem mais instrutivo.

O romance de Dalcídio Jurandir retrata *um aspecto da economia que não costuma constar dos manuais* escolares: uma atividade ilícita e fraudulenta chamada contrabando. Com a opção de focalizar a criminalização da sociedade, o autor de *Belém do Grão-Pará* não está sozinho na literatura brasileira do século XX. Lembramos que Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, retrata um Brasil jagunço: bandos de criminosos disputando o poder no planalto central do país. O contrabando, como Dalcídio sugere em seu livro, não se limita a ser uma atividade de alguns poucos desesperados com o tempo da decadência. Vejamos esse retrato que ele nos fornece, de passagem, da família que leva Emília para o baile de cadetes no principal clube social da cidade, na Assembléia Paraense: “As Rodrigues”, que moram na Estrada de Nazaré, “eram agora constantes, na Assembléia, porque o pai ganhara uma fortuna numa série de felizes contrabandos” (BGP, p. 196). A figura do contrabandista bem-sucedido pode ter servido de inspiração para o pai de Emília: a

criminalidade do ato é ali sobrepujada pela imagem de uma espécie de “jogo da fortuna”, em nome de uma aspiração à “felicidade” (material), que passa por cima da consciência moral.

Seu Virgílio Alcântara é apresentado inicialmente como um funcionário público exemplar. Quando administrador do Mercado, ele vivia “encafuado” ali, “longe do Palácio e do centro comercial”, dedicado inteiramente ao seu trabalho (BGP, p. 61-62). Na Alfândega, ele mantém essa mesma atitude de “ascetismo burocrático”, trabalhando como “um frade” (BGP, p. 294). O que provocou, então, a mudança de *profissional exemplar para contrabandista*? O motivo desencadeador é a mudança de moradia da Gentil Bittencourt para a Estrada de Nazaré. Com as aspirações de status, por parte da filha e da esposa, “as despesas aumentavam”. Com isso coloca-se a pergunta: “Como, com aquela razão de ordenado, residir na Estrada de Nazaré?” “Querem que eu roube?” (BGP, p. 289, 304). Um motivo de efeito permanente são as queixas e zombarias da esposa que critica os bem-sucedidos desonestos, mas no fundo os inveja e admira, e despreza o marido por não ter tido “o descaramento de prestar solidariedade aos novos mandões” (BGP, p. 304), nem o arrojo de “arriscar” o grande golpe (como fez, por exemplo, o pai das Rodrigues). Seu Virgílio acaba interiorizando essas críticas e trama, então, “um repentino plano de desforra contra Inácia, contra si mesmo, por ter sido muito honrado e cauteloso com a função pública, com o dinheiro e com as mulheres”; ele deixa “corromper-se para vingar o que perdeu” (BGP, p. 243, 293). Quando surge, como motivo último e decisivo, a oportunidade, “de participar de uma muamba na Alfândega, em torno de uns contrabandos”, seu Virgílio é atraído pela aparente falta de risco, pela “imunidade que lhe ofereciam” (BGP, p. 243).

Vejamos o *fim e a moral da história*. Durante algum tempo, seu Virgílio está na dúvida se deve “se arriscar com o contrabando” (BGP, p. 244). O trabalho parece simples: “Estava nas mãos dele apressar o trânsito de alguns papéis, que iriam facilitar a saída de vultoso contrabando apreendido” (BGP, p. 269). A chegada da principal festa religiosa parece facilitar o negócio: “A muamba estava pronta, aproveitando a confusão do Círico” (BGP, p. 404). De fato, na manhã da trasladação são concluídas todas as maquinacões da muamba. “Daquela máquina” – “que retira o contrabando apreendido, despacha papéis, entorna aquele dinheiro nas mãos duns doze” – “Virgílio Alcântara foi peça mínima, mas de precisão”

(BGP, p. 485). Parecia que tudo corra bem, e na casa da Estrada de Nazaré, “d. Inácia [...] via, mão no quadril, queixo no chão: as compras entrando em casa...” (BGP, p. 485). Seu Virgílio, partido em dois, “entre os cacos de sua honradez e os regalos da desonra” (BGP, p. 487), sente a necessidade de integrar-se na procissão do Círio, “queria mergulhar naquela quantidade humana para limpar-se” (BGP, p. 490). “Mas impossível”: “ele e a casa”, a velha casa de Nazaré, “juntos, desmoranavam” (BGP, p. 490). No fim, prevalece a moral de um sermão ouvido por um colega na Sé: “Não há coisa escondida que não haja de saber-se vir à luz” (BGP, p. 404). Com efeito, no dia seguinte ao Círio, a participação de seu Virgílio na operação de contrabando é descoberta e ele perde o emprego. Assim termina, no romance de Dalcídio Jurandir, a história do contrabando, narrada de uma perspectiva próxima a um dos participantes, inclusive com fragmentos de seu monólogo interior.

Fora do domínio ficcional, *a história do contrabando continua*. Antigamente como hoje, ele faz parte das estruturas econômicas, aparecendo regularmente nas manchetes de jornais, como, por exemplo, numa reportagem publicada em junho de 2008 sobre a rede clandestina de comercialização de drogas na cidade de Belém.

O espaço público na Belle Époque

Sobrados e mangueiras são os ícones por excelência da Belém da Belle Époque. Envolvendo o jovem Alfredo “com as suas saias que eram aquelas mangueiras-mães, carregadas”, Belém “tomava conta dele” (BGP, p. 152). Ao descer o bulevar, “pelos sobrados escuros que ainda cheiravam a borracha” (BGP, p. 152), ele pensa no padrinho cujo comércio quebrou. Apesar de existir um intervalo de apenas dez anos entre o adolescente Alfredo e a cidade da Belle Époque, ela está tão irremediavelmente perdida para ele como para nós que a contemplamos através da distância de quase um século.

A seguinte evocação, pelo romancista, de *um quarteirão de sobrados* lê-se como uma carta de despedida: “Que acolhedora antigüidade neles, escorrendo de suas paredes e platibandas, suas janelas sempre fechadas e ao mesmo tempo tão cordiais e de seus porões gradeados em que se via criada gomando e de onde se espalhava um aroma de alta cozinha. Pareciam velhos pelo sossego em que viviam e novos pela frescura e cor

e maciez dos azulejos. Aquela cor violeta tinha vários tons durante o dia. Sob a chuva, à tarde, os azulejos se cobriam de um lilás escuro, como se ficassem empapados d'água. Alfredo, sempre que podia, ia vê-los. [...] Não sendo nunca convidado a entrar [...], voltava-se para as fachadas. Os azulejos, como violetas, floresciam. Que salas, móveis, louças, meninos e gramofones, gansos e queijos, banhados naquele lilás, se ocultavam naqueles sobrados proibidos? Ao pôr do sol, adquiriam um róseo quente, impregnando-se do azul de fulgurante agonia. E pareciam flutuar numa transparência entre as mangueiras até que, no anoitecer, com as lâmpadas acesas na rua, se fundiam em lilás e silêncio no adormecido quarteirão. [...] E já longe os quatro sobrados eram um órgão só, que o vento das mangueiras fosse tocando” (BGP, p. 148-149).

Como era, à sombra das mangueiras e ao abrigo dos sobrados, o espaço público na Belle Époque? Os passeios preferidos de uma moça de classe média como Emília Alcântara são a *rua João Alfredo*, como artéria principal do Comércio, e o Largo da Pólvora ou *Praça da República*, onde se encontram o Teatro da Paz (que tem papel discreto no romance de Dalcídio), o Grande Hotel, a Assembléia Paraense e sobretudo o Cinema Olímpia. O terraço do Grande Hotel é descrito de passagem por Alfredo como “cheio de sociedade, que tomava sorvete, apreciando a viração da noite” (BGP, p. 227). Seu equivalente é hoje a Estação das Docas.

Na *rua João Alfredo*, Emília faz seus *contatos sociais*: ali ela encontra as Rodrigues, que a levam ao baile na Assembléia, e também o noivo, o Viriatinho, um viúvo de cinqüenta anos, que começou como caixeiro e acabou sendo bacharel (BGP, p. 452). O diálogo entre os dois é um jogo de máscaras e interesses, com expectativas ilusórias, de ambos os lados:

“ – Moram ainda na Gentil?

– Estrada de Nazaré, entre a Doutor Moraes e a Benjamin.

– Ah, teu pai tem tido suas promoções na Alfândega, não?” (BGP, p. 437).

O Viriatinho enxerga, portanto, em Emília a oportunidade de fazer um bom partido. E esta é também a expectativa da noiva e de sua mãe, que sabe que o escolhido – na falta de outras opções – é um advogado “boêmio”, “suspeito” e “imundo na profissão”, de onde vem o apelido de Porca Prenha. Mas isso não incomoda d. Inácia, pelo contrário: “– Porca Prenha, isto eu sei. Mas nunca irá para a cadeia, podendo chegar a um desembargador” (BGP, p. 438).

Um lugar importantíssimo na vida social é o *Cinema Olímpia*. Uma vez por semana, as Alcântaras ganham entradas, por intermédio de sua costureira Isaura, que é ornamentadora do Palace Theatre. O Olímpia era o melhor cinema da cidade e “pedia traje correspondente”: “Olímpia era dos patrões [...], das pessoas que tinham nome no jornal, nome nas portas e janelas de escritório, nas tabuletas do comércio, da indústria e nas residências de doutores de Nazaré e São Jerônimo” (BGP, p. 201). Quando Alfredo é convidado uma noite para ir lá com d. Inácia e Emília, ele repara que “a fachada era baixa e feia”, mas a sala de espera é brilhantemente iluminada, “para que melhor fossem vistos os figurões da cidade” (BGP, p. 230).

“Ali”, no Olímpia, “estava a sociedade, a alta”. Sendo que “as altas senhoras” que entravam, são mostradas através do olhar da costureira Isaura numa perspectiva de zombaria: “A tia-bimba da senhora do presidente da Associação Comercial. A enjambrada da mulher do banqueiro Assaid, a macaca do Museu, pintada de branco, que era a sra. Comandante da Região Militar. Aquela coruja de gaze e aquela tartaruga entremeada de laçarotes e colares” (BGP, p. 234-235). O surgimento da bela amante de um homem que acumulou uma das maiores fortunas da cidade, é um motivo para o narrador traçar o seu perfil: “O dr. Pennafort ganhara fama no Pará com o seu monopólio de exploração de quiosques e latas de lixo [...]. Dono da fábrica de gelo, servindo na Port Of, tinha uma `vila` de casas [...] na São Jerônimo, à frente da qual mandou erguer a sua residência [...] como uma torre [...]. Sob sua direção, se ergueu [...] a famosa Caixa d´Água, que nunca funcionou, cobrindo-se de ferrugem [...] sobre o panorama da cidade [...]. Muito maior, porém, era a sua fama de sultão local [...]” (BGP, p. 235-236).

Na sala de espera do Olímpia, se dá o *encontro* de d. Inácia com o desembargador Julião Gomes, o *Chefe de Polícia*. Ela recorda cenas “em que o via no Palácio [...], sempre em torno do Senador. Mal tombou o Senador, foi um dos primeiros no movimento redentor contra o lealismo, ganhando a Chefia de Polícia” (BGP, p. 231). Ela enceta com ele um diálogo sobre a situação política.

D. Inácia: “– Ainda não foi ao Guamá? Vai deixar que os caboclos tomem Belém?”

O Desembargador vê ali somente “um distúrbio local”. “Bastaria aquela força da Brigada [...] para repor tudo em ordem”.

D. Inácia: “ – Mas é fome, é, Desembargador?”

A resposta: “Roubo, saque, jagunçagem. Nossos roceiros querem comer à custa do bacamarte e não da enxada. [...] Não tem lido o *Menendez?*” É uma referência a um artigo publicado na *Folha do Norte* por um professor de latim, que critica a “imprevidência” dos caboclos.

À pilhéria de d. Inácia de que “tivesse cuidado”, “não esquecesse a Cabanagem”, o desembargador replica, encerrando o diálogo: “– Podemos estar sossegados” (BGP, p. 232-233).

Num comentário posterior a esta cena, o desembargador é caracterizado por d. Inácia como um “*salteador de toga*”, “um canalha que usa sempre as leis contra o direito” (BGP, p. 233). O que o jovem Alfredo viu e ouviu de um representante da lei “lhe tirava um pouco o respeito pelo Governo” e “incutia-lhe esta dúvida”: “os estudos serviam para se deixar de ter pena do próximo para se ser patife, com luva de pelica”, “sabadíssimo para melhor mentir, para melhor lograr [...]?” (BGP, p. 242).

Morar “onde gente fina morava e ostentava”: na Estrada de Nazaré

Emília Alcântara é descrita como uma “dessas moças que gostaria de ficar o dia inteiro num sofá ou no chão da sala de jantar, tendo a seu serviço vinte xerimbabos” (BGP, p. 117). Essas características, “preguiça e gosto de mandar”, não são especialmente apropriadas para lhe abrir uma carreira profissional e lhe garantir um sustento econômico, muito menos em uma época de declínio econômico. Numa sociedade em que as moças de família costumavam ficar à espera de um bom partido, as chances de Emília eram escassas, dado o status social modesto dos pais, denotado pela moradia simples na Gentil Bittencourt. De repente, a descoberta de um sobrado vazio na Estrada de Nazaré se configura para Emília como um meio mágico. Surge-lhe a idéia de mudar-se para lá: *A moça empobrecida “queria se fantasiar de rica nas três janelas da Estrada de Nazaré”* (BGP, p. 294).

O sobrado na Estrada de Nazaré é caracterizada pelo narrador desde o início como “*uma casa em ruína*”, apresentando uma “fachada velhusca e baixa” com “platibanda” e “três janelas embora sem persianas”; “a raiz do mato entranhando-se na parede descascada” (BGP,

p. 245). Era de um negociante que havia voltado a Portugal. Quando Emília se informa sobre a possibilidade de alugá-la, a advertem que “é uma casa em ruínas” (BGP, p. 254). Também os operários contratados para fazer a limpeza observam: “Isto aqui não se mora”, “tudo tão carcomido”, “uma grande casa, mas de cupim ela inteira” (BGP, p. 298, 301). E Alfredo, ao varrer aqueles quartos, repara que “fediam a bolor, poeira e morcego” (BGP, p. 302). Para Emília, no entanto, *a fantasia e o desejo sobrepujam a realidade*, sendo o romance como *medium* de ficção especialmente apropriado para representar essa quimera.

Para Emília, as deficiências da casa onde ela gostaria de morar, são minimizadas pela excelente localização, perto de tudo o que há de melhor na cidade: “na Estrada de Nazaré, entre a Benjamin Constant e quase-quase à esquina da Doutor Moraes, já para desembocar no Largo da Pólvora; meu Deus, pertinho do Olímpia, do terraço do Grande Hotel, da melhor farmácia, dos passeios em torno da estátua da República, da Assembléia e do Teatro da Paz” (BGP, p. 245). Não se poderia imaginar local mais seleta para se morar: “Cruzando a Doutor Moraes, estava-se num quarteirão de ‘olhe lá’: o palacete Faciola, com seus claros azulejos, apreciando-se o Comendador [...] embarcar no seu alto carro; a casa do dr. Bezerra, onde as moças, educadzinhas na Inglaterra, eram vistas de finas almofadas nas janelas. [...] E os autos parando na porta? E uma porção-porção de empregadas [...]” (BGP, p. 245). Em suma, era *um quarteirão “onde gente fina morava e ostentava”* (BGP, p. 245).

Continuando o seu devaneio, Emília imagina poder *abarc*ar com a vista, a partir de sua nova moradia, *a cidade inteira* – o que, antigamente como hoje, é um desejo de muita gente: “Três janelas para a Estrada de Nazaré. Uma para cada Alcântara. Três janelas para os muitos bondes, pois por ali passava de ida e volta o trânsito grande da cidade, Cremação, Santa Isabel, Guamá, São Brás, Marco, o Sousa, as travessas, os Covões. Três janelas para os automóveis, o Círio de Nazaré, a parada militar, o Carnaval, os cortejos de casamento e funerais” (BGP, p. 245-246). Emília imagina “toda a cidade passando por baixo das três janelas” de sua casa. O que também significa que *ela seria vista pela cidade inteira!* (BGP, p. 247).

Para Emília, *a questão do status é primordial*. A mudança seria “uma volta do ostracismo”. Morar na Estrada de Nazaré e “respirar aquele ar das ruas finas, Nazaré e São Jerônimo, fincar os cotovelos na almofada de forro bordadinho”, seria “[re]tomar contato com a sociedade” (BGP,

p. 251). Na mesma direção vão os sonhos de d. Inácia: “que diriam os antigos lemistas quando a vissem sair daquele desterro e debruçar-se de rosto empoado na janela do 34 [da Estrada de Nazaré]?” A filha, que queria “acertar um casamento”, “em Nazaré, aparecendo na janela, olhada do bonde [...], faria um vistão.” Para Alfredo, d. Inácia nutre *ficções de ascensão social* e de carreira militar e política, sob o comando dela: “Ali podia encontrar muita amizade, sal para os miolos, entrada em muito salão. Morando ali, já bem mocinho acharia carreira, mesmo a política [...]. E ela [...] capaz seria de acompanhá-lo, fazê-lo galopar [...]. Ali e acolá, moravam oficiais [...]. Alfredo ia conhecendo militares, pessoas graduadas, ganhando na aprendizagem da conspiração [...].” (BGP, p. 260-262).

O prazer de subir de status social e de exibí-lo é contagiante. Alfredo também pensa em suas vantagens: “Não seria bom anunciar aos coleguinhas do Grupo que estava se mudando... [...]. Também ele, numa das janelas, não faria o seu papel de morar, acima das suas posses, na Estrada de Nazaré?” (BGP, p. 249). Até a empregada Libânia chega a sonhar: “Na Estrada de Nazaré, era não mais caminhar nas ruas de chão e sim nos calçamentos”; “para guardar as aparências [...], teriam de lhe dar vestimenta mais de acordo e um sapato, pelo menos, chinelas”; “e uma alegria tinha: na casa teria um quarto só para ela” (BGP, p. 263, 303, 304).

A mudança é realizada “muito cedo, com extrema precaução, para que a Estrada de Nazaré não ficasse a par do verdadeiro estado social da família Alcântara” (BGP, p. 310). “Só uma coisa foi à tarde, pelas cinco: o piano.” Chegando ao ombro de seis carregadores, “a entrada na casa foi triunfal. [...] Emília aparecia na janela, com ar displicente, até meio distraída [...], como quem diz: ‘ora o piano’... Mas espiou o movimento das janelas” (BGP, p. 310). Mobiliário, com a velha mobília, a nova residência, é uma “ginástica”, repara Alfredo, que acompanha Emília a “disfarçar os espaços vazios”: “faltavam quadros, estatuetas, um abajur para o meio do teto, já que seria impossível um lustre...” (BGP, p. 311). Ele se pergunta se aquela mudança da Gentil para a Estrada de Nazaré era “verdadeira”. Teria ele de “compreender também como uma educação aqueles disfarces todos?” (BGP, p. 312) O casarão parecia dizer aos Alcântaras: “Vocês não passam de uma família fantasma” (BGP, p. 316). A própria d. Inácia chega à conclusão que a família, com esta mudança, passa a “viver das aparências” (BGP, p. 316).

O tão almejado “contato com a sociedade” não acontece, nem na *festa de aniversário* de Emília. Os convidados que comparecem são da “classe da família de Isaura”, a costureira (BGP, p. 372). O conceito de classe social não é introduzido pelo narrador, mas pela fala de um dos personagens, no caso, Emília Alcântara, que manifesta assim a sua (falsa) consciência ou ideologia de pertencer a uma classe supostamente superior. Contrariando suas expectativas de ascensão social, sua casa se enche de gente da “Rui Barbosa e do subúrbio” (BGP, p. 371). Emília recebe, então, os operários, que “só tinham uma coisa [...] que poderia chamar a atenção da vizinhança: serem um pouco escurinhos” (BGP, p. 373). De qualquer forma, é para ela *uma oportunidade de “exibir a casa aos que vinham do subúrbio e que, provavelmente, nunca participaram de um aniversário na Estrada de Nazaré”* (BGP, p. 372). Enquanto isso, os pais de Emília conversam com seu Lício, encanador e militante no movimento operário. Finda a festa, no meio da noite, Emília Alcântara dá ainda uma prova do seu gosto de mandar: “queria-porque-queria acordar [Libânia]. Para varrer a casa” – do que é demovida pela mãe (BGP, p. 383).

Pouco depois, a casa dá sinais de desabar. Libânia chama a atenção de d. Inácia para o telheiro da cozinha que “arrisca arriar”. De fato, “a parede rachava” e “parte do telhado arriou” (BGP, p. 510). Pouco depois, ela vem avisando que “para as bandas da cozinha a parede estremecia”, e que ouviu “novo estremecimento, desta vez no corredor” (BGP, p. 521, 524). Paralelamente a esse *desmoronamento da casa* , ocorre o desabamento moral do seu dono. A participação de seu Virgílio no contrabando foi descoberta, e ele vem comunicar o resultado: “o empreguinho? Foi-se”; “estou é [...] desempregado, mulher” (BGP, p. 519). A história dos Alcântaras e o romance terminam com a cena em que os três membros da família e seus três agregados abandonam a casa. Em tom de zombaria auto-irônica, d. Inácia comenta: “– Daqui da mansão [...] subimos pros Covões” (BGP, p. 520). E no mesmo tom ela dá uma última ordem: “Libânia, escrava, arruma as bagagens reais” (BGP, p. 521). O ícone-resumo desse desenlace é o piano de Emília, carregado para fora e abandonado na calçada (BGP, p. 524).

Uma casa de operários: travessa Rui Barbosa

O retrato de Belém no romance de Dalcídio Jurandir é construído basicamente a partir de três moradias, localizadas respectivamente na

Gentil Bittencourt, na Estrada de Nazaré e na Travessa Rui Barbosa. Nesta última situa-se a casa de Isaura, prima de Alfredo e “*costureira de graça*” das Alcântaras (BGP, p. 182) – mas também uma *costureira de briga*, que “tem o demônio nas entranhas” (BGP, p. 182). Com efeito, a relação entre a proletária Isaura e a filha de classe média Emília caracteriza-se, o tempo todo, por uma alternância entre briga e reconciliação; é *um confronto de classes em miniatura*, com ingredientes de luta e de ódio, mas também de interdependência e de diálogo. Significativamente dois dos desentendimentos ocorrem no caminho entre as duas moradias: da Rui Barbosa para a Gentil (BGP, p. 180), e da Gentil para a Rui Barbosa (BGP, p. 183). Alfredo “não sabia entender” esse tipo de relacionamento: “Por vezes, tentava ver em Isaura uma pessoa doente ou cheia dum inexplicável desprezo pelos Alcântaras, a quem estava presa não se sabia bem por que. Por que semelhante amizade, temperada de furor e de desgosto?” (BGP, p. 182).

Note-se que a travessa *Rui Barbosa* é, pelo seu traçado – do bairro de classe média Batista Campos através do bairro nobre de Nazaré até o Reduto, bairro de operários – *uma travessa entre as classes*. Uma ponte entre as classes é também a instituição do apadrinhamento e do “amadrinhamento”. Assim como o outrora rico comerciante seu Barbosa foi convidado para ser o padrinho de Alfredo, d. Inácia é, desde os tempos do lemissmo, a “madrinha-mãe” de Isaura (BGP, p. 180). Para o protagonista do romance, cuja origem familiar, status social e cultura são híbridos – seu pai é major, branco e letrado; sua mãe é uma mulher do povo, preta, iletrada – a relação entre Isaura e Emília se reveste de uma importância existencial. “Se não fosse essa amizade” – pergunta-se Alfredo – “estava eu aqui no 160? Os primos levariam ele para o 72, na Rui?” (BGP, p. 183). Com tudo isso, a relação entre Emília e Isaura oferece para o jovem aprendiz – e através dele, para o escritor – maneiras múltiplas de transitar entre as classes, de observar as relações entre elas e de refletir sobre a sua própria posição social.

A casa da costureira situa-se no meio do Reduto, bairro de operários, no nº 72 da travessa Rui Barbosa, “em frente à junção das duas linhas de bonde” (BGP, p. 183), ou seja, na esquina com a rua 28 de Setembro. A casa era “de porta e janela, espremid[a] entre o jardim gradeado de um palacete e uma casa de quatro janelas construída no ligeiro declive da rua”. É uma moradia bem modesta, com uma “única torneira”, “instalada

na sala” (BGP, p. 183). A descrição da *festa de aniversário* da costureira Isaura, na Rui Barbosa (BGP, cap. 18) – que contrasta com a da filha de classe média Emília, na Estrada de Nazaré (BGP, cap. 32) –, abre para o leitor uma dimensão comparativa; para o protagonista Alfredo é uma ocasião para aprofundar seu conhecimento da máquina social, através da observação das diferentes *gradações de status* e das *posturas* das pessoas.

A vizinhança “ficou mais curiosa que de costume porque a sociedade que ali se reunia não era a sua, da Rui Barbosa, dos Alcântaras nem das freguesas mais modestas da costureira” (BGP, p. 223). Em Emília, que tem a expectativa de encontrar nesta reunião alguma vizinha de “boa família”, nota-se uma certa atitude de “ *condescendência* ”, como a dizer “Olhem que só estou aqui em consideração à minha costureira” (BGP, p. 223). Os primos “ *acolhiam bem* ” Alfredo, declarando inclusive que “aquele primo teria de estudar por toda a ignorância da família”. Alfredo, por seu lado, olhando para as mãos de “uns quantos convidados, e profissões [...] a seu redor: marceneiro, sapateiro, foguista...”, considera que a sabedoria não está só nos livros, e valoriza os que aprenderam “ *artes e ofícios* ” (BGP, p. 223-224). Isaura, a anfitriã, “sorria para os convidados, *tratando-os como se trata gente fina* ” (BGP, p. 224). Nas mocinhas convidadas, “curibocas, pardas, bem escuras, se espremendo todas a um tempo na única janela para ver passar o bonde”, Alfredo e Isaura notam “ *um contentamento fácil* ”, como nas moças pobres do interior, embora também, “nesta e naquela uma falsa compostura, a afetação de quem se sente moça fina numa festa na Rui Barbosa com o bonde na janela”. “No mais, tudo bem” (BGP, p. 224-225). Com a chegada de Libânia, “sem sapatos”, Alfredo se dá conta que abaixo dos pobres há mais uma dimensão social, da qual a empregada “fingia não se dar conta”: “ *um degrau mais baixo ainda* que aquele em que se bebia, cantava e dançava no 72 ao som do violão e cavaquinho” (BGP, p. 226).

(Micro-)história econômica (II): “A classe da família de Isaura”

A caracterização dos moradores da casa da costureira, ou seja, da “ *classe da família de Isaura* ” – a própria Isaura e sua irmã Violeta, os dois irmãos, a mãe Magá e a avô Mãe Ciana – oferece também um recorte em miniatura de *algumas atividades econômicas manuais* . O retrato dos irmãos da costureira é traçado com simpatia, mas sem idealizações. Um

é *marceneiro*, fazendo móveis com gosto, e o outro, que já foi mecânico, trabalha como *sapateiro* numa fábrica de calçados. Nenhum dos dois, no entanto, soube colocar a sua perícia em benefício da casa: no nº 72 da Rui Barbosa não há “um guarda-roupa digno das artes do marceneiro”, e o ex-mecânico “nunca estendeu o cano d’água da sala até o banheiro” (BGP , p. 224). Magá, mãe de Isaura e filha de Mãe Ciana, é *vendedora de tacacá* “na rua, às tardes, na esquina da São Jerônimo com a Quintino” (BGP , p. 183). O serviço dela é tão apreciado que “muitas vezes batia na Rui Barbosa um chamado: Magá ir preparar uma tartaruga numa dessas casas de branco, pra um banquete político ou chegada dum general” (BGP , p. 193).

Dentre os retratos desses trabalhadores e trabalhadoras manuais, o de Mãe Ciana é o mais completo. “Menos preta que cafuza”, ela é *vendedora de cheiros*, em papelinhos, para “certas casas da Independência, Rui Barbosa e Reduto”. Antes, “teve de amassar açai na Domingos Marreiros, com a bandeirinha no portão” (BGP , p. 184). Vivia então numa barraca voltada para as baixadas do igarapé do Una (BGP, p. 185). Durante algum tempo, teve como companheiro o seu Lício, antigo encadernador da oficina d’A *Província*; ele foi embora, mas ainda assim Mãe Ciana anda sempre em busca de notícias dele pela cidade” (BGP , p. 186). Alfredo tem curiosidade para “saber dos cheiros, onde e como Mãe Ciana trabalhava” (BGP , p. 187). Ela, porém, guarda o seu segredo profissional: “não gostava que ninguém a visse dosando os seus aromas em pó, que embrulhava nos pacotinhos de papel de seda. [...] Ralava os paus de cheiro que comprava no Mercado, recebia de Santarém, trazidos pelos embarcações. Fazia os papéis às sextas e vendia aos fregueses certos no sábado”. Mãe Ciana limita-se a mencionar o nome de alguns cheiros como “Pau-de-Ângélica, Macacapuranga, Pau-Rosa, Pau-de-Angola [e] Patchuli”. “Também sabia dosar suas cascas e raízes para remédios”: “um olho de boto, a casca da acapurana para cicatrizar ferida, a resina de sapo cunauaru”... (BGP , p. 187). Alfredo sente-se fascinado: “Era de uma família ligada a feitiçarias, a encantados, a ervas maravilhosas” (BGP , p. 188).

Através do retrato de Mãe Ciana, o romancista abre uma perspectiva em profundidade sobre o tempo antigo e as *estruturas de longa duração*. A vendedora de cheiros “trazia no rosto e na voz, no corpo vergado, trabalhos e penas de sua família de escravos” (BGP, p. 184-185). Quando

Alfredo a encontra um dia no centro da cidade, no Largo da Misericórdia (atual Praça Barão de Guajará, onde está a loja Paris n'América), Mãe Ciana lhe diz: “*Pensa que os escravos já acabaram?* Eu venho da escravidão. Eu, tua avó, tua mãe, tu também. Tu tens no sangue. Nossos parentes penaram nos engenhos [...]” (BGP, p. 327). É uma das passagens que justificam o título do livro: *Belém do Grão-Pará*.

Repassando na memória o retrato de todos seus parentes, Alfredo, e com ele o escritor Dalcídio Jurandir, *valoriza o trabalho manual e se pergunta qual seria a sua vocação*: “Ali na Rui Barbosa, da Mãe Ciana à Violeta, todas sabiam coisas, suas artes, suas curiosidades. Família muito bem apreciada, seu sangue, dela ele era; tio na cana do leme dum barco, tio soldado no Rio de Janeiro e vários ofícios e viagens, a prima na costura, a Ciana no cheiro, a Magá na tartaruga e no tacacá, os primos na mobília e no motor, e ele, filho de branco e de preta, que ofício era pra ele, agora naquele [Grupo Escolar] Barão de Rio Branco?” (BGP, p. 193-194).

Em alguns momentos o romancista abre a perspectiva da micro-história para o cenário geral da história econômica. Há uma referência à *greve de 1918*, então noticiada pelo jornal, e lembrada e comentada por seu Virgílio Alcântara: “Os trabalhadores da Pará Electric haviam reclamado, do inglês que explorava a luz e os bondes de Belém, um justo aumento de salários. No fundo, uma greve do Pará contra a Inglaterra. O inglês não tinha feito desandar a borracha, levado as sementes pro Ceilão? Ah, enquanto a borracha subia, subia a Inácia e o inglês na exploração do porto, da luz, do bonde. E ele, Virgílio Alcântara, na Administração, subia. De repente, tudo cá [...]” (BGP, p. 410). Na medida em que o personagem se volta da percepção da penúria geral, em meio aos “destroços do leísmo e da borracha”, para os seus próprios problemas existenciais, o romance assume de novo a perspectiva da micro-história. Mas o pano de fundo da história econômica geral foi vislumbrado pelo leitor: tempo dos escravos, exploração da mão-de-obra, indústria caseira e comércio informal, capital estrangeiro, fábricas, greves...

Baixas, baixadas, Covões, Guamá – O território dos excluídos

O cenário de fundo deste esboço de história topográfica de Belém, baseado no romance de Dalcídio Jurandir e centrado em três moradias (uma de classe média, uma de classe alta e uma de operários), é o território situado na periferia desses três bairros: as “baixas” ou baixadas e os

“Covões” – especialmente o Guamá –, evocados ao longo da narrativa e caracterizados como *um território de alta relevância política*. As baixas ou baixadas são aquelas partes do território urbano, principalmente em torno do igarapé Tucunduba no sudeste e do igarapé do Una no norte, que sofrem as enchentes causadas pelos rios, pela maré e pelas chuvas. Algumas partes, no início dos anos 1920, quando Belém contava com menos de um quinto de sua população atual, não eram habitadas, mas cobertas de vegetação ou usadas como pastos; era uma zona de transição entre a cidade e a selva. As partes habitadas das baixadas eram chamadas de Covões. A população vivia ali em barracas, à margem das atividades econômicas, políticas e culturais da cidade. Na medida em que os problemas dessa população se aguçaram, sobretudo doenças e fome, uma parte desses excluídos recorreu à violência, a roubos e saques – especialmente no Guamá – o que repercutia então nos jornais e nos comentários dos habitantes da cidade que se sentiram ameaçados e lembraram a revolta da *Cabanagem*. Em termos de história política e social, o tema principal do romance de Dalcídio Jurandir é essa projeção dos excluídos. Note-se que o foco narrativo através do qual são apresentados os habitantes do Guamá e das baixadas em geral se situa do lado de fora, do lado da cidade.

História política e social, na perspectiva de uma senhora derrotada

Os problemas políticos são apresentados no romance através da perspectiva de vários personagens e de vários discursos, mas o foco principal está próximo ao personagem de d. Inácia, uma senhora de classe média que, na época de Lemos, transitou nos círculos governamentais, mas foi para o ostracismo após a queda do Senador. Sua frustração e seu descontentamento com a situação vigente no início dos anos 1920 se traduz em uma série de observações mordazes e irônicas, das quais o narrador na maioria das vezes se distancia num segundo nível de ironia, mas que assim mesmo fornecem matéria de reflexão para o leitor. “O bando de roceiros no Guamá e a conspiração dos quartéis agitavam a senhora Alcântara” (BGP, p. 214). Nesta frase estão condensados, como veremos em seguida, os dois temas políticos mais pungentes.

A principal fonte de informação política, em *Belém do Grão-Pará*, são os jornais. Uma vez que só aos domingos o dono da casa comprava

os dois diários da cidade (BGP, p. 120), que eram então *A Província do Pará* e a *Folha do Norte*, Alfredo pede durante a semana a *Folha* emprestada a uma vizinha. Com esse hábito institui-se entre ele e d. Inácia o ritual de *leitura e comentário dos jornais*. É um valioso estratagema, por parte do escritor, de apresentar e examinar *diferentes discursos sobre a cidade*.

O principal lugar do poder, dentre as referências concretas de d. Inácia, não é o Palácio do Governo, nem a Intendência Municipal, mas o *quartel do 26º Batalhão de Caçadores*, situado num quarteirão abaixo da Basílica de Nazaré e frente ao qual se localiza a casa dos Alcântaras (BGP, p. 216). “D. Inácia farejava conspiração pelos fundos do quartel”: “Aí no 26 a coisa ferve”, comenta ela com Alfredo (BGP, p. 140). “Conspiração” é o vocábulo preferido desta senhora, para quem a política e o viver são uma “eterna conspiração” (BGP, p. 262) e que está sempre ligada a “boatos de conspiração no quartel” (BGP, p. 199). Como d. Inácia não nasceu homem e não pode exercer essa atividade (“Ah, eu homem!” BGP, p. 199), ela projeta seus sonhos políticos sobre o jovem Alfredo, que ela gostaria de orientar na “aprendizagem da conspiração” (BGP, p. 262). A conspiração, contudo, não é só uma idéia fixa da personagem, mas foi um acontecimento central na política dos anos 1920, quando o Brasil e o Estado do Pará experimentaram a intervenção dos militares na política. Assim, por exemplo, ocorreu em Belém, no dia 26 de julho de 1924, o levante do 26º Batalhão de Caçadores, liderado pelo capitão Assis de Vasconcelos. Esse levante do Exército foi sufocado pela Brigada Militar, durante dois dias de lutas sangrentas nas ruas (ROQUE, 2001, p. 147-149).

“O que se passava no Brasil inteiro?” (BGP, p. 332), perguntamos juntamente com d. Inácia. Qual era o *contexto político no início dos anos 1920*? Durante um jantar nos Alcântaras, a conversa gira em torno da “*campanha pela sucessão presidencial*” (BGP, p. 140). O candidato da situação era Artur Bernardes, que defendeu os interesses das tradicionais oligarquias do eixo São Paulo-Minas Gerais, especialmente a valorização do café, então o principal produto de exportação do país. A chapa da oposição, apoiada pelos militares descontentes, sobretudo do Rio Grande do Sul, era formada pelo político fluminense Nilo Peçanha (FAUSTO, 2001, p. 171) e o governador baiano José Joaquim Seabra. A disputa eleitoral, como mostra Dalcídio Jurandir, contagia e divide também os

ambientes familiares: enquanto os Alcântaras, na oposição, declaram-se “febrilmente a favor de Nilo e Seabra”, o pai de Alfredo, “como Secretário Municipal, era pelo Bernardes” (BGP, p. 140). Quando sai o resultado das eleições presidenciais – “em junho de 1922 [...], Bernardes já era vitorioso, mas ainda não tomara posse na Presidência” (FAUSTO, 2001, p. 172) — “cresciam as agitações no país” (BGP, p. 199).

D. Inácia tem a sensação de que “no vizinho quartel do B.C., oficiais conspiravam”, circula a notícia de que o Marechal Hermes da Fonseca pretende marchar sobre o Palácio do Catete, e há boatos de que “ia explodir no Rio *um movimento militar*” (BGP, p. 199, 200, 268). Estes são sinais da intervenção dos militares, o *tenentismo*, que marcou profundamente a política brasileira nos anos 1920 e iria resultar na Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República. O primeiro ato de rebeldia foi a revolta do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922, sendo no entanto vencido pelas forças do Governo (FAUSTO, 2001, p. 172). Esse acontecimento é acompanhado atentamente também por d. Inácia, que admira os revoltosos como “leões” (BGP, p. 334, 344). O movimento tenentista – assim chamado, porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário – lutava contra a política de “feudos” das antigas oligarquias, em favor de um poder centralizado; expressando os interesses das novas elites urbanas e de certa forma da classe média, defendeu o nacionalismo e um reforço do poder do Estado (FAUSTO, 2001, p. 174-176).

Voltando da situação do Brasil inteiro para o *contexto específico do Pará*, quais são as expectativas políticas da nossa personagem-guia, d. Inácia? De uma vitória de Nilo e Seabra – que não aconteceu – ela espera “uma desforra contra o laurismo dominante e a volta, em certo sentido, de alguns lemistas ao poder” (BGP, p. 199). Sem poder entrar aqui em detalhes, lembremos somente o essencial: Nas duas primeiras décadas do século 1920, a principal luta política no Pará – na qual d. Inácia estava existencialmente envolvida – se deu entre o Senador *Antônio Lemos*, intendente de Belém, de 1897 a 1911, e *Lauro Sodré*, que foi governador do Pará em 1891 e novamente de 1917 a 1921. Dois episódios traumáticos para os lemistas, derrotados, e que são lembrados também no romance, foram o incêndio do prédio d’*A Província do Pará*, pelos partidários de Lauro, a 29 de agosto de 1912 e, no dia seguinte, a humilhação do Senador, que foi arrastado para a rua, cuspidado e pisoteado (ROQUE, 2001, p. 114; BGP, p. 130, 217). No ano em que se passa a

ação do romance, em 1922, o governo do Estado já não estava mais nas mãos de Lauro Sodré, mas de um sucessor que representou a mesma tendência: Antônio Emiliano de Souza Castro, que ocupou o cargo de 1º de fevereiro de 1921 até o início de 1925.

Essas informações sobre o contexto político nos ajudam a entender melhor os *problemas sociais* expostos no romance de Dalcídio Jurandir. Um dos problemas mais graves é o *descaso do governo com os funcionários públicos*: “Que Governo! O professorado num atraso de meses, os funcionários mendigando vales no Tesouro, os próprios soldados da Força Pública andavam de farda rota” (BGP, p. 203) – “d. Inácia ria daquele governo estadual, do calote e bolso furado, que reduzia despesas” (BGP, p. 140). O governo de Souza Castro é descrito pelo historiador Carlos Roque (2001, p. 147) como um “dos mais impopulares de toda a História do Pará”: “herdeiro de dívidas imensas e com a arrecadação atingindo os mais baixos índices, atravessou os quatro anos de mandato sem, praticamente, nada poder executar. O atraso do funcionalismo atingiu proporções alarmantes; e, em decorrência, a agiotagem [...] campeou solta, aumentando a miséria dos que serviam ao Estado”.

Um problema ainda maior é a *fome* e a correlata onda de *assaltos nos bairros mais pobres* da cidade. Diferentemente da questão do funcionalismo público, esse problema não consta dos manuais de história, mas é tratado pelo romancista Dalcídio Jurandir. Como ele escreve a história dessa fome e dessa violência? Podemos distinguir três níveis de apresentação.

Primeiro, através da exposição dos *fatos, tais como são percebidos pelos personagens*. D. Inácia, mergulhada em ficções de mudança para a Estrada de Nazaré, é despertada por Isaura com a pergunta “A senhora acompanha o que está acontecendo no Guamá?” (BGP, p. 262). Com a resposta: “Pois não ando lendo? O pau comendo no comércio. Estão limpando os comerciantes”, d. Inácia toca apenas no aspecto mais superficial dessa luta. Ela bem sabe qual é o motivo principal dessas ações violentas: “Os caboclos do Guamá agiam por fome” (BGP, p. 214). A costureira está mais atenta para essas questões. Seu pai, funileiro, lhe deixou um arquivo, que “tinha um parentesco” com “aquela luta lá no Guamá” (BGP, p. 242). Ela é também a mais bem informada, pois a sua família ajuda clandestinamente a um dos líderes do movimento (BGP, p. 320).

Um segundo nível de apresentação são as *notícias dadas pelos jornais*, que falam dos “bandoleiros do Guamá” que “andavam assaltando os barracões do comércio” (BGP, p. 207). Na medida em que se desenvolvem “os acontecimentos do Guamá”, eles “irromp[em] de novo, nos jornais”: “novos bandos engrossavam, atacando o comércio, atrás do que comer e vestir” (BGP, p. 275). As notícias tornam-se mais freqüentes, mais concretas e mais dramáticas. Ouçamos Alfredo, que é estimulado por d. Inácia a ler em voz alta: “O sírio Felipe José, de São Domingos da Boa Vista, surrado e roubado em 13 contos de réis. Remédios, redes, ferragens, fazendas, tudo sumiu das prateleiras” (BGP, p. 280). Veicula-se também um telegrama dirigido ao Governador: “*Comércio e população [...] alarmados, grupos de bandidos se aproximando desta vila [...]. Pedimos urgente força e munições*” (BGP, p. 280). Depois de uma informação própria a tranqüilizar a população – “As forças da Brigada desembarcavam em São Miguel do Guamá” (BGP, p. 284) –, seguem-se duas notícias alarmantes: “A luta ali [no Guamá] parecia crescer” e “As cidades de São Miguel do Guamá e Capanema”, próximas da capital Belém, “estavam no risco de serem ocupadas pelos famintos” (BGP, p. 320).

A terceira forma de o romancista apresentar a história da fome e da violência é através de citações de diversos *discursos e posturas* diante desses fatos. A posição *dos que estão do lado do poder* estabelecido, se manifesta da seguinte forma: D. Ludovica, vizinha e adversária política de d. Inácia, vê nos acontecimentos do Guamá uma manifestação de “puro banditismo”; “mas a Brigada vai, acaba” (BGP, p. 278). Com isso, ela reproduz a já referida visão do Chefe de Polícia: “roubo, saque, jagunçagem”; mas “podemos estar sossegados”: “bast[a] aquela força da Brigada [...] para repor tudo em ordem” (BGP, p. 232-233). A posição oficial é mais enfeitada pelo professor Menendez, que escreve suntuosamente no jornal: “*Bandos de homens desertando das fainas do campo puseram à boca do bacamarte a solução violenta da crise [...], crise [...] endêmica que há nove anos pôs em prova todas as nossas energias [...] Não, não é fome, é a imprevidência. É o olvido da própria terra [...] opulenta e sob este céu magnífico. [...] Substituí o bacamarte pela enxada. Amai a choupana, de aspecto pobre, mas feliz [...]*” (BGP, p. 281).

A facção dos personagens opostos à situação manifesta sua *simpatia com a revolta dos famintos*, vendo nela um ressurgimento da Cabanagem.

Embora esta seja a referência comum dos discursos de Isaura e Mãe Ciana, de seu Lício e de d. Inácia, o sentido de cada uma dessas três *evocações da Cabanagem* é bem diferente.

Mãe Ciana, na referida conversa com Alfredo, no Largo da Misericórdia, não menciona explicitamente os cabanos, mas refere-se a eles, quando ele quer saber da situação no Guamá: “Pensa que os escravos já acabaram? Eu venho da escravidão. Eu, tua avó, tua mãe, tu também. [...] *Deus queira que eles ganhem*, tomem as enxadas. Entrem aqui...” (BGP, p. 327). E sua neta Isaura completa: “Viste no jornal? A Força trouxe de lá cem presos. [...] Mas os caboclos não são esses cem só. [...] *Cabano, meu filho, não acaba a raça*” (BGP, p. 516). Com palavras breves e simples, as duas mulheres, que sentem existencialmente a continuação da condição escrava, em seu trabalho diário, na arrogância e nos desmandos dos que se acham “superiores”, reatam com o núcleo do “projeto político cabano”, que visou a conquista da “cidadania” plena também para aqueles que eram “súditos permanentes de colonizadores eternos” (DI PAOLO, 1990, p. 369).

“A volta dos cabanos” é esperada também por seu Lício, o encadernador militante: “Os caboclos do Guamá não preveniam, não anunciavam?” (BGP, p. 501). Mas diferentemente da fala simples de Mãe Ciana e Isaura, o seu discurso é sobrecarregado de retórica: “– Aquele sangue não secou. É plebe, pura. Dele me orgulho, é minha fidalguia” (BGP, p. 501). Esse militante, que “quer[ia] um bem à humanidade” e não podia amar “uma só criatura”, mas somente “milhões” (BGP, p. 395-396) - por isso abandonou a mulher que o ama - é apresentado sob uma luz irônica. Enquanto seu Lício gosta de “levar[r] a imaginação do ouvinte para as greves de 1918”, o narrador lembra que as reuniões de operários convocadas por seu Lício resultaram em “piqueniques”, no mato, “contra a Sociedade e o Estado” (BGP, p. 397). O retrato de seu Lício que, durante o almoço do Círio, “*levanta o garfo pelas idéias, pela humanidade*” (BGP, p. 501), beira a caricatura. E a citação de seus discursos - as “pipocantes palavras contra a plutocracia” no jornal *O Semeador* e sua investida, “com o garfo” contra “os professores e padres que nos jornais e púlpitos falavam em ‘tubas da discórdia’” (BGP, p. 501) - é uma *sátira do jargão dos militantes*. Apesar de seu Lício defender uma ideologia diametralmente oposta a do professor Menendez, o gosto pela verbosidade faz com que se tornem parentes espirituais.

A personagem que mais intensamente associa a revolta dos famintos do Guamá com a Cabanagem é d. Inácia. Ao Chefe de Polícia ela recomenda, em tom de pilhéria, que tomasse cuidado: “Não esquecesse a Cabanagem” (BGP, p. 233). E na vizinha, situacionista, ela quer provocar receios: “A senhora não acha que pode virar numa cabanagem?” (BGP, p. 278). Ela lhe explica o que foi o movimento: “Os cabanos fizeram desta Belém [...] um valha-nos Deus. [...] Mataram o Governador, os comandantes, mataram muito branco, muito português. [...] [Vinham] do interior, se ajuntaram nos sítios, nas roças, nas vilas, aos bandos. [...] Cercaram Belém. Entraram. Mais que índios. Principiou igual ao que agora acontece no Guamá. [...] Ah, eu queria ver esses do Guamá entrar agora no Palácio, abrir o bucho do Governador [...]” (BGP, p. 278). Dos acontecimentos históricos, d. Inácia mantém apenas o elemento de violência, que ela usa para assustar a vizinha e para compensar sua própria frustração política. Através das narrações dela e da empregada Libânia – que acompanham a novela amorosa de uma bela moça que foi raptada da casa da vizinha por um dos líderes dos famintos –, a Cabanagem se configura na imaginação de Alfredo como *uma história romantizada da violência*.

Na verdade, a posição de d. Inácia em relação aos acontecimentos políticos é fantasmagórica, como mostra o narrador, contrastando ironicamente os altos discursos políticos da personagem com seus afazeres de dona de casa e cozinheira: “D. Inácia mexia os bagos na tigela, como se agitasse as multidões” (BGP, p. 200). Ela age “como se saque do Guamá e a conspiração dos quartéis partissem do seu fogão” (BGP, p. 218). Achando que o seu candidato a presidente foi roubado nas urnas, ele quer “disputar o Catete com os bacamartes” e conclama os militantes imaginários: “– Ao Palácio das Águias! Ao Palácio das Águias!” O gesto heróico é transformado em ato cômico pela frase seguinte: D. Inácia “seguia para o fogão” (BGP, p. 216). O caráter ilusório das palavras de d. Inácia é realçado também pelas cogitações do jovem protagonista. Enquanto ela quer ver os do Guamá entrar no Palácio e “abrir o bucho do Governador”, Alfredo “queria ver a d. Inácia à frente dos roceiros do Guamá, entrando de pau em cima do comércio ou nos quartéis [...]”. Desejou submeter a madrinha-mãe a um interrogatório [...] a respeito de tudo isso [...], duvidou da sinceridade dela” (BGP, p. 215-216). Aos propósitos políticos de d. Inácia, como se percebe, não corresponde ação

política nenhuma; e no fundo, ela mesma o sabe, pois não lhe falta uma boa dose de auto-ironia. Fica, assim, o retrato da *posição política fantasmagórica de uma classe média frustrada*, que nada faz em termos de ação política, mas sonha, em compensação, com um movimento revolucionário dos de baixo que beneficiaria, milagrosamente a classe média.

Ao apresentar ironicamente discursos políticos como o jargão militante de um seu Lício ou a fantasmagoria de uma d. Inácia, o escritor estimula a reflexão sobre as posturas e os discursos diante dos fatos políticos. É uma técnica de dissecação, ou “desagregação”, para usar o termo do próprio Dalcídio Jurandir, que analisaremos logo mais adiante.

História profana e religiosa

“É preciso teologia para pensar o fim da história?” Esta pergunta, que foi uma das “Sete perguntas a Walter Benjamin”, no simpósio teuto-brasileiro realizado sobre sua obra em 1990 no Instituto Goethe de São Paulo, nos ajudará a compreender melhor a representação de Belém em Dalcídio Jurandir, que mostra o *entrelaçamento da história religiosa com a história profana*. No final do romance, ele constrói uma síntese da cidade sob o signo de sua festa máxima que é o Círio, “mais” importante, com a sua “mistura de rezas e beijos” (BGP, p. 467), “que o Natal, o Ano Bom e o São João” (BGP, p. 404).

A cidade se condensa, então, no espaço *entre o bairro de Nazaré e a Cidade Velha*: no sábado ocorre a transladação da Virgem, do Instituto Gentil Bittencourt, em Nazaré, até a *Catedral da Sé*; e no domingo, na procissão do Círio, a estátua da santa, acompanhada novamente por uma imensa multidão, é trazida de volta da Sé até a *Basílica de Nazaré*. A festa reúne as pessoas de todas as camadas sociais, de Belém como do interior. Concomitantemente com a chegada dos “primeiros romeiros do interior”, “armavam-se, no Largo de Nazaré, as diversões”; “as luzes iriam transformar em dia as quinze noites do arraial” (BGP, p. 405-406). No Ver-o-Peso e no adjacente Largo do Palácio, a *superposição entre a cidade e seu entorno* é a mais intensa. Era um arraial em cima d’água”, “a população romeira se derramava” naquele “labirinto de canoas”: “habitavam o Largo, corriam a ver a cidade” (BGP, p. 453, 456, 458, 456).

A excitação provocada pela *feira aguça* as questões pendentes no *fluxo de consciência dos personagens* – mais uma vez, o romancista faz com que sua ficção seja potencializada pelas ficções de suas criaturas: Seu Virgílio, na aproximação e preparação da festa, acaba se envolvendo no contrabando, para o qual os cúmplices querem “aproveita[r] a confusão do Círio” (BGP, p. 404); Emília resolve fazer a trasladação com o noivo de faz-de-conta, ficando com ele “no apertão” (BGP, p. 452, 467); os três “meninos”, Alfredo, Antônio e Libânia, que se sentem na casa de Nazaré “como num orfanato” (BGP, p. 421), deslocam-se para o meio do seu povo; Mãe Ciana segue a procissão, sempre em busca do ex-companheiro, seu Lício (BGP, p. 478); e novamente seu Virgílio, no dia do Círio “deixa[ndo]-se arrastar pela multidão” e vagando pelas ruas, com o dinheiro do contrabando no bolso e o peso na consciência (BGP, p. 490).

A imagem de Libânia, que simboliza a mão-de-obra vinda do interior e explorada na capital, é projetada sobre o fundo do povo, com uma conotação de revolta: “Ela sentia-se de bubuia naquela murmuração crescente da doca. Eram seus parceiros, os muitos, ali acampados, criaturada meio miúda, sabrecada de sol, rosto de cobre, cor de vela, peixe e lama, paludismo e raízes sob a arquitetura dos mastros e cordagens, como se tudo aquilo fosse uma ardilosa preparação dos bandoleiros guamenses para atacar a cidade” (BGP, p. 458). *A festa é para a jovem empregada sem perspectiva o tempo da revolta.*

Para a velha vendedora de cheiros, *é o tempo da rememoração.* Quando a trasladação chega na Sé, o romancista evoca através dela a época da fundação da cidade: “Mãe Ciana via o tempo velho chegando. Nasciam de novo, prateando sob o arvoredado antigo, aqueles igarapés em que índio andou, cabano viu. Ao pé do Castelo, as idosas gurijubas rabeavam. Desembarcavam pajés do Salgado, seus cachimbos acesos, os maracás, suas rezas. Das velhas barcas de Portugal pulavam as marujadas. E negros do Mazagão com seus, suas vacas de promessa urravam no porto. Os tambores, dentro da Sé, a modo que estrondavam. Mãe Ciana trazia também seus pretos do Araquicaua, os afogados e desaparecidos trazia do fundo e do invisível, todos eles na Sé, guardando a imagem, falando suas tantas reclamações, seus ais. E os do Guamá, também não? O sono da Cobra Norato debaixo da Sé, a Mãe Ciana escutava” (BGP, p. 484). Segundo a lenda, os fundadores pediram

permissão à mítica Cobra Norato, que mora debaixo da Sé, para poderem erguer ali a sua igreja. E mãe Ciana pede à santa de proteger “aqueles desgredados lá das roças, lá do Guamá, de onde tão tristes, as mil histórias chegavam?”; “aquelas criaturas do Guamá, uns com retrato no jornal, presos, perdida a feição de criaturas, de tão sofridos” (BGP, p. 481). O *tempo antigo* confunde-se com o *tempo mítico*, e de ambos surge a *história atual dos sofrimentos*, mas também a expectativa de um *tempo de salvação*.

Esse momento de prece de Mãe Ciana e de sua descida aos tempos antigos é propício também para lembrar – com autores como Benjamin, Baudelaire e o próprio Dalcídio – que as *metrópoles* são apenas na aparência lugares de uma *modernidade* em eterno progresso; na verdade, trazem em si a marca da *caducidade*. Habitantes da cidade de Belém foram, um dia, também todos aqueles que jazem agora nos cemitérios como os da Soledade e de Santa Isabel, que são evocados no romance. Da mesma forma, convém lembrar que o primeiro contato do jovem Alfredo com a cidade de Belém se dá junto ao Necrotério, que está sempre ali como um *memento mori*.

O projeto do escritor: mediar através da desagregação

Através da nossa análise topográfica de Belém do Grão-Pará, vimos que o protagonista Alfredo, *alter ego* do escritor Dalcídio Jurandir, está permanentemente *em busca do seu lugar social*, em que conta a sua condição de mestiço e seu status social híbrido. Ele transita entre as diferentes moradias - Gentil Bittencourt, Estrada de Nazaré, travessa Rui Barbosa -, cada uma delas representando um território social diferente: classe média, elite, operariado; e em volta se estende a ampla periferia das baixadas, dos Covões, do Guamá, que são os lugares dos excluídos.

Alfredo procura definir o seu lugar (BGP, p. 323): “Sentiu-se distante da Estrada de Nazaré como da Gentil. Teria sido melhor a Rui Barbosa ou procurado saber onde era mesmo a casa da tia Gualdina” (esta última já é voltada para as baixadas do Una). Por um momento, sua opção parece-lhe clara: “De uma certa maneira, Alfredo compreendeu que sua família estava ali naquela Mãe Ciana, na Magá, que vendia tacacá na rua, nos primos quase pretos, asseadamente sujos de trabalho, inteiramente despreocupados de morar na Estrada de Nazaré” (BGP, p. 329). Neste dia, Alfredo não vai à escola, mas à estação de trem, onde toma esta resolução: “Tirou os sapatos, guardou-os com os livros no barbeiro amigo

e foi à *cata de carroto*” (BGP, p. 324). Carregando a maleta e o saco de um passageiro, o jovem ganha o seu primeiro dinheiro, uma moeda de dois mil-réis, que ele entrega para Mãe Ciana como auxílio para a gente do Guamá. O protagonista, no entanto, não dá prosseguimento a este tipo de identificação com os mais pobres, sua ação se resumiu àquele experimento pontual.

O outro lado de identificação topográfica e social do protagonista, por mais que ele tenha declarado seu distanciamento com relação à Gentil Bittencourt, é – contraditoriamente – a sua relação afetiva com este mesmo lugar. Depois de os Alcântaras terem se mudado de lá, Alfredo “demorava-se na Gentil, como se não quisesse ainda dar adeus àquela primeira casa da cidade em que morara” (BGP, p. 318). Ele afeiçãoou-se àquela casa, que foi *seu primeiro espaço de aprendizagem* e que resume para ele a cidade de Belém, “a que agora mais se apegava, porque era de seu deslumbramento, do seu quadro de honra, de seus primeiros espantos e surpresas” (BGP, p. 318). Alfredo chega a desejar que a Gentil Bittencourt nº 160 fosse a casa de sua mãe (BGP, p. 296).

Um fator decisivo do apego do protagonista à Gentil Bittencourt é a lembrança do Grupo Escolar Barão de Rio Branco, ali perto e onde chegou a ficar no “quadro de honra”. *A escola é para Alfredo o meio de formação e ascensão social*, como bem sabe sua mãe que fez todos os esforços para enviá-lo para Belém. Era a escola “que o diferenciava dos moleques de Cachoeira” (BGP, p. 113). A expectativa dos primos operários é que seu jovem parente “estud[e] por toda a ignorância da família” (BGP, p. 224) e que se torne “um doutor” (BGP, p. 114). Alfredo incorpora esse distintivo de status à sua postura, especialmente em relação à empregada Libânia: “tinha de estar, como estudante, um degrau acima da cabocla”, a qual, “de pé no chão, era da serventia dos Alcântaras” (BGP, p. 204).

A empregada, com todo o respeito que ela tem pelo estudante, sabe também lhe pôr limites, quando é preciso, como nesta cena: “– Quadro de Honra não dá banana, viu, seu aquelezinho? *Aprenda aqui com esta professora.*” Alfredo sente no seu pulso a mão de Libânia, “áspera e firme”: “– Mão de roceira desde gita, aquele-menino. Carreguei puça de mandioca, virei farinha no forno, remei de me doer a mão e a bunda, assoalhei barraca, embarriei parede, sou curada de cobra, pajé me defumou, tenho oração” (BGP, p. 177). O estudante aprende, então, que, além do Grupo Escolar, com suas professoras “cheirosas” e de “linguagem

própria, exclusiva”, existe na vida ainda *um outro tipo de escola*, tão importante quanto o ensino oficial.

Com essas cenas de vai-e-vem de Alfredo entre as moradias de classes diferentes e sua experiência com tipos contrastivos de escola, Dalcídio Jurandir proporciona uma *mediação entre as classes*. Nesse seu projeto, literário, cultural e político, o escritor procura evitar identificações forçadas e harmonizações falsas. Em termos topográficos, o romance confirma as fortes demarcações sociais que efetivamente existem entre os diversos territórios da cidade e que são reforçadas pelos discursos que definem as relações de trabalho, de status e de organização política. A tudo isso, no entanto, subjaz também a linguagem como um espaço e uma propriedade de todos. É no terreno dos discursos e da linguagem, que é por excelência o dos escritores, que Dalcídio Jurandir realiza a parte fundamental do seu trabalho de mediação.

Podemos dizer que o *programa literário-político* do autor de *Belém do Grão-Pará* se realiza sob o signo da “desagregação”. Mais preciso que o termo já um tanto desgastado de “decadência”, este conceito possibilita uma reflexão sobre o estado desse bem público que é a linguagem e um diálogo entre as classes, num sentido paradoxal e dialético, que leva em conta a realidade contraditória e conflitante.

A primeira ocorrência dessa palavra-chave se dá através de um comentário de seu Virgílio: “Desde que aquele moleque (Alfredo) entrara na família, parecia ter começado a desagregação” (BGP, p. 322). Sim, na medida em que o jovem protagonista introduz *um olhar analítico*. Talvez tenhamos aqui também um secreto auto-retrato do escritor. A palavra aparece pela segunda vez num edital da imprensa: “A desagregação das coisas’, dizia o jornal contra a greve de 1918’ (BGP, p. 410). “A expressão me cabe”, comenta seu Virgílio: “desagregação das coisas”. “Não pela greve” lá fora, mas pela desunião e a dissolução em seu próprio lar: ele suspeita que sua esposa o tenha traído no tempo do leimismo, como uma das “hetairas da situação”, e sente culpa por se envolver no contrabando, como se isto fosse a solução para todas as suas frustrações: “aí começa a desagregação das coisas” (BGP, p. 410).

No almoço do Círio, a palavra ressurgue, novamente através de uma citação de jornal, desta vez contra a greve dos motorneiros: “A imprensa digna deste nome não pode emitir palavras de aplauso a semelhante desagregação das coisas” (BGP, p. 501). O fervoroso militante seu Lício,

de copo na mão, resolve contra-atacar, visando ao mesmo tempo o jornal e o oponente político sentado à sua mesa, o advogado Porca Prenha: “Eu sou, sim pela desagregação de coisas” (BGP, p. 501). A costureira Isaura, que acompanha a conversa, lembra então o seu pai funileiro, velho militante: “O pai era também pela desagregação de coisas como os Alcântaras, esse advogado, aquele desembargador do Olímpia” (BGP, p. 501-502). E ela arremata com este comentário: “Pobre pai! Eu não sabia ouvir o que ele pensava nem sei o que faça agora. *Que é que liga as pessoas, o entendimento ou o desentendimento?*” (BGP, p. 502).

Com esses diversos usos da palavra “desagregação”, por pessoas de camadas sociais e posições diferentes, o romancista mostra ao vivo o *funcionamento dialético da linguagem*. Para todas essas pessoas, a palavra tem ao mesmo tempo um sentido comum, que é o dicionarizado – sinônimo de “dissolução, fragmentação, decomposição, desorganização, divisão, desunião” – e que possibilita o entendimento. Mas a mesma palavra provoca também o desentendimento, na medida em que cada pessoa lhe atribui um valor moral, ora positivo, ora negativo.

“Que é que liga as pessoas, o entendimento ou o desentendimento?” Com esta pergunta, o escritor Dalcídio Jurandir retoma uma das questões básicas da filosofia da linguagem e da função da literatura, sobre a qual o crítico Friedrich Schlegel desenvolveu a seguinte reflexão no famoso ensaio *Sobre a incompreensibilidade* (1800/1967, p. 363): “Entre todas as questões que se referem à comunicação das idéias, qual pode ser mais atraente que a pergunta se ela de fato é possível [...]”. “Onde teríamos uma ocasião mais concreta de fazer experimentos com essa possibilidade” do que na prática da crítica? Schlegel entende, portanto, *a literatura crítica como um experimento com a possibilidade de comunicação e de entendimento entre as pessoas*. O projeto literário-político de Dalcídio Jurandir pode ser filiado a essa tradição.

Vimos, ao longo deste ensaio, que o narrador irônico de *Belém do Grão-Pará*, sob o signo da “desagregação”, pratica uma *desconstrução de discursos da cidade e sobre a cidade*. Muitas vezes, são os próprios personagens, como a irônica d. Inácia e a combativa Isaura, e mais ainda o narrador, com a sua ironia em segunda instância. Nesta descoberta, de que o romancista fundamenta a sua narração sobre a “desagregação”, está a meu ver a resposta à pergunta inicial “Como a decadência afeta o modo de narrar?” A desagregação oferece um perfil mais preciso da cidade

de Belém que a decadência. Enquanto os fenômenos de decadência são pedaços do processo histórico externo, a desagregação transforma esses materiais em componentes de organização estética interna de uma obra, que se torna uma caixa de ferramentas para a reflexão sobre a cidade como lugar de discursos. O escritor constrói a fisionomia da cidade por meio de uma desagregação dos discursos dela e sobre ela. Cabe ao leitor reavivar essa história acabada por meio de uma criteriosa seleção de fragmentos, com vista a uma nova construção, em que o passado dialoga com o agora.

Das palavras finais. “Selva!” – Quando se ouvirá este grito na cidade de Belém pela última vez? E como será então o ambiente e o entorno? Como terá terminado a contenda secular entre Cidade e Selva? Terá a civilização urbana acabado de vez com a floresta e transformado tudo em concreto, ou terá a selva com cósmica paciência reconquistado o espaço? Em agradecimento aos colegas e amigos* de Belém que me ajudaram a conhecer esta porta de entrada da Amazônia, deixo no limiar esta inscrição utópica (reminiscência de uma visita à casa de Goethe em Weimar): “*Salve!*”

Referências bibliográficas

BGP = JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém e Rio de Janeiro: Edufpa e Casa Rui Barbosa, 2004 (1.a ed.: São Paulo: Martins, 1960).

Belém da saudade: A memória de Belém do início do século em cartões-postais. Belém: Secult, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Ed. org. por W. Bolle. Belo Horizonte e São Paulo: EdUFMG e Imprensa Oficial, 2006.

* Agradeço aos que foram meus principais interlocutores na confecção deste ensaio: Alexandre Lima, Benedito Nunes, Bruno Augusto Magalhães, Eurico Alves, Glória Figueira, Gunter Pressler, Julio Borges, Manoel Conceição dos Santos, Márcio Costa, Miguel Chikaoka, Paulo Nunes, Paulo Ribeiro, Rosa Acevedo, Simaia Mercês e, especialmente, Edna Castro. Agradeço também ao CNPq, que financiou esta pesquisa, e ao NAEA/UFPA, onde ela foi realizada; e ainda à CODEM, ao CENTUR e ao IBGE.

- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. e apres. Sergio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOLZ, Norbert e KONDER, Leandro. “É preciso teologia para pensar o fim da história?” *Revista USP*, n.º 15 (1992) (Dossiê Walter Benjamin), p. 25-37.
- DERENJI, Jussara. *Teatros da Amazônia – Theaters of Amazonia*. Belém: Fumbel, 1996.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: A revolução popular da Amazônia*. Belém, CEJUP, 3.a ed., 1990.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial e Edusp, 2001.
- MARANHÃO, Haroldo. *Pará, capital: Belém – Memória & pessoas & coisas & loisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000.
- NUNES, Benedito e HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades: Belém e Manaus*. Belém: Secult, 2006.
- NUNES, Paulo. *Útero de areia*. Um estudo do romance ‘Belém do Grão-Pará’, de Dalcídio Jurandir. Tese de doutorado. Belo Horizonte: PUC-MG, 2007.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de geografia urbana*. 2 vols. Belém: UFPA, 1968.
- RILKE, Rainer Maria. *Os Cadernos de Malte Laurids Brigge*. Trad. Paulo Quintela. Porto: Inova, s.d. (Original: *Die Aufzeichnungen des Malte Laurids Brigge*, 1910).
- ROQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém, DistribeL: 2001.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2.a ed., 2002.
- SCHLEGEL, Friedrich. “Über die Unverständlichkeit” (Sobre a incompreensibilidade). In: *Charakteristiken und Kritiken I (1796-1801)*, Munique: Schöningh, 1967, p. 363-372.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

The background of the page is a light, monochromatic image of a large leaf with prominent veins. A dark, semi-transparent cross is superimposed on the right side of the leaf, extending from the top to the bottom of the page. The overall aesthetic is clean and minimalist.

CAPÍTULO II

Cidades e Fronteira

Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la Triple Frontera amazônica

Germán Palacio¹

En agosto de 2001, apenas unos seis meses después de haber arribado a Leticia, Amazonas, como director de la sede de la Universidad Nacional de Colombia, decidí asistir a un evento que se anunciaba en pasacalles como Miss Mundo Gay. En aquella época especulaba sobre el tamaño de la población de este remoto pueblo y pensaba que no debía sobrepasar los 30 mil habitantes. La población del lugar, claro, podía ser de más del doble ya que Leticia tiene a Tabatinga como ciudad “gemela” del lado brasilero separada por un “policía acostado”, en dialecto colombiano o *lombada*, en brasilero. Si a lo anterior se le suman los habitantes de la otra orilla del Amazonas en el costado peruano y un incierto número de turistas, podríamos contar más de ochenta mil habitantes de muy variados orígenes. De hecho, los colombianos que residen en Leticia provienen de casi todos los rincones del país lo cual le añade colorido al lugar. Y ello sin tomar en cuenta a los bogotanos, ya que Leticia está conectada por avión casi exclusivamente con Bogotá mediante vuelos comerciales, lo que la convierte en un barrio alejado de la capital.

Después de seis meses en el “pulmón del mundo”, como equivocadamente rezan los anuncios de recepción de viajeros en el aeropuerto, sorprendía que un poblado de trazado de cuadrícula a la usanza española colonial, en contraste con la avenida que recorre Tabatinga con su aire superficial de modernidad impuesto por las dictaduras militares desarrollistas se promoviera un evento “mundial” de bellezas homosexuales. Lo que ya me pareció gratamente el colmo fue el comportamiento del público, bastante compuesto y sin rechiflas, burlas grotescas o insultos. Con excepción quizás de la (¿el?) representante de los Estados Unidos, ninguna otra candidata – todas reclutadas de los alrededores- recibió abucheos. No vaya a creer quien -de manera militante

¹ Profesor Titular, Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia.

con las justas causas amazónicas- lea estas líneas, que se trataba de una actitud anti-imperialista del público sino que, de verdad, la representante de este país era, entre trece competidoras, a juicio de los presentes, incluido el mío, la única de verdad fea. Sus colegas les comentaron en el pasillo a mis amigas que, lamentablemente, ella era muy orgullosa y no se había dejado ayudar.

Yo pensaba: eso que hablan de la globalización ha llegado muy lejos, y amalgama tendencias locales y globales de forma muy curiosa, por decir lo menos. Las candidatas se presentaron en cuatro trajes diferentes (fantasía, deportivo, de calle y de coronación). El(la) maestro(a) de ceremonias era un(a) respetado(a) peluquero(a) quien, según me contaron, fue la primera reina, mientras las barras se tomaban en serio el apoyo que les prestaban a las candidatas de su preferencia. Comentábamos con una amiga que hacía trabajo de campo, para su maestría en antropología en Noruega que, probablemente, a juzgar por las apariencias, algo así como la mitad de las participantes debía provenir de algunas etnias de la región, tal vez ticunas, yaguas o de otros grupos de la ribera del Solimoes. El público era abigarrado, y además de los empleados(as) de la nutrida serie de peluquerías que poblaban, en esa época, las calles de Leticia y los lugareños, incluía a turistas de varios países, no sólo peruanos y brasileros, funcionarios de ONG´s que trabajan con comunidades indígenas, biólogos y antropólogos de la Universidad Nacional de la sede Bogotá. Cuando ya se desató el baile, no pasó desapercibido un curaca o capitán indígena proveniente del río Caquetá bailando animosamente y que, tal vez, andaba de paso por la ciudad después de recibir una asesoría de alguna ONG o de haber recibido dinero de los recursos de transferencias del presupuesto del gobierno central.

¿Cómo es posible que se observe este improbable espectáculo, en medio de una cuasi-aldea que para los colombianos es el símbolo de una naturaleza virgen, poblada por nativos de un supuesto ecologismo espontáneo? ¿Cómo se podría entender que dos lugares tan dispares, como San Francisco con su vida libertaria y posmoderna, y Leticia con su supuesto subdesarrollo aldeano, tengan alguna semejanza? En la globalización, que no se reduce a un fenómeno económico, podría estar la clave de esta paradoja. Pero este asunto, no comienza allí.

1 La percepción de la vecindad urbana

Para comprender la configuración de la aglomeración urbana en la zona de Triple Frontera, Colombia Brasil y Perú hay que empezar diciendo que ella proviene de la presencia militar brasilera, desde la fundación de Tabatinga como un fortín que se erigió como último bastión de la expansión portuguesa durante el siglo XVIII. La configuración del Trapecio Amazónico, sólo tuvo lugar después de tortuosas negociaciones entre Colombia, Perú y Brasil en un acuerdo diplomático bien conocido por “internacionalistas”, el cual incluyó un conato de guerra entre Perú y Colombia por la toma de Leticia en 1932 por parte de contingentes armados de la región peruana de Loreto, algunos de cuyos ciudadanos tenían intereses económicos en la región que fueron disfrazados de nacionalismo.



Figura 1 – Cidade de Tabatinga

Hasta ahora, la percepción de la vecindad entre colombianos y brasileros de la región que comprende el Trapecio Amazónico y sus alrededores, es normalmente amistosa y, frecuentemente, fraternal. La presencia militar colombiana ha sido notoria, pero simbólica con rituales

de soberanía. Esta presencia se ha hecho mucho más evidente en el primer cuatrienio del gobierno de Álvaro Uribe, (2002-2005) cuando el Comando Unificado del Sur con sede en Leticia se convirtió en Brigada 26 de Selva que apunta mucho más a entrenamiento para el combate en la selva. Desde ya se prevé una ampliación de esta presencia, por los planes de expansión de las bases militares en la región amazónica que han permitido presionar a las guerrillas desde las fronteras hacia el interior de la selva. En este caso, Leticia se convierte en un lugar de entrenamiento de unas fuerzas militares que posteriormente serán desplazadas a combatir, presionar y controlar territorios de ríos amazónicos tales como el Putumayo (Içá) y el Caquetá (Japurá). Esta situación puede adquirir nuevos matices de impacto internacional si la base militar americana de Manta sea retirada de Ecuador y sea eventualmente sustituida por la nueva que será construida en Leticia.

Bajo el lente de la percepción, los vecinos no pueden ver esta perspectiva de manera inocente. Debido a que la estrategia militar colombiana ha sido financiada por los Estados Unidos bajo la justificación del combate al narcotráfico, en primer lugar y, más recientemente, al terrorismo, los vecinos pueden percibirlo de otro modo. En Brasil, ha existido una percepción de que los Estados Unidos han estado interesados en la Amazonia, desde el siglo XIX, desde la época de la puja por la internacionalización de la navegación de los ríos transfronterizos, así como de la apropiación de territorio o de sus recursos como ocurrió en el caso de Acre, en el que Brasil logró anexar esta región amazónica de Bolivia, país que estaba en negociaciones con los Estados Unidos. El Plan Colombia financiado desde la época de Andrés Pastrana, antecesor del actual presidente Uribe, es un asunto que despierta la suspicacia de Brasil y de otros países vecinos de Colombia.

Comparadas las amistosas relaciones entre los ciudadanos brasileiros y los colombianos, aquellas con los ciudadanos peruanos son ocasionalmente menos cordiales. Esto se refleja en coloquiales y ocasionales reclamos históricos regionales de ciudadanos peruanos de origen loreto, es decir, la región colindante del Perú, algunos de los cuales conservan una percepción histórica de pérdida territorial frente a Colombia. También se puede detectar en ocasionales batidas o requisas y controles brasileiros y colombianos, practicados por organismos de

seguridad contra trabajadores peruanos indocumentados. La presencia de ciudadanos peruanos, tanto en Leticia como en Tabatinga es notoria e imprime un sello particular a lado y lado de la frontera. Por colocar un ejemplo, el vallenato colombiano o el forró brasileiro es combinado con la tecnocumbia peruana que se escucha en algunos bares y restaurantes. El conocimiento de los peruanos de la selva o del río y la pesca, son particularmente destacados y, en muchas ocasiones, tienen mucho que enseñarle a los colombianos, muchos de los cuales tienen oficios burocráticos, por ser Leticia, la capital del departamento.

Tanto en el caso colombiano como en el brasileiro, el mayor desarrollo relativo e inversión pública en la región fronteriza colombo-brasilera ejerce un importante magnetismo para los ciudadanos peruanos de la región. Este artículo, presenta aspectos subjetivos de percepción vivencial sobre la ciudad, que deben ser complementados con otros datos más objetivos sobre la región.

2 Descripción de la región fronteriza: información geográfica, demográfica y cultural.

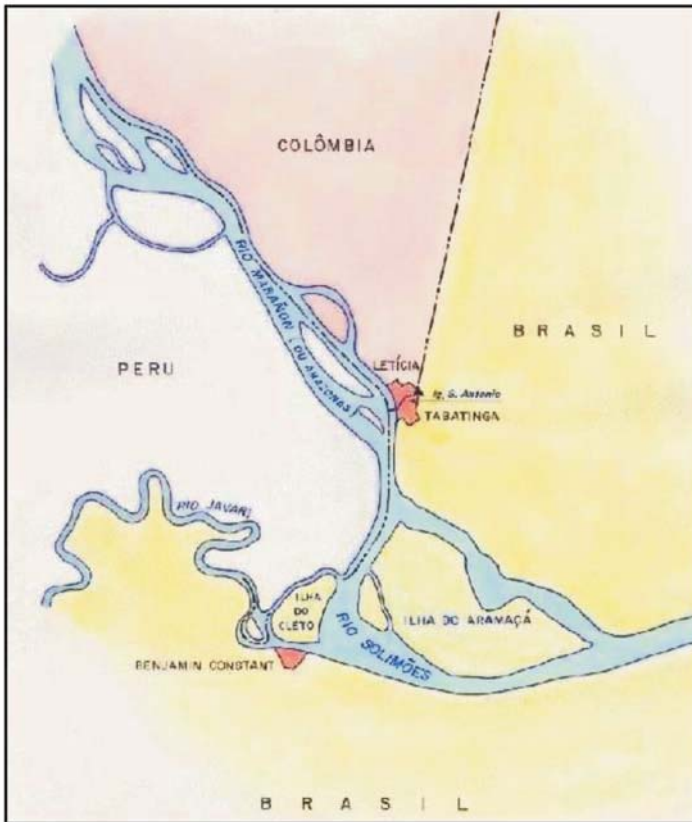
El Trapecio Amazónico comprende, desde el sur, sobre el río Amazonas entre los poblados extremos de Atacuari al costado occidental y Leticia al costado oriental en la jurisdicción de los municipios de Puerto Nariño y Leticia; hacia el norte, el río Putumayo entre la divisoria de aguas del río Puré y el Putumayo al costado occidental hasta cruzar la línea Apaporis-Tabatinga en el costado oriental, lugar en que queda el poblado de Tarapacá. Esta región se extiende entre los 01°31' y los 04°17' de latitud Sur y entre los 69°32' y 71°44' de longitud Oeste de Greenwich. Su extensión aproximada es de 21.000 km², lo que constituye el 19% del departamento de Amazonas, el más extenso departamento de Colombia y representa el 1.8% de la extensión del país. Brasil está localizado en todo el costado oriental de este Trapecio, mientras que Perú ocupa el costado occidental y el costado sur del río Amazonas.

Los datos demográficos en la región son poco confiables. Una parte importante de la población vive de manera dispersa. Del censo de 1993 se desprende que sumados Leticia, Puerto Nariño y Tarapacá cuentan con 29.180 habitantes. Leticia es la capital del departamento por lo que

reúne la mayor parte de la burocracia. También concentra la mayor parte de la población con 23.180 habitantes por lo que concentraría el 79.4% de la población del Trapecio y el 58.5% del departamento. Datos recientes de Secretaría de Salud departamental (2003) arrojan cifras que acercan a Leticia a los cuarenta mil habitantes (40.000).

Leticia concentra la mayor parte del sector educativo, en primaria y secundaria, aunque los resultados de los exámenes de Estado dan cuenta de un bajo nivel en la calidad educativa, particularmente cuando estos exámenes no recogen el contexto específico de la región y su especial complejidad lingüística, que incluye el español colombiano y peruano, el portugués y la diversidad de lenguas indígenas.

Figura 2 – Esquema da Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.



Fonte: elaborado por Wilson R. M. Krukoski Divisão de Fronteiras, Ministério das Relações Exteriores

Leticia, al ser capital de departamento, el equipamiento básico de Leticia, es superior al de Tabatinga y Benjamín Constant en Brasil y Santa Rosa, cruzando el río en la orilla opuesta de Leticia y Caballo Cocha en Perú navegando río arriba. Cuenta con servicios públicos domiciliarios, energía, acueducto, alcantarillado, teléfono, servicios de larga distancia y comunicaciones satelitales. El sector hotelero es importante y se están desarrollando estrategias de eco-etnoturismo y turismo académico y científico. Anteriormente la ventaja era mayor, pero en la última década Tabatinga ha recuperado parcialmente la desventaja, al tiempo que Leticia ha tendido a estancarse.

En Leticia hacen presencia los viceconsulados de Brasil y Perú y en Tabatinga hay un consulado colombiano. Además de los lazos de parentesco y de otros vínculos económicos, la música, el baile y el fútbol son pasiones compartidas. La etnia Ticuna es la más numerosa y tiene presencia simultánea en Colombia, Perú y Brasil. Las huellas indígenas de estos bosquesinos y otros tantos como los cocamas, yaguas, boras y huitotos están inscritas en unas ciudades que pretenden ser mestizas.

3 Economía y comercio

De acuerdo con la información proveniente del XVI Censo Nacional de población y V de vivienda (1993), la población activa, económicamente productiva (entre los 15 y 60 años) corresponde al 54 %. Con excepción de Leticia y, en menor proporción, Puerto Nariño y Tarapacá, el resto del Trapecio ha conservado una economía de subsistencia. La producción local es insuficiente para abastecer las necesidades locales, por lo que es necesario transportar desde el interior del país y/o desde Perú o Brasil alimentos básicos, combustibles, elementos de construcción y algunos productos esenciales de la canasta familiar, lo cual encarece notoriamente el costo de vida, particularmente para la población no indígena.

Las más importantes actividades económicas privadas de la región son el comercio, tanto de productos nacionales como importados. Le siguen en importancia las actividades asociadas al turismo, la pesca, la agricultura y en un relegado lugar la industria. El comercio entre Colombia, Perú y Brasil está representado principalmente en renglones tales como combustibles, muebles, ferretería, vehículos (motocicletas) y sus accesorios,

papelería, textiles, cueros, prendas de vestir, productos farmacéuticos, alimentos, bebidas, licores y tabaco. El centro de actividad comercial en la zona ha emparejado a Leticia y a Tabatinga quienes tienen, en volumen, movimientos económicos similares.

En las reducidas áreas rurales (no silvestres) del Trapecio, la principal actividad se centra en procesos de tipo agropecuario. La producción agrícola está orientada hacia el cultivo de yuca, arroz, plátano, maíz, fríjol, frutales amazónicos. La ganadería, que vivió un cierto auge en épocas de bonanza de coca de la década de 1980 pero luego se redujo, sigue el sistema tradicional de desmonte del terreno, implantación de cultivos y luego siembra de pastos para cría de ganado de carne para atender la demanda local. Coincidiendo con la bonanza coquera se abrieron predios para el levante de ganado, pero estas actividades han ido cediendo terreno a procesos de recuperación espontánea o a fincas y predios con carácter recreativo, turístico y una red de reservas de la sociedad civil.

La actividad pesquera puede calificarse como significativa por la dinámica comercial que representa; la pesca comercial (pescado fresco y seco) se orienta a mercados nacionales y la pesca artesanal a autoconsumo y a la venta de excedentes a intermediarios. Empresarios colombianos compran a pescadores brasileros y peruanos para luego venderlos en los mercados de Bogotá. En la crisis económica de comienzos de este siglo, muchos empresarios se quebraron y el negocio fue concentrado en pocos participantes sobrevivientes.

El sector de las artesanías se constituye en uno de los principales renglones generadores de ingresos para las comunidades indígenas, las cuales son vendidas en la ciudad. Esta actividad cobija cerca de 150 microempresas familiares. El trabajo se realiza principalmente con la madera de la especie *Brosimum rubecens* ó “palo sangre” y fibras como yanchama y chambira y diferentes semillas, entre ellas el asaí (açai).

Fuera de la producción de artesanías, las principales actividades de las comunidades indígenas son la caza, la pesca y recolección de frutos, rubros que cubren principalmente la demanda familiar. Esta población se integra al mercado local a través de la venta de excedentes de la producción de la chagra.

La “Vitrina Ecoturística Internacional”, un evento organizado por la Alcaldía y la Camara de Comercio local y apoyada por la Cámara de

Comercio de Bogotá, intenta promocionar el turismo para la región. Mientras las autoridades no hagan inversiones en infraestructura y saneamiento básico, los esfuerzos serán precarios y poco sustentables en el largo plazo.

Junto con la investigación científica en ciencias básicas asociada a la biodiversidad y en ciencias sociales, se abre el campo del turismo de corte académico y científico. Esta investigación dista todavía de ser accesible a la población local pero la Universidad Nacional de Colombia y el Instituto de Investigaciones Científicas, Sinchi, hacen esfuerzos en esta dirección. Así, el turismo aparece como la otra importante opción económica con futuro (eco, etno y aca-científico) una vez terminaron las bonanzas de tráfico de fauna, de drogas ilegales y los recursos de transferencias del Estado central por razones asociadas a la descentralización languidecieron.

4 Vías y medios de transporte.

Esta región se comunica con el interior del país y con el resto del departamento por vía aérea y fluvial. En la primera modalidad se llega a Leticia desde el interior del país en vuelo directo, abordando una aeronave en la ciudad de Bogotá. A través de transporte fluvial existe la posibilidad de navegar por el río Putumayo, principal vía de acceso desde la zona andina al departamento del Amazonas. El Trapecio Amazónico no cuenta con una mínima infraestructura terrestre de comunicaciones. El sistema vial está referido principalmente a la carretera Leticia –Tarapacá que desde hace muchos años no pasa de los 15 kilómetros pavimentados. Este proyecto inició en el año 1957 con una proyección de 167 Km. En la actualidad cuenta con 32 Km de vía, de los cuales sólo 25 son transitables con vehículo automotor en verano. En invierno es difícil pasar más allá de los 16 kilómetros. También existen 7 Km de una variante en la Vía Leticia – los Lagos.

La comunicación terrestre entre las localidades de Leticia (Colombia y El Marco –Tabatinga) se realiza a través de una vía urbana, por la cercanía entre estas dos poblaciones (6 Km de longitud). El transporte urbano es interfronterizo. En Leticia circulan cerca de 900 vehículos (90%) brasileños y 7000 motocicletas. Una parte importante de esos vehículos brasileños son traídos de Manaus y sus propietarios son colombianos. El servicio público cuenta con unos 180 taxis, 106 con cupos colombianos y

74 con cupos brasileiros. Existen 40 colectivos que cubren las rutas Leticia – Tabatinga, Leticia –Los Lagos, Leticia- Km 11. En toda la región se aprovechan como medio de comunicación y transporte terrestre caminos y trochas “a pie” abiertas por nativos y colonos.

Buena parte de la gestión diplomática por parte de la agente consular colombiana en Tabatinga en los primeros años de este siglo, se orientó hacia tres aspectos principales. Primero, los acuerdos comerciales regionales; segundo, la colaboración policial y, por último, la afirmación cultural a través de la organización de muestras en Tabatinga de las colonias del país presentes en Leticia.

La política brasilera orientada a conformar un bloque suramericano como contención a los Estados Unidos ha tenido que tratar de conciliarse en reuniones presidenciales entre Uribe y el presidente Lula. No se puede suponer que haya sido una tarea tan fácil debido a que Uribe le ha apostado a darle un privilegio casi absoluto a la alianza con la política antiterrorista con el presidente de los Estados Unidos, George Bush.

5 Criminalidad

Las fuentes de criminalidad tienen que ver con ajustes de cuentas por negocios asociados a drogas ilegales, a delitos ambientales y a los hurtos de motocicletas, temas que son propios de zonas de frontera. Con respecto a los ajustes de cuentas, muchas veces los delincuentes cruzan la frontera de modo que hace el trabajo más difícil a las autoridades. Estos delincuentes pueden tener cualquiera o varias de las tres nacionalidades, colombiana, peruana o brasilera. Los brasileños han tenido éxito al mantener “desnarcotizada” su agenda internacional, evitando dar pie a una mayor injerencia de los Estados Unidos. Todo lo contrario al caso colombiano.

Otra característica regional que conduce a la violación del Derecho es tanto la existencia de serias diferencias en los marcos regulatorios ambientales de los tres países, como que un estatus distinto de autoridad territorial hace que la aplicación del Derecho sea diferenciada, lo cual aumenta la dificultad para iniciar procesos legales.

6 Amenaza de conflictos en el mediano plazo

La región mantiene una apariencia relativamente pacífica y tranquila, después de que el ciclo de la bonanza del narcotráfico se cerró a principios de 1990. La bonanza de la época, en la percepción local se derivó entonces de los recursos de transferencias del presupuesto nacional y la criminalidad se asoció con la corrupción. Las tendencias de crecimiento de Tabatinga y, eventualmente, la presencia bastante camuflada de actividades de tráfico de drogas están atrayendo también problemas sociales no previstos.

Los ajustes de cuentas entre negociantes ilegales se producen principalmente en Tabatinga y en los pocos casos que ocurren en Leticia, escapar hacia Brasil es siempre una opción. Algunas veces la misma policía Federal de Brasil está involucrada pero como Brasil, a diferencia de Colombia, ha mantenido el tema del narcotráfico dentro de un perfil bajo, lo que ocurre no se convierte en una noticia que desborde los marcos locales.

El narcotráfico ha disminuido, en apariencia, su importancia; la policía en Leticia no lo percibe como un problema grave y los agentes de la DEA (Drug Enforcement Agency del gobierno de los Estados Unidos de América) abandonaron la ciudad hace un par de años. Eventualmente el arribo de desplazados desde Colombia podría modificar también el panorama pacífico de que disfruta la región.

Los esfuerzos del consulado colombiano de los últimos años han apuntado a promover el comercio. Aprovechando las Comisiones de Vecindad se discutió con los comerciantes la posibilidad de crear una región fronteriza desde Benjamín hasta Puerto Nariño y, eventualmente, Caballo-Cocha. Los comerciantes colombianos están autorizados a importar bienes del exterior sin pagar el Impuesto al Valor Agregado (IVA), lo que debería, aunque no necesariamente ocurre, reflejarse en precios más baratos en electrodomésticos y otros bienes importados a los consumidores.

En los últimos años las quemaduras producidas en la Amazonia brasileña en Acre y Roraima, probablemente relacionadas con la expansión de la agroindustria, particularmente de la soya, han generado en los meses de verano problemas desde Iquitos, prácticamente hasta Manaus lo cual ha generado la cancelación de vuelos comerciales y ha perjudicado los planes turísticos estructurados.

8 Opciones y potenciales:

El desarrollo académico y científico debe ser reconocido, en cierta forma en contrapartida al crecimiento de la presencia militar. Una de las más importantes formas de potenciar a la región es invirtiendo en capital humano. Aunque se han hecho esfuerzos en esta dirección, todavía se encuentran obstáculos difíciles de superar y ocurren avances y retrocesos. Desde el lado colombiano, la Universidad Nacional de Colombia ha concentrado esfuerzos en investigación y en la formación de alto nivel en una Maestría en Estudios Amazónicos. La mayor debilidad es la carencia de profesionales formados en la región. En contraste en Tabatinga, recientemente la Universidad del Estado de Amazonas está invirtiendo en la formación profesional, aunque la calidad del esfuerzo todavía es discutible. La Universidad Federal de Amazonas, por su parte, está contratando profesores altamente calificados en Benjamin Constant. Sumados estos esfuerzos, la región podría convertirse en un interesante centro universitario y de investigación que haga contraste con la fuerte presencia militar.

Las comunidades indígenas dejan su impronta en la ciudad, con su mercado de productos locales y su presencia en los imaginarios a que apelan políticos locales, regionales y nacionales. Adaptados a unas ciudades de motocicletas, disfrutaban de ofertas de bienes propios de la sociedad de consumo y de la información y sus asociaciones tienen presencia en la ciudad. En mi percepción, el estatus de estas organizaciones es más alto en Colombia, y aunque haya una inercia cultural de discriminación, hay una política oficial de acción afirmativa en beneficio de estas comunidades. Esta situación puede contrastar con el caso vecino de Perú donde es más desventajoso el ser considerado indígena, por lo cual es preferible ser “bosquesino” o “florestino” para usar un neologismo más afín al portugués, lo mismo que pasar por pescador, ribereño o campesino. La expansión de los resguardos indígenas tienden a limitar sus posibilidades de crecimiento urbano. Puestas las cosas al revés y de una forma inesperada, estos pobladores indígenas siempre que no contrasten de manera negativa lo urbano con lo rural, pueden aportar bastante al desarrollo de unas ciudades que se encuentran contiguas a sus resguardos.

Las dificultades mayores de estas aldeas en crecimiento -y contactadas con la aldea global- para solucionar problemas se arraigan en una historia colonialista y extractivista sobre la región. Leticia, fundada por peruanos en 1867, con base en negociaciones secretas con el Imperio de Brasil, acabó siendo la ciudad colombiana más importante de una región trifronteriza. Distante de los centros de poder, sin embargo, estos doblamientos urbanos multinacionales y multiétnicos, requieren de compromiso de las autoridades centrales de cada país en términos de inversión para una región que requiere de un trato especial de carácter ambientalmente sostenible. Este carácter debe reconocer que la ciudad está ubicada en la orilla del río y que no puede ser tratada con estándares de las ciudades andinas de Colombia. Si estas autoridades, al menos en el caso de Colombia, desnarcotizaran la agenda política y la des-securitizaran, al menos en los términos definidos por la lógica antiterrorista, mucho podría avanzarse. En ese caso, la región podría contribuir mejor a agendas internacionales más amplias y ambiciosas de integración suramericana, con lo cual la pintoresca aldea referida al principio de este artículo, en su articulación con su ciudad espejo y la población organizada longitudinalmente en las márgenes del río Amazonas, desarrollaría más fácilmente su potencial cosmopolita.

Bibliografía Consultada:

Camilo Domínguez y Augusto Gómez. *La Economía extractiva en la Amazonia colombiana* Bogotá, Tropenbos-Corporación Araracuara, 1990.

Comisión mixta de cooperación amazónica Colombo-Brasileira y Departamento de Desarrollo Regional DDR de la Organización de los Estados Americanos OEA, “*Plan Modelo para el desarrollo Integrado del eje Apaporis –Tabatinga: Diagnostico Regional Integrado*”, 1989.

Demetrio Salamanca, *La Amazonia colombiana*, Tunja: Academia Boyacense de Historia, 1994, dos tomos.

Germán A. Palacio C, *Civilizando la tierra caliente. La supervivencia de los bosquesinos amazónicos*, Bogotá, ASCÚN-El Espectador, 2004.

José Eustasio Rivera, *La Vorágine*, Madrid, Cultura Hispánica, 1992.

Delazcar A. Diazgranados, et. al. *La Amazonia colombiana y sus recursos. Proyecto Radargramétrico del Amazonas*, Bogotá: IGAC, Min-Defensa, Centro Interamericano de Fotointerpretación, 1979.

Pedro Botero et. al. *Zonificación ambiental para el Plan modelo colombo-brasilero (Eje Apaporis-Tabatinga:Pat)*, Bogotá: IGAC, 1997.

Eduardo Ariza, et. al. *Atlas cultural de la Amazonia colombiana. La construcción del territorio en el siglo XX*, Bogotá: Icanh, 1998.

IGAC-Corpoamazonia *Aspectos ambientales para el ordenamiento territorial del Trapecio Amazónico*, INPA 3, 2003, disponible en CD.

Germán Grisales Jiménez. *Nada queda, todo es desafío* Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2000;

Rebeca Steiman. “A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colombia)” (Tesis de Maestrado en Geografía, Universidad Federal de Rio de Janeiro, 2000);

Grupo de Pesquisas Retis. “O nexos territorial das cidades gêmeas: o sub-espaco Tabatinga-Leticia” en www.igeo.ufrj.br/fronteiras/index.htm, 2002.

“Plan Modelo para el desarrollo Integrado del eje Apaporis –Tabatinga: Diagnostico Regional Integrado” Comisión mixta de cooperación amazónica Colombo-Brasilera y Departamento de Desarrollo Regional DDR de la organización de los Estados Americanos OEA., 1989.

Lina María Hurtado Gómez. “Pobreza y marginalidad urbana en las ciudades amazónicas. Un estudio de caso de los asentamientos urbanos ubicados en zonas inundables. Tesis de Maestría en Estudios Amazónicos. Leticia, Colombia, 2005.

John O. Browder y Brian Godfrey. *Rainforest Cities. Urbanization, Development, and Globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.

Tabatinga: uma cidade na fronteira da amazônia

Ricardo Nogueira*

Introdução

A tradição dos estudos sobre a cidade destaca características ligadas à forma, ao sítio, à estrutura interna com o seu centro, à função, à organização hierárquica da rede, à economia urbana – associada às atividades definidas por Colin Clark, seja a indústria, seja o comércio, entre outras. A tradição indica, ainda, uma classificação hierárquica das cidades (metrópole nacional, regional) que leva basicamente em conta o contingente populacional e a capacidade de polarização exercida sobre o entorno. As atividades principais e a disponibilidade e a oferta de bens e serviços completam a caracterização de cada núcleo urbano. Ainda é possível identificar estudos que demonstram as relações existentes entre a cidade e o campo, ou mesmo sua região, e outros que consideram aspectos ligados ao poder de polarização e, mais recentemente, dada a importância assumida pela urbanização da sociedade, os “problemas urbanos” – luta pela terra, segregação espacial, questão da habitação e pressão dos movimentos sociais urbanos sobre o Estado, exigindo políticas públicas para a resolução dos problemas. Essa diversidade de abordagens significa que a cidade pode ser “objeto” de estudo em múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, do positivismo ao marxismo, passando pelo funcionalismo e mesmo pelo estruturalismo.

Certamente não é fácil escapar a esses temas gerais, até porque eles terminaram por constituir-se em modelos para os estudos urbanos; mas é possível, a partir deles, elaborar uma reflexão que aproxime ao máximo os habitantes da cidade das questões mais gerais sobre ela, ou seja, a cidade não é só forma, produto ou só estrutura. É justamente o seu conteúdo, o seu conteúdo diverso que cria processos e dá ânimo, movimento, vida à cidade.

* Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

Será essa perspectiva que orientará o texto sobre a cidade de Tabatinga que, como cidade, apresenta características semelhantes a tantas outras espalhadas pelo mundo, porém, do mesmo modo, apresenta particularidades resultantes do processo de sua formação, de sua inserção nas diversas redes da qual participa e de sua exclusão de tantas outras redes. Destacar-se-á, evidentemente, a sua condição fronteira e tudo aquilo que resulta dessa condição locacional. Também serão apresentadas determinadas formas espaciais que fazem parte do cotidiano de seus moradores, formas cuja existência expressa os vínculos, as articulações e interações com outros lugares, constituindo ramificações em diversas escalas porque cumprem uma função e participam de processos sociais. Por forma espacial, deve-se entender o aspecto visível de uma coisa, de um objeto ou da estrutura técnica responsável pela execução de uma determinada função (SANTOS, 1985). O conjunto de formas espaciais compõe a organização do território das sociedades. Por isso mesmo, tomamos como ponto de partida para compreender a cidade de Tabatinga o conceito de território.

Eleger o território como conceito-chave para compreender uma cidade exige, em primeiro lugar, um esclarecimento sobre tal conceito. Existem vários conceitos de território, desde os que partem de uma concepção essencialmente naturalista, oriunda das ciências naturais, em que o território aparece como área de domínio, de ocorrência de determinada espécie, até as concepções fundadas nas relações existentes na sociedade, segundo as quais o território pode ser resultado de conflitos, expressão de um grupo social, superfície de soberania do Estado. Há ainda concepções que, fugindo à materialidade, conferem significados simbólicos ao território. Como o conceito de território aqui adotado toma como referência as relações existentes entre os homens, deixaremos de lado as concepções naturalistas e aquela que concebe o território simplesmente como palco dos acontecimentos (HAERSBAERT, 2002).

Em segundo lugar, é preciso compreender as redes e as interações espaciais (CORRÊA, 1997) nas quais Tabatinga está inserida por causa de sua condição locacional, ou seja, *onde a cidade está*: é uma cidade na fronteira política, o que *a priori* já suscita problemas associados a diversos fluxos; é uma cidade gêmea, o que implica relações políticas bilaterais

constantes; é uma cidade localizada numa região de floresta onde o acesso a determinados recursos naturais ainda é relativamente livre; é uma cidade ribeirinha, o que significa que o transporte fluvial é uma das formas fundamentais da circulação de pessoas e mercadorias – há um “ar de parentesco” entre diversas cidades nessa condição na Amazônia; é considerada uma cidade de porte médio para os padrões regionais.

Tabatinga: uma cidade no fim do rio solimões

Num estudo clássico sobre o sistema urbano na Amazônia, Dias (1977) demonstra, em um primeiro momento, a importância da hidrografia na formação das cidades na Amazônia, pois foi justamente às margens dos rios que surgiram os primeiros núcleos urbanos na região, muito embora a motivação não tenha sido sempre a mesma: ora fortaleza, ora missão religiosa, pelo menos até o século XVIII. Em seguida, o autor apresenta a evolução do crescimento populacional dos núcleos urbanos, principalmente no período de 1940 e 1970, quantificando o número de cidades com base nas classes de população (menos de 1.000 hab.; de 1.000 até 5.000, etc.). Constata ainda a tendência de forte concentração nas duas maiores cidades – Belém e Manaus –, o que, segundo ele, causa mais um “inchamento” que uma urbanização. Enfim utiliza a quantificação para estabelecer as características e o tamanho funcional das cidades.

É importante salientar que esse procedimento metodológico foi largamente empregado para explicar a organização das redes urbanas, tomando por base o pensamento, entre outros autores, de Walter Christaller¹ sobre as localidades centrais. É bem verdade que, para compreender a organização da rede urbana na Amazônia (CORRÊA, 1987), é imprescindível considerar a hidrografia regional como rede, visto que os rios e a navegação fluvial ainda respondem pelas interações existentes, principalmente na Amazônia Ocidental (NOGUEIRA, 1999).

Quando se afirma que é necessário partir do território para compreender as cidades na Amazônia, está-se tentando indicar determinadas particularidades das cidades dessa região, como, por exemplo, a sua forma de inserção no conjunto regional – não apenas o

¹ Sobre o pensamento de Walter Christaller ver o artigo de Arthur e Judith Getis.

fato de *estar* numa região de floresta, embora isso tenha sua importância, como se verá. Porém uma análise mais refinada sobre uma cidade não pode tomar por pressuposto inicial o fato de a aglomeração encontrar-se numa determinada região natural (cidade no deserto, na montanha, etc.), pois aspectos como forma urbana, posição na hierarquia urbana, organização interna, diversidade de formas espaciais, pretéritas ou não, cidadania, política e gestão urbana não dependem do meio natural em que a cidade está localizada. O que se quer deixar claro aqui é que, ao tomar o território como referência para compreender a cidade na Amazônia, deve-se considerar, evidentemente, a natureza e seus recursos, mas principalmente as formas de articulação, a intensidade, a frequência e a velocidade dos fluxos materiais – que podem ser regionais ou não – e imateriais que têm como ponto de partida e de chegada as cidades que estão nessa região. São justamente esses fluxos, com toda sua diversidade, que podem indicar a própria relação da cidade com o seu entorno imediato ou distante.

Assim, concretizando-se essa proposição, podem-se identificar na região amazônica quatro tipos de cidades. Em primeiro lugar, há cidades que são fortemente dependentes da condição ribeirinha, tendo no rio o único caminho de articulação regional. Essa condição define a direção dos fluxos; os ritmos, os tempos e as trocas são considerados lentos. Até a década de 60 do século XX, praticamente todas as cidades existentes estavam nessa condição. Em segundo lugar, há as cidades que surgiram ao longo das rodovias construídas no período de integração nacional (1970), sem nenhum vínculo com a tradicional rede hidrográfica regional. Em geral, elas abrigaram projetos de colonização, que atraíram um contingente populacional extra-regional. Isso levou à constituição de fluxos ligando a região aos lugares de origem dessas populações que, por possuírem uma percepção diferente da natureza, impuseram outra paisagem à região. Em terceiro lugar, há cidades que eram essencialmente ribeirinhas e foram atingidas por rodovias de caráter inter-regional. Essas cidades sofreram mudanças na sua estrutura urbana, pois o fluxo até então existente passou a ser dividido com o transporte rodoviário, mais veloz, mais frequente, o que instituiu uma outra temporalidade. Finalmente, há cidades que surgiram a partir dos grandes projetos de extração mineral

e hidroelétricos. Essas cidades, completamente alheias ao espaço-tempo regional, foram construídas pelas corporações que se instalaram na região para a exploração dos recursos naturais. Daí a denominação de *company town*, Talvez essa tipologia fuja à tradição, já sugerida por Becker (1990). Mais que isso, hoje os fluxos de informação e comunicação e a expansão dos transportes aéreos, dada a facilidade de implantação, colocam noutra patamar a organização das redes urbanas, o que afeta também a Amazônia.

Tabatinga surgiu de uma fortificação portuguesa, São Francisco Xavier de Tabatinga, construída no final do século XVIII (1776) para servir de limite entre as terras portuguesas e espanholas e para permitir vigiar o ingresso de espanhóis. Localizado na margem esquerda do rio Solimões, o forte dava aos portugueses o controle de todo o rio, pois na outra margem, na confluência com o rio Javari, estava a povoação de São José do Javari. Os limites entre portugueses e espanhóis, e posteriormente entre os países que surgiram após o domínio espanhol – Colômbia, Peru, Equador – e o Brasil, foram questionados após a assinatura do Tratado de Madrid, que empurrava o limite até a boca mais oriental do rio Japurá, onde hoje está a cidade de Tefé. Contudo a fortaleza e o povoado de Tabatinga estavam consolidados. Os relatos deixados por alguns viajantes que passaram pelo povoado no século XIX indicam a existência, em primeiro lugar, do forte e, depois, do povoado. Segundo Spix e Martius, por exemplo, o forte de madeira, construído no ponto mais alto da margem do Solimões, estava em estado lastimável, com canhões enferrujados. Os autores afirmam que a tropa era composta de um comandante e doze soldados. Viram também as ruínas de um belo edifício construído pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (fundada no tempo de Pombal) para ser sua filial.

Já na segunda metade do século XIX (1865-1866), o lugar Tabatinga recebe a expedição de Louis e Elizabeth Agassiz, que também registraram suas impressões. O casal viajante descreve Tabatinga como uma vila fronteiriça entre o agora Brasil e o ainda Peru. Em virtude disso, Tabatinga teria a honra de ser posto militar. Afirma, porém, Elizabeth:

quando se olha para os dois ou três pequenos canhões em bateria sobre o rio, a casa de barro que constitui o posto e os cinco ou seis soldados preguiçosamente deitados à sua sombra, bem se pode de não considerar essa fortificação como formidável.

Chama a atenção de Elizabeth Agassiz o fato de a vila estar situada num barranco de aluvião bem escavado e fendido em várias direções e de ser composta de uma dúzia de casas em ruínas ao redor de uma praça central. Quanto aos habitantes, não pode dizer nada porque, quando desceu do barco, à tardinha, todos os moradores já haviam se recolhido para proteger-se dos mosquitos. Os mosquitos à noite e os piuns durante o dia tornavam a vida intolerável, segundo os moradores que a receberam.

Na primeira divisão político-administrativa do Estado do Amazonas no século XX, Tabatinga não aparece como sede de município, sendo um povoado de Benjamin Constant, o antigo São José do Javari. Porém, dada a sua condição locacional, no fim do rio Solimões, Tabatinga manteve sua condição de espaço fronteiro, sendo o primeiro porto para quem chega ao Brasil, ligado à cidade de Letícia, inicialmente peruana, depois colombiana.

Durante o período da borracha, essa fronteira – Letícia – abrigava um entreposto de comercialização, onde as casas aviadoras de Iquitos, no Peru, compravam esse produto extrativo. As características naturais do território podem ser fundamentais para compreender as cidades na Amazônia. Assim, a existência de um recurso natural com forte demanda no mercado mundial – a *Hevea brasiliensis* – mobilizou braços e constituiu uma rede de lugares para viabilizar o fornecimento de mercadorias. Sobre os braços, é necessário mencionar o uso intensivo do trabalho dos índios Tikuna, nação ainda hoje majoritária na região e dos Uitotos, explorados por seringalistas colombianos e peruanos. Quanto aos lugares, é importante dizer que vários núcleos na Amazônia tiveram por origem as sedes de seringais. Ponto de carga e descarga de mercadorias e embarque e desembarque de trabalhadores, as sedes funcionaram como a base de toda uma cadeia montada para a extração desse recurso natural até então monopólio natural da região.

Subordinada à cidade de Benjamin Constant, que abrigava a sede do município e todas as funções e serviços públicos que cabem a esse ente territorial, e também à cidade de Letícia, que abriga, do mesmo modo, as funções político-administrativas, Tabatinga somente consegue a sua autonomia municipal na década de 80. A partir de então, consolida-se, juntamente com Letícia – hoje uma cidade-gêmea com fronteira seca

–, como o aglomerado urbano de maior dinâmica na fronteira da Amazônia, sendo impossível isolar em qualquer análise uma cidade da outra.

Por ser limite do território nacional, o distrito de Tabatinga recebe, na década de 60, uma Colônia Militar, um pelotão para vigiar a fronteira, e, posteriormente, uma rádio e outros equipamentos urbanos – energia, escolas para os filhos dos militares, hospital para os militares, etc., o que gradativamente vai alterando sua relação de polarização com Benjamin Constant. Na década de 80, são implantados um porto, um aeroporto, uma agência bancária. Finalmente é elevado à condição de município, consolidando sua nova posição na rede de cidades na Amazônia.

Tabatinga: uma cidade na fronteira norte do Brasil

Popularizou-se para a Amazônia a imagem de região de fronteira econômica, nova fronteira agrícola do Brasil, região própria para a colonização, o desbravamento. A expressão “terras sem homens para homens sem terras”, divulgada pelo Estado brasileiro, parece ter sido a síntese dessa imagem. Farta literatura foi escrita para avaliar esse “avanço” do Brasil sobre a Amazônia. A espessa vegetação era um desafio a ser vencido, era o limite, a fronteira da civilização. O pensamento de Turner (VELHO, 1979), construído no auge da expansão norte-americana para o oeste, parecia encaixar-se perfeitamente nessa marcha para o norte e o oeste brasileiro, com uma diferença: o objetivo americano era a distribuição de terras, e no Brasil assegurava-se a concentração.

Nesse processo, algumas cidades, como em um passe de mágica, surgiram do dia para a noite; outras, que serviram de suporte para essas ações, viram sua população crescer num ritmo mais intenso do que o das cidades de outras regiões brasileiras; outras, ainda, já surgiram planejadas, hierarquizadas, controladas, isoladas do local e integradas ao mundo global, ficando conhecidas, como dissemos, por *company towns*. A novidade foi imediatamente objeto de estudo no mundo acadêmico, que demorou a perceber as tradicionais cidades amazônicas (TRINDADE; ROCHA, 2000). A expressão “fronteira urbanizada”, divulgada na academia, ganhou um estatuto explicativo do processo de urbanização na Amazônia. A expressão “fundos territoriais” indicava que essa área, como reserva, poderia ser utilizada para a expansão do processo produtivo

nacional. Na verdade, utilizou-se o termo fronteira para designar praticamente todos os processos e atividades produtivas realizadas na região: para a exploração de minérios, fronteira mineral; para a exploração de madeiras, fronteira madeireira; para a rápida acumulação, fronteira do capital; para a criação de gado, fronteira agropecuária; mais recentemente, para explicar a exploração da biodiversidade, fronteira biotecnológica; enfim, para explicar os conflitos, fronteira do humano!

É até compreensível o uso metafórico da expressão fronteira para designar as mudanças que ocorreram na Amazônia, mas o conceito não parece ser apropriado, apesar de Becker (2004) insistir em sua pertinência, dando-lhe uma nova conotação – a fronteira hoje é estabelecida pela força dos agentes sociais. Esta concepção de fronteira é etnocêntrica, pensada a partir de um lugar central, e, essencialmente econômica, pois além de indicar uma condição de transição (de tempos, de relações sociais), significa, na origem, também o limite entre a civilização e a não civilização, ou a barbárie, como dizia Turner. Se aceitarmos as indicações de Raffestin (1996) de que toda representação do mundo é a representação de um ator dominante, a representação da Amazônia como região de fronteira econômica implica reconhecer a existência de um “centro” que projeta sobre seu entorno, sua margem ou sua fronteira a imagem que se faz dele. O discurso centrado, produzido *para* a Amazônia, não permitiu, pela ampla aceitação que recebeu, que surgissem outras interpretações sobre o processo em curso na região.

Considerando-se Tabatinga como cidade de fronteira segundo uma concepção estritamente política, constatam-se diferenças em relação às cidades atingidas pela “onda pioneira”, pelas “frentes de expansão” do Brasil na região. Enquanto nessas últimas o Estado implantou um aparato institucional voltado para a incorporação econômica do território, com a criação da infra-estrutura necessária à viabilização de empreendimentos corporativos, induzindo a vinda também de arrivistas e aventureiros, em Tabatinga, e mesmo em qualquer cidade da fronteira política da Amazônia brasileira, o aparato institucional é distinto, representado, em primeiro lugar, pela implantação das Forças Armadas – exército, aeronáutica e marinha –, o que reforça o conceito de fronteira como o “órgão” mais sensível do corpo do Estado, numa visão claramente organicista.

Desde a criação da fortaleza, Tabatinga sempre foi fundamental para o controle do território brasileiro. *Punctus dolens*, ou ponto doloroso, pois que está numa tríplice fronteira, Tabatinga abriga uma das principais bases militares da fronteira norte: o Comando de Fronteira do Solimões do Exército Brasileiro. Pelo menos quatro pelotões de fronteira estão subordinados a esse comando, que de Tabatinga controla o fluxo de militares, de suprimentos, de vôos e mesmo o auxílio aos moradores que habitam nas proximidades desses pelotões. O aeroporto, com capacidade para aviões de grande porte, é o principal ponto de apoio das ações de vigilância e controle da larga faixa de fronteira. Daí partem aviões para dois pelotões ao sul – Estirão do Equador e Palmeiras do Javari, ambos na fronteira com o Peru – e para dois pelotões ao norte do município – Ipiranga e Vila Bittencourt –, ambos na fronteira com a Colômbia.

A Aeronáutica e a Marinha, na verdade, complementam a ação do Exército. Com a implantação do Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia, ampliou-se o suporte às ações; pelas águas, a Marinha atinge as comunidades rurais mais longínquas, dando assistência social.

Esse aparato institucional materializa-se na cidade sob a forma de conjuntos residenciais, ou vilas militares, quartéis, hotel de trânsito para militares, clubes, galpões para depósito, hospital, o próprio aeroporto, o que confere a Tabatinga ares de cidade fronteiriça. Além disso, não se pode esquecer o militar em si, o cidadão que chega para servir nesse lugar, em geral por um tempo determinado, e que, necessariamente, estabelece uma relação com a cidade e seus habitantes, pois está aí para viver e, no limite, morrer.

Em segundo lugar, além do aparato institucional militar existente em Tabatinga, há também o aparato institucional civil expresso pela existência de órgãos do Estado nacional, que, certamente, não seriam instalados numa cidade não fronteiriça. A Polícia Federal, a Receita Federal, a Justiça Federal, representações de ministérios e outros órgãos estão aí presentes para assegurar o controle fiscal da fronteira, o controle legal da fronteira, de diversos movimentos transfronteiriços. O contingente civil e militar responde por aproximadamente 15% (IBGE, 2000) dos principais empregos do município.

Podemos ainda apontar uma outra característica da cidade de fronteira, principalmente quando compartilha a região com outra cidade

do país vizinho, a cidade gêmea: o movimento mútuo dos habitantes entre ambas as cidades. Essa situação é própria das cidades de Tabatinga e Letícia, que apresentam semelhanças, como a forte presença indígena, a importância da extração dos recursos naturais para a sobrevivência de uma parte significativa da população (34%) e o isolamento relativo de outros centros urbanos maiores.

A fronteira ainda traz a marca do momento de sua criação como linha definidora da soberania da entidade estatal-nacional nascente e, portanto, das nacionalidades que se constituem em verdadeiras disjunções históricas. A própria forma como cada fronteira é definida – um rio, uma linha geodésica, negociação, conflito – pode caracterizar uma específica relação fronteiriça e, conseqüentemente, das cidades gêmeas.

Tabatinga e Letícia estão na mesma margem do rio Solimões, tendo o igarapé de Santo Antônio como parte da linha divisória. Desde o início do povoamento da área, a população brasileira, a colombiana e a peruana ocupam não só ambas as margens, mas também o próprio leito do referido igarapé, em que se pode transitar facilmente nos períodos secos, em meio aos marcos de concreto que demarcam a fronteira. Essa convivência centenária – estremecida na década de 30 quando Colômbia e Peru entraram em guerra pela posse do território – não poderia deixar de criar uma cultura e uma identidade fronteiriça pautada pela solidariedade, dadas as condições locais das cidades.

O movimento mútuo dos fronteiriços consolidou laços que hoje se revelam no parentesco binacional, com a constituição de famílias pertencentes a nacionalidades distintas. O resultado disso é o necessário domínio mínimo das línguas para a busca do lazer, do trabalho, dos serviços, dos empregos diversos que nem sempre estão à disposição em ambos os lados, para o uso nas ligações com outros pontos da rede urbana – Bogotá, Iquitos, Manaus –, assim como nas amizades, visitas, compras de abastecimento rotineiro, etc.

A população, composta majoritariamente por índios tikunas e seus descendentes, por Uitotos e outros povos indígenas, está presente em todos os cantos das cidades, como feiras, mercados, portos, câmara de vereadores, etc. A forte presença indígena é, na verdade, anterior à constituição dos Estados nacionais. Para essa população, a disjunção

fronteira criada pelos Estados nacionais pouco significa, pois os mitos fundadores de sua nação em nada se assemelham a um ou a outro. No entanto, estar envolvido por Estados nacionais terminou por criar tikunas brasileiros, tikunas peruanos e tikunas colombianos.

Tabatinga, em seu processo de expansão urbana, juntou-se à terra indígena denominada Umariáçu, que tem hoje a aparência de um bairro indígena. Os tikunas respondem por uma parte do abastecimento urbano com produtos da floresta, dos rios e do trabalho agrícola. Participam também da economia fronteira, vendendo artesanato e realizando pequenos serviços. Continuam, porém, sendo vistos com estranhamento e desconfiança.

Sendo ponto de encontro de nacionalidades, Tabatinga não poderia ficar imune à migração. Sua população compreende principalmente um contingente de peruanos que, oriundos de todas as partes da Amazônia peruana, Iquitos, Pucalpa, etc., vêm em Tabatinga uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Estão presentes nas escolas, no comércio formal e informal, além de solicitarem serviços públicos diversos.

Como em tantas outras cidades amazônicas, há uma dependência da extração de recursos naturais. Esse dado merece algumas considerações porque, tradicionalmente, os estudos urbanos, quando tratam da relação cidade/campo ou urbano/rural, têm como referência principal um mundo rural marcadamente agrícola, que pode estar voltado para o abastecimento alimentício do mercado urbano local ou voltado para a exportação. Nesse caso, a modernização agrícola aparece não apenas na sofisticação das máquinas agrícolas, mas também nos equipamentos e serviços urbanos, que necessariamente surgem para dar apoio aos grandes empreendimentos rurais. Outra referência diz respeito à propriedade da terra e sua concentração, pois a forma de uso da terra pode influir na organização do espaço urbano.

Na Amazônia, o rural é uma floresta em que o poder público ocupa largas faixas de terra, permitindo o acesso relativamente livre aos produtos extraídos diretamente dela ou mesmo dos rios. Isso exige uma reflexão diferente também sobre as cidades. Nelas certamente não predominará como classe social o proprietário fundiário rentista, que noutras regiões do país consegue interferir nos rumos da política local. Por outro lado,

não existirá o trabalhador rural típico das regiões agrícolas, que migra de acordo com a safra ou que tem uma dependência muito grande do proprietário de terras. Afinal, ser proprietário de terras na Amazônia nunca significou ter poder. Numa região em que a mobilidade predomina sobre a fixação, é mais importante ser comerciante do que ser proprietário.

A grande quantidade de terras livres de propriedade na Amazônia, associada a uma tradição de exploração dos recursos florestais e pesqueiros, permitiu que seus habitantes pudessem viver livres de uma relação de trabalho tipicamente capitalista. No entanto, a necessária relação com o mercado de produtos urbano-industriais insere-os no mundo da troca, em que o comércio termina por capturar o excedente de seu trabalho extrativo.

Na região do Alto Solimões onde está a cidade de Tabatinga, a atividade pesqueira e a madeireira mobilizam extensas redes formadas por diversos agentes sociais que se encarregam de tarefas específicas². Barcos de pesca brasileiros atuam desde o Médio Solimões, capturando peixes para serem vendidos na cidade colombiana de Letícia, onde estão instalados frigoríficos de beneficiamento e exportadores para os mercados de Bogotá e Miami. O aeroporto, com vôos cargueiros, agiliza a distribuição para aqueles mercados. O comércio de pescado é tão significativo que chega a alterar, no período da safra, o câmbio de moedas (real/peso) na fronteira e a ampliar a oferta de vôos, baixando os valores de frete, na medida em que as empresas aéreas não retornam sem carga para Bogotá. Todavia, como o centro dessa rede não está situado aí, as rendas obtidas escapam para outros pontos da rede.

A atividade madeireira, por outro lado, já foi muito mais intensa na região. Dela participavam empresários da cidade vizinha, Benjamin Constant, que viu essa atividade encolher após forte repressão do órgão ambiental, pois a extração da madeira ocorria em área indígena. Com isso a atividade passou a ser mais forte no outro lado do rio, no Peru, que absorveu trabalhadores brasileiros, e na Colômbia, onde é mais controlada. A estruturação dessa rede exige o transporte fluvial, seja com destino a Iquitos, subindo o rio Solimões, seja com destino ao mercado europeu e americano, descendo em navios o rio Solimões, ou ao centro

² Relatório da pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) intitulada Redes Geográficas na Fronteira Brasil/Colômbia (2005), sob minha coordenação.

do território colombiano pelo rio Içá/Putumayo. A atividade envolve pequenos extratores autônomos, que entram na selva para selecionar e retirar as madeiras e vendê-las às madeireiras, mas também pequenos e grandes madeireiros que extraem madeira de acordo com planos de manejo.

Enfim, o isolamento relativo da região deve-se à ausência de infraestrutura rodoviária. Ao ser implantada, a malha rodoviária consegue alterar todos os ritmos, todos os tempos, toda a dinâmica territorial numa região cujo tempo é essencialmente regido pelo ritmo das vias fluviais. Isso é bem característico da Amazônia, onde a expansão rodoviária, partindo do centro do país e atingindo cidades portuárias, alterou a configuração espacial e a rede de relações extra-regionais. Letícia está distante de Bogotá aproximadamente 800 quilômetros, sendo acessível somente por via aérea e fluvial. Tabatinga está distante de Manaus 1200 quilômetros, com acesso aéreo e fluvial. Essa condição locacional não poderia resultar senão em uma forte solidariedade, como já dissemos, permitindo um movimento mútuo para tudo. O abastecimento de produtos alimentícios industrializados oriundos das regiões mais desenvolvidas dos respectivos países vaza a fronteira sem muita restrição. A gasolina, sempre muito desejada pelos brasileiros de qualquer ponto da fronteira nacional por causa do preço mais baixo do outro lado, é também o tipo de mercadoria que vaza a fronteira, servindo de fonte de rendimento para centenas de brasileiros que vendem esse produto em várias cidades da faixa de fronteira, em bancas improvisadas nas calçadas, num recipiente plástico para os motociclistas, principalmente. Além de produtos, é importante salientar a busca por inúmeros serviços que são oferecidos e demandados por ambos os lados, alguns com exclusividade apenas numa cidade: Letícia, que tem uma renda média superior à dos brasileiros. A oferta de serviços da cidade colombiana absorve, supre e drena renda do lado brasileiro. Esse movimento, perceptível nos serviços de saúde (médicos, laboratórios) mais especializados, dá a Letícia o caráter de hegemonia nessa trifronteira. Essa fronteira é vista pelos colombianos do seguinte modo:

Letícia sempre exerceu uma liderança econômica e cultural na tríplice fronteira e seu entorno, apesar dos grandes investimentos realizados pelo governo brasileiro para converter Tabatinga e Benjamin Constant em epicentros regionais. O

motivo, difícil de reverter, é a preponderância que o governo colombiano sempre deu à criação da fronteira viva, estimulando a sociedade civil para que lidere o desenvolvimento do município por meio das iniciativas particulares, em trabalho conjunto com as autoridades religiosas e militares (Domingues, C.1999 p.32).

Está claro hoje que o processo de urbanização da sociedade suscitou para as cidades inúmeras questões, os chamados “problemas urbanos”. É evidente que a aglomeração de homens exige uma ordenação espacial própria para assegurar a continuidade das atividades essencialmente urbanas. Habitação, água, energia, saneamento, emprego, transporte e, mais recentemente, a questão da segurança pública representam necessidades prementes da vida numa aglomeração urbana. O porte da cidade e sua participação na rede urbana definem a ordem e o grau dos principais problemas, e os grupos que controlam o poder público responsável pelas ações estatais definem a ordem das prioridades para a resolução desses problemas.

Pode-se até afirmar que todo o elenco de problemas urbanos acima citados ocorre numa cidade como Tabatinga e que alguns deles transbordam a fronteira. No entanto, como não temos por objetivo analisar a cidade a partir dos problemas urbanos, destacaremos dessa relação o segmento de transporte urbano, por entender que a condição locacional de Tabatinga, como fronteira, imprime um caráter singular a essa atividade.

Tabatinga, com 23 mil habitantes, é, possivelmente, uma das únicas cidades do interior do Amazonas que possui transporte coletivo urbano. O fato de Tabatinga e Letícia serem contíguas e terem população semelhante, que, como já dissemos anteriormente, troca serviços nessa região fronteira, fez com que a organização do transporte coletivo urbano, realizado em kombis e vans, servisse ambas as cidades, sendo, portanto, *internacional*. Esse transporte é, conseqüentemente, regulamentado pelas respectivas prefeituras, que definem rotas, tarifas, operadores e frota, cada cidade oferecendo a metade do total de 40 veículos. Esse transporte urbano, em que se cruza a fronteira, se aceita como pagamento da tarifa o real ou o peso, se atendem os passageiros em espanhol ou português, é simultaneamente a afirmação da fronteira – cobra-se uma tarifa internacional se o passageiro vai de uma cidade a outra – e a própria

negação da fronteira – dada a cotidianidade do movimento, a circulação internacional livre, a indiferença. Já o serviço de transporte realizado por mototaxistas, difundido em todas as pequenas cidades do Estado, só é permitido no lado brasileiro e conta com uma frota de aproximadamente 500 motociclistas.

Embora a ausência de uma rede rodoviária imponha determinadas condições no que diz respeito à frequência e à intensidade dos fluxos de mercadorias, fazendo surgir relações horizontais bem particulares, marcadas por uma territorialização que é definida pelo tempo local, os fluxos imateriais, de comunicação colocam essa(s) cidade(s) e sua região em contato simultâneo com os respectivos centros de poder. Se as relações horizontais representam um “atrito”, que, tendo em vista as ações dos Estados nacionais envolvidos, não será superado a curto prazo, a expansão das verticalidades, representada basicamente pela rede de telecomunicações, permite a articulação e o cumprimento de ordens, acordos e negócios com outros pontos distantes (SANTOS, 1996).

A característica principal desse tipo de rede é a invisibilidade, ou seja, sua difusão não necessita de uma materialização, como ocorre nas redes rodoviárias, ferroviárias. De fato, esse tipo de rede necessita de pontos de apoio para a transmissão e a recepção das informações a serem disseminadas em um determinado território, e essa disseminação depende da capacidade técnica das redes. Além dessa característica técnica, as redes de telecomunicações possuem inegável poder de influência sobre as áreas atingidas, independentemente de sua característica natural. Ou seja, há a difusão de informações, de inovações, de imagens, de modas e de comportamentos, que são mais facilmente absorvidos que rejeitados. Talvez isso explique a presença do mundo em qualquer lugar, até mesmo em Tabatinga.

Enfim, em uma região de fronteira, o objetivo das redes de telecomunicações é procurar afirmar a presença nacional em ambos os lados. A fronteira para as redes de telecomunicações é tão invisível quanto as ondas de rádio, meio de comunicação essencial para a difusão de informações.

Nas cidades fronteiriças, identificou-se a presença de redes de rádio e televisão cuja origem não é local. Isso nos leva a buscar compreender

como o Estado nacional – no caso o Brasil, a Colômbia e o Peru – procura marcar presença em áreas distantes dos centros de poder.

Na cidade de Tabatinga, a rádio existente é a Rádio Nacional, instituição do Estado brasileiro, instalada ainda no período do regime militar com transmissores de alta potência, capaz de atingir os mais longínquos lugares da Amazônia e ser um meio de informação e transmissão de notícias do centro do país para essa região. Recorde-se que Tabatinga é originária de um forte português do século XVIII e no século XX o Estado brasileiro aí implantou uma colônia militar.

A Rádio Nacional hoje não apresenta mais a mesma potência de transmissão, visto que deixou de operar em ondas curtas em razão do processo de sucateamento por que empresas estatais passaram ao longo da década de 90. Seu raio atual de abrangência não ultrapassa 10 quilômetros, atingindo apenas algumas comunidades rurais e a cidade vizinha de Letícia, onde tem grande número de anunciantes. Como todas as rádios no Brasil, ela também entra em rede nacional para a transmissão do popular programa Voz do Brasil, momento em que a população brasileira da fronteira tem notícias do Brasil. Outras rádios chegaram a operar nessa cidade em frequência modulada (FM). Todavia, sem autorização do Ministério das Comunicações, tiveram seus transmissores lacrados.

Ao contrário do sistema isolado de rádio, a televisão nessa região faz parte mesmo de uma rede nacional, tendo uma antena retransmissora que simultaneamente divulga todo o cotidiano das cidades do Sudeste do país (São Paulo), visto que não há programação local. O que é interessante indicar é que esse sistema anula toda e qualquer mediação com a capital do Estado, Manaus, deixando a população fronteiriça “órfã” de notícias da capital do Estado e mesmo dos municípios que compõem a região do Alto Solimões. Uma alternativa que tem sido encontrada pelos moradores é a aquisição de antenas parabólicas, que apenas ampliam as opções de canais, porém a ligação com o local e o regional continua sem existir.

Do outro lado da fronteira, encontram-se na cidade de Letícia pelo menos três rádios privadas e uma rádio estatal cujo papel é divulgar informações contra a guerrilha. Elas também atuam em rede nacional, estando ligadas à capital do país, Bogotá. As redes de televisão também estão presentes, transmitindo sua programação a partir de Bogotá e de Medellín.

As rádios possuem grande capacidade de transmissão, sendo ouvidas em largas faixas do território brasileiro. Por isso mesmo, recentemente o governo brasileiro resolveu voltar a atuar na região, utilizando as rádios como meio de afirmar a presença nacional, além das Forças Armadas.

Enfim há os jornais. Esse meio de comunicação é o mais resistente da fronteira, sendo ouvida em largas faixas do território retransmissora que simultaneamente empresas estatais passaram ao longe ao cruzamento de uma fronteira. Certamente, como os fatos dizem respeito a situações não vividas pelos habitantes do outro país, a imprensa escrita não é tão difundida quanto os outros meios. Em termos de presença na região, é importante destacar que a proximidade com o centro do país faz com que as ligações de Letícia com Bogotá sejam mais intensas, o que resulta numa distribuição de aproximadamente 2000 exemplares de jornais de Bogotá em Letícia. Já em Tabatinga, não existe distribuição regular de jornais oriundos de Manaus, nem sequer da capital do país ou de outro grande centro, como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Alguns lugares de Tabatinga

Fugindo de referências clássicas como o processo de urbanização, teoricamente associado à industrialização (como se ambos os fenômenos estivessem intimamente ligados), à funcionalização (que diz respeito ao enquadramento da cidade de acordo com uma função – administrativa, industrial, turística, etc. –, a estrutura interna, discutindo-se o uso do solo, o papel do centro de negócios na organização interna, a periferia central, o uso residencial, etc. e ainda a questão da propriedade da terra urbana, da valorização do espaço urbano, da especulação, procuraremos manter a proposta inicial de tomar o território como referência para compreender as cidades na Amazônia tentando apresentar a cidade de Tabatinga com base nas formas espaciais que a caracterizam, nos lugares que remetem a territórios de escalas distintas. Dos lugares, destacamos o porto e o mercado, a Avenida da Amizade, a igreja e os pontos de venda de droga.

A cidade de Tabatinga é uma típica cidade ribeirinha da Amazônia. A principal característica espacial desse tipo de cidade é a existência de um porto, que muitas vezes é apenas um lugar de atracação de barcos e canoas, um pequeno trapiche para carga e descarga de produtos agrícolas

ou extrativos e embarque e desembarque de passageiros e moradores da zona rural. É, portanto, um lugar de trocas: do ambiente rural para o urbano, da escala local para a regional. Os códigos são distintos, a mobilidade exige outro conhecimento, a linguagem – no caso a própria língua – é diferente.

O porto é uma referência fundamental tanto para as cidades litorâneas como para as cidades ribeirinhas pela sua capacidade de geração de serviços e de comércio de produtos diversificados. Criam-se em torno do porto atividades que terminam por constituir o “centro” da cidade. A resistência à passagem do tempo provocou mudanças sensíveis nos portos no mundo todo. Alguns, dada a sua localização, tiveram sua área modernizada para dar lugar a um centro de atividades culturais e turísticas; outros, porém, foram modernizados para agilizar a movimentação das cargas, o que eliminou a necessidade de muitos trabalhadores.

O porto é um lugar predominantemente masculino, em decorrência das atividades ali desempenhadas. Estão presentes carregadores, pescadores, comandantes e tripulantes, agricultores, os comerciantes responsáveis pela intermediação, transportadores, vigilantes, etc.

A condição locacional fronteiriça da cidade de Tabatinga e sua inserção na extensa rede fluvial amazônica fazem seu porto assumir, necessariamente, uma importância maior porque ele aparece como o primeiro lugar de entrada dos fluxos externos vindos do Peru e da Colômbia e como uma porta de saída do território brasileiro. O Tratado de Limites assegurou ampla liberdade de navegação àqueles países.

A diversidade cultural encontrada no porto de Tabatinga é resultado da convivência histórica de línguas distintas. O legado colonial espanhol e português cruza com a resistência da língua dos tikunas. Agricultores peruanos que habitam a outra margem do rio, assim como os agricultores brasileiros e as comunidades indígenas dirigem-se até o porto para levar sua produção e adquirir mercadorias hoje fundamentais para sua reprodução: linhas de pesca, chumbo e pólvora, fósforos, gasolina, açúcar e sal, alimentos e bebidas são adquiridos nos armazéns de estivas pertencentes a peruanos, colombianos e brasileiros; são produtos vindos do Peru, da Colômbia e do Brasil. Os bares tocam *vallenato*, brega e salsa para agradar os clientes, e as lojas vendem artigos diversos, inclusive cartão telefônico das companhias peruanas de telecomunicações.

A circulação fluvial é assegurada por uma frota bem diversificada de embarcações. A organização do empreendimento da navegação fluvial é caracterizada pela preponderância do pequeno proprietário de embarcação, que possui apenas um barco, cumprindo uma linha regularmente. É importante salientar que, diferentemente de outras modalidades de transporte público, às quais o Estado impõe uma regulamentação, nesse segmento a Capitania dos Portos atua apenas no sentido de garantir a segurança dos passageiros, não tendo autonomia para facilitar ou impedir o ingresso de novos operadores.

Embora a Amazônia possua a maior bacia hidrográfica do mundo, a oferta de serviço de transporte fluvial apresenta uma concentração muito forte na sua calha central, o eixo formado pelo rio Amazonas/Solimões, historicamente a principal via de circulação. É aí que se encontra o maior número de cidades da região. Secundariamente aparece o rio Madeira, o rio Negro, o rio Purus e o rio Juruá.

No porto de Tabatinga e na região fronteiriça, identificaram-se os principais operadores de transporte fluvial e seus fluxos. Na escala nacional, há operadores do Brasil, com barcos que saem de Manaus com destino à cidade de Tabatinga e Benjamin Constant, transportando passageiros e cargas, fazendo escalas nas cidades ao longo da calha, sendo para muitas delas a única alternativa. O percurso de aproximadamente 1.300 quilômetros é vencido em sete dias de viagem. Do Peru, saem barcos da cidade de Iquitos com destino à mesma fronteira, numa distância de aproximadamente 400 quilômetros. É possível também cobrir o percurso em lanchas rápidas que realizam a viagem em oito horas. O transporte fluvial colombiano opera apenas na escala regional, no entorno fronteiriço. Como Tabatinga é uma região de fronteira, é patente a sua condição de “fim de linha” ou “ponto de encontro” e transbordo para passageiros e cargas, essas últimas em menor proporção.

Na escala local, a rede de transporte fluvial é mais expressiva em quantidade de embarcações e mais diversificada. O trajeto principal é a travessia entre as cidades brasileiras de Tabatinga e de Benjamin Constant, realizada por cerca de 40 lanchas (denominada baleeiras), com capacidade média para 8 passageiros. Seus operadores, oriundos das duas cidades, após disputas internas por passageiros, visto que não existe

nenhuma regulamentação, conseguiram organizar, a seu modo, o sistema de transporte da seguinte maneira: a lancha de um operador de Tabatinga, ao chegar à outra cidade, entra na fila de operadores dessa cidade; o mesmo procedimento é adotado pelo operador de Benjamin Constant. “Na terra a prefeitura manda, mas na água ela não pode interferir”, afirmam os donos de lancha sobre o funcionamento deste segmento.

Quanto à travessia para o lado peruano, da cidade de Benjamin Constant para o povoado de Islândia, os conflitos, que também existiam, foram “regulamentados” pelos próprios operadores, que definiram que brasileiro só pode levar passageiro ao Peru e, no sentido inverso, só o peruano pode transportar. Assim também está dividido o trabalho entre aqueles barcos que realizam a travessia entre Tabatinga e o povoado de Santa Rosa, no Peru.

Associado ao porto, e como resultado já de uma ação do poder público para organizar a comercialização, está o mercado público municipal. O binômio porto/mercado como forma espacial repete-se em inúmeras cidades na Amazônia e fora dela. Em Tabatinga, bancas e boxes mesclam-se com ambulantes e índios tikunas que carregam suas mercadorias oferecendo-as aos consumidores. Esse mercado responde por uma parcela do abastecimento da cidade com produtos oriundos do entorno agroflorestal. Frutas e ervas, peixes e carnes, tucupi e farinha e alguns poucos produtos industrializados estão aí disponíveis. Ou seja, embora existam alguns supermercados em Tabatinga e Letícia, o mercado público, pelos preços, pelos produtos e pela cultura, ainda exerce um poder de centralidade na vida dos moradores de Tabatinga. Talvez esse lugar da cidade de Tabatinga seja o que melhor sintetize a chamada identidade fronteiriça, no sentido de reconhecimento mútuo e não estranhamento; de compartilhamento cultural e territorial, mas não estatal.

Uma das principais características da organização interna de uma cidade é o distinto uso do solo, as diferentes atividades que se apropriam de cada parcela da cidade. O centro, com sua história presa aos monumentos, com sua densidade e suas atividades comerciais, seu entorno imediato e sua periferia, traduz um modelo muito comum dessa organização. Pode-se argumentar que o surgimento de um mercado de terras tende a definir usos e valores, seja com base na localização no

tecido urbano, seja com base na dimensão do lote. O próprio poder público também pode regular esse mercado de terras por meio de mecanismos legais, como a distribuição da infra-estrutura e dos equipamentos públicos – saneamento, água, energia, escola, etc. Essas noções mais gerais também têm uma relação com a própria história de cada sociedade. A manutenção, a preservação, a valorização ou a destruição de um objeto considerado patrimônio histórico, por exemplo, são resultado de decisões da própria sociedade, que pretende ou não ter memória.

A nítida distinção entre a organização interna da cidade de Tabatinga e a de sua vizinha Letícia faz-nos evocar o trabalho de Holanda (1995), que procura explicar as diferenças na formação das cidades coloniais portuguesas e espanholas, as primeiras expandindo-se seguindo o modelado do terreno, e as segundas apresentando um quadriculado perfeito.

A origem de Tabatinga, como já foi apontado, está associada à antiga fortaleza de São Francisco Xavier de Tabatinga, do século XVIII. O povoado civil mais denso começa a instalar-se no início do século XX, acompanhando a extração da borracha. O entorno do porto e a margem esquerda do igarapé de Santo Antônio representaram as primeiras ocupações, ou seja, a própria linha de fronteira. O povoado militar que foi implantado já nos anos 60, a Colônia Militar, estava afastado, distante ao menos três quilômetros do povoado civil, que tinha uma relativa autonomia em relação àquele, porém dependia da cidade de Letícia para serviços e abastecimento.

Na década de 80, o distrito de Tabatinga, pertencente ao município de Benjamin Constant, ganha autonomia e começa a sofrer transformações na sua malha urbana. Começa então a distinguir-se de outras cidades ribeirinhas, cuja organização interna apresenta a rua da frente, a igreja e a praça e, próximo, os principais órgãos de gestão.

Uma grande avenida – construída pelos militares – que parte do Comando de Fronteira do Solimões e vai até a fronteira com a Colômbia, onde começa Letícia, define usos distintos para suas laterais: o lado direito destina-se praticamente às instituições públicas e o lado esquerdo, ao uso privado. Foi batizada com o nome de Avenida da Amizade. É lugar dos fluxos locais, de circulação na escala local.

Como essa avenida abriga diversos órgãos públicos, gradativamente o comércio foi sendo atraído para essa área, dividindo, com o porto e seu

entorno, o movimento comercial, sendo para alguns o centro, pois aí estão as agências bancárias, a prefeitura, a câmara municipal, a linha de transporte coletivo internacional, etc. A Avenida da Amizade tornou-se, portanto, a principal avenida da pequena cidade, com forte movimento noturno, quando surgem inúmeras barracas e tendas para vender alimentos e bebidas àqueles que procuram diversão, o que mostra o significado do trabalho informal na cidade.

Por outro lado, a cidade de Leticia apresenta uma estrutura interna distinta, começando pela existência de uma praça central que abriga em seu entorno toda a representação do Estado – Forças Armadas, Assembléia, Prefeitura, banco, além da principal igreja católica da cidade. O setor comercial é bem definido, não se misturando com o setor público. É importante salientar que essa cidade recebe fortes incentivos governamentais para importação de mercadorias, o que a torna bem atrativa para os moradores da cidade de Tabatinga. Isso é resultado da adoção de uma geopolítica civil na zona fronteiriça colombiana.

Nessa malha urbana contígua, é impossível conceber uma política urbana, um plano diretor que se encerre na linha de fronteira. O movimento diário da população para ambos os lados implica, necessariamente, que toda e qualquer ação do poder público municipal de Tabatinga e Leticia não possa realizar-se de modo isolado. A infra-estrutura urbana é usada pela população internacional, do aeroporto à praça, da avenida à escola, do porto à energia, etc.

Uma paisagem bem característica das pequenas cidades é a presença de uma igreja, um templo. Forma espacial fundamental para a reprodução social, para a purificação do ser, o templo sempre teve, além de seu significado simbólico, um significado de referência espacial na organização interna da cidade. Geralmente central, ou ordenando uma centralidade a partir dela, a igreja, monumento imponente que se destaca no espaço construído, constitui com a praça, ou largo, um binômio semelhante ao do porto/mercado, sendo uma marca também das cidades da Amazônia, voltadas para o rio, lugar de chegada. Embora a torre da igreja não seja hoje o ponto mais alto da cidade, visto que foi superada pelas torres de telecomunicações, tão presentes quanto as igrejas, compõe o “cenário” das cidades ribeirinhas.

Na organização interna das cidades construídas às margens das rodovias da Amazônia e mesmo nas *company towns*, a distinção é flagrante, restando à igreja apenas o significado simbólico de lugar da fé. Pode até mesmo ser central, porém não está na entrada da cidade.

Em Tabatinga, a principal igreja católica da cidade, sede da Diocese do Alto Solimões, está fora do lugar. Como foi dito, Tabatinga surgiu no século XVIII às margens do rio Solimões, porém, como cidade sede de município, é recente, e, como cidade sede de uma importante organização militar que foi responsável pelas primeiras intervenções urbanas, como a abertura da Avenida da Amizade, colocou a Igreja e sua praça numa quadra paralela à avenida, desviando-se do eixo do rio. Portanto, não estando na frente da cidade, nem na principal avenida, a igreja não é ponto de convergência senão para os fiéis, nos dias de cerimônia, cumprindo sua função, irradiando a partir de si não a estrutura da cidade, mas somente a fé. Por isso mesmo, deslocalizada, ninguém a vê, não se destaca. Do mesmo modo, a praça da igreja não é ponto de encontro rotineiro da população.

Do outro lado da fronteira, na cidade de Letícia, a igreja, juntamente com a praça, o quartel, a prefeitura, o porto da marinha e o Banco da República representam a organização do espaço pelo Estado: são centrais, referência, ponto de encontro, lugar de demonstração cívica e dos desfiles militares. A cidade abriga, enfim, uma quadra de esportes, outra forma espacial tão importante para a reprodução social quanto a Igreja.

Para descrever e analisar o último lugar que caracteriza Tabatinga, o ponto de droga, é necessário, antecipadamente, abordar algumas questões bem gerais para que se não confunda a imagem da cidade e de seus habitantes com o consumo de drogas.

A condição locacional fronteiriça de Tabatinga faz dessa cidade, como diversas cidades fronteiriças do Brasil e do mundo, lugar de passagem, de mudança de soberania, normas, ordens, leis e regras. Esses lugares sempre estiveram sob a vigilância do Estado (e mesmo antes dele) porque é ponto de escape, de fuga em ações que transgridem a institucionalidade, a legalidade. Transpor uma fronteira sempre exigiu controle, visto que, do ponto de vista do Estado, o outro lado pode constituir-se em ameaça, perigo. Do outro lado, podem vir doenças, contrabando, armas, drogas e bandidos. Para a sociedade, no entanto, a

percepção pode ser literalmente oposta. Nem mesmo o discurso e as ações dos Estados no sentido de eliminar barreiras para aumentar a fluidez acabam com o controle do trânsito, sendo a permeabilidade da fronteira constantemente controlada.

Eleger o “ponto de droga” como um lugar que caracterizaria Tabatinga pode, evidentemente, trazer pesadas conseqüências para a cidade. No entanto, como se alertou acima, é importante desvincular a vida dos moradores da imagem construída sobre um determinado lugar. Essa associação é bastante comum. Daí o perigo da generalização (HELLER, 1986).

As diversas drogas ou substâncias alucinógenas estão submetidas à legislação de cada Estado nacional, que regulamenta seu uso ou sua proibição, estabelecendo graus variados de penalidades. O uso de drogas ampliou-se de modo substancial, sendo raras as cidades, situadas ou não na fronteira, que não têm pontos de venda. Assim, queremos colocar os pontos de drogas no mesmo patamar de outras formas espaciais, apresentando as suas particularidades.

Certamente a primeira marca dessa forma é a sua invisibilidade, pois, sendo uma atividade ilegal, clandestina, não pode aparecer como outros objetos. Dissimulada entre outras tantas atividades nas cidades, a “boca”, ao contrário das demais atividades comerciais, não se submete à mesma lógica de localização no espaço urbano, comandada pela renda da terra. Embora proscrito, o ponto de venda de drogas, como ponto de uma rede de narcotráfico, gera fluxos em torno de si, recebendo consumidores ou sendo base para a distribuição ambulante. Não necessita, portanto, ser central. Desse modo, sua localização depende da própria localização dos órgãos repressores.

Outra marca do ponto de droga é a sua mobilidade, causada por pelo menos dois fatores: o primeiro é a ação dos órgãos de repressão que “estouram”, desmontam os pontos para desarticular a rede, forçando uma mudança de lugar; o outro é a própria concorrência com outros grupos, que leva à clara definição dos “territórios” para a venda e a distribuição. Essa talvez seja a principal lógica da localização dos pontos de droga.

Enfim, se considerarmos a escala geográfica, essa forma espacial pode ser representada, tal qual a igreja, em diversos níveis, do local ao mundial, em virtude da complexa rede que se constitui em torno dessa

atividade. Dessa rede fazem parte plantadores, transportadores, diversos agenciadores, comerciantes e distribuidores, cada um ocupando um lugar na larga cadeia, até chegar ao consumidor, na base da rede.

Embora não se conheça oficialmente a quantidade de pontos de droga, segundo uma estimativa da Polícia Federal, haveria cerca de uma centena de pontos distribuídos na cidade. Mesmo que o número não seja exato, é preocupante o fato de Tabatinga abrigar uma população jovem significativa, que tem se constituído em alvo fácil não apenas para o consumo, mas também para o transporte de droga para outros lugares. Nesse caso, a condição fronteiriça com a Colômbia é a questão que mais exige atenção constante do Estado brasileiro. Aqui a fronteira aparece com o seu significado mais forte de barreira e vigilância.

Conclusão

Tomar o território como principal referência para compreender uma cidade significa concebê-lo não somente como simples abrigo de características naturais ou como área, jurisdição de uma entidade territorial. Significa também ir além da antiga concepção de região como espaço contíguo e submeter o território ao império das redes e dos fluxos que se constituem em diversas escalas, com diversas intensidades. A densidade técnica dos territórios expressa pelas formas espaciais é um fator importante na definição do papel que cada cidade exerce na configuração territorial.

Diante disso, procuramos compreender uma cidade na Amazônia que, como tantas outras, apresenta condições locacionais e formas espaciais próprias, o que lhe confere singularidade. Tabatinga, como cidade de fronteira – talvez sua mais importante condição locacional –, tem em sua paisagem urbana as formas espaciais próprias de sua localização. Abriga, do mesmo modo, marcas comuns a diversas cidades localizadas na região amazônica, o que faz dela uma cidade ribeirinha. Se a difusão dos meios de telecomunicações e de transporte rápido causou uma verdadeira compressão espaciotemporal, o tempo lento do barco convive com a velocidade imposta pelas ondas tecnológicas.

Enfim, descrevemos lugares comuns da vida cotidiana de uma cidade na Amazônia, também marcada pelo entorno florestal e pelo porto, com os barcos de pesca e produtos da floresta.

Referências

BECKER, Berta. Fronteira e urbanização repensadas. In: Becker, B. Miranda, M.(org.) Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro; EDUFRJ, 1990.

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. RJ: Ed. Garamond, 2004.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2000.

CLARK, Colin. Les conditions du progrès économique, PUF, Paris, 1960.

CORRÊA, Roberto. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set.1987.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Interações espaciais. In: CORRÊA, Roberto (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p.279 ...-318...

DIAS, Catharina. Sistema urbano. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Sergraf, 1977, v. 1. p 273. ...-321..

DOMINGUEZ,C. et alli- El hombre y su médio. Leticia, Universidad Nacional de Colombia, 1999.

GETIS, Arthur e GETIS, Judith. A Teoria dos lugares centrais de Christaller. In *Orientação*, nº 5. Instituto de Geografia USP, São paulo, 1984.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: UFF Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Território, territórios*. Niterói, 2002. p. 17-38.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Petrópolis: Paz e Terra, 1986.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras,1995.

NOGUEIRA, Ricardo. Amazonas: um Estado ribeirinho. Manaus: Edua, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPIX, J. e Martius. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

SPOSITO, Maria E. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

TRINDADE, S. C.; Rocha, Gilberto. *Cidades e empresas na Amazônia*. Belém: Cejup, 2000.

VELHO, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão de territorialidades imbricadas¹

Kazuo Nakano²

Tendências da urbanização amazônica

A urbanização na Amazônia Legal é tema de destaque nas discussões sobre as transformações na maior floresta tropical do planeta. Tal destaque deve-se aos impactos provocados pelos padrões de desenvolvimento regional, baseados em concentrações urbanas, cujos núcleos maiores registram ritmos acelerados de crescimento populacional. A Tabela 1, abaixo, mostra a evolução das taxas de urbanização nos Estados da região.

Ao longo das três últimas décadas do século XX, as taxas de urbanização nos Estados da Amazônia Legal foram crescentes, apesar de estarem abaixo da taxa nacional, com exceção do Amapá, que registrou 89% em 2000. Nesse ano, mais da metade da população daqueles Estados vivia em zonas urbanas.

1 Este trabalho é resultado de um serviço de assessoria técnica contratado pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Tal assessoria foi desenvolvida pelo Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais –, por intermédio de uma equipe formada por Anderson Kazuo Nakano, Francisco de Assis Comaru, Nelson Saule Júnior e Thais de Ricardo Chueiri. Convém ressaltar que o trabalho foi realizado em parceria técnica com a equipe do Projeto Alto Rio Negro do Instituto Socioambiental, constituída de Alberto Ricardo, Natalie Unterstell, Raul da Silva Telles, Renata Alvez e Rosemeire Sacó.

2 Arquiteto urbanista do Pólis – Institutos de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Tabela 1 – Evolução das taxas de urbanização nos Estados da Amazônia Legal (1970-2000) (em %).

Estado	1970	1980	1991	2000
Acre	27,8	44,2	61,9	66,4
Amapá	54,8	59,1	80,9	89,0
Amazonas	42,6	60,2	71,4	74,8
Maranhão	25,4	31,6	40,0	59,5
Mato Grosso	39,1	57,5	73,2	79,4
Pará	47,2	48,5	50,4	66,5
Rondônia	51,9	47,6	58,2	64,1
Roraima	43,1	60,5	64,6	76,1
Tocantins	25,1	40,1	57,7	74,3
Amazônia Legal	35,7	44,6	54,5	68,2
Brasil	56,0	67,7	75,5	81,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaboração: Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

O crescimento das cidades deverá diminuir nas próximas décadas, considerando a desaceleração no ritmo de crescimento da população urbana (ver Tabela 2, abaixo). Tal tendência está associada, de uma maneira geral, à diminuição da taxa de crescimento populacional do país como um todo e à redução dos fluxos migratórios nacionais para a região. Porém, no período de 1991 a 2000, os Estados do Amapá, Maranhão, Pará, Roraima e Tocantins registraram taxas anuais maiores do que 5%, superiores à taxa brasileira na década de 70, 4,48%, período de grande expansão periférica nas grandes cidades. As taxas menores, registradas em Mato Grosso e em Rondônia – 3,31% e 3,32% respectivamente –, estão acima da taxa nacional. Assim, podemos afirmar que, apesar da desaceleração no crescimento da população urbana nos Estados da Amazônia Legal, a tendência de crescimento das cidades manter-se-á nos próximos anos. A migração intra-regional, marcada pelos deslocamentos das pessoas em direção aos grandes, médios e pequenos núcleos urbanos, reforça essa tendência de urbanização da floresta.

Tabela 2 – Taxa geométrica de crescimento anual da população urbana nos Estados da Amazônia Legal (1970-2000) (em %).

Estados	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Acre	8,41	6,01	4,09
Amapá	5,25	7,41	6,84
Amazonas	7,82	5,10	3,82
Maranhão	5,32	3,89	6,09
Mato Grosso	10,88	7,43	3,31
Pará	5,08	3,96	5,19
Rondônia	14,74	9,63	3,32
Roraima	10,72	9,85	6,54
Tocantins	8,19	5,45	5,49
Amazônia Legal	6,74	5,21	4,83
Brasil	4,48	2,78	2,44

Fonte: IBGE. Censos demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaboração: Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

Em termos espaciais, a urbanização da Amazônia Legal não é expressiva. Isso explica a baixa densidade demográfica da região: 4,14 hab./km². A Tabela 3, abaixo, mostra o Estado do Maranhão como o único da região com urbanização um pouco maior do que 0,1% da sua área total. Os demais encontram-se abaixo desse patamar. Afirma, porém, Berta Becker em entrevista:

a urbanização se mede não só pelo crescimento e multiplicação das cidades, mas também pela difusão dos valores urbanos pela população rural, por meio das redes de telecomunicações e da mobilidade de trabalho. Quem faz trabalho na cidade e no campo, sazonalmente, se move daqui para lá, de lá para cá, e vai aprendendo, vai absorvendo os valores urbanos (FIORAVANTI, 2004, p. 1).

Tabela 3 – Área urbanizada nos Estados da Amazônia Legal (2000-2001).

Estados	Área total do Estado (km ²)	Área urbanizada em 2000-2001 (km ²)	%
Acre	153149,9	49,5	0,03
Amapá	143453,7	69,3	0,05
Amazonas	1577820,2	395,1	0,03
Maranhão	333365,6	512,3	0,15
Mato Grosso	906806,9	519,7	0,06
Pará	1253164,5	730,6460	0,06
Rondônia	238512,8	226,10	0,09
Roraima	225116,1	40,6610	0,02
Tocantins	278420,7	99,6133	0,04
Amazônia Legal	5109810,4	2642,92	0,05

Fonte: MIRANDA; GOMES; GUIMARÃES, 2005.

Entre espaços de poder e poderes sobre o espaço: uma referência teórica para problematizar a urbanização de São Gabriel da Cachoeira

Este texto baseia-se na experiência de elaboração do Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, desenvolvido durante o período de fevereiro a setembro de 2006. Essa experiência obedeceu às determinações previstas no artigo 40 da Lei Federal n.º 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade. Tais determinações obrigam parte das municipalidades brasileiras a construir esse instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Trata-se de municipalidades que se enquadram nas seguintes condições:

- a) municípios com mais de 20.000 habitantes;
- b) municípios que pretendam utilizar instrumentos de combate à ociosidade de propriedades urbanas previstos no artigo 182 da Constituição Federal de 1988;
- c) municipalidades de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento e aglomerações urbanas;
- d) municípios que se localizam em áreas de interesse turístico;

e) municípios que se encontram em áreas de influência de empreendimentos de impacto regional e nacional.

São Gabriel da Cachoeira enquadra-se na primeira condição, pois, segundo o Censo Demográfico de 2000, possuía pouco mais de 29.000 habitantes.

Neste artigo, nosso objetivo é examinar as territorialidades imbricadas nessa experiência de planejamento e gestão territorial participativa. São territorialidades instituídas juridicamente, por meio de circunscrições espaciais definidas por diferentes instâncias governamentais; são territorialidades produzidas também com base nos usos, nos significados e nas representações culturais de lugares das diferentes etnias indígenas que vivem no município. Esse ângulo de análise impõe-se pelas próprias características do município de São Gabriel da Cachoeira, marcado pela territorialização de diversas linhas políticas, jurídicas, institucionais, culturais, econômicas e espaciais.

Para melhor enquadramento teórico, vale a pena explicitar nosso entendimento do conceito de *territorialidades*. Esse conceito possui faces que revelam formas estáticas e dinâmicas de significação, domínio, apropriação e uso de determinados espaços. De um lado, pode ser expresso por meio de circunscrições espaciais estabelecidas jurídica e politicamente segundo objetivos, intenções e estratégias específicas; de outro lado, aparece nas relações dinâmicas pluridimensionais estabelecidas por diversos agentes que se apropriam dos elementos presentes num determinado espaço, em atendimento a diferentes necessidades.

A grande complexidade da produção de territorialidades deve-se à dinâmica que envolve atos de dominar e de resistir à dominação, atos de controlar e de resistir ao controle, atos de submeter e de resistir à submissão. Essa dialética entre práticas de poder e de contrapoder constitui a essência dos processos de produção das territorialidades estatais, governamentais, comunitárias, familiares, individuais, grupais, entre outras. Tais processos implicam práticas espaciais desenvolvidas por múltiplos atores sociais.

Andréas Novy, no seu livro *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil* (2002), fornece importantes elementos teóricos que nos ajudam a entender mais nitidamente essas relações dialéticas

que induzem a produção de determinadas territorialidades³. Utilizando a “teoria do poder que se orienta pela ação”, de Thomas Hobbes, e a “teoria do poder que se orienta segundo a estrutura”, de Michel Foucault⁴, Novy analisa o “espaço de poder” baseado na primeira e o “poder sobre o espaço” baseado na segunda.

A partir de Thomas Hobbes, Novy (2002, p. 30) conclui:

o poder é fundamentalmente inerente a todos os indivíduos. Mas há no espaço do poder apenas um ator que pode agir soberanamente: o Estado é o poder. Para ter *poder*, precisa-se controlar esse Estado, *tê-lo*, possuí-lo. Até hoje as teorias na tradição hobbesiana são caudatárias da visão do poder como um lugar a partir do qual se domina soberanamente.

Inspirando-se em Michel Foucault, Novy (2002, p. 33) refere-se ao “poder sobre o espaço como as forças que criam, constroem, reforçam, desvalorizam e destroem os espaços de poder. Trata-se de um poder estrutural”.

Nas relações dialéticas entre o “espaço de poder” e o “poder sobre o espaço”, acontecem os jogos de dominação e resistência que nada mais são do que os embates do poder com o contrapoder. Do ponto de vista da formação de territorialidades, essa dialética do poder envolve as relações mais ou menos tensas entre:

- a) os movimentos de criação de realidades jurídicas e institucionais que circunscrevem espaços sob poderes instituídos;
- b) as práticas que, voluntária ou involuntariamente, provocam o solapamento desses espaços instituídos de poder.

³ No prefácio desse livro de Andréas Novy, Paul Singer aponta como uma inovação metodológica na análise da história da formação econômica do Brasil, e de São Paulo em particular, a discussão sobre os jogos de poderes incorporados nas dimensões espaciais. Para Singer, Novy “usa muito criativamente a noção de que o poder só pode ser exercido sobre os outros dentro dum espaço, o qual delimita, de alguma maneira, sobre quem e de que forma é exercido” (NOVY, 2002, p. 16).

⁴ Roberto Machado, ao organizar o livro *Microfísica do poder* com textos, conferências e entrevistas de Michel Foucault, diz que, nos escritos desse filósofo, não há “uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais” (MACHADO, 1979, p. X).

Nessas relações, formam-se territorialidades imbricadas, que são produtos de conflitos, disputas, divergências e desencontros na formulação e na implementação dos instrumentos de planejamento e de gestão das formas de uso e apropriação dos espaços. As formações imbricadas de territorialidades sempre manifestam formas de espacialização de poderes e contrapoderes nas disputas por localizações. Para resumir, cabe reproduzir aqui um quadro síntese preparado por Novy na obra citada. Esse quadro mostra “o dualismo clássico de espaço e poder em Hobbes e Foucault”.

	ESPAÇO DE PODER	PODER SOBRE O ESPAÇO
	Hobbes	Foucault
Pergunta:	Quem tem poder onde?	Como o poder atua onde?
Concepções fundamentais da teoria do espaço:	Território Receptáculo	Espaço de entrelaçamento Redes
Lugar do conflito:	“Palco”	“Campo”
Concepções fundamentais da teoria do poder:	Leviatã como corpo Mecânica do poder Atores	Panopticon como estrutura Campos de poder Estrutura/prática
Metódica:	Quantitativa	Pluralismo de métodos

Fonte: NOVY, 2002, p. 28.

Analisando esse quadro sintético, nota-se que Novy utiliza o termo “território” para designar somente o espaço hobbesiano no qual se exerce o poder soberano. Trata-se de um espaço delimitado, que funciona como o receptáculo das relações de poder. A concepção foucaultiana do espaço baseia-se na idéia de entrelaçamento. Trata-se do entrelaçamento de relações e práticas. Desse modo, propomos adotar o termo “territorialidades” num sentido biunívoco:

- a) como “espaços delimitados” definidos por poderes instituídos;
- b) como “espaços de entrelaçamento” de relações dinâmicas estabelecidas por outros tipos de práticas e de exercício de poderes.

As territorialidades não somente se configuram como o palco do poder, mas também constituem a ferramenta usada por esse poder e pelas práticas de contrapoder. Portanto, as territorialidades são não somente componentes instituídos segundo marcos jurídicos, mas também componentes ativos utilizados em práticas que tecem relações de diversas naturezas, em diversos campos e estratos. Nesse sentido, as territorialidades definem espaços operativos onde ocorrem relações dialéticas de poder e contrapoder.

É importante constatar ainda que, com base nessa dialética entre o “espaço de poder” e o “poder sobre o espaço”, acontece não somente a produção de um certo ordenamento territorial, mas também o solapamento, às vezes o colapso, desse ordenamento.

Em uma sociedade como a brasileira, marcada por profundas desigualdades econômicas entre a minoria rica e a grande maioria pobre – destituída não somente de renda, mas também de todo um conjunto de garantias capazes de assegurar os direitos sociais básicos, como saúde, educação e moradia, necessários para a construção da cidadania efetiva –, esse solapamento da ordem instalada em certos “espaços de poder” é um processo recorrente em diversos momentos da história. Tal solapamento da ordem, instaurador daquilo que Novy designa como uma “des-ordem”, é na verdade uma ação de resistência baseada em práticas de contrapoder. Nessa concepção, o que se denomina “des-ordem” não se limita a uma simples desorganização ou ao mais profundo caos; trata-se antes de uma prática política de confrontos entre os “espaços de poder” estabelecidos e as manifestações de “(contra)poderes sobre o espaço” que instauram, a partir de disputas e imbricações, novas territorialidades.

Até aqui enfatizamos as relações dialéticas entre o poder e o contrapoder como fatores que provocam a imbricação entre diferentes territorialidades. Em que pese a importância dessas relações, uma vez que as territorialidades são entidades eminentemente políticas, vale dizer que as imbricações entre territorialidades também ocorrem ao largo de conflitos e confrontos. Podem ocorrer, por exemplo, a partir de práticas paralelas, convergentes ou divergentes, no exercício do poder sobre um determinado espaço ou na instituição de um determinado espaço de poder.

As análises subseqüentes pretendem examinar as problemáticas relacionadas com as territorialidades imbricadas de São Gabriel da Cachoeira. Trata-se de imbricações entre territorialidades municipais, estaduais e federais, territorialidades socioculturais, territorialidades urbanas e rurais. São imbricações produzidas por vários agentes sociais que atuam, cada qual, segundo orientações, sentidos e interesses específicos. São instituições públicas ou privadas, instâncias governamentais, grupos sociais, comunidades, pessoas, lideranças, entidades da sociedade civil, organizações não governamentais, entre outros, que agem e interagem na produção de territorialidades com objetivos políticos e estratégicos próprios.

As análises dessas imbricações territoriais compõem as três partes deste texto. Na primeira parte, apresentamos as imbricações entre territorialidades definidas por exigências, normas, direitos e deveres estabelecidos pelas políticas nacionais de segurança nacional, de proteção ambiental e socioambientais, entre outras. São as territorialidades instituídas como Área de Interesse da Segurança Nacional, Faixa de Fronteira, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A segunda parte traz uma breve exposição das imbricações entre territorialidades simbólicas definidas com base em práticas e valores culturais. A terceira e última parte discute as imbricações entre territorialidades urbanas e rurais na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.

1 Imbricações entre territorialidades jurídico-institucionais

Localizado no extremo noroeste do Estado do Amazonas, conforme Mapa 1, abaixo, o município de São Gabriel da Cachoeira possui área igual a 109.669 km². É o terceiro maior município brasileiro em extensão e ocupa uma posição estratégica determinada por três fatores:

- a) a localização na fronteira tripla entre Brasil, Colômbia e Venezuela;
- b) a localização na bacia hidrográfica do Alto Rio Negro;
- c) a presença de diferentes etnias indígenas distribuídas por centenas de comunidades localizadas em diferentes pontos do território municipal.

Mapa 1 – Localização do município de São Gabriel da Cachoeira (2006).



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006.
Elaboração: Instituto Socioambiental - ISA

Esses fatores definem diferentes territorialidades jurídico-institucionais com objetivos e limites próprios. Trata-se de territorialidades que circunscrevem espaços delimitados, segundo critérios relacionados com a organização federativa do Brasil, a segurança nacional, a proteção de ecossistemas, a conservação e a preservação de recursos naturais e as garantias de direitos socioambientais dos povos indígenas.

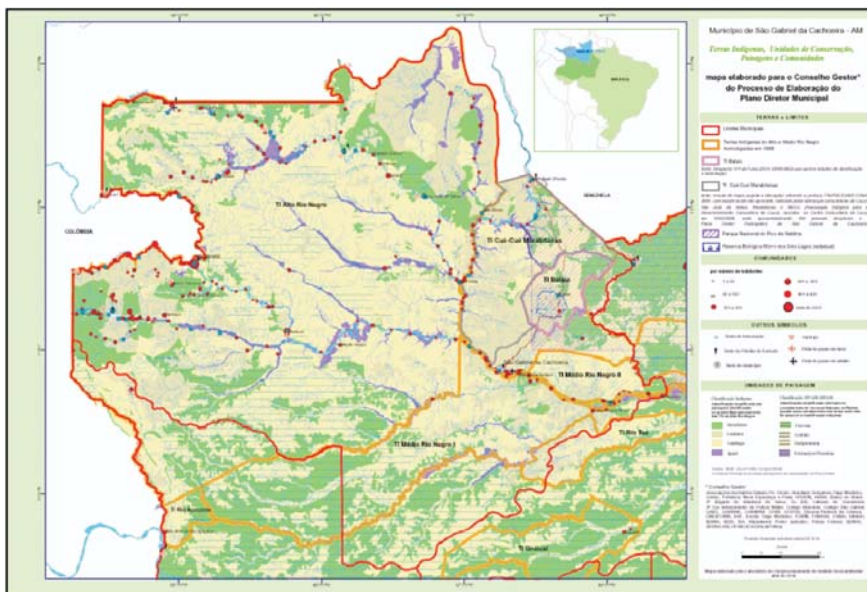
Em São Gabriel da Cachoeira encontramos territorialidades definidas pelos seguintes atos:

- a) instalação municipal;
- b) inserção municipal em Área de Interesse da Segurança Nacional;
- c) inserção municipal na Faixa de Fronteira;
- d) instituição da Unidade de Conservação Federal do Parque Nacional do Pico da Neblina;
- e) instituição da Unidade de Conservação Estadual Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos;
- f) instituição da Terra Indígena Alto do Rio Negro;

- g) instituição da Terra Indígena Médio Rio Negro I;
- h) instituição da Terra Indígena Médio Rio Negro II;
- i) instituição da Terra Indígena Balaio e Marabitana Cué-Cué (em processo de demarcação).

No Mapa 2, abaixo, podemos ver a imbricação e sobreposições entre as Terras Indígenas Balaio e Médio Rio Negro II (no município de Santa Isabel) e o Parque Nacional Pico da Neblina e Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, cada qual com suas zonas de amortecimento, que abrangem as terras indígenas vizinhas. Essa imbricação suscita vários problemas para o planejamento e a gestão dessas territorialidades, como, por exemplo, as contradições entre a garantia dos direitos e da autonomia dos povos indígenas e o estrito controle do uso e da ocupação do solo e dos recursos naturais naquelas unidades de conservação de proteção integral. Como compatibilizar esses objetivos? A proposta do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira prevê a gestão compartilhada pelos órgãos ambientais, pelas entidades da sociedade civil e pelos povos indígenas que vivem no local.

Mapa2 – Limites municipais, terras indígenas, comunidades indígenas e unidades de conservação de São Gabriel da Cachoeira (2006).



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006. Elaboração: Instituto Socioambiental - ISA

Na seqüência, examinamos as normativas que incidem nas territorialidades imbricadas em São Gabriel da Cachoeira. Trata-se, não de um exame profundo, mas de apontamentos suficientes para demonstrar diferentes dimensões do poder instituído que podem afetar a realidade de São Gabriel da Cachoeira com maior ou menor intensidade.

1.1 A instalação do município de São Gabriel da Cachoeira

O município de São Gabriel da Cachoeira foi instalado no dia 3 de maio de 1938. Esse ato define uma territorialidade que faz parte do sistema político-administrativo do país. Trata-se de um sistema descentralizado, em que o município representa a instância local de governo com a menor abrangência territorial dos níveis do poder público. Essa descentralização implica a distribuição de poderes entre agentes institucionalizados nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal distribuição acarreta a repartição de recursos e responsabilidades para atender demandas sociais, econômicas e ambientais locais.

Nos termos do artigo 30 da Constituição Federal de 1988, os municípios devem ofertar serviços básicos de saúde, educação, transporte coletivo, saneamento básico, entre outros. Devem ainda legislar sobre assuntos de interesse local, como, por exemplo, a promoção da política urbana baseada em adequado ordenamento territorial, regulação do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano e proteção do patrimônio histórico cultural local. O plano diretor é o instrumento básico da política urbana municipal. Deve ser elaborado e implementado com participação cidadã.

Ao município cabe ainda aplicar, respeitar e suplementar a legislação federal e estadual no campo das políticas socioambientais. Nesse sentido, o município deve auxiliar no combate à poluição e na proteção de ecossistemas, recursos naturais e direitos das populações tradicionais.

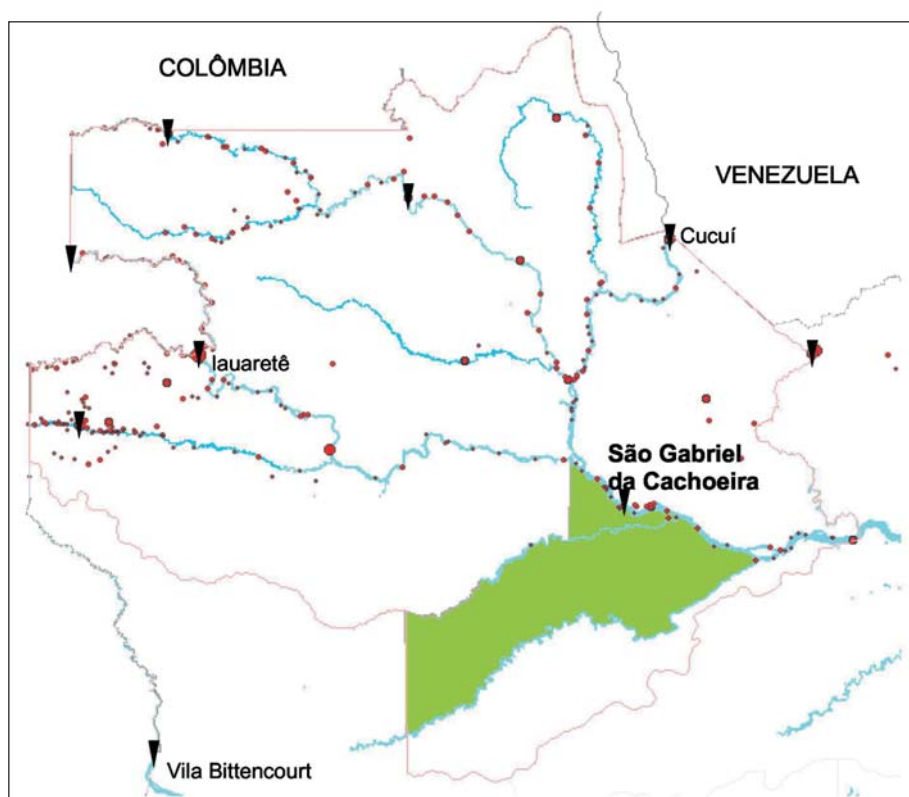
1.2 A inserção de São Gabriel da Cachoeira na Área de Interesse da Segurança Nacional

O município de São Gabriel da Cachoeira insere-se, segundo a Lei Federal n.º 5.449/1968, em Área de Interesse da Segurança Nacional, cujo objetivo é proteger as fronteiras e os interesses do Brasil. A inserção

de São Gabriel da Cachoeira nessa área estratégica implica uma forte presença das forças armadas brasileiras, principalmente do Exército e da Aeronáutica.

O município é sede do Comando de Fronteira do Rio Negro e do 5.º Batalhão de Infantaria da Selva, com efetivo aproximado de 1.500 militares. Em reconhecimento da importância da região amazônica para o país e para o mundo, o Exército planeja aumentar esse efetivo a fim de reforçar os oito pelotões instalados e intensificar o controle nas fronteiras brasileiras (PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006). O Mapa 3, abaixo, mostra o posicionamento estratégico desses pelotões localizados perto das principais calhas de rios.

Mapa 3 – Localização dos pelotões do Exército em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006.
Elaboração: Instituto Socioambiental - Isa

O contingente de militares instalado no local atua também no Hospital Geral da Guarnição, localizado na sede urbana do município. Grupos específicos, que compõem a 1.^a Companhia de Engenharia de Construção do 1.º Batalhão de Engenharia de Construção, dedicam-se à execução das obras de edificações e de infra-estrutura do Exército, principalmente no âmbito do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa.

A Aeronáutica também está presente em São Gabriel da Cachoeira. Ela mantém um Destacamento do IV Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego (CINDACTA), que faz parte do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e é responsável pela operação e pela manutenção do radar instalado na sede urbana do município, nas margens do rio Negro. A Aeronáutica prevê a instalação de uma Base Aérea no Aeroporto local com a finalidade de agilizar e reforçar a segurança fronteiriça.

O projeto do SIVAM foi criado em 1990 pela Presidência da República, com gerenciamento conjunto dos Ministérios da Aeronáutica, da Justiça e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A proposta do Plano Diretor prevê a utilização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) como instrumentos para incluir instâncias do governo e sociedade local na análise e na discussão sobre empreendimentos das forças armadas.

1.3 A inserção de São Gabriel da Cachoeira na Faixa de Fronteira

A territorialidade definida pela Faixa de Fronteira tem relação direta com a segurança nacional. Foi instituída pela Lei Federal n.º 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto n.º 85.064/1980. A territorialidade da Faixa de Fronteira é definida por uma linha paralela à divisa do Brasil com os países limítrofes, com largura equivalente a 150 km.

A delimitação da Faixa de Fronteira define a área onde a apreciação e o assentimento da Secretaria Geral (SG) do Conselho de Segurança Nacional (CSN) são necessários nos seguintes casos:

- a) alienação e concessão de terras públicas em Faixa de Fronteira por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- b) execução de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira;

- c) realização de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais na Faixa de Fronteira segundo prescrições do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- d) realização de atividades de colonização e loteamentos rurais na Faixa de Fronteira por intermédio do INCRA;
- e) transação comercial de imóveis rurais envolvendo estrangeiros na Faixa de Fronteira;
- f) participação de estrangeiros em pessoa jurídica brasileira que seja titular de direito real sobre imóvel rural localizado na Faixa de Fronteira;
- g) solicitação de recursos financeiros, por parte da Prefeitura Municipal, para execução de obras públicas na Faixa de Fronteira.

A inserção de São Gabriel da Cachoeira nessa territorialidade implica uma certa onipresença do Conselho de Segurança Nacional no município. Uma onipresença que interfere no planejamento e na gestão territorial, uma vez que esse órgão atua diretamente em questões fundiárias e econômicas. Essa onipresença é complementada pela presença física das forças armadas mencionadas anteriormente e determinada pela inclusão do município em Área de Interesse da Segurança Nacional.

O Plano Diretor não tem o poder de mudar essas determinações federais. Porém, pode instituir espaços de relação entre diferentes instâncias da federação. Em São Gabriel da Cachoeira, foi proposta a criação de uma Câmara Federativa como parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, que compõe o sistema municipal de planejamento e gestão territorial. Essa Câmara poderá tratar de vários assuntos que envolvem articulações federativas. Em uma realidade marcada por imbricações entre territorialidades jurídico-institucionais administradas por instâncias municipais, estaduais e federais, tais articulações são de suma importância.

1.4 A instituição da Unidade de Conservação Federal Parque Nacional do Pico da Neblina e da Unidade de Conservação Estadual Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal n.º 9.985/2000, é um dos componentes mais importantes da Política Nacional de Meio Ambiente. Segundo essa Lei Federal, a unidade de conservação é assim definida:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A criação do Parque Nacional Pico da Neblina e da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos em São Gabriel da Cachoeira, com áreas de 2.260.344 ha e 36.900 ha, respectivamente, define territorialidades para a proteção integral dos ecossistemas naturais, das belezas cênicas e da diversidade biológica e socioambiental existentes. Aquelas unidades de conservação foram instituídas, respectivamente, pelo Decreto Federal n.º 83.550/1979 e pelo Decreto Estadual n.º 12.836/1990.

Segundo a Lei Federal do SNUC, os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas são de domínio público, devem ter um plano de manejo e contar com um conselho consultivo em seu sistema de gestão. Os Parques Nacionais podem acolher pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. As Reservas Biológicas não podem ter interferência humana direta ou modificações ambientais, “excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”. Os planos de manejo devem ser participativos, abranger os espaços subterrâneos e aéreos das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento. Os conselhos consultivos devem ter representantes governamentais e da sociedade civil.

O Parque Nacional Pico da Neblina e a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos ainda não possuem planos de manejo e conselhos consultivos, o que demonstra a limitação da capacidade de gestão dos órgãos públicos responsáveis. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que possui um pequeno escritório na sede urbana de São Gabriel da Cachoeira, é responsável pelo Parque, enquanto o governo estadual do Amazonas é responsável pela Reserva.

Os conflitos entre garimpeiros e comunidades indígenas no Parque Nacional Pico da Neblina foram intensos no passado. Hoje estão reduzidos. Porém, a abertura desse Parque para visitação, impossibilitada

atualmente pela falta de um plano de manejo, poderá reavivar conflitos com as comunidades indígenas Yanomami que vivem no local.

A Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos guarda a maior reserva de nióbio do mundo. Esse mineral é importante para o enriquecimento de metais. Esse dado pode ser um fato gerador de conflitos no futuro.

O Plano Diretor não pode alterar as determinações estabelecidas pelas Unidades de Conservação estadual e federal. Deve respeitar essas determinações no planejamento e na gestão do território municipal. Os planos de manejo dessas Unidades de Conservação deverão levar o Plano Diretor em conta, especialmente nas propostas para a zona de amortecimento.

1.5 Terra Indígena Alto do Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Balaio e Marabitana Cué-Cué

São Gabriel da Cachoeira tem 80% do seu território demarcados com as seguintes Terras Indígenas:

- a) Terra Indígena Alto Rio Negro, localizada integralmente no município;
- b) Terra Indígena Médio Rio Negro I, que abrange parte do município de Japurá;
- c) Terra Indígena Médio Rio Negro II, que abrange parte do município de Santa Isabel.

As demarcações dessas Terras Indígenas datam da década de 90 do século XX. Com a futura demarcação da Terra Indígena Balaio, cujo relatório antropológico já foi publicado no Diário Oficial da União, e da Terra Indígena Marabitana Cué-Cué, que se encontra em discussão, São Gabriel da Cachoeira terá 90% do seu território demarcados com Terras Indígenas. No processo de elaboração do Plano Diretor do município, durante o primeiro semestre de 2006, houve oposição à demarcação dessa última área, que se estende ao longo do Alto Rio Negro e configura uma espécie de corredor que atinge a fronteira da Venezuela. Vereadores, membros do Poder Executivo Municipal e comerciantes alegaram a necessidade de manter esse corredor como área para a expansão urbana a longo prazo.

As Terras Indígenas baseiam-se na Lei Federal n.º 6.001/1973 – o Estatuto do Índio – e no artigo 231 da Constituição Federal de 1988,

segundo o qual são aquelas habitadas pelos povos indígenas “em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Uma vez concluído o processo de demarcação, as Terras Indígenas passam a ser bens da União. Porém, os índios têm sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

O direito de usufruto exclusivo garante aos índios a possibilidade de utilizarem, sem ter de repartir com terceiros, os recursos naturais necessários à sua sobrevivência.

Segundo o parágrafo 4.º do artigo 231 da Constituição Federal, as Terras Indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Segundo o parágrafo 6.º desse artigo, qualquer ato ou negócio jurídico que permita o aproveitamento das terras ou de seus frutos por parte de terceiros é nulo de pleno direito, não produzindo efeitos ou qualquer direito à indenização. Garante ainda a Constituição Federal:

as Terras Indígenas devem conter as áreas habitadas permanentemente pelas comunidades (locais onde estão as aldeias), as utilizadas para suas atividades produtivas (roças perto e longe das aldeias), as dotadas de recursos ambientais necessários ao seu bem-estar (lagos e rios para pesca; áreas de caça e coleta) e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (locais usados para cerimônias, antigos cemitérios e outras áreas importantes para aquela determinada etnia) (PMSGC; INSTITUTO PÓLIS (1), 2006, p. 43).

A proposta do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira incorpora os direitos originários dos povos indígenas a seus conteúdos, alinhando-se ao marco jurídico nacional por meio da Macrozona Terras Indígenas, que se justapõe às Macrozonas Rural e Urbana.

2 imbricações entre territorialidades socioculturais

São Gabriel da Cachoeira apresenta imbricações entre territorialidades constituídas também a partir de processos dinâmicos de

apropriação e transformação de lugares, objetos e recursos ambientais. Trata-se de territorialidades produzidas por práticas socioculturais que se inscrevem nas circunscrições estabelecidas por atos jurídico-institucionais, que definem os espaços de poder e de atuação de autoridades públicas. As práticas socioculturais incluem ações de resistência que procuram definir outras formas de poder sobre o espaço.

Nesta parte do trabalho, apresentamos imbricações entre territorialidades socioculturais produzidas pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) como tática de organização coletiva para o fortalecimento das comunidades e associações indígenas existentes em diversos pontos do município. Apresentamos também imbricações entre territorialidades urbanas e culturais existentes na sede urbana de São Gabriel da Cachoeira.

Importa dizer que as significações de lugares com base em valores e narrativas culturais também definem territorialidades, mesmo quando imbricadas com territorialidades produzidas pela urbanização. Identificar essas territorialidades exige uma cartografia de lugares simbólicos a partir de um inventário das narrativas culturais.

2.1 As territorialidades da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

São Gabriel da Cachoeira é um local com grande diversidade étnica. Possui 22 diferentes etnias indígenas que falam mais de 20 línguas pertencentes a quatro troncos lingüísticos como, por exemplo, Tukano, Aruak e Maku. As etnias que vivem no município são: Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Potiguá, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami.

Esses grupos indígenas distribuem-se em pequenas comunidades e associações indígenas localizadas em pontos dispersos no município. São mais de 500 comunidades implantadas perto das principais calhas de rios, que são importantes fontes de alimentos e servem como verdadeiras vias líquidas usadas para o deslocamento diário das pessoas e para o transporte de bens e mercadorias. Em São Gabriel da Cachoeira, diz-se que *a vida corre pelos rios*. É comum ver o ir e vir de voadeiras, bongos e

barcos de diferentes tipos utilizados pelos moradores, pelas instituições públicas e pelas entidades da sociedade civil na realização das suas atividades cotidianas. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Fundação Nacional do Índio, o Exército, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, as secretarias municipais, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o Instituto Socioambiental (ISA), entre outras, viajam constantemente pelos grandes rios do município para, por exemplo, realizar atividades nas comunidades indígenas, levar e trazer equipes técnicas, transportar alimentos.

As propostas do Plano Diretor incluem a realização de estudos, no âmbito do Plano Municipal de Mobilidade, para a implantação de um sistema integrado de transporte fluvial que integre as diferentes partes do município.

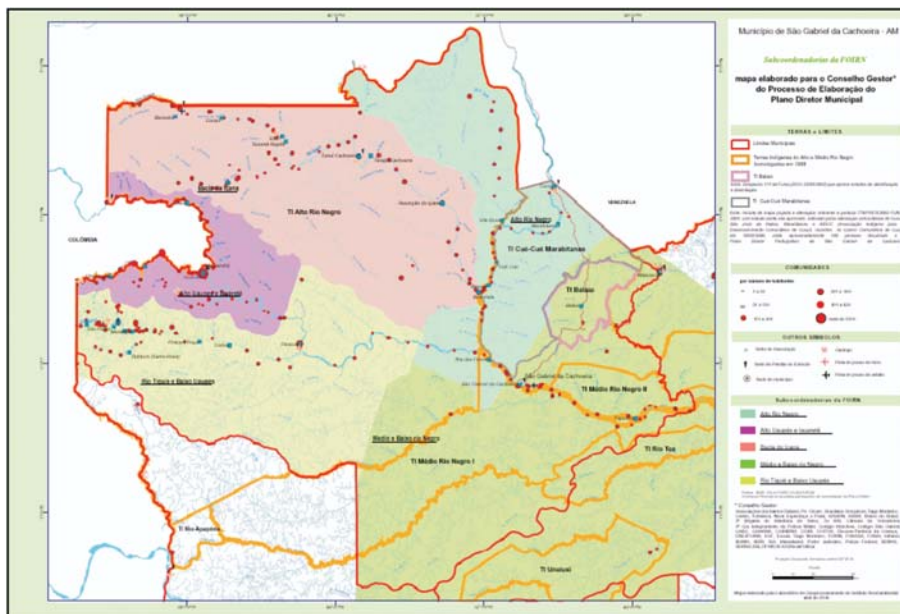
As territorializações das diferentes etnias indígenas na bacia hidrográfica do Rio Negro possuem nuances cujo detalhamento não faz parte dos objetivos deste trabalho. Tais territorializações demonstram direitos a determinados espaços que fazem parte das identidades coletivas em que se baseiam as demarcações das Terras Indígenas examinadas anteriormente. É interessante verificar algumas identificações significativas, como, por exemplo, os Baniwas e as áreas próximas do rio Içana, localizadas na porção noroeste do município. Ou ainda o Triângulo Tukano, nas áreas próximas do rio Uaupés, localizadas na porção oeste do município, onde está o núcleo urbano de Iauareté, com cerca de 8.000 habitantes.

As territorialidades socioculturais daquelas comunidades e das associações indígenas de diferentes etnias constituem-se em instrumentos de organização para o fortalecimento coletivo. Essas territorialidades ganham importância maior quando consideramos a opressão sofrida pelos grupos indígenas ao longo da história do Brasil. Em São Gabriel da Cachoeira, essas territorialidades orientam a organização da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1987 para lutar pela demarcação das Terras Indígenas na região do rio Negro. A FOIRN, composta por mais de 40 associações indígenas, objetiva promover a saúde, a educação, a auto-sustentação, a autonomia, a cultura, a medicina tradicional e a melhora das condições de vida dos povos indígenas dessa região. Para

alcançar esses objetivos, realiza parcerias com instituições governamentais, como a FUNASA e o governo estadual do Amazonas, e não governamentais, como o ISA.

A FOIRN trabalha com cinco territorialidades definidas com base nas relações políticas e culturais entre as diferentes etnias indígenas. O Mapa 4, abaixo, mostra essas territorialidades que subdividem São Gabriel da Cachoeira em áreas que agrupam comunidades por trechos de rios: Alto Rio Negro, Alto Rio Uaupés e Iauaretê, Bacia do Rio Içana, Médio e Baixo Rio Negro e Rio Tiquié e Baixo Rio Uaupés.

Mapa 4 – Territorialidades da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006. Elaboração: Instituto Socioambiental – ISA.

Vale notar que a territorialidade do Médio e Baixo Rio Negro, assinalada em verde escuro, estende-se para além dos limites de São Gabriel da Cachoeira, avançando sobre o município vizinho de Santa Isabel.

Cada territorialidade da FOIRN possui uma coordenadoria composta por quatro pessoas escolhidas em assembléias comunitárias.

Os membros dessas coordenadorias possuem mandato de quatro anos e devem fazer a intermediação entre a direção da FOIRN e as comunidades e associações de base. Essa direção é composta por um representante de cada uma das cinco territorialidades mencionadas anteriormente. Esses representantes são diretores e também são escolhidos em assembléias de base, junto com os membros das coordenadorias, que, por sua vez, escolhem, entre os diretores, o presidente da FOIRN, cujo mandato também é de quatro anos.

Essa estrutura descentralizada ajuda a “capilarizar” a presença da FOIRN, baseada na sede municipal, em todos os lugares do município. Essa capilaridade socioterritorial é muito importante para realizar mobilizações, promover discussões sobre temas estratégicos e de interesse dos povos indígenas, implementar projetos, desenvolver a capacidade de planejamento e gestão social das associações membros da Federação. Acima de tudo, essa capilaridade ajuda na relação entre as etnias indígenas e no fortalecimento de ações conjuntas.

A sede da FOIRN, com suas instalações administrativas, garagens para barcos e a grande maloca construída com materiais e técnicas tradicionais, serve como lugar para reuniões, hospedagem e apoio logístico para as associações indígenas, oferecendo comunicação radiofônica, materiais de escritório, contabilidade, barcos com motor a diesel, etc.

A proposta do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, em tramitação na Câmara Municipal (outubro de 2006), adota as territorialidades da FOIRN como base para a descentralização e a democratização do sistema municipal de planejamento e gestão territorial. Propõe a instituição de regiões administrativas baseadas nessas territorialidades, que tiveram seus limites ajustados em alguns trechos. Prevê a instituição de Conselhos Regionais de Desenvolvimento Territorial e a elaboração de Planos Diretores Regionais para cada região administrativa. A escolha dos membros desses Conselhos deverá respeitar os usos, os costumes e as tradições das comunidades indígenas e poderá ser articulada com os processos de eleição dos coordenadores. Os Planos Diretores Regionais deverão ser elaborados com a participação das comunidades e conter previsão de investimentos prioritários e definição de um zoneamento socioambiental.

2.2 As territorialidades simbólicas no espaço urbano

A concentração de diferentes etnias indígenas em São Gabriel da Cachoeira determina territorialidades simbólicas baseadas nos significados culturais de lugares, objetos e elementos naturais existentes em diversas áreas do município, inclusive na sede urbana, onde famílias indígenas de diferentes etnias vivem com grupos não-índios que exercem atividades comerciais e atuam nas forças armadas, por exemplo.

O levantamento socioeconômico realizado por pesquisadores do Instituto Socioambiental (ISA; FOIRN, 2004) identificou a presença de 20 diferentes etnias indígenas nos bairros da cidade, com destaque para os Barés e Tukanos. Representantes dessas etnias explicam o significado de alguns lugares da cidade com base em narrativas míticas. Assim, narrativas que relatam acontecimentos míticos, como a captura da grande cobra ou a luta entre dois índios pelo amor da índia Adana, explicam o uso e a formação de ilhas, igarapés, rochas, cachoeiras, morros e buritizais, entre outros elementos (Mapa 5, abaixo). Essas narrativas, que misturam personagens humanos e animais, constituem a chave de acesso às dimensões simbólicas, imaginárias daqueles lugares que estão completamente envolvidos por espaços urbanos.

Esses lugares sofrem as intervenções físicas intrínsecas aos processos de urbanização. Muitas vezes, os elementos impregnados de sentidos culturais encontram-se ocultos ou destruídos por capas de asfalto, edificações e outros tipos de obras.

A proposta do Plano Diretor prevê a realização de um inventário das territorialidades simbólicas do município para recuperar seus elementos e revelar seus sentidos culturais por meio de registros e sinalizações. Propõe que essa ação obedeça à Lei Municipal n.º 145, de 11 de dezembro de 2002. Essa Lei dispõe sobre a oficialização no município das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa ao lado da língua portuguesa. O poder sobre espaços, muitas vezes em contraponto com espaços de poder, também se exerce por meio de ações simbólicas e culturais e por práticas concretas, funcionais, tangíveis, de intervenções físicas.

Mapa 5 – Localização das territorialidades simbólicas de São Gabriel da cachoeira (2006).



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006.
 Elaboração: Instituto Socioambiental - ISA

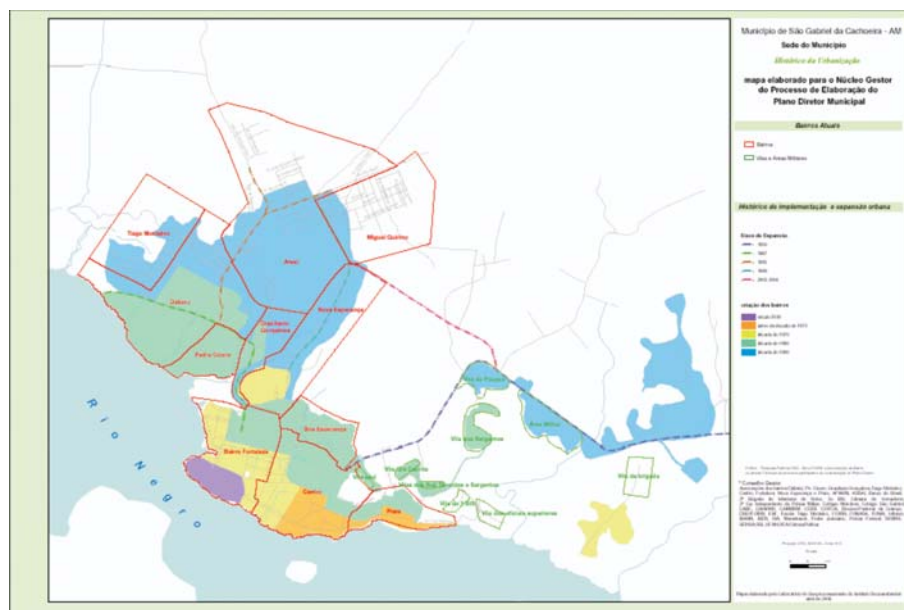
3 imbricações entre territorialidades urbanas e rurais

A imbricação entre territorialidades urbanas e rurais em São Gabriel da Cachoeira é o resultado da coexistência de diferentes processos de uso e de ocupação do solo com diferentes atividades, padrões construtivos e formas de manejo territorial. Ocorre, basicamente, em duas situações: na sede urbana do município e no núcleo de Iauareté, inteiramente localizado no interior da Terra Indígena Alto Rio Negro.

Neste trabalho, enfocamos somente a imbricação urbana e rural na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira. O Mapa 6, abaixo, mostra a evolução da mancha urbana nesse local, que se originou de um antigo forte militar, hoje inexistente, construído por militares da Coroa Portuguesa no século XVIII. Esse forte implantava-se no alto do atual morro da Fortaleza, assinalado em roxo, localizado estrategicamente no ponto

mais estreito do rio Negro, à margem esquerda, o que permitia o controle da passagem de embarcações estrangeiras que vinham da Venezuela.

Mapa 6 – Evolução da mancha urbana na sede urbana de São Gabriel da Cachoeira.



Fonte: PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006.
Elaboração: Instituto Socioambiental – ISA.

Junto do forte militar, foram construídos os assentamentos que originaram os bairros do Centro e Praia que se expandiram na década de 70, originando o bairro da Fortaleza. Nesse último, localizam-se dois portos importantes, que recebem embarcações usadas para transportar pessoas e mercadorias para as comunidades localizadas no interior do município. São os pontos de chegada na cidade para aqueles que vêm das demais regiões de São Gabriel da Cachoeira e de outros municípios.

Nesses assentamentos antigos, há quadras com um pequeno núcleo histórico, formado, por exemplo, pela antiga Câmara Municipal, pela casa do Prefeito e pelo conjunto da Diocese. O Plano Diretor incluiu esse patrimônio histórico na zona especial de interesse histórico e cultural, junto com as territorialidades simbólicas das culturas indígenas.

Ilustração 1 – Morro da Fortaleza, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Nas porções mais antigas dos bairros Fortaleza e Centro, perto dos imóveis de interesse histórico, localiza-se o conjunto residencial da Aeronáutica. Nessas porções urbanas, há certa concentração de instituições, serviços e residências, que se misturam com os poucos estabelecimentos comerciais instalados em construções de madeira ou de alvenaria. Não há muitas construções verticais nesses bairros mais antigos, em comparação com outras partes da cidade.

Na década de 80, o núcleo urbano cresceu com a construção de alguns assentamentos militares, com a formação de partes dos bairros Centro, Fortaleza, Dabaru e Graciliano Gonçalves e com a implantação dos bairros Nova Esperança e Padre Cícero. A formação desses bairros resultou da ocupação de áreas doadas ou comercializadas pela Igreja ou concedidas pela municipalidade.

Ilustração 2 – Patrimônio histórico nos assentamentos originais de São Gabriel da Cachoeira (2006).



Ilustração 3 – Quadras e construções da primeira expansão urbana de São Gabriel da Cachoeira (2006).

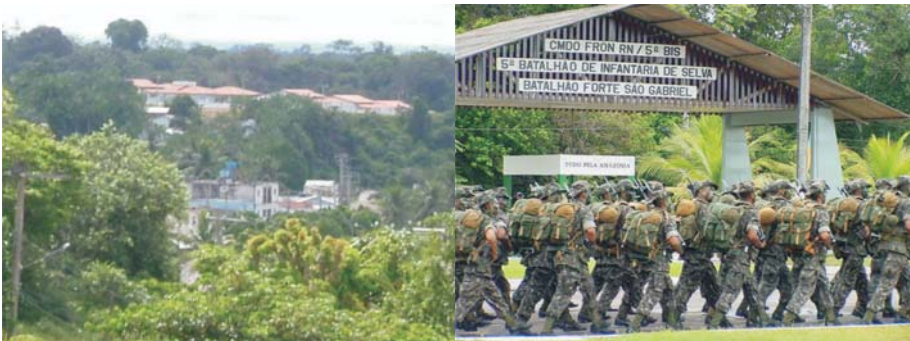


Ilustração 4 – Portos na sede urbana de São Gabriel da Cachoeira (2006).



Os assentamentos militares são formados por instalações e equipamentos do Exército e da Aeronáutica que se encontram no município. Esses assentamentos localizam-se a leste dos bairros centrais e ocupam terras doadas pela municipalidade. O acesso dá-se pela estrada que liga a cidade ao aeroporto de São Gabriel da Cachoeira e ao porto de Camanaus. A área do Exército, com suas vilas militares, seu refeitório, seu hotel de trânsito, entre outros estabelecimentos, possui grande extensão de terras desocupadas, cobertas por vegetação. O Plano Diretor incluiu essas áreas no perímetro urbano, como zona especial militar. Essa zona é atravessada por um igarapé de interesse ambiental, cuja proteção também foi proposta no Plano Diretor. A área da Aeronáutica também é pouco ocupada. Nela encontra-se o radar do SIVAM (CINDACTA IV).

Ilustração 5 – Vila militar e sede do 5º BIS do Exército em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Nas quadras dos bairros Centro e Fortaleza, que se formaram na década de 80, junto com o bairro Boa Esperança e Padre Cícero, estão as maiores concentrações comerciais da cidade. Segundo o levantamento socioeconômico realizado pelo ISA, os domicílios com comércio anexos correspondiam a 19,4% do total de domicílios pesquisados no Centro e a 17,1% no bairro da Fortaleza. Nessas quadras há edificações de três ou quatro pavimentos, de uso residencial ou misto, que se mesclam com construções térreas ou assobradadas edificadas em alvenaria e cobertas com laje pré-fabricada, capaz de receber mais um pavimento. Não há uma área com grande concentração de edificações mais altas, que estão

distribuídas esparsamente nas quadras mais centrais. Apesar de dispersas, sobressaem e marcam a paisagem urbana.

Ainda segundo o levantamento socioeconômico do ISA, os bairros Centro e Fortaleza registraram os menores percentuais de domicílios construídos com madeira – 45,97% e 49,71%, respectivamente –, o que evidencia um maior grau de consolidação urbana. Entre os demais bairros, somente Graciliano Gonçalves registrou percentual parecido: 48,61%.

Ilustração 6 – Construção verticais no bairro da Fortaleza e Centro, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Ilustração 7: Comércio no bairro da Fortaleza, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



O bairro Padre Cícero e partes dos bairros Dabaru e Graciliano Gonçalves são predominantemente residenciais. Há trechos comerciais nas vias de ligação com outros bairros. Segundo o levantamento

socioeconômico do ISA, com exceção dos bairros Graciliano Gonçalves e Praia, todos os outros bairros que se formaram na década de 80 tinham mais de 60% das suas casas construídas em madeira. De um modo geral, a sede urbana São Gabriel da Cachoeira é um assentamento de madeira.

Ilustração 8: Construção de madeira e área de lazer do bairro Dabaru, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Na década de 90, o núcleo urbano continua expandindo-se com a construção de novos assentamentos militares do Exército, a ampliação dos bairros Boa Esperança e Dabaru, a formação dos bairros Tiago Montalvo, Nova Esperança, Areal e a construção do conjunto habitacional Miguel Quirino. Esse conjunto foi construído graças a uma parceria do governo do município de São Gabriel da Cachoeira, que forneceu a área, e do governo do Estado do Amazonas, que se responsabilizou pelo projeto e pela construção das unidades habitacionais e da infra-estrutura. As habitações desse conjunto habitacional destinam-se às famílias indígenas que chegaram à cidade em busca de trabalho, renda e oportunidades educacionais para os filhos, principalmente no ensino secundário, que praticamente inexistem em outras partes do município.

Esse processo migratório do interior para a sede municipal continua em curso, causando impactos no crescimento da cidade. A expansão urbana desse período mostra o começo de um problema comum a praticamente todas as cidades brasileiras: o crescimento desordenado. Segundo o atual Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cultura,

Salomão Aquino, dois fatores provocam esse crescimento desordenado: “um são as ações do poder público, que abre lotes sem planejamento, e o outro são as ocupações de áreas públicas pela população, que invade roças e cria novos lotes” (PMSGC; INSTITUTO PÓLIS, 2006, p. 41).

Muitas famílias que vivem nesses bairros dependem das roças para obter boa parte da sua alimentação. Nessas roças, os membros das famílias, principalmente as mulheres, cultivam mandioca, banana, abacaxi, cupuaçu, açaí, limão, cará e batata-doce, entre outros produtos. Embora o conjunto habitacional Miguel Quirino goze da vantagem da proximidade das áreas de roças localizadas nos arredores da sede urbana, constata-se a baixa qualidade dos espaços urbanos, estruturados a partir de um traçado viário ortogonal. Nas quadras retangulares, parceladas em lotes de mais ou menos 300 m², distribuem-se as pequenas casas unifamiliares, iguais entre si, dispostas em filas alinhadas ao longo das ruas.

A localização periférica do conjunto habitacional repete o padrão da produção estatal de habitações para a população de baixa renda, reproduzido em cidades de todas as regiões do país: apesar da disponibilidade de terras ociosas na área urbanizada, implantação do conjunto em locais distantes do centro, sem infra-estrutura de saneamento básico e sem equipamentos comunitários adequados ao uso coletivo.

Ilustração 9: Conjunto habitacional dos bairros Areal e Miguel Quirino, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Na primeira década do século XXI, a expansão urbana continua, com a ampliação desse conjunto habitacional e com a ocupação das margens de igarapés que atravessam os espaços da cidade. Trata-se de ocupações com construções destinadas predominantemente à moradia,

feitas com estrutura e paredes de madeira ou de alvenaria, sustentadas por palafitas. O esgoto é lançado diretamente nos cursos d'água sem nenhum tratamento. Esse problema de saneamento ambiental é agravado pelo lixo, também jogado em alguns igarapés, o que provoca o acúmulo de detritos e resíduos sólidos que contaminam o meio ambiente urbano.

Ilustração 10: Ocupação junto dos rios e igarapés, em São Gabriel da Cachoeira (2006)



Na cidade de São Gabriel da Cachoeira, 72,8% do total de domicílios estavam ligados à rede de abastecimento de água (ISA; FOIRN, 2004). Nos bairros mais centrais, o percentual ultrapassa os 90%, chegando a quase 100% no Centro e na Fortaleza. Nos bairros periféricos, como Areal e Nova Esperança, o percentual de casas servidas é menor (57,80% e 32,91%, respectivamente).

Em 2005, o Departamento de Águas da Prefeitura registrou 1693 ligações na rede de distribuição da sede urbana, sendo 1527 domiciliares, 111 comerciais, 3 industriais, 12 do poder público e 26 municipais.

A distribuição de água é intermitente por causa do tempo necessário para o bombeamento e o abastecimento dos reservatórios com as águas captadas no rio Negro (*água preta*) e nos poços artesianos (*água branca*). Essas águas não são tratadas, e é comum ouvir queixas dos moradores dos bairros periféricos sobre a baixa qualidade das *águas pretas*. As Tabelas 4, 5 e 6, abaixo, mostram os locais onde a população busca água para beber, cozinhar, lavar roupa e tomar banho. Nota-se a importância das torneiras externas, instaladas em pontos da cidade, e dos poços.

Tabela 4 – Locais onde os moradores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira pegam água para beber (2004).

Bairro	Domicílios pesquisados	Sem resposta	Fonte água branca	Rio	Igarapé	Pia da cozinha	Torneira externa	Poço	Outros
Areal	346	2	247		19		13	58	7
Boa Esperança	88	1	28			14	4	28	13
Centro	124	1	111		1		1		10
Dabaru	393	4	85	2	8	18	157	62	57
Fortaleza	175	1	173					1	
Graciliano Gonçalves	72		57					12	3
Nova Esperança	79	1	45		14	6	1	9	3
Padre Cícero	75		54		1		1	19	0
Praia	80		75		3	1	1		
São Jorge	12		11		1				
Total	1444	10	886	2	47	39	178	189	93
%	100%	0,7%	61,4%	0,1%	3,3%	2,7%	12,3%	13,1%	6,4%

Fonte: ISA; FOIRN, 2004.

Tabela 5 – Locais onde os moradores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira pegam água para cozinhar (2004).

Bairro	Domicílios pesquisados	Sem resposta	Fonte água branca	Rio	Igarapé	Pia da cozinha	Torneira externa	Poço	Outros
Areal	346	1	237	0	19	2	16	59	12
Boa Esperança	88		27		1	15	4	30	11
Centro	124	1	93			26	1		3
Dabaru	393	2	79	5	11	28	160	61	47
Fortaleza	175	1	162			10		1	1
Graciliano Gonçalves	72		53				5	12	2
Nova Esperança	79	1	42		12	7	4	10	3
Padre Cícero	75		54				2	17	2
Praia	80		76		2	1	1		
São Jorge	12		10		1		1		
Total	1444	6	833	5	46	89	194	190	81
%	100%	0,4%	57,7%	0,3%	3,2%	6,2%	13,4%	13,2%	5,6%

Fonte: ISA; FOIRN, 2004.

Tabela 6 – Locais onde os moradores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira pegam água para lavar roupa (2004).

Bairro	Domicílios pesquisados	Sem resposta	Rio	Igarapé	Torneira externa	Poço	Outros
Areal	346			36	94	50	216
Boa Esperança	88	1		1	50	20	36
Centro	124	1	5		108		10
Dabaru	393	2	54	31	174	25	132
Fortaleza	175	1	2		147		25
Graciliano Gonçalves	72			5	57	2	10
Nova Esperança	79	1		26	26	15	26
Padre Cícero	75		16		47	2	12
Praia	80		4	4	62		10
São Jorge	12		1		11		
Total	1444	6	82	103	776	114	363
%	100%	0,4%	5,7%	7,1%	53,7%	7,9%	25,1%

Fonte: ISA; FOIRN, 2004.

Tabela 7 – Locais onde os moradores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira tomam banho (2004).

Bairro	Dom. pesq.	Sem resposta	Chuveiro	Rio	Igarapé	Quintal	Torneira	Tanque	Poço	Outros
Areal	346	1	80		31	117	8	24	44	41
Boa Esperança	88	1	61		3	2	7		13	1
Centro	124	1	123							
Dabaru	393	2	155	51	25	62	22	45	22	9
Fortaleza	175	1	169	2		2	1			
Graciliano Gonçalves	72		43		7	1	17	1	2	1
Nova Esperança	79		20		27		9	4	15	4
Padre Cícero	75		39	17	2		14		3	
Praia	80		63	4	3	1	9			
São Jorge	12		11	1						
Total	1444	6	764	75	98	185	87	74	99	56
%	100%	0,4%	52,9%	5,2%	6,8%	12,8%	6,0%	5,1%	6,9%	3,9%

Fonte: ISA; FOIRN, 2004.

Quanto ao esgotamento sanitário, nenhuma rua da cidade tem rede coletora instalada. Os efluentes são jogados *in natura* nos igarapés ou em fossas que, na maioria das vezes, são problemáticas e podem contaminar o meio ambiente, poluindo rios, lagos, igarapés e lençóis freáticos, os quais servem como fontes de abastecimento da água, conforme acima apresentado. A situação é crítica, provoca doenças e prejudica a qualidade de vida na cidade.

Segundo o levantamento socioeconômico realizado pelo ISA, 78,4% dos domicílios pesquisados utilizavam a fossa como sistema de esgotamento das águas servidas oriundas dos banheiros. A baixa qualidade da execução e da manutenção dessas fossas tem sido um fator de contaminação dos lençóis freáticos, que são pouco profundos. Perguntou-se à população também onde se localizavam os banheiros: 40,9% deles situavam-se fora das casas, enquanto 59,1% ficavam dentro das casas.

O crescimento periférico da cidade acarretou a eliminação de áreas de roças e de cobertura vegetal. Conforme se foram consolidando os espaços urbanos mais antigos do Centro, Bairro da Praia e Bairro Fortaleza, graças a investimentos públicos e privados contínuos, houve maior adensamento construtivo e supressão das atividades agrícolas.

As imbricações entre territorialidades urbanas e rurais são mais evidentes nos lugares onde os assentamentos ainda não estão muito consolidados, como nos bairros Tiago Montalvo, Areal, Nova Esperança e Miguel Quirino. Nesses assentamentos, há remanescentes de atividades rurais que se mesclam com moradias urbanas entremeadas por pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços. A grande maioria das casas, em terrenos com área de mais ou menos 300 m², possui quintais que são usados para o cultivo de frutas, verduras e legumes diversificados.

O entorno imediato desses assentamentos pouco consolidados é marcado pela presença das roças cultivadas pelas famílias indígenas que vivem na cidade. Nesses locais, predomina a baixíssima densidade construtiva e populacional. As terras públicas e privadas possuem diversos graus de uso e ocupação do solo com atividades agrícolas, extrativistas e de criação de animais. Nesse entorno imediato, há mais oportunidades para o manejo agroflorestal sustentável, a preservação da cobertura vegetal, dos ecossistemas e dos recursos naturais.

O Mapa 7, abaixo, mostra as áreas utilizadas com atividades rurais, em sua maioria pequenas roças familiares ou comunitárias, localizadas ao redor da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Essas áreas rurais estão assim distribuídas: ao longo das margens do rio Negro, ao longo da BR-307, que leva a Cucui, ao longo da estrada que leva ao aeroporto e ao porto de Camanaus, no interior e nos arredores da área urbana da sede municipal (pequenas roças indígenas) e no assentamento Teotônio Ferreira, com 250 lotes de 125 000 m² cada.

As áreas assinaladas no Mapa 7 com a cor azul são de uso individual. Isso não significa que são propriedades individualizadas, pois muitos ocupam terras públicas, municipais ou devolutas, para fazer as suas roças. Há também acordos entre esses pequenos roceiros e alguns proprietários que permitem o uso das suas terras para o cultivo e a extração de madeiras em troca de pagamento ou de parte da produção. Uma parte da produção destina-se ao consumo próprio ou é comercializada na cidade. Os maiores produtores abastecem a merenda escolar regionalizada, a cargo da prefeitura.

As áreas assinaladas com a cor alaranjada são exploradas comunitariamente. Trata-se de áreas de roças e extração de madeiras usadas pelas famílias que vivem nas comunidades indígenas localizadas nos arredores da cidade, como Areal, São Sebastião, Vila Amazônia, Itacoatiara e Tapajós.

As roças indígenas são importantes meios de subsistência para as famílias que vivem na cidade. São cultivadas principalmente pelas mulheres. Nos arredores da sede urbana, a prefeitura concede a área às famílias que plantam somente em uma parte do terreno, deixando o resto em “descanso” para o cultivo futuro. Dificuldades são enfrentadas cotidianamente na rotina de ir das casas para as roças e vice-versa. A Ilustração 12, abaixo, mostra um grupo de pessoas que passaram o dia trabalhando em suas roças no assentamento Teotônio Ferreira e, no final do dia, estavam retornando a suas casas no bairro Miguel Quirino, caminhando pelas estradas de terra que levam à cidade. As dificuldades agravam-se nos momentos de chuva e quando é preciso transportar grandes quantidades de produtos, ferramentas e apetrechos.

São as pessoas mais velhas das comunidades que indicam as melhores áreas para o plantio de roças, pois, como nos outros assentamentos rurais, não há um mapeamento que identifique onde estão os melhores solos para o cultivo agrícola.

Mapa 7 – Áreas com atividades rurais nos arredores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira (2006).

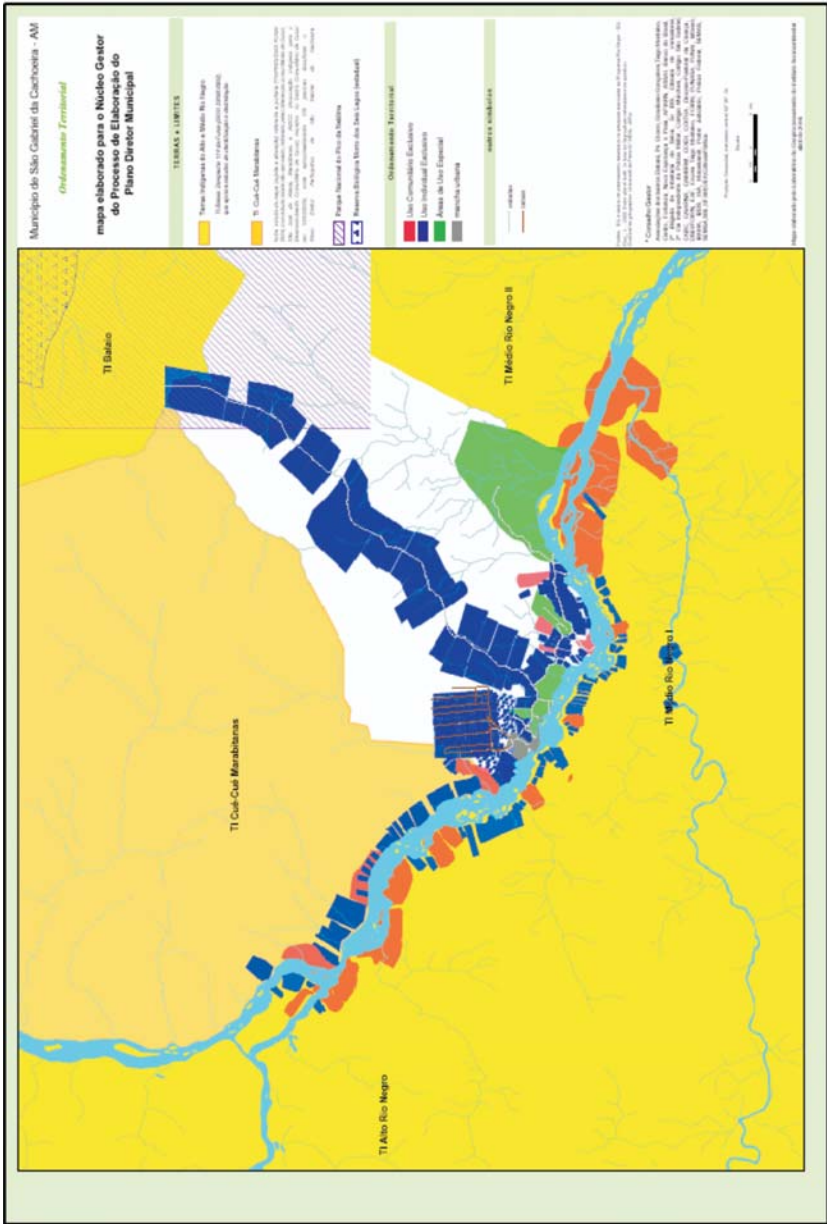


Ilustração 11 – Propriedades rurais localizadas perto da BR-307, em São Gabriel da Cachoeira (2006).



Ilustração 12 – Roça indígena nos arredores da sede urbana de São Gabriel da Cachoeira (2006).



É necessário fazer um levantamento e um cadastro preciso das propriedades e das atividades rurais existentes no interior e nos arredores da cidade. É importante demarcar e registrar as divisas dessas propriedades, mapear os setores agriculturáveis do ponto de vista da qualidade do solo e da acessibilidade, identificar as reservas legais, localizar as nascentes d'água e caracterizar os tipos de produção agropecuária. Pode-se aproveitar a potencialidade da Escola Técnica Agrícola Federal, que precisa adequar a sua grade curricular e os seus trabalhos didáticos às demandas locais, de modo a desenvolver atividades em parceria com os proprietários rurais.

Considerações Finais

Este texto procurou examinar as diferentes dimensões territoriais existentes no município de São Gabriel da Cachoeira: dimensões jurídico-institucionais, socioculturais, urbanas e rurais. Tais dimensões definem territorialidades que nem sempre são convergentes e coerentes entre si. Há pontos indefinidos e conflitantes, como, por exemplo, as relações entre as responsabilidades do município, as determinações das terras indígenas, as exigências da segurança nacional e as obrigações das unidades de conservação. Há atritos entre o uso e a ocupação do solo urbano, de um lado, e as territorialidades simbólicas das culturas indígenas na sede municipal, de outro. Porém, há complementaridades, como, por exemplo, os direitos garantidos pela demarcação, pela homologação e pelo registro das terras indígenas e as territorialidades organizadas pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) na sua estrutura de planejamento e de gestão coletiva e participativa.

Essa multiterritorialidade presente em São Gabriel da Cachoeira é um bom exemplo do que ocorre em outras partes da região amazônica. Leva-nos a concluir que os desafios socioambientais que se impõem à Amazônia neste começo de século exigem articulações multidimensionais entre instituições governamentais e não governamentais, entre redes de atores sociais, entre diferentes instâncias da federação, entre diferentes formas de conhecimentos sobre as realidades regionais e entre cultura e política.

Referências

FIORAVANTI, Carlos. Amazônia sem extremismo. Entrevista. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ago. 2004, edição 102 (<http://revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=2547&bd=1&pg=1&lg> - consulta em setembro de 2006)

IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (www.ibge.gov.br - consulta em setembro de 2006)

ISA; FOIRN. *Levantamento socioeconômico, demográfico e santário da cidade de São Gabriel da Cachoeira*. 2004.

MACHADO, Roberto Cabral de Melo (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MIRANDA, E. E. de; GOMES, E. G.; GUIMARÃES, M. *Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

NOVY, Andréas. *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2002.

PMSGC; INSTITUTO PÓLIS. *Relatório das leituras técnica e comunitária para elaboração do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira*. 2006. Mimeo.

PMSGC; INSTITUTO PÓLIS (1). *Relatório da leituras jurídica para elaboração do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira*. 2006. Mimeo.

Oiapoque: Relações sociais e modo de vida na fronteira

Manoel de Souza¹

Edna Castro²

Oiapoque é uma cidade de transeuntes e que ocupa uma situação bem peculiar em relação às outras cidades amazônicas: faz fronteira com a Comunidade Européia. A população nativa se restringe aos grupos indígenas e às poucas famílias pioneiras de funcionários públicos do Ex-Território Federal do Amapá. Devido aos limites fronteiriços com a Guiana Francesa, o município historicamente aprendeu a conviver com aventureiros de toda parte do Brasil, que o consideraram a ‘porta de entrada’ para o Eldorado. O objetivo deste trabalho é apresentar as relações sociais e o modo de vida numa cidade que aprendeu a acelerar ou retardar, ou melhor, manipular o tempo de acordo com suas necessidades. Mas antes de tudo, este artigo lembra que Oiapoque é uma cidade de fronteira. Por isso queremos evidenciar também que para viver em um lugar como esse, é necessário conhecer os códigos, as normas e as regras que circulam nas relações sociais entre seus moradores, e isto vale mesmo para aqueles que apenas “passam” pela cidade.

Introdução

Sempre vale à pena lembrar que a Sociologia como Ciência Social tem a missão de estudar a sociedade nas suas mais variadas manifestações, fornecendo ferramentas capazes de traduzir os fenômenos sociais do mundo moderno para melhor compreendê-lo e assim construir uma visão de mundo mais detalhada do cotidiano que envolve os atores sociais e suas representações (IANNI, 1989). Ao analisar o modo de vida das pessoas, os dilemas de uma cidade de fronteira, as ausências do Estado

¹ Professor Assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

² Professora Associada do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA).

e os estereótipos sobre o município do Oiapoque, tentamos colocar em prática uma sociologia reflexiva e extremamente sensível com as novas realidades que se apresentam, e que quase sempre nos convidam para uma profunda reflexão sobre esses tempos de incertezas. Para realização deste trabalho envolvemos várias estratégias metodológicas e etnográficas que tiveram como finalidade apreender um pouco mais da realidade estudada, realidade essa que para Max WEBER (2003) sempre é inesgotável.

Compreender as estruturas e os processos de funcionamento de um município como o Oiapoque é uma tarefa complexa, principalmente pelo fato de envolver conjunturas sociais, políticas e econômicas bastante diferenciadas do contexto de outras cidades amazônicas. Às vezes, o que parece ser “não é”, e o que não tem nada a ver “acaba sendo”. Este município que faz fronteira com a Guiana Francesa possui uma engrenagem própria, e por isso deve ser analisado a partir de sua localização estratégica que o coloca próximo a um país europeu. O comentário a seguir extraído de um informante, já dimensiona um aspecto peculiar da cidade:

Eu nasci em Macapá, e hoje já me acostumei com a agitação desta cidade; mas quando cheguei, entranhei muito este estilo de vida movimentado. Geralmente na maioria das cidades, inclusive em Macapá, os bares e boates funcionam de quinta-feira em diante, aqui é de segunda a segunda. Não sei como eles conseguem (sic). (VIANA, 2006, Anotações de Campo).²

Apesar de ser muito conhecido nacionalmente pelo nome, o município do Oiapoque (AP), localizado a cerca de 590 km de Macapá, possui poucos bons estudos sistematizados sobre a realidade na qual está inserido. Situado numa estratégia área de fronteira com a Guiana Francesa, o município em termos de complexidade econômica, cultural e social, merece a fama que tem. O comércio clandestino, o câmbio negro, o alto índice de criminalidade, a prostituição como fonte de trabalho quase que institucionalizada e o tráfico de drogas são características de uma cidade que instituiu a “ilegalidade como modo de vida” como sugerem CANEJO e PAIVA (2006). No entanto, a extensão destes problemas, ou

² Paulo Viana, catraieiro, nascido em Macapá, morador de Oiapoque, entrevistado no dia 06 de novembro de 2006.

mesmo, como estas questões se cruzam, potencializando e ampliando outras situações-problema, ainda é desconhecido.

O texto possui os seguintes tópicos. 1 - Primeiramente faremos uma trajetória histórica de alguns fatos importantes sobre a região, seu aspecto fronteiriço e as disputas territoriais ao longo de vários séculos. 2 - Nesta parte do artigo, iremos apresentar de forma instrumental uma caracterização geral das populações indígenas que moram na região de fronteira e mostrar o funcionamento da cidade de Oiapoque e seu modo de vida. Queremos evidenciar ainda a frágil presença do Estado brasileiro nesta área. 3 - A última parte do texto refere-se ao relacionamento entre fronteiras geográficas e conteúdo social, que respondem por certas diferenças culturais e situações de conflitos impressas no cotidiano da cidade.

Como podemos definir o município do Oiapoque? Quais são suas características mais relevantes? A presença do poder público neste município está de acordo com a complexidade da região? A ilegalidade ajuda realmente a cidade a conviver com seus dilemas ou atende apenas interesses de grupos empresariais e ao narcotráfico? É possível pensar em um Oiapoque civilizado, organizado, apresentando normas de reciprocidade e confiança, com boas instituições? O asfaltamento total da BR-156 e a construção da ponte, ligando Brasil a Guiana Francesa, de que forma podem ajudar o desenvolvimento do município ou mesmo aumentar os problemas citados anteriormente?

1 Fronteira e História

Discutir a cidade de Oiapoque sem apresentar alguns momentos importantes sobre a região ao longo de quase quatro séculos de história, seria um grave erro metodológico. Por isso, compreender a construção do espaço territorial amapaense, e até mesmo amazônico, sugere uma profunda discussão com seu período colonial, fato este marcado por intensas lutas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses em detrimento dos povos autóctones, a fim de assegurar as terras descobertas e estabelecer uma colonização efetiva. Esse período está vinculado ao monopólio das expedições ultramarinas e ao comércio de especiarias necessário para impulsionar o acesso a lugares desconhecidos e geograficamente isolados.

O processo de conquista e colonização das terras brasileiras, como também amapaenses, tem como pano de fundo uma série de tratados e acordo entre seus principais colonizadores: espanhóis e portugueses. As duas potências ibéricas assinaram o Tratado de Tordesilhas em 07 de junho 1494, dividindo o mundo. O território, hoje amapaense, encontrava-se dentro da área pertencente à Espanha. Esta buscou conhecer suas terras enviando seus principais navegadores: Vicente Pinzon, que no ano de 1500, descobriu a foz do Amazonas, percorrendo o rio Oiapoque, o que mais tarde veio culminar no Contestado franco-brasileiro, e Diogo de Lepe. Ambos navegaram pelo litoral amapaense travando intensas lutas com os índios que habitavam as margens da região amazônica.

Mesmo sob o domínio ibérico no vale amazônico a região não deixou de ser invadida por nações estrangeiras. Estas reconheciam a ausência e a falta de interesse de seus colonizadores em desbravar as potencialidades dessas terras, abrindo margem para o tráfico constante de riquezas materiais e humanas. O descaso pelas terras descobertas era um forte indício do olhar não promissor de seus detentores, uma vez que estavam mais interessados nos rincões de açúcar do nordeste; soma-se a isso a dificuldade de acesso e os altos investimentos exigidos. Sob este aspecto vale ressaltar uma crítica bem fundamentada de Reis:

É certo que esses antecedentes justificam a soberania ibérica sobre a região representada pelos descobrimentos e concessões de portugueses e espanhóis, resultado era que ingleses, irlandeses e holandeses estavam aproveitando aquele estado de abandono em que se encontravam para assenhora-se dela como se fosse terra de todos, franqueada ao que primeiro que chegasse ou se mostrasse mais ousado. (Reis, 1993, p. 33)

Com o início da colonização e para um melhor controle das terras brasileiras, D. João III implementou em 1534, o modelo administrativo denominado Capitânicas Hereditárias. Os espanhóis por sua vez buscaram explorar seus domínios territoriais situados abaixo da linha do Equador, abrangendo o vale amazônico. Feitas as primeiras concessões, o rei Carlos V entrega em 1544 as terras amapaenses ao navegador Francisco Orellana, que a denominou de Adelantado de Nueva Andaluzia³.

³ Primeiro nome oficial que recebeu o Amapá, sendo que a região o Cabo do Norte (Pará, Maranhão e as Guianas) era conhecida como Província Tucujus (Morais, Rosário, 1999).

Os focos criados aqui e ali, ao longo do litoral no cometimento das capitanias eram seguramente focos a manter e expressar o objetivo dominador. Os novos focos que foram sendo semeados, em direção sul e norte, constituíram outra demonstração positiva desses objetivos, de que não se afastou mais a nação que empreendia o feito memorável da criação do Brasil. (Reis, 1993, p. 20)

Em conseqüência do fracasso das expedições espanholas, inclusive as de Orellana, os espanhóis desmotivaram-se em desbravar as terras do setentrião brasileiro, fato este preponderante para o despertar da ambição portuguesa. É com este interesse que no ano de 1546, Luís de Melo e Silva após navegar a foz do Amazonas consegue por meio do rei de Portugal D. João III a posse dessas terras, inclusive o Amapá.

Com a morte do rei D. Sebastião ocorreu uma nova ordenação administrativa das capitanias hereditárias, pois a ausência de um herdeiro implicou na passagem das colônias portuguesas para o domínio espanhol, formando assim a União Ibérica. Este fato invalidou o Tratado de Tordesilhas concedendo aos portugueses a possibilidade de desbravarem a Amazônia com o estabelecimento de um posto militar em 1616, denominado Forte do Presépio que deu origem a atual cidade de Belém. Assim, o Brasil em 13 de junho de 1621 teve a administração das suas capitanias hereditárias reformuladas em dois blocos: Estado do Brasil e Estado do Maranhão – depois se transformou em Estado do Grão-Pará, tendo suas sedes alternadas entre as cidades de São Luís e Belém. Faziam parte destas Capitanias a do Ceará e o Vale Amazônico sem definição de limites.

Em 1627, Bento Maciel Parente, sob ordem do Governador do Estado do Maranhão viajou a Espanha na intenção de demonstrar as atividades militares realizadas para defesa da região e alertar as cortes espanholas da necessidade de estabelecer a colonização efetiva do delta do Rio Amazonas. Suas colocações foram decisivas e suficientes para convencerem o Rei Felipe IV a fazer o povoamento da região, criando a Capitania Cabo do Norte em 14 de julho de 1637 (Pará, Maranhão e as Guianas), era também conhecida como província dos Tucujus, abrangendo as terras atualmente amapaenses (Reis, 1993, 1949; Meira, 1977). Embora esta capitania tenha sido doada a Bento Maciel Parente, este não efetivou a sua colonização por falta de recursos financeiros para custear o empreendimento e, ainda sendo militar, estava mais interessado no combate a invasores estrangeiros.

Em 21 de janeiro de 1638, Bento Maciel Parente foi nomeado Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão, já sob a restauração da Coroa Portuguesa. Após seu falecimento, e as mortes de seus herdeiros, a Capitania do Cabo do Norte retornou para o domínio da Coroa Portuguesa, que por sua vez incorporou à Capitania do Grão-Pará. Seguindo à cronologia dos tratados, no dia 4 de março de 1700, foi firmado em Lisboa, entre Portugal e França, mais um. Como as partes ainda não tinham chagado a um acordo definitivo sobre os limites fronteiriços, apenas estabeleceram disciplina para entrada de franceses e portugueses na região. Segundo MEIRA (1977), este acordo apresentava aspectos curiosos, a saber: era prudente, numa perspectiva jurídico-diplomática, pois proibia as benfeitorias, já que estas poderiam se constituir como argumento para se ter direito às terras em litígio (todos os Fortes, construídos até a presente data foram demolidos). Outro ponto interessante, era que o acordo permitia a entrada de franceses em terras brasileiras, e vice-versa. Mesmo sem o direito a fixação, o direito de ir e vir estava assegurado. Este acordo, conhecido como Tratado de 1700 ou “Provisional”, foi considerado definitivo e perpétuo por ato firmado em Lisboa no dia 18 de junho de 1701. Dois anos depois, um novo tratado era assinado: desta vez era entre Portugal, Inglaterra, Áustria e Holanda, em virtude do qual essas três nações assegurariam a Portugal os seus direitos as terras do Cabo do Norte, contestados pela França (MEIRA, 1977).

Depois de uma intensa articulação política, os diplomatas portugueses, com o apoio de Londres, pleitearam uma solução definitiva sobre a fronteira, em favor de Portugal. No dia 11 de abril de 1713, entre os sete tratados firmados em Utrecht, tinha um que resolvia a disputa entre França e Portugal. Por esse tratado, a fronteira entre as colônias das duas pátrias seria o rio Oiapoque, de **terminologia** indígena, ou Vicente Pinzon, como era conhecido nos documentos portugueses e franceses da época (REIS, 1949). Quando tudo parecia resolvido, os limites fronteiriços foram novamente questionados. “Em Caiena, todavia, continuava o propósito imperialista. Para os homens da colônia francesa, devia dar-se uma interpretação liberal ao tratado. Por essa interpretação, os títulos franceses continuavam vivos, subordinando-se ao ideal expansionista em direção ao Amazonas” (REIS, 1947, P. 40).

Foi justamente neste contexto de ousadia dos vizinhos que, paulatinamente, o cenário da região, em termos de proteção militar, vai se modificar. É importante assinalar que o desrespeito progressivo ao Tratado de Utrecht por parte dos franceses, não pode ser considerado o único motivo para fortificação da região. A política dos portugueses em relação à garantia dos territórios que integravam o patrimônio nacional foi uma marca em todos os mundos ultramarinos que a Coroa Ibérica se organizava, muitas vezes prejudicadas por falta de recursos ou interesses estratégicos.

Em síntese, o processo de consolidação da fronteira no extremo norte do País se deu às custas de muito sofrimento e lutas diárias. A política de colonização da Coroa Portuguesa, no período colonial, em relação à Amazônia foi bastante confusa e estava condicionada a situação econômica da metrópole. “Enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e viajantes, aventuravam-se. Era um movimento que criava caminhos. E surgiam as fronteiras (GOMES, 1999, p.12). Esta situação mudou radicalmente com a subida de D. José ao trono português, principalmente devido ao fato de o monarca ser muito influenciado pelo super-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Para efeito de um diagnóstico bem detalhado sobre a região, ele nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como Capitão Geral.. Este por sua vez

“com a rapidez que os graves problemas do Estado lhe autorizavam, expôs para Lisboa o que lhe parecia mais conveniente. A fortificação era uma necessidade imprescindível. Fortificação de vulto, que impressionasse, que pudesse garantir a efetivamente a soberania nacional, opondo a quem quer que se atrevesse a enfrentá-la” (REIS, 1949, P. 48)

A partir deste momento, o Brasil e particularmente a Amazônia, passaram por um processo de modernização até então nunca visto. “Como os maus vizinhos sempre estavam rondando as boas terras”⁴, o jeito foi executar um plano de colonização com um melhor planejamento. O resultado desta nova estratégia de povoamento, por exemplo, foi a

⁴ Frase atribuída a Mendonça Furtado, Governador da Província do Grão Pará e Maranhão, sobre a presença incômoda de holandeses, ingleses e, principalmente, franceses.

construção da Fortaleza de São José de Macapá (Forte Militar), a fundação da cidade de Mazagão que abrigou centenas de famílias africanas e da Vila de São José de Macapá.

Como o Tratado de Utrecht (1713) não foi levado muito a sério pelos franceses, uma série de acontecimentos acentuou os conflitos na região entre os dois países, principalmente a descoberta de ouro em Calçoene, fato este que despertou de vez a cobiça dos nossos vizinhos. Diferentemente do que ocorre atualmente, no final do século XVIII, eram os franceses que invadiam as fronteiras nacionais em busca do metal precioso. No primeiro semestre de 1894, quando foi registrado o maior “rush” na região, os franceses tiraram em ouro uma média de 9.000.000 francos. Além da questão econômica, a influência cultural dos franceses na área do Contestado era bastante significativa. O ouro era chamado de *couleur* e vilas recebiam nomes como *Carnot* ou mesmo *Grand Degrad*. Após a criação do Triunvirato em 27 de dezembro de 1894, os conflitos aumentaram e incidentes diários eram registrados. O clima de tensão era favorecido pelo isolamento da área e pelo próprio esquecimento da região pelo Estado brasileiro. Após a prisão de um aliado francês, o inevitável acontece: franceses e brasileiros entram em guerra no dia 15 de maio de 1895. O primeiro a tombar foi o comandante francês da canhonheira Bengali, chamado Lunier. Pelo lado brasileiro, comerciantes, idosos, mulheres e crianças foram massacrados e até torturados. No final do dia, brasileiros e franceses contabilizavam seus mortos. A fronteira estava marcada de sangue (REIS, 1949; MEIRA, 1975; RAIOL, 1992).

A situação apenas foi resolvida com o Laudo de Berna (1900) que tomou o canal do Rio Oiapoque como limite entre os dois países. Após resolver estas questões na fronteira, o Estado brasileiro vem ao longo de quase um século tentando garantir o que foi conquistado com muitas dificuldades. No entanto, a presença do Estado brasileiro nesta região está longe de ser qualificada, e ainda é extremamente frágil. Apesar das Instituições estarem presentes na região, tem-se a impressão que elas existem apenas por uma exigência constitucional.

Se com o Laudo de Berna a questão fronteiriça foi resolvida, o mesmo não podemos dizer sobre o esquecimento da região pelo Estado brasileiro. A fronteira setentrional do Brasil inicia o século XX tendo como

pano de fundo o contrabando. Segundo ROMANI (2003) o comércio do ouro passou a ser uma atividade ilegal e clandestina e as antigas vilas existentes foram tornando-se desertas e sendo tomadas pelos contrabandistas. Através de ideais nacionalistas, apenas alguns jornais de Belém e do Rio de Janeiro denunciavam uma possível invasão francesa e através de matérias provocativas, chamavam atenção para o que ocorria, na prática, nesta parte do Brasil:

“O Amapá é uma terra economicamente roubada ao Brasil. O Ouro, a borracha, as essências florestais e até o gado de sua produção objeto de grande e próspero comércio clandestino, movido por traficantes de além fronteira que, na verdade, gozam a posse mansa e pacífica do ex-contestado” (O PAIZ, 14/03/1920 APUD ROMANI, 2003).

“Agora, com o abandono daquelas terras por nossa parte, recomeçou a invasão. Os índios brasileiros que se vão civilizando falam, de preferência, o francês, pelo contato freqüente com os colonos de Cayena. O ouro brasileiro é exportado ali como de posseção francesa. O Oiapoque parece, em suma, até pela nomenclatura de seus acidentes geográficos, um pedaço da Guiana Francesa” (O ESTADO DO PARÁ, 25/10/1920 APUD ROMANI, 2003).

Como o Estado do Pará nada fazia pela região, o jeito foi reclamar para o Governo Federal. Assim sendo, uma Representação Pública, assinada pelos mais prejudicados, no caso a população do município de Montenegro (atualmente município do Amapá) chegou ao Presidente da República. Pressionado pela população do Amapá, pelo senador do Pará e pelos jornais, restou ao presidente da época pedir às engenhosas mentes sob seu comendo que criassem um plano de ocupação da área. É neste contexto que será criada a “Comissão Colonizadora” do Oiapoque, que terá como meta procurar áreas estratégicas para construção de vilas oficiais.

2 Modo de vida e relações sociais na fronteira

Segundo ROMANI (2003) a idéia de colonizar o Oiapoque foi do senador paraense Justo Chermont, que fez de tudo para aprovar no Congresso uma emenda para a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oiapoque. A idéia parecia ser interessante:

tirar migrantes nordestinos da seca, assentá-los na fronteira e diminuir a influência francesa que ocorria naquela região. No entanto, se soube depois, que por trás deste plano, havia um interesse bem menos patriótico em sua disposição. O político além de dono do jornal O Estado do Pará era também o maior proprietário de terras da região do Oiapoque.

Como mostramos anteriormente, em 1920, o Estado brasileiro, oficialmente, criou uma Comissão Colonizadora para o Oiapoque. A partir das primeiras viagens realizadas pelo grupo, os relatórios começaram a ser elaborados descrevendo a realidade da região. O encarregado desta Comissão foi o engenheiro Gentil Noberto, bastante experiente por ter trabalhado na campanha pela ocupação Acre. Após o trabalho realizado, o Relatório Final foi apresentado ao Ministério da Agricultura. Durante o período de estudo, os incipientes núcleos urbanos recebera uma atenção especial, pois os mesmos significavam um bom sinal para o processo real de ocupação da região.

Logo, o objetivo desta primeira missão governista de colonização, em 1920, era escolher uma micro-região que tivesse os requisitos necessários para criação de um povoado bem localizado. No último ponto de navegação possível antes às barreiras de pedra, o local foi escolhido. Poucos anos depois, o Núcleo Cleveland, como era chamado, ficou conhecido por se um local de detenção de presos políticos.

Em que pese às provas documentais, é muito mais fácil precisar o nascimento de Clevelândia do Norte, como vimos acima, do que Oiapoque. Segundo seu biógrafo oficial, Padre Rogério Alicino, provavelmente esta cidade foi formada por antigos negros quilombolas. Cunani, a vila de onde vieram, provavelmente, os primeiros *crioulos*, estava situada bem no meio da antiga zona litigiosa franco-brasileira e já havia sido naquele passado recente um porto e entreposto comercial abastecendo a região das minas. (ROMANI, 2003). Entre os primeiros habitantes de Oiapoque não-índio está o quase lendário Emile Martinique. Com uma larga experiência na região, conhecia os desejos e as ambições das gentes em busca da riqueza fácil. Ele mesmo já protagonizara-se essa aventura. (ROMANI, 2003).

Desde o surgimento da Colônia Penal de Clevelândia até o início da década de 40, a marca oficial da região foi o esquecimento. Em 1943 o Território Federal do Amapá foi criado baseado na concepção geopolítica

do “ desenvolvimento com segurança nacional” para que na fronteira do extremo norte do País fosse garantida a implementação daquela concepção como um exercício para novas estratégias geopolíticas militares (RAIOL, 1992). Dois anos depois, o Oiapoque foi transformado em município pelo Decreto 7.578 de 23 de maio de 1945. Seus limites são: ao norte, o oceano Atlântico; ao sul, Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; a leste, Calçoene e a oeste, Laranjal do Jarí. Sua área territorial tem aproximadamente 24.912,7 km². A população atual gira em torno de 16.226 (IBGE-2005). A densidade demográfica é de 0,20 hab. / km². A renda per capita é R\$ 6.126 (IBGE-2003) e possui um PIB de R\$ 92.005 (IBGE-2003). Um dado interessante: em 1987 o Oiapoque tinha uma população de 3.230 habitantes, como lembra LEONARDI (2000). Clevelândia do Norte e Cassiporé podem ser consideradas as comunidades mais importantes do município. Como atrativo de caráter religioso destaca-se a festa de Nossa Senhora das Graças. Outro evento cultural importante é a festa do Turé (reunião de todas as tribos indígenas da região). As principais atividades econômicas são a pesca, agricultura, artesanato e o conjunto de atividades ilegais no comércio local, como a compra e venda de ouro.

Oiapoque apresenta significativas áreas florestais, ambientes inundáveis e litorâneos. Além disso, conta com uma unidade de conservação (Parque Nacional do Cabo Orange) que responde por uma área de 2.056.000 km². A composição étnica da região do Oiapoque também apresenta alto grau de complexidade, pois envolve a presença de diferentes grupos indígenas (Caripuna, Galibi e Palikur – Reserva Indígena do Uaçá) que vivem numa área de 5.154,54km², grupos indígenas estes que ignoram as fronteiras criadas pelos colonizadores, mas que sentem a diferença material entre França e o Brasil. Os povos do Uaçá, apesar da escravidão, catequização e invasões de várias procedências vivem em região de refúgio e de difícil acesso. São povos de origem, geográfica e cultural, heterogênea, considerados *misturados*. A partir das décadas de 30 e 40, por se encontrarem em área de fronteiras (uma região até 1900 contestada), e seguindo a orientação do Marechal Rondon que, naquela época, visitou a área como representante do Estado brasileiro, foram administrativamente cercados. Colocados sob o controle

do Serviço de Proteção ao Índio, e logo, declarados “índios brasileiros”. A meta era transformá-los em brasileiros, nacionais e trabalhadores e a partir daí se encontrarem sob a tutela legal do Estado. Os índios e/ou populações daquela região iniciaram, a partir de então, a construção de uma identidade própria que levará mais tarde, com base em sua indianidade oficialmente atribuída, ao processo de demarcação de suas terras e a reivindicações indigenistas. Com a demarcação da área efetivada, teve início um processo *sui-generis* de construção do “interior” e de relacionamento com o “exterior”. Havendo agora um **interior** administrativamente definido e ideologicamente incorporado pelas comunidades. (VIDAL, 1999).

Nesse processo de formação de uma identidade sócio-cultural específica – índios, mas civilizados (SPI, anos 40 e 50), índios com direitos diferenciados (CIMI, anos 50 e 60) e índios cidadãos (Constituição de 1988 e organizações indígenas) –, as etnias do Uaçá compartilham muitos traços comuns, mas também se diferenciam entre si, e uma em relação às outras, dependendo do contexto. Trata-se de um processo muito dinâmico, mediado, em nível prático, pelas Assembléias gerais dos índios do Oiapoque. Cada ano é realizada uma Assembléia “interna”, fechada aos não-índios, exceto se há convite específico por parte das comunidades. E a cada dois anos realiza-se uma Assembléia geral aberta e articulada especificamente com e para o exterior.

Hoje, com a possibilidade de elaborar projetos e receber apoio financeiro de diferentes fontes, a APIO (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque) tem contribuído muito para conquistar uma gradativa autonomia da tutela. Mas a participação na política regional, nacional e partidária, aponta para novas perspectivas e reordenamentos diferenciados de poder no “interior” das comunidades, fazendo com que, hoje, ninguém, índio e não-índio, que deseje ocupar um cargo público no “exterior”, em nível regional, possa ignorar o potencial e peso político das comunidades indígenas do Oiapoque, especialmente dos Karipuna e dos Galibi-Marworno. A incorporação dos Galibi-Kaliña é muito periférica, por serem recém-chegados na área. Mas compartilham de traços sócio-culturais específicos da região das Guianas no Uaçá. O processo de integração se realiza especialmente através da participação nas Assembléias, ou como

funcionários de órgãos públicos em Oiapoque e por um sistema de trocas interpessoais, incluindo casamentos interétnicos. Os Palikur, que se consideram e são considerados índios mais “autênticos” e “antigos” da região, sofreram um processo de abasileiramento complicado. Não participavam do círculo das elites indígenas na época do SPI, nem eram ou são funcionários da FUNAI em Oiapoque e não ficaram sob a influência atuante do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na região. Não falam o *patois* como língua nativa (pelo contrário, esta é considerada língua intrusa) e, do ponto de vista religioso, são pentecostais, enquanto os outros são católicos. Falam bem o francês e se comunicam muito com os Palikur da Guiana Francesa. Ainda hoje não participam do processo político regional (Câmara de Deputados, FUNAI, APIO), mas participam das Assembléias. (VIDAL, 1999)

Atualmente, a população indígena localizada nesta área de fronteira está bem mais organizada e desfruta de serviços que a própria comunidade de Oiapoque, às vezes, não possui. Semanalmente, vários grupos indígenas vão ao município do Oiapoque comprar mantimentos e outros tipos de mercadorias que precisam. Os mais jovens, inclusive, aproveitam a oportunidade e tiram o dia para “farrear”, comprando e ingerindo bebidas alcoólicas. Em certos casos, alguns, chegam até perder o transporte de volta e ficam dias inteiros na “brincadeira” (LEONARDI, 2000). Ainda este ano, a Universidade Federal do Amapá irá oferecer cursos de nível superior para os povos indígenas locais, que serão ofertados na Aldeia do Manga.

Saindo da discussão indígena e entrando no debate migratório, podemos dizer que o município de Oiapoque tem um significado especial no imaginário dos imigrantes brasileiros, legalizados ou não, na Guiana Francesa. Inúmeros trabalhadores que inicialmente pensam em fazer fortuna e retornarem para seus Estados de origem mudam de idéia a partir do momento que conhecem Oiapoque. É muito comum ouvir frases como esta: “vou trabalhar mais um pouco em Caiena e depois aplicarei meu dinheiro em Oiapoque”. Ronaldo Gomes, amapaense, 30 anos, residente em Caiena, diz, por exemplo, que seu maior sonho é conseguir uns 40 a 50 mil euros e investir em imóveis (aluguel de kitnetes), de preferência na cidade fronteiriça, pela qual tem uma verdadeira obsessão.

É uma cidade pequena, simples, desorganizada, mas que corre dinheiro, muito dinheiro. Nós sustentamos o Oiapoque, pois todas as semanas centenas de brasileiros vão de Caiena fazer compras lá, movimentando muito o comércio local (Notas de campo, dez/2004).

Este município tem como carro-chefe o ouro, o euro e o movimentado comércio local, que é totalmente livre de impostos e fiscalização. É uma espécie de paraíso fiscal para o crime organizado.

Antes de tudo, Oiapoque é uma cidade de fronteira, e como tal guarda muitos segredos. Seu funcionamento, como disse anteriormente, dá-se de duas maneiras um tanto contraditórias: a primeira atende, na medida do possível, às exigências jurídicas e políticas do Estado brasileiro. Possui escolas, delegacias, posto médico, prefeitura, justiça e juiz. A segunda forma de funcionamento é a clandestina, vivenciada nos becos, nos bares, nas saídas ilegais para Caiena e garimpos da região, onde o banditismo e o narcotráfico dão as cartas. Para se viver na fronteira, é necessário conhecer os códigos, as normas e as regras que circulam nas relações sociais entre seus moradores, e isto vale mesmo para aqueles que apenas “passam” pela cidade. Algumas vezes, o município se parece mesmo como um entreposto comercial. CANEJO e PAIVA (2005) fazem um diagnóstico extremamente objetivo sobre o comércio local:

De olho no garimpo e nos brasileiros residentes na Guiana Francesa estão os comerciantes de jóias, os compradores de ouro, os donos das incontáveis pousadinhas e hotéis. Tudo muito simples, já que garimpeiros não estão acostumados ao luxo. E tudo muito caro, pois eles habituaram-se a gastar muito. Oiapoque, porém, está longe de ser um eldorado: ruas sem calçamento, enlameadas pela chuva quase diária, lixo acumulado, falta total de infra-estrutura. Ao mesmo tempo, prédios novos destinados ao comércio crescente não param de ser construídos. É como se tudo o que é público estivesse falido, enquanto o poder privado não pára de se desenvolver. (CANEJO E PAIVA, 2005, P.)

A rota clandestina do Brasil para a Guiana Francesa é perigosa demandando o uco de barcos, e atualmente também por via-terrestre. Uma das rotas sai de Macapá pelo rio Oiapoque, passando pelo pelo rio

Mahuri. A travessia é feita em pequenos barcos e custa cerca de 55 euros ou 156 reais. Outra rota sai também do rio Oiapoque com destino à Saint Georges, onde os emigrantes embarcam em um táxi aéreo para Caiena ou Regina; ou mais recente, em vans que seguem pela rodovia há pouco concluída (FERREIRA e SIMONIAN, 2005).

Oiapoque é uma cidade de grande fluxo de pessoas. A população nativa se restringe aos grupos indígenas e as poucas famílias pioneiras de funcionários públicos, do extinto Território Federal do Amapá. Por ser a porta de entrada da Europa para o Brasil, ou vice-versa, e de ser cercada de garimpos, o município historicamente aprendeu a conviver com aventureiros de toda parte do Brasil e com muito dinheiro circulante. Montar um hotel na cidade sempre foi um sonho clássico dos cidadãos oiapoquenses. Atualmente, a população local se encontra bastante otimista, já que considera que o asfaltamento da BR-156 e a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, consideradas obras estruturais, vão possibilitar o desenvolvimento sustentado da cidade e talvez minimizar a irresponsabilidade histórica que o Estado brasileiro sempre teve com a região, ao longo de centenas de ano. Ainda sobre o comércio local, Silva (2005), ratificando os comentários anteriores, afirma:

as principais atividades que movimentam os negócios na cidade são o ouro originário dos garimpos e as transações comerciais com franceses. Na verdade, podemos dizer que estas são as atividades matizes, das quais derivam grande parte do comércio e outras formas de negócios. São elas: 1 – comércio de ouro e jóias; 2 – comércio de máquinas e equipamentos para garimpo; 3 – comércio de produtos alimentícios e bebidas; 4 – comércio de eletrodomésticos e produtos importados; 5 – comércio de combustíveis; 6 - negócios relacionados ao turismo. Outras atividades menores são ativadas pelo trânsito de pessoas na fronteira, tais como o transporte realizado pelas catraias e o câmbio paralelo realizado na rua, próximo ao local de desembarque de passageiros oriundos de Saint-Georges. Essa complexa rede de negócios movimenta minério e dinheiro em Oiapoque – o ouro, o euro e o real-, manipulados no dia a dia de forma hierárquica: o ouro e o euro são mais valorizados no mercado, por isso são mais cobiçados, enquanto o real serve como elemento de referência para ser utilizado nas transações

locais, em razão da obrigatoriedade da moeda nacional. Na prática, a circulação do ouro e do euro é, em grande medida, responsável pela dinâmica do mercado local, inclusive elevando os preços das mercadorias. (Silva, 2005, p. 281).



Figura - 2 Estabelecimentos comercial de venda e compra de ouro

O Sistema de Saúde é municipalizado, no entanto o Estado do Amapá⁵ continua tendo uma grande responsabilidade/participação com a saúde no município. O Oiapoque é um dos municípios amapaenses mais problemáticos em termos de saúde pública, principalmente no que diz respeito a recursos humanos. Atualmente, existem equipes da Secretaria de Saúde (SESA) que saem de Macapá e se revezam semanalmente na região, para garantir a demanda local. Nem mesmos os altos salários pagos aos médicos (12 mil reais em média) conseguem fixar especialistas na região. A solução encontrada, em casos graves, é bater às portas do Governo Francês via-Saint Georges.

⁵ O Estado do Amapá, antigo Território Federal, foi criado junto com a Constituição de 1988; portanto já tem quase 18 anos de existência. No entanto, a mudança administrativa não alterou profundamente o modo de vida e a cultura local.

As Polícias, tanto militar quanto civil, tentam manter a ordem na cidade apesar da precária estrutura disponível. Segundo o Comandante Gama, os principais delitos se concentram no fim de semana, como, por exemplo, assalto à residências, tanto no Oiapoque quanto em Saint Georges. Para este militar, a dificuldade de manter a ordem pública no município ocorre principalmente devido à intensa mobilidade de pessoas que transitam pela cidade (PINTO, 2006). Em uma entrevista, que constantemente era interrompida por seus subordinados para lhe avisar de ocorrências policiais, fez uma breve exposição sobre a segurança pública do município:

Tem pessoa que reside em Oiapoque e trabalha como assaltante em São Jorge... Quem quiser ter mais informações sobre saídas clandestinas para Caiena, basta se dirigir ao Posto Oiapoque. Sempre é possível encontrar esse serviço neste local. (Notas de Campo, Oiapoque, 14/05/2006).

A Polícia Federal de Oiapoque até maio de 2006 não possuía delegado, e sem Autoridade Processante, suas atividades na região ficavam seriamente comprometidas. Na ocasião, fomos informado que neste município a PF realiza, predominantemente, apenas trabalho de investigação e emissão de passaportes. Um dado interessante é que por mês chegam a emitir cerca de 80 documentos, a maioria para índios que também cruzam a fronteira atrás de trabalho na Guiana Francesa (PINTO, 2006). Carlos Gilmar, agente e chefe local, nos relatou sobre o pessoal que trabalha em Oiapoque: 12 agentes, 4 escrivões e 1 papiloscopista.

2 Fronteiras geográficas e conteúdo social

Apesar dos muitos interesses que unem brasileiros e franceses na fronteira do extremo norte brasileiro, as diferenças culturais e econômicas são perceptíveis. A própria forma como o governo francês controla a entrada e saída de pessoas em seu território é bem diferente do que ocorre do lado brasileiro. Enquanto a margem pobre implora pela presença de franceses para gastar seus euros com mulheres, bebidas e mercadorias; a outra margem tem que conviver com a presença incômoda de brasileiros diariamente em Saint Georges, geralmente praticando pequenos furtos,

como dissemos anteriormente. Por esse motivo, as gentilezas estão cada vez mais raras por parte da polícia francesa e até mesmo pela população local. O que antes era uma fronteira livre (Oiapoque/Saint Georges), hoje existe uma fiscalização rígida, pouco ligando para acordos diplomáticos. Incidentes diários são registrados no desembarque em Saint Georges (PINTO, 2006). Em tom de denúncia, os catraieiros dizem que quando são pegos no comércio de Saint Georges, sem identificação (que neste caso é a camisa da cooperativa) são castigados pela polícia francesa em praças públicas (geralmente são amarrados por quase 3 horas).

Na verdade, à medida que a Guiana Francesa vai fortificando as suas fronteiras, fechando-as cada vez mais à entrada de imigrantes brasileiros, o tráfico ilegal de pessoas se vai tornando cada vez mais comum; além do fato de que o “aspecto ilegal” acaba despertando ainda mais o desejo e a curiosidade de centenas de trabalhadores de cruzar a fronteira em uma busca desesperada por novas oportunidades de trabalho. Ao criminalizar a migração, a França não só vira as costas a um sério problema moral e esquece também de contradições regionais que ela mesma patrocinou ao longo da história na região. O que poderia esperar um país desenvolvido, que resolveu fixar território ao lado de uma região cheia de contrastes sócio-econômicos? Qual o preço que a França, ou melhor, a Comunidade Européia vai pagar por estas políticas que além de serem míopes também são insustentáveis.

Devido ao poderio econômico francês, inúmeras vezes os brasileiros se sentem pequenos em nosso próprio território nacional. Nossa soberania se torna muito frágil diante de um país europeu. A falta de investimento em políticas públicas em quase todas as áreas de fronteira por parte do Estado brasileiro e a extrema miséria de nossa população faz com que aflore um “desejo de servir”, uma espécie de *servidão voluntária*, para lembrar LA BOÉTIE (1999). Parece que este sentimento é compartilhado por muitos brasileiros, principalmente em conversas informais. Além da violência clássica, a violência simbólica está presente nas relações sociais entre brasileiros e franceses. Frases como: “eles são educados”, ou “eles gastam muito dinheiro no Oiapoque” servem para legitimar o processo de dominação, que ocorre também em termos simbólicos (BOURDIEU, 1990), onde a própria vítima se convence que inferior, e desta forma

aceita com resignação a dominação imposta pelo seu opressor. Dentro do campo econômico do Oiapoque, os franceses dão as cartas. Todos conhecem bem a regra do jogo. Por isso ninguém “mexe” com nossos vizinhos ricos. Um dado curioso colhido junto a Polícia Militar: as estatísticas demonstram que dificilmente ocorrem crimes (homicídios, latrocínios) praticados contra franceses, apesar do município de Oiapoque ser extremamente violento.



Figura 3 – Trailer localizado às margens do Rio Oiapoque, que serve também como posto de câmbio. Foto: M. Pinto, 2006.

O modo como Brasil e França atuam na fronteira evidencia estratégias diferenciadas de controle na região empreendida pelos dois países. No lado francês, o patrulhamento é permanente, com presença ostensiva da Polícia do Ar e de Fronteira (PAF) através de rondas noturnas. Outra prática comum em Saint Georges é a solicitação de vistos e passaportes. Exige-se também o Certificado Internacional de Vacinação. Inclusive o Ministério de Ultra-Mar Francês está disponibilizando para o orçamento de 2007 milhões de euros para combater a migração clandestina. Intensificar o controle de entrada na Guiana Francesa é uma meta fundamental para o Estado Francês na região. O comentário a seguir dimensiona bem esta mudança de comportamento:

O Estado social está se tornando aos poucos, mas de modo inexorável e consistente, um Estado de Guarnição, como o chama Henry Giroux, descrevendo-o como um Estado que cada vez mais protege os interesses das corporações globais, transnacionais, enquanto aumenta o grau de repressão e militarização do front doméstico. Os problemas sociais são cada vez criminalizados (BAUMAN, 2004, p. 106).

No que diz respeito à fronteira brasileira, parece que nenhuma norma é seguida. Como já afirmamos, a presença do Estado brasileiro na região é bastante frágil. A falta de policiamento em áreas estratégicas, como por exemplo, no Porto local, é um atentado à soberania nacional. Também a ausência de cobrança de documentos como passaportes e Certificados Internacional de Vacinação criam um ambiente perfeito para a ilegalidade. Desta forma, a dinâmica da clandestinidade ganha uma lógica própria, facilitando atos ilícitos de toda ordem. Mesmo “politicamente incorreto”, o turismo como exploração sexual funciona como uma atividade econômica muito importante no município. O tráfico de pessoas também é outra atividade que rende boas cifras para quadrilhas especializadas que operam na região.



Figura – 4. A ponte que vai ligar o Amapá (Brasil) à Guiana francesa ainda nem começou a ser construída; no entanto, a placa na entrada do município do Oiaipoque, já indica a direção por onde vai passar milhares de trabalhadores brasileiros futuramente. Foto: Tatiana Gemaque, 2007.

Considerações Finais

As zonas fronteiriças são zonas de empréstimos e apropriações culturais (...) Essas fronteiras tanto podem se configurar como lugar de controle como de transgressão, tanto nas fronteiras geopolíticas, quanto nas culturais e subjetivas (RODRIGUES, 2006). Oiapoque, como quase todas as cidades localizadas em área de fronteira, oscilam entre o efêmero e o permanente, o local e o global, enfim, possuem uma realidade própria e uma zona cultural que ao mesmo tempo recebe influência, influencia atitudes e comportamentos culturais. Fronteiras são espaços sociais interligados, produtos de interstícios culturais (Homi Bhabha, 1998) que se revelam, às vezes, de forma invisível e subjetiva. Como tentamos enfatizar neste artigo, as relações sociais identificadas na cidade de Oiapoque, mostram estratégias de sobrevivência de instituições e sujeitos sociais, como forma de manter o funcionamento da cidade. Em uma região em que o Estado brasileiro está presente mais por uma questão institucional do que para servir o cidadão, as práticas ilegais podem até ser consideradas normais e acabam tendo uma espécie de “função”, numa perspectiva durkheimiana. Como bem observa SILVA (2005)

Se, por um lado, a cidade de Oiapoque se afirma na fronteira como um espaço de relações transitórias e efêmeras, por outro, sua possibilidade de se impor como um lugar importante para o estado e o país é, contraditoriamente, a de apresentar como um território estratégico na ampliação das relações com a Guiana e com o mercado internacional. Em outras palavras, o potencial de problemas para a fronteira é, ao mesmo tempo, sua força motriz para se tornar para se tornar um centro urbano capaz de mediar as relações regionais, nacionais e internacionais que se apresentam no cotidiano. (SILVA, 2005)

As migrações econômicas, presenciadas no município de Oiapoque, resultam também de lógicas diferenciadas. Por um lado, traduzem a manutenção dos laços antigos, nomeadamente atrasados, e a interdependência acrescida entre países no quadro da globalização, como é o caso da França. Por outro lado, resultam de recrutamentos oficiais, de estratégias comunitárias, mas também do desenvolvimento rápido de redes clandestinas de tráfico de mão-de-obra, como tentamos evidenciar no decorrer do texto.

As cidades, principalmente em áreas de fronteiras, permanecem como locais destinados a certas atividades clandestinas. Nestas periferias, como é o caso do Oiapoque, aparecem lugares que se tornam estratégicos a partir do seu próprio esquecimento. As facilidades do comércio ilegal, a venda e compra de euro e ouro em pleno centro comercial, o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o não pagamento de impostos fazem do Oiapoque um lugar interessante e cheio de possibilidades, alimentando o sonho de trabalhadores honestos e da própria máfia.

Nossa realidade é plural e por isso comporta situações específicas, especiais, singulares. As fronteiras amazônicas, pela realidade em que se encontram, merecem uma atenção de Estado e não simplesmente de políticas públicas paliativas, e neste cenário, é quase obrigatório refletirmos sobre o alcance de nossa própria ordem democrática.

O crescimento do crime, as intervenções ilegais da polícia nos bairros pobres, à prática disseminada da tortura e mesmo da execução sumária de suspeitos pertencentes aos setores mais pobres ou de alguma forma estigmatizados, a negação de direitos a mulheres e a várias minorias, a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas refletem não apenas um grave processo de decadência urbana. Elas também expressam a crescente incapacidade do Estado para tornar efetivas suas próprias regulações (O'DONNELL, 1993,p. 129).

Segundo O'Donnell (1993), partes da Amazônia e do nordeste do Brasil, são um exemplo da evaporação da dimensão pública do Estado. Ao imaginar um mapa de cada país no qual áreas cobertas pela cor azul designariam aquelas onde há um alto grau de presença do Estado; a cor verde indicaria um alto grau de penetração territorial e uma presença significativamente mais baixa em termos funcionais de classe e a cor marrom, um nível muito baixo ou nulo nessas duas dimensões; O'Donnell (1993) sinaliza que a Noruega, por exemplo, seria dominada pelo azul, os Estados Unidos mostrariam uma combinação de azul e verde, com importantes manchas marrons no sul e o Brasil e a Argentina seriam dominados pelo marrom. Não podemos esquecer que a legalidade de uma ordem democrática que funcione adequadamente é universalista: pode ser invocada com sucesso por qualquer pessoa, independentemente de sua posição social na sociedade.

Para este mesmo autor, a democracia enquanto forma política efetiva sobre um dado território, está necessariamente conectada à cidadania. A completa universalização de cidadania é um ideal do qual as democracias realmente existentes se aproximam mais ou menos estreitamente. Desta forma, um Estado que é incapaz de impor sua legalidade sustenta uma democracia com cidadania de baixa intensidade, sentencia O'Donnell (1993).

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CANEJO, Mônica. PAIVA, Maurício. *Fronteira das Ilusões*. Revista Terra, Editora Peixes, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Descobertas&experiências*. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Nas Terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX*. Belém, UFPA, 1999.

IANNI, Octávio. *A Sociologia e o Mundo Moderno*. Ver. Tempo Social (USP), 1 (1): 7-27, 1 SEM. São Paulo, 1989.

LA BOETIE, Etienne. *O discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEONARDI, Vitor. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: Saúde e História Social*. Brasília, Marco Zera, 2000.

MEIRA, Sílvio. *Fronteiras Sangrentas: Heróis do Amapá*. Belém, 1977.

MORAIS, Paulo Dias e ROSÁRIO, Ivoneide Santos. *Amapá de Capitania a Território*. Macapá, 1999.

ODONELL, Guillermo. *Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. Uma visão latino-americana*. Trad. Otacílio Nunes. *Novos Estudos Cebrap*. N36, 123-145. São Paulo, 1993.

RAIOL, Osvaldino. A Utopia da Terra na Fronteira Amazônica. Macapá, O Dia, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. Território do Amapá: Perfil Histórico. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.

WEBER, Max. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Belém, Secult, 1993.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. Estudos Avançados/USP. Vol. 20 n 57. São Paulo maio/agosto, 2006.

ROMANI, Carlo. “Clevelândia, Oiapoque – Aqui Começa o Brasil”. Tese de Doutorado em História. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2003.

PINTO, Manoel J.S. Oiapoque/Guiana Francesa – notas de campo, documentação fotográfica, Macapá, 2005.

SILVA, Jose Maria. A Cidade de Oiapoque e as Relações Transnacionais na Fronteira Amapá-Guiana Francesa. História Revista, 10 (2): 273-298, julho./dez.2005.

SIMONIAN, Ligia, FERREIRA, Rubens. Trabalho e Vida em Terra Estrangeira: O caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa. História Revista, 10 (2): 227-253, julho/dez.2005).

VIDAL, Luz Boelitz. O modelo e a marca, ou estilo dos “misturados: Cosmologia, História e Estética entre os povos do Uaçá. Revista de Antropologia. V. 42. n 1-2. São Paulo, 1999.

A construção de um lugar de múltiplas fronteiras em Roraima

Francilene Rodrigues*

Apresentação

A noção de *fronteira* é muito complexa. Tanto pode ser entendida como espaço social e regional estratégico para a economia e a segurança nacional, como espaço de significação política e cultural. Entre seus vários significados estão os de espaços de encontros, de conflitos e de passagem, como também de representações emblemáticas da relação com as nações vizinhas e de identidade própria.

O objetivo deste texto é analisar alguns dos processos sociais característicos da realidade fronteira, bem como os significados construídos ou desconstruídos sobre a fronteira ao norte do Brasil (cidade de Pacaraima, no estado de Roraima) e ao sul da Venezuela (cidade de Santa Elena do Uairén, no estado Bolívar).

Amazônia, imaginário e cultura

O complexo cultural amazônico, em parte, decorre do modo como o imaginário da Amazônia brasileira foi construído a partir dos viajantes do século XVI. As relações paraíso\inferno e pesadelo\castigo, presentes na construção do imaginário e na representação da Amazônia brasileira, evocam imagens de um lugar de degrado, simbolizado pelas condições extremas que dificultam a sobrevivência do homem. Essas dificuldades necessitam ser superadas, as provações vencidas para, somente assim, conquistar um lugar no paraíso.

* Professora da Universidade Federal de Roraima, no curso de Ciências Sociais, mestre em Planejamento e Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, e doutoranda em Ciências Sociais no Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília.

Esse imaginário é constantemente reconstruído no curso político e histórico da ocupação e da colonização da Amazônia brasileira. A representação da Amazônia como lugar paradisíaco leva à construção de um discurso sobre a região como reservatório de biodiversidade e, conseqüentemente, como lugar de salvação para a crise ambiental. A Divisão Ecológica Internacional é um dos desdobramentos práticos dessa representação e da re-significação do mito do paraíso perdido (FERNANDES, 2000).

A Amazônia é uma construção simbólica complexa. Enquanto região representada espacialmente aparece como “imensidão geográfica vazia” e seus habitantes são invisibilizados tanto quantitativamente quanto culturalmente. É essa visão, segundo Ramos (2000), que justifica a tomada ilícita de territórios nativos sem que isso se configure uma invasão, mas ao contrário, aparece como uma ocupação natural e até obrigatória. A Amazônia é produzida e inventada a partir de determinadas características físicas, atributos morais, culturais e símbolos, base para a elaboração de discursos que tentam contrapor os significados de cultura e civilização, por um lado, natureza, barbárie e atraso, por outro. Dessa forma, por estarem próximas à natureza, as populações amazônicas são consideradas atrasadas e tradicionais e, portanto, necessitam ter acesso ao desenvolvimento e à incorporação de padrões de progresso e de modernidade. No entanto, porque os agentes internos são incapazes de sair do atraso e de levar adiante um projeto modernizador para seus Estados esse processo deve ser deslançado por um agente civilizador externo à região.

A imagem que freqüentemente se tem da Amazônia é mais uma imagem sobre a região que da região. Os diversos povos que habitam esse espaço desenvolvem múltiplas culturas e, por isso, têm diversas e múltiplas identidades. Contudo, para o centro hegemônico, são apenas nativos, índios, caboclos e ribeirinhos, todos classificados em uma única categoria: *não-branco*, o “outro”, em contraposição ao branco civilizado, preferencialmente, do Centro-Sul do país. Reproduz-se a imagem de uma região homogênea, de um lugar infernal e paradisíaco, com uma população cuja *leseira baré*¹ é parte integrante do seu caráter. A questão da alteridade torna-se elemento central na construção e na representação desse espaço,

¹ Expressão utilizada no Amazonas para tachar os manauaras de preguiçosos. *Baré* é uma etnia que, como tantas outras, foi extinta durante o processo de colonização.

justamente porque enquanto fronteira, a alteridade tem de ser modificada. Dessa forma, a Amazônia é um lugar produzido e construído historicamente por representações que incorporam as noções tanto da fronteira física e geopolítica quanto fronteira simbólica e identitária.

Vale ressaltar que a influência da globalização econômica, reforça a posição da Amazônia como fronteira mundial. A Amazônia também assume a condição de fronteira de expansão da nação brasileira e, como tal é uma região que precisa ser desbravada e efetivamente conquistada por meio da sua ocupação e colonização. O processo de efetivação da nação faz-se pela ocupação das fronteiras. Dito de outra forma, a fronteira é o lugar da nação. Daí a constante preocupação com a segurança expressa nos planos e projetos, como o Programa Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia, entre outros.

Superposição de fronteiras no Estado de Roraima

O estado de Roraima, como parte da região amazônica, reproduz em grande parte o imaginário amazônico. Ignorado pelo poder central, o estado de Roraima, também é representado como “lugar que não existe”, “final do mundo”, “último pedaço do Brasil”, “lugar sem lei”, entre outras representações. Historicamente, a ocupação do estado de Roraima está ligada à base econômica extrativa e à necessidade de manutenção da soberania, uma vez que faz fronteira com a Venezuela e a República da Guiana.

Desde o fechamento da fronteira do Centro-Sul, em meados do século XX, a grande fronteira de expansão continua sendo a Amazônia. O estado de Roraima também se configura como fronteira que precisa ser ocupada e integrada ao país, à civilização. Como fronteira de expansão, o estado de Roraima tem sido utilizado pelos governos como um lugar de recepção de imigrantes, funcionando como laboratório das políticas de colonização e assentamento. Os projetos de integração da Amazônia ao Centro-Sul do país passavam necessariamente pela criação de infraestrutura básica de transportes e comunicações como forma de interligar a Amazônia ao Nordeste, ao Centro-Sul e ao sistema rodoviário interamericano.

Durante os governos militares, a população foi um elemento fundamental na formação de uma base produtiva para o processo de inserção da Amazônia na economia mundial e na constituição do poder

nacional. A partir dos anos 1970, o estado de Roraima configurou-se como pólo de atração populacional, seja como resultado da política oficial da colonização, por meio da distribuição de terras da União, seja em decorrência do *boom* da mineração, que forjaram os processos migratórios em massa ocorridos, principalmente, a partir dos anos 1980.

Embora o censo demográfico expresse um declínio das taxas anuais de crescimento populacional entre os períodos de 1980\91 e 1991\2000, determinado principalmente pela redução da fecundidade, a taxa de crescimento da região norte, principal fronteira de expansão agrícola ainda é a maior do Brasil mesmo apresentando certo declínio. (Quadro 1)

Quadro 1: Taxa Média de Crescimento anual (%) Brasil e Grandes Regiões, Períodos 1980-1991\1991-2000\2001-2005

	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1980-1991	1991-2000	2001-2005
Brasil	1,93	1,64	1,67
Norte	3,85	2,86	2,64
Nordeste	1,83	1,31	1,36
Sudeste	1,77	1,62	1,66
Sul	1,38	1,43	1,46
Centro-Oeste	3,01	2,39	2,31

Fonte: RIPSa\IBGE Disponível em www.ripsa.org.br/fichasIDB\record.php

O processo de intensa imigração para Roraima foi, de certa forma, influenciado pela representação de um estado de “terra abundante” e “terra de oportunidade”. Em Roraima, o avanço das frentes de colonização, caracteriza-se principalmente pelas atividades de pecuária e de garimpagem. Isso agravou a situação dos povos indígenas, que tiveram suas terras invadidas por fazendeiros e garimpeiros. Como represália por parte da elite e das autoridades locais, os povos indígenas são apresentados como o “grande empecilho” ao desenvolvimento do estado, ademais, de cristalizarem um discurso, segundo o qual “há muita terra para pouco índio”. Dessa forma, reforça-se e reedita-se o discurso anti-indígena elaborado para reforçar os mitos sobre o “caboclo” que, embora não seja mais indígena, teria herdado a preguiça e o desleixo dos antepassados e, que sem a “ajuda humanitária” dos fazendeiros - seus

benfeitores - seria incapaz de sobreviver. Assim, elaboram-se justificativas para a incompetência da elite local, que por meio das mais diversas formas de preconceitos e estigmas negam as populações indígenas seus direitos mais elementares.

Roraima: um lugar de fronteiras

O asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista e a Santa Elena do Uairén (Venezuela) realizado em 1996, foi um dos fatores que contribuiu para a intensificação dos processos migratórios. Os projetos de colonização e assentamento rural organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foram implantados ao longo da BR-174 e da BR-210. Embora tenha sido significativa a imigração de nordestinos, os fluxos migratórios diferenciaram-se no tempo, ou seja, até os anos 1970, predominavam imigrantes vindos dos estados do Ceará e Piauí; nos anos 1970 e 1980, imigrantes procedentes do Sul e Sudeste e nos anos 1990, imigrantes oriundos do estado do Maranhão, Amazonas e Pará.

Na década 1981-1990, o estado de Roraima cresceu a uma taxa de 9,63%, bem acima da taxa de crescimento verificada nos estados de Rondônia, que foi de 7,89% e do Amapá, de 4,67%. Na década de 1991-2000, houve um declínio significativo nas taxa de crescimento, embora Roraima mantivesse a segunda maior taxa entre os estados da região norte (Quadro 2).

Quadro 2: Taxa de crescimento populacional dos Estados da Região Norte do Brasil(1980-2005).

Estados da Região Norte	TAXA DE CRESCIMENTO(%)		
	1981-1990	1991-2000	2000-2005
Região Norte		2,86	2,68
Acre	3,01	3,29	3,58
Amapá	4,67	5,77	4,52
Amazonas	3,57	3,31	2,90
Para	3,46	2,54	2,43
Rondônia	7,89	2,24	2,18
Roraima	9,63	4,58	3,85
Tocantins	2,01	2,61	2,48

Fonte: RIPSA/IBGE Disponível em www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php

Apesar da intensa imigração nas últimas décadas que colocou Roraima como o estado com a segunda maior taxa de crescimento populacional dos estados da região norte, no período de 1991\2000 e 2001-2005, a classe política e a elite local reproduzem o discurso do vazio demográfico (Quadro 2).

Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma concentração da população nos centros urbanos. Isso tem sido uma tendência geral em todo o país e, em Roraima, nas décadas de 1960 e 1970, a população rural representava 57,08% e 57,24%, respectivamente. Na década de 1980, ocorreu uma inversão significativa, quando a população urbana chegou a representar 61,56%. No final da década de 1990, a população urbana representava 64,72% da população total e, em 2000, 76,11%, o que demonstra um crescimento bem menor que os verificados nas últimas décadas (Quadro 3).

Quadro 3: População residente de Roraima (1950/2000).

ANO	TOTAL	RURAL		URBANA	
		habitantes	(%)	habitantes	(%)
1950	18.116	12.984	71,67	5.132	28,33
1960	28.304	16.156	57,08	12.148	42,92
1970	40.885	23.404	57,24	17.481	42,76
1980	79.159	30.425	38,44	48.734	61,56
1991	217.583	76.765	35,28	140.818	64,72
2000	324.152	77.420	23,89	246.732	76,11

Fonte: IBGE.

Esta tendência à concentração urbana em Roraima é explicada, em parte, pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos federal e estadual para implementar políticas de colonização e de incentivo à migração para a área rural (BARBOSA, 1994). Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 80. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos (vilas, povoados e pequenas cidades), as referências de apoio para os garimpeiros

eram as cidades maiores. Mais precisamente, a capital, Boa Vista, foi o núcleo de atração dessa população por possuir maior e melhor infraestrutura de serviços e de diversões (bares, cabarés, boates), além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração.

Observa-se que os movimentos migratórios, a partir da exploração da atividade de mineração nos anos 1920, da instalação do território do Rio Branco nos anos 1940 e da abertura das rodovias e da implantação dos projetos de colonização nos anos 1970, não tiveram a mesma intensidade do movimento migratório dos anos 1980, que conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com a “frente garimpeira”².

Em Roraima, o processo de concentração urbana não se aplicou a todos os municípios do Estado, pelo menos, até o final dos anos 80. Dos 8 municípios existentes, apenas Boa Vista e Caracaráí concentravam uma população urbana superior à rural. O município de Boa Vista concentrava 69,7% da população do Estado, e somente a capital, Boa Vista, concentrava 55% da população total do Estado. Isso confirma sua condição de cidade primaz no Estado.

No entanto, no final dos anos 90, outros cinco municípios passaram a concentrar maior população nos centros urbanos que nas áreas rurais: Iracema, Mucajaí, Pacaraima, São João da Baliza e São Luís do Anauá. Esse quadro parece não se alterar, ou seja, a maioria dos migrantes que entra no Estado dirige-se para os centros urbanos e, em especial, para a capital, Boa Vista (Quadro 4).

² A discussão sobre frente pioneira e frente garimpeira é encontrada em Martins (1975) e o conceito de fronteira de expansão é discutido em Oliveira Filho (1990) e Velho (1976).

Quadro 4 – Destino dos migrantes para os municípios do Estado.

Municípios de destino	Período					Total do período 96/00
	1996	1997	1998	1999	2000	
Alto Alegre	08	50	311	89	11	469
Boa Vista	7.018	4.745	12.297	10.542	8.338	42.940
Cantá	-x-x-	20	17	05	03	45
Caracarái	129	159	171	219	157	835
Caroebe	36	19	46	105	45	251
Iracema	07	35	209	124	125	500
Mucajaí	30	121	231	56	76	514
Pacaraima	05	09	-x-x-	10	19	43
Rorainópolis	290	499	1.265	1.613	1.111	4.778
São João da Baliza	69	97	207	157	86	616
São Luiz do Anauá	94	26	77	114	105	416
Total geral	20.454	5.780	14.831	13.034	10.078	64.181

Fonte: Secretaria do Bem-Estar Social, Departamento de Desenvolvimento Social.

O município de Pacaraima foi o que recebeu o menor número de migrantes no período de 1996 a 2000. Isto se deve ao fato de Pacaraima não se configurar, em um primeiro momento, como atrativo para os migrantes. No entanto, Pacaraima representa o 8.º município em termos populacionais, ficando à frente de municípios como Caroebe (11.º), São Luiz do Anauá (12.º), São João da Baliza (14.º) e Iracema (15.º), localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essas áreas são consideradas áreas de expansão da fronteira agrícola, pois nelas está situada a maioria dos projetos de assentamentos rurais do Estado. Neste sentido, o 8.º município em termos populacionais só vai tornar-se referência como local de migração em um segundo momento, depois que os migrantes passam por outros municípios, inclusive após uma passagem por Boa Vista.

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, o município de Pacaraima contava com uma população residente de 6.989 habitantes. Desse total, 2.758 habitantes estavam na área urbana, e 4.231 habitantes na área

rural, cuja população é formada, na maior parte, por índios Macuxi e Taurepang. Os Taurepangs ocupam a área no alto rio Surumu, já nos limites com a Venezuela, próximo à sede do município de Pacaraima. Em algumas áreas, os índios Macuxis, Taurepangs e Wapixanas vivem em conjunto. Em virtude de sua freqüente mobilidade, estão em constante deslocamento entre o território brasileiro e o venezuelano, sendo conhecidos naquele país por Pemon.

A partir de meados dos anos 1990, o fluxo migratório para Pacaraima intensificou-se em virtude da perspectiva de criação de uma Área de Livre Comércio, que até o presente momento não se concretizou. Pacaraima tem crescido muito, em parte, conseqüência do comércio transfronteiriço, tanto legal quanto ilegal de produtos tais como: bebidas e combustíveis da Venezuela e gêneros alimentícios do Brasil, bem como o câmbio de moedas e os serviços domésticos e de transportes. Portanto, esse fluxo, proporcionado principalmente pelas atividades ilegais, provocou o crescimento populacional e a ascensão de Pacaraima à categoria de base de apoio e “centro de lazer” nos finais de semana.

Pequenos espaços urbanos, como Pacaraima, no lado brasileiro, e Santa Elena do Uairen, na Venezuela, estruturam-se como o urbano na fronteira, entrelaçando-se floresta e “lavrado”, diferentes grupos étnicos e povos de diversas nacionalidades e diversas culturas³. A fronteira nessa área tem um papel delimitador, dividindo burocraticamente o cidadão habitante desse espaço. No entanto, a fronteira demarcada não impede o deslocamento das populações, que se movimentam entre os territórios delimitados, ultrapassando as linhas divisórias, os marcos, criando “caminhos” alternativos, derrubando as “barreiras” que impõem regras, estipulam tempo e definem o consumo.

Os contrastes entre as fronteiras internacionais e nacionais tornam-se evidentes à medida que bordas e divisas ou fronteiras internacionais são perfeitamente instituídas e institucionalizadas, estando a delimitação do território definida por meio dos marcos, como o de BV-8, localizado no município de Paracaraima, no Estado de Roraima, ou por meio dos

³ A imigração de outros países da América do Sul é uma tendência recente no Estado de Roraima. Pude verificar esse processo no curso do desenvolvimento dos diversos trabalhos de campo que realizei na fronteira em 2000, 2004 e 2005.

monumentos, na fronteira, construídos em concreto para hastear os ícones afirmativos da presença nacional, ou, ainda, pelas estruturas de fiscalização e controle de bens e pela vigilância de entrada e saída de pessoas.

Como Roraima está localizado no extremo Norte do Brasil, limitado por dois países, a fronteira no Estado faz parte do cotidiano da população. Em razão do difícil acesso e da distância do restante do Brasil, a população é obrigada a relacionar-se com o externo. Transpor a fronteira com a Venezuela é algo simples e quase obrigatório para a população roraimense, seja nas relações econômicas e comerciais (comércio e atividade de mineração), seja nas relações sociais (casamentos, apadrinhamentos, vizinhas etc.). As fronteiras são impostas, mas a migração intensifica-se nessa fronteira, que é cruzada na busca de melhores condições de vida.

Assim sendo, a fronteira em Roraima está estabelecida, os marcos são definidos, os limites existem, a burocracia regula-se por meio de leis, contudo os povos que habitam esse espaço vivem a contingência de virtualmente possuir vários idiomas – português, inglês, espanhol, arekuna –, por meio dos quais se relacionam, se entendem e se entrelaçam. Ser brasileiro e ser venezuelano são modos de existência definidores de cada nação, ao mesmo tempo em que outras identidades estão sendo construídas e reconstruídas.

Construindo o espaço transfronteiriço no município de Pacaraima

A história do município começa com a implantação de um pelotão de fronteira do exército no chamado marco BV8. A ida de militares e suas famílias para o pelotão representaram o embrião da vila de BV8. A vila Pacaraima foi elevada à categoria de município em 1995, porém sua instalação só ocorreu em 1997, com a posse do primeiro prefeito eleito. Pacaraima localiza-se na fronteira do Brasil com a Venezuela e está distante de Boa Vista apenas 215 km. O principal acesso é a BR-174, que corta uma área indígena. O município é objeto de uma ação judicial movida pela Fundação Nacional do Índio –FUNAI, que questiona a sua legalidade na Justiça Federal.

Esse espaço da fronteira norte do Brasil contém uma fronteira internacional, no sentido de *limite* territorial e de soberania, entre os Estados-nações venezuelano e brasileiro. Já como fronteira no sentido

político, o limite separa dois países e abarca todas as tensões que decorrem da necessidade de ocupação efetiva e de manutenção da soberania territorial.

As fronteiras internacionais são não apenas *limites*, mas principalmente zonas fronteiriças, nas quais a afirmação dos Estados-nações envolvidos é mais complexa e potencialmente geradora de conflitos. É justamente nessas zonas que cidadãos diferentes trocam lealdades, saberes, linguagens, entre outras coisas. A fixação de limites concretos entre Estados-nações e seus dispositivos culturais e políticos geram efeitos materiais e simbólicos e muitas vezes as fronteiras dos sistemas políticos e as fronteiras culturais não coincidem.

As culturas, como diz Hall (2003), sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais, porque, em virtude dos trânsitos humanos (legais e ilegais), seus elementos são reproduzidos em outro lugar, difundidos, mesclados e redefinidos, sendo, portanto, transgressoras dos limites políticos. Já as fronteiras internas estão marcadas não por limites e divisas físicas, mas por linhas imaginárias. Portanto, são ambíguas e não são predefinidas. Não há uma definição precisa de onde começa e onde termina a fronteira interna. As fronteiras internas são construídas imaginariamente.

Pacaraima é uma fronteira cultural produzida na diversidade tanto nacional quanto internacional, manifestada nas identidades étnicas, nas linguagens, nos credos e nas culturas que geram conflitos e alianças entre a população que vivencia a fronteira. Na atualidade, essa fronteira cultural tem sido profundamente modificada pelas novas tecnologias de transporte e comunicação, que, segundo Hall (2003), intensificaram os processos migratórios, encolheram o mundo, de modo que as culturas e as identidades tanto transcendem seu lugar de origem quanto se hibridizam ao ponto de cada vez ser mais difícil identificar suas origens. A fronteira não pode mais ser descrita apenas como algo que divide, mas são zonas permeáveis onde se acentuam os processos de interculturalidade.

Os processos pelos quais as culturas são configuradas ou reconfiguradas realizam-se nas zonas de contato e seguem as fronteiras interculturais das nações, povos e lugares. Essas fronteiras podem configurar-se como lugar tanto de hibridez quanto de controle e

transgressão. A transgressão pode ser tanto das fronteiras geopolíticas quanto das fronteiras culturais e da subjetividade.

Os deslocamentos, os trânsitos fazem com que os diversos atores sociais entrecruzem suas trajetórias históricas e culturais, possibilitando o processo de seleção, revisão, reapropriação e invenção cultural. A *hibridação cultural*, por abranger diversas mesclas interculturais moderna, pode gerar novas e inusitadas combinações de culturas (CANCLINI, 1997). Essa é a forma mais apropriada, segundo Rushdie (1989), para fazer surgir a novidade no mundo. Os fenômenos culturais estão estreitamente ligados às experiências vividas, aos acontecimentos sociais, às ocasiões históricas, à vida cotidiana e ao lugar.

A cidade de Pacaraima pode ser compreendida como um *espaço intercultural e transfronteiriço*. É transfronteiriço, porque nesse lugar configuram-se diversas redes de relações sociais, símbolos e autoridades de diferentes nações, nas quais os diversos atores sociais vivenciam e compartilham símbolos e significados. É intercultural, por ser um local privilegiado para o amálgama cultural decorrente do encontro de diferentes complexos culturais, que já são em si mesmo o resultado da sedimentação, da justaposição e do entrecruzamento de tradições indígenas, do lusitanismo e hispanismo colonial católico.

É na fronteira que os atores sociais revisam e reinventam modos de vida ao mesmo tempo em que se apropriam dos mais diversos elementos culturais. É na fronteira que se revelam as ambigüidades das diversas fronteiras e os processos de deslocamento tornam-se constitutivos de significados culturais e identitários (CLIFFORD, 1999). É na fronteira que os diferentes modos de pertencimento servem para negociar as identidades na nova cultura. Por isso, a fronteira é o lugar apropriado para a construção e a reconstrução das identidades, que são definidas historicamente e continuamente deslocadas (HALL, 2003). A fronteira é um lugar existencial e não apenas espacial, no qual convive uma pluralidade de culturas e identidades que transitam entre lugares e contextos diferenciados.

Nessa fronteira múltipla que é Pacaraima, os atores sociais que vivem nessas fronteiras – índios, garimpeiros, comerciantes, prostitutas, trabalhadores domésticos, camelôs, compradores de ouro e diamante,

taxistas, entre outros – estabelecem processos de integração e socialização à revelia de projetos ou programas políticos, o que faz com que suas ações não coincidam necessariamente com as dos Estados-nações. Exemplo recente foi a aliança de brasileiros e venezuelanos contra a decisão do governo venezuelano em fechar os garimpos ilegais na região do rio Caroni⁴

Essas populações podem ser chamadas de *transfronteiriças*. Por isso, aqueles que cruzam esporadicamente a *la línea*, a divisa internacional, atribuem certo significado ao processo de entrada e saída em um outro país, em um outro modo de vida e costumes e, conseqüentemente, têm que negociar temporariamente os códigos desconhecidos, entender e fazer-se entender. Esses significados estão associados também ao fato dos transfronteiriços terem de lidar com a polícia, com a fiscalização, com o incômodo de serem parados e revistados por militares em cujos rostos há quase sempre a denúncia de que todos são culpados de algo.

Para aqueles que vivenciam *la línea* no dia-a-dia da *transfronteira*, os significados são ampliados e incorporam, além daqueles, outros significados que refletem uma socialização geopolítica a partir de um permanente trânsito entre o “aqui” e o “lá”, o “cruzar” e “chegar” ao outro lado da linha divisória e de certa integração com os de “lá” e os “daqui”. Além desses, há também os significados decorrentes do enfrentamento de certas tensões próprias dessas zonas.

Nessas regiões fronteiriças, nessas bordas, essas populações negociam uma variedade de sentimentos e significados associados aos membros das diversas nações e estados. Por isso, a fronteira internacional não é apenas o *locus* de contestação e ameaça à soberania do Estado

⁴ O governo da Venezuela decidiu proibir a mineração depois que órgãos ambientais comprovaram que a exploração poluiu o rio Caroni, que gera energia elétrica para a região, inclusive para o Brasil. O governo venezuelano propôs implementar o programa chamado Reconversão Mineira e Aliança Povo-Governo, que consiste na extinção do garimpo na região. Em troca, os garimpeiros devem receber capacitação e crédito para a formação de cooperativas destinadas a outra atividade produtiva que não seja o garimpo. O prazo para eles deixarem a área expirou no dia 31 de agosto de 2006. O comércio de Santa Elena de Uairén, localizada no município de Gran Sabana, na Venezuela, fronteira com o Brasil, fechou as portas no dia 29 de setembro de 2006 em solidariedade às famílias e aos companheiros dos garimpeiros mortos no massacre de La Paragua, ocorrido em Bolívar no dia 22 de setembro de 2006. O protesto pretendeu ainda chamar a atenção das autoridades para a questão da garimpagem na região e repudiar a ação do Exército, que executou mais de dez garimpeiros que atuavam na área, entre brasileiros, índios e pessoas de outras nacionalidades (*Folha de Boa Vista-RR*, 29 set. 2006).

nacional, mas também representa o centro das forças de transformações sociais, econômicas, políticas e, principalmente, culturais que, de certa forma, ameaça o futuro do Estado-nação.

Como afirmam Donnan e Wilson (1998), as bordas não são homogêneas e variam no tempo e no espaço. Embora sejam estruturas físicas do Estado, as fronteiras também estruturam uma grande variedade de significados e formas de pertencimento a uma e outra variedade de identidades. As fronteiras modulam identidades que não são encontradas em nenhum outro lugar do Estado.

Algumas considerações finais

A especificidade do município de Pacaraima no contexto amazônico é seu caráter de múltiplas fronteiras. Portanto, o município pode ser visto como fronteira múltipla porque nele existem várias linhas divisórias entre entidades diferentes. Nele há o lavrado, mas também a floresta, os Estados brasileiro e venezuelano, as diversas nações indígenas, as tradições (etnográficas) caribenhas e amazônicas, como também diversas entidades identitárias.

Pacaraima é uma fronteira internacional, no sentido de *limite* territorial e de soberania entre os Estados-nações venezuelano e brasileiro. A fixação de limites concretos entre Brasil e Venezuela e seus dispositivos culturais e políticos gera efeitos materiais e simbólicos, o que muitas vezes implica a falta de coincidência entre as fronteiras dos sistemas políticos e as fronteiras culturais.

Pacaraima também é uma *fronteira interna*, que representa uma área de expansão da ordem econômica e social do Brasil, que precisa ser desenvolvida e conservada como reservatório de recursos. As fronteiras internas brasileiras, por serem áreas relativamente isoladas e juridicamente ambíguas, tendem a desenvolver estruturas sociais de caráter local, mas também inovadoras, em virtude do hibridismo e/ou do multiculturalismo que as caracterizam.

Pacaraima é um lugar fronteiro e, por isso, encerra inúmeras relações e movimentos de pessoas que se deslocam, transitam e, conseqüentemente, definem esse lugar a partir dos efeitos produzidos e

conteúdos expressos, tanto nos aspectos da vida cultural, quanto nos aspectos identitários, que também se deslocam e se pluralizam.

Esse espaço fronteiriço entre o Brasil e a Venezuela tem sido profundamente modificado em virtude da intensificação dos processos migratórios. Os processos migratórios transnacionais são complexos por envolverem aspectos ligados à fronteira nacional, à soberania e à transculturação. Pode-se afirmar que, na fronteira entre Brasil e Venezuela está ocorrendo um processo de migração tanto internacional quanto interna, em decorrência, em parte, da possibilidade que os atores sociais têm de atuar na mineração, no comércio local e no setor de transportes, ademais das atividades ilegais como o tráfico de mulheres, o contrabando de combustível e o câmbio ilegal de moeda. A intensificação da migração estrangeira de outros países do continente para essa fronteira é uma tendência recente, mas começa a ter certo impacto na configuração das comunidades locais, tanto nas de origem quanto nas de destino.

Essa realidade dos *migrantes transfronteiriços* deixa várias lacunas na política de migração brasileira, sustentada apenas nos interesses puramente econômicos e comerciais e, portanto, sem a perspectiva de uma integração sociocultural latino-americana. Assim, os trabalhadores que estabelecem o fluxo diário entre essas cidades não têm qualquer garantia trabalhista ou de cidadania.

O aprofundamento dos estudos sobre as configurações sociais e as representações desse espaço fronteiriço é urgente e fundamental para a definição de medidas e políticas a serem adotadas conjuntamente, não só para a melhoria das condições de vida das populações, mas também como parte de um projeto maior de integração da América do Sul do ponto de vista econômico, cultural e identitário.

Uma pesquisa mais aprofundada sobre os vários aspectos desse espaço transfronteiriço – município de Pacaraima e Gran Sabana seria fundamental para o entendimento das dinâmicas migratórias, dos encontros culturais, dos jogos de identidades. Ademais, torna-se fundamental compreender essa fronteira não apenas como algo que divide, mas também como uma zona permeável e porosa onde se acentuam os processos de interculturalidade.

Referências

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação humana em Roraima: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 10, n. 1, p. 271-289, 1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

DONNAN, H.; WILSON, M. T. Nation State and identity at international borders. In: DONNAN, H.; WILSON, M. T. (Org.). *Nation and State at international frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FERNANDES, Marcionila. *Implicações teóricas e práticas do desenvolvimento sustentável: um estudo com base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. 2000. 355 f. Tese (Doutorado). UFPE/Sociologia, Recife, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MARTINS, Jose de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975, 161p.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Seguranças das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, v. 1, 1990, pp.15-22.

RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. *Serie Antropologia*. Brasília, DAN\UnB, 2000.

RODRIGUES, Francilene. *Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica*. 1996. 164 f. Dissertação (Mestrado). NAEA\UFPA, Belém, 1996.

RUSHDIE, Salman. *Os Versículos satânicos*. Lisboa: Publicações D. Quixote/Círculo de leitores, 1989.

VELHO, Octavio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Um Estudo Comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

The background of the page is a light, monochromatic image of a large leaf with prominent veins. A dark, semi-transparent cross is superimposed on the right side of the leaf, extending from the top to the bottom of the page. The overall aesthetic is clean and minimalist.

CAPÍTULO III

Pequenas e médias cidades

O papel de Santarém como cidade média na Amazônia Oriental

José Carlos Matos Pereira*

A paisagem é tudo aquilo que vemos, sejam formas naturais ou artificiais. Por isso, abarca volumes, cores, movimentos, cheiros, sons, etc. É a dimensão da percepção que chega aos nossos sentidos. Entretanto, a paisagem pode ser vista de formas diferentes por quem a olha. Dessa forma, a tarefa da ciência é ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado.

Milton Santos

Introdução

Pensar em cidades na Amazônia sem pensar no urbano e no território parece-nos insuficiente para dar conta das dinâmicas econômicas, políticas e dos conflitos socioambientais que envolvem diferentes segmentos que atuam em redes sociopolíticas – como movimentos, empresas, poderes executivo, legislativo, judiciário, polícia, organizações não governamentais (ONG) e milícias particulares –, o que, por sua vez, implica adesão e confronto, alianças e rupturas, ameaças de morte declaradas e assassinatos, e a explicitação de questões que, até então, estavam confinadas à área rural dos municípios afetados.

Esse movimento político recente exige a produção de um conhecimento crítico que forneça subsídio para a mobilização social, para a formulação de políticas públicas democráticas e para a construção de arenas de negociação, que permitam novas modalidades de relação entre governo e sociedade, como forma de estabelecer uma relação dialética entre o pensar e o fazer. Com efeito, vários estudos técnicos realizados por instituições de pesquisa com recursos públicos são utilizados para identificar as riquezas naturais da Amazônia e, dessa forma, subsidiar as escolhas de localização do grande capital. Observa Santos (1993, p. 35- 37):

* Sociólogo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA).

O Meio-técnico-científico é o movimento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e informação (...) em consequência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infra-estruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica [...] essa condição permite grande capacidade de mobilidade no território, da produção, do trabalho, de pessoas, de mercadorias, do capital e das informações. Da mesma forma, assegura a especialização de tarefas no território e, conseqüentemente, diferenças socioespaciais.

Refletir sobre essas questões é a proposição deste artigo, que resultou da observação empírica, do diálogo com representantes de movimentos e governos municipais e do acompanhamento dos movimentos políticos dos grupos envolvidos, por conta das constantes viagens ao Oeste do Pará, mais especificamente para Santarém e Belterra nos últimos três anos. Além disso, este artigo apresenta os atributos que conferem a Santarém um papel diferenciado e importante na rede urbana regional, o de ser cidade média na mesorregião do Baixo Amazonas. As reflexões que se seguem estão orientadas por essa perspectiva. É um olhar sobre o significado histórico, político e econômico, sobre as características intra-urbanas e os conflitos socioambientais em curso naquela cidade.

1 Características intra-urbanas de Santarém

Da pequena missão religiosa criada no terceiro quartel do século XVII à condição de cidade mais importante da mesorregião do Baixo Amazonas, foi um longo percurso. Hoje Santarém figura na hierarquia urbana como uma cidade de porte médio, entre as 15 existentes na Amazônia, conforme proposição de Ribeiro (1998). Essa posição de relevância foi construída ao longo dos séculos e pode ser explicada pelo papel econômico e político dessa cidade no contexto regional.

No início, Santarém representou a base da futura expansão territorial portuguesa na região, servindo como entreposto comercial durante o período colonial e de suporte importante nas atividades de caráter econômico (borracha, juta, madeira, sementes oleogenosas etc.). Sede de instituições importantes, religiosas e militares, o município foi, ainda,

palco político das ações a favor da adesão do Pará à Independência do Brasil, contra a Cabanagem e a revolta de Jacareacanga; mais recentemente, a cidade aparece como a principal defensora e a sede da futura capital do Estado do Tapajós, caso a proposta venha a tornar-se realidade (AMORIM, 1999; CORRÊA, 1987, 1989; DUTRA, 1999; FONSECA, 1990; REIS, 1979; SANTOS, 1974).

Atualmente Santarém é o município mais populoso do Baixo Amazonas e concentra 41,12% da população total da mesorregião¹ (ver Tabela 1). Da mesma forma, é o terceiro município mais populoso do Pará, ficando apenas atrás de Belém e de Ananindeua, integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Tabela 1: População, segundo os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (2000).

Município	População total, 2000 (A)	População urbana, 2000 (B)	População rural, 2000 (C)	(%) B/A	(%) C/A
Alenquer (PA)	41.784	25.160	16.624	60,2	39,8
Almeirim (PA)	33.957	18.916	15.041	55,7	44,3
Belterra (PA)	14.594	5.126	9.468	35,1	64,9
Curuá (PA)	9.224	2.933	6.291	31,8	68,2
Faro (PA)	10.037	4.918	5.119	49,0	51,0
Juruti (PA)	31.198	10.780	20.418	34,6	65,4
Monte Alegre (PA)	61.334	20.921	40.413	34,1	65,9
Óbidos (PA)	46.490	22.978	23.512	49,4	50,6
Oriximiná (PA)	48.332	29.181	19.151	60,4	39,6
Placas (PA)	13.394	3.534	9.860	26,4	73,6
Porto de Moz (PA)	23.545	10.230	13.315	43,4	56,6
Prainha (PA)	27.301	7.149	20.152	26,2	73,8
Santarém (PA)	262.538	186.297	76.241	71,0	29,0
Terra Santa (PA)	14.592	10.965	3.627	75,1	24,9
TOTAL	638.320	359.088	279.232	56,3	43,7

Fonte: IPEA; FJP; PNUD, 2001.

¹ Desde a década de 60 do século XX, o município tem perdido parte de seu território, por conta de processos emancipacionistas. Do território de Santarém, surgiram, em parte ou na totalidade, os municípios de Aveiro (1961), Placas (1993) e Belterra (1995) (PARÁ, 2002). Observe-se que, apesar disso, Santarém ainda detém 24.154,00 km², dos quais apenas 43,98 km² (0,15%) representam a área urbana; por sua vez, 18.334 km² (69%) da parte rural correspondem às áreas de vegetação nativa (CPRM, 1996).

Essa situação está intimamente relacionada com as políticas das décadas anteriores. De fato, a população urbana, que, na década de 70, era de 50 mil habitantes, sofre profunda transformação nas duas décadas seguintes, dada as políticas urbanas federais implementadas entre 1970 e 1990, no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN) e às decorrentes melhorias na infra-estrutura urbana – comunicações, transportes, serviços de educação, saúde e saneamento básico. Além disso, não se podem esquecer as atividades garimpeiras no rio Tapajós nos anos 80 e 90. Tudo isso consolidou Santarém como a principal prestadora de bens e serviços na mesorregião (CPRM, 1997).

Observa-se ainda que desde a década de 60 do século XX, o município tem perdido parte de seu território, por conta de processos emancipacionistas. Do território de Santarém, surgiram, em parte ou na totalidade, os municípios de Aveiro (1961), Placas (1993) e Belterra (1995) (PARÁ, 2002). Apesar disso, Santarém ainda detém 24.154,00 km², dos quais apenas 43,98 km² (0,15%) representam a área urbana; por sua vez, 18.334 km² (69%) da parte rural correspondem às áreas de vegetação nativa (CPRM, 1996).

Dados do Censo 2000 (IBGE, 2001) indicavam que 71% da população municipal já viviam na cidade (186.297 habitantes), 70% dessa população com ganhos de até 3 salários mínimos e 13% sem renda. Com a intensificação da cultura da soja, principalmente a partir de 2002, esse quadro agravou-se, visto que grandes porções de terra foram incorporadas por empresários mato-grossenses, catarinenses, paranaenses e gaúchos, desagregando a tradicional agricultura familiar² e empurrando uma grande quantidade de famílias para a área rural mais distante, para a periferia da cidade ou para os municípios vizinhos.

Observa-se que a especulação imobiliária promovida pelos segmentos sociais vindos de outros estados atinge tanto as terras rurais, quanto as terras urbanas. Em entrevista realizada durante o trabalho de campo, moradores da cidade assim se manifestaram:

Com relação à questão social, nós sabemos que muitos pequenos agricultores foram de certa forma iludidos, pois se convenceram que deveriam vender suas terras porque lá era

² Fomos informados de que as pessoas que venderam suas terras e hoje vivem na cidade sentem-se constrangidas em falar sobre o assunto.

difícil e de fato era, havia a dificuldade de infra-estrutura para essas pessoas se deslocarem e terem acesso a serviços e equipamento públicos, como saúde, educação e saneamento, por exemplo. Com isso, elas ficaram, de certa forma, vulneráveis. Como esses grandes empresários da soja chegavam com uma quantia em dinheiro, mostrando uma série de vantagens, dizendo que a cidade seria o Eldorado, que deveriam vir e sair daquela situação, com isso, elas venderam suas terras e outras foram ameaçadas de morte por estar entre duas áreas que já tinham sido vendidas, ou seja, foram coagidos a vender também as suas terras (entrevista com Madalena, outubro de 2006)³.

Eles se instalaram nas comunidades aqui próximo da cidade, por exemplo, a comunidade São José, lá tem uma presença muito forte dos que vieram com a soja. Se nós observarmos o que era São José há cinco anos e o que é hoje, está tudo diferente, pois se instalou o modo de vida dos sulistas, o supermercado, churrascaria, enfim toda a estrutura que eles instalaram é do sul. Existe até mesmo condomínios na comunidade São José, logo não foi uma mudança feita pelos que já moravam lá. Esse é um exemplo muito claro dessa mudança, como é muito próximo da cidade e eles têm possibilidade de se deslocar (entrevista com Madalena, outubro de 2006).

Aqui em Santarém, o impacto da expansão da soja nessa região é o aumento dos problemas urbanos. O primeiro motivo é o crescimento da área periférica, que é visível só de observá-las e perceber como elas cresceram. Em Santarém calcula-se que a população aumentou numa base de 20 mil habitantes e isso é consequência da expansão da soja na região e dos pequenos trabalhadores rurais que habitam na periferia [...] se hoje você pegar, digamos, a área do Diamantino, a área da Curua-Una, a área do Santarenzinho, são áreas que cresceram rapidamente [...] lógico que pega área como aqui a Liberdade que já é nobre, de ocupação, de loteamentos pequenos. Hoje na Liberdade você só vê casas bonitas (entrevista com Paulo, outubro de 2006).

Depois você tem que pegar outro fator, o cinturão que se criou, digamos, dessas áreas, principalmente se você pega antigas comunidades como São José, Cipoal, Tabocal, lá se percebe

³ Os nomes dos entrevistados são fictícios, de forma a manter o seu anonimato.

que criou um cinturão que vem do interior, expulsos do campo e pessoas que vão para lá da cidade para o cinturão, é aquela área que você pode chamar de semi-urbano, onde ainda há uma atividade agrícola, mas que ela se tornou um cinturão numa proporção muito grande. Se você pegar a BR-163, quando sobe a serra não se vê mais as antigas comunidades, vê o cinturão, pega primeiro Cipoal, Tabocal, já hoje é meio que São José, é um grupo populacional muito grande que não está só na beira da estrada (entrevista com Paulo, outubro de 2006).

Na entrevista foi possível identificar os seguintes bairros, mais no centro, onde residem os grupos ligados à soja: Prainha, Santíssimo, Santa Clara, Centro, Fátima, Aldeia, Aparecida, Caranazal; outras pessoas moram na própria fazenda. “Eles têm padrão médio alto, moram em apartamentos, casas boas alugadas de empresários que moravam antes, que às vezes já caíram em crise” (entrevista com Pedro, outubro de 2006).

Os (re)arranjos socioespaciais envolvem diferentes formas de apropriação do solo urbano, e a qualidade dessa apropriação depende das classes sociais, que podem ser abastadas ou não. Para Carlos (2003), isso revela uma sociedade hierarquizada, cujos conflitos e contradições estão intimamente relacionados a essa condição.

De acordo com Villaça (2001), esses arranjos nos espaços internos de Santarém intensificaram-se com a ocupação desordenada, que avança em direção das três principais rodovias na área de expansão da cidade. A população de baixa renda instala-se em áreas destituídas de saneamento básico, posteamento de luz, segurança e de outros serviços públicos necessários ao atendimento das necessidades dos moradores.

Em pouco menos de uma década, áreas de floresta viraram loteamentos ilegais constituídos por casas de padrão construtivo de baixa qualidade, com grande número de moradores, principalmente crianças, com mães que desenvolvem atividades domésticas e pais que estão no subemprego. As figuras 1 e 2 ilustram essas transformações.

É inegável a presença de pequenos comerciantes, ambulantes nas ruas e praças ou no porto à beira do rio Tapajós – cujas águas, ao encontrar-se com as do Amazonas, oferecem umas das mais belas paisagens da região.



Figuras 1 e 2: Ortofoto* da Rod. Everaldo Martins, 1999, e foto** da mesma área, em 2006.

*Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Santarém (1999).

**Fonte: Foto de Carlos Matos (2006).

Muitos dos habitantes de Santarém são oriundos da área rural do município ou de municípios próximos. Migraram em busca de melhores oportunidades de trabalho ou para garantir o acesso à educação para seus filhos. Também se identificam nordestinos⁴ em grande quantidade, por conta dos projetos de colonização da década de 70, e, mais recentemente, os “sulistas” ou “gaúchos”, como são chamados os recém-chegados atraídos pela soja, que têm poder aquisitivo elevado e um padrão de vida bem acima da capacidade econômica da maioria da população local.

As vias pavimentadas estão localizadas no centro da cidade, e o transporte coletivo para os que moram distante do centro é precário. É comum encontrar longas filas nas paradas dos ônibus depois das 22 h nas proximidades das escolas públicas. São estudantes que esperam ansiosamente o ônibus para voltar a casa.

No porto, há várias casas de comércio diverso. Aí se aglomeram os feirantes do mercado municipal e do mercadão 2000, os barraqueiros que tomam conta de grande parte da avenida Tapajós e os carregadores que transportam mercadorias para os barcos que levam produtos para outros municípios, observados por uma quantidade enorme de pessoas amontoadas à beira-rio.

⁴ Os nordestinos chamam os santarenos de “mocorongos”, denominação que indica a existência de uma certa intolerância entre os diversos segmentos sociais que compõem a sociedade local.



Figuras 3, 4 e 5: Fotos da periferia da cidade.
 Fonte: Fotos de Carlos Matos (2006).

Se formos observar o comércio da cidade, ele é todo liderado por esses imigrantes que vieram do Nordeste, os maranhenses, cearenses, paraibanos, aqui eles são conhecidos como “arigós”, nós dizemos que eles tomaram conta da cidade, eles conseguiram também um espaço grande na política, hoje eles têm representantes na câmara com fortes nomes, inclusive nessa eleição eles concorreram com os outros candidatos (entrevista com Madalena, outubro de 2006).

Também é possível identificar pescadores vendendo piaba, jaraqui, bacu, curimatã, mapará, entre outros produtos, em pequenas canoas ou na feirinha movimentada. De acordo com dados da Colônia de Pescadores de Santarém, há cerca de 4.000 pescadores na cidade, que exercem sua atividade no rio Tapajós, no lago do Papacu ou Mapiri, na área de periferia ou perto do centro da cidade.

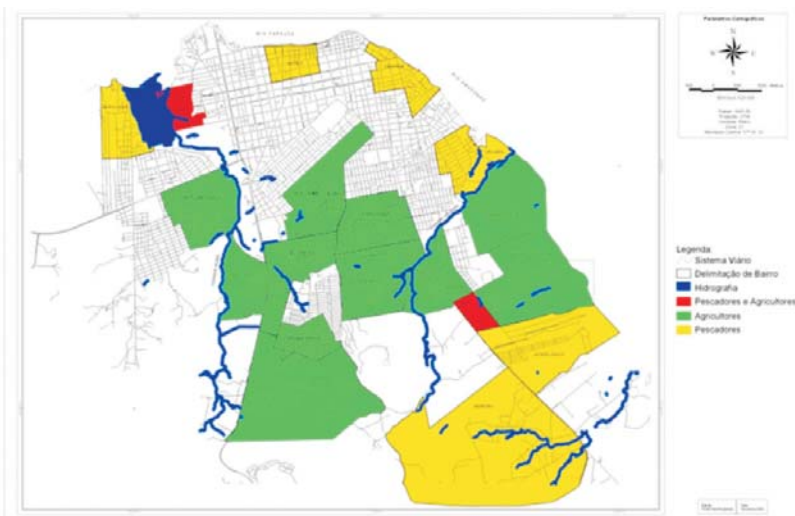


Figura 6: Distribuição espacial de pescadores e agricultores na cidade de Santarém.
 Elaboração: Mapa elaborado por Cátia Magalhães (2006).

Os pescadores se organizam em núcleos por vários bairros da periferia (Prainha, Maracanã, Uruará, Mapiri, Mararu e Jarderlândia), são quase dois mil associados. Tem jovens com primeiro grau completo, inclusive gente com nível superior, mulheres e idosos. A quantidade de pessoas por família que dependem desse trabalho fica entre 5 e 12 que, em geral, não tiram um salário mínimo por mês, com uma jornada de trabalho que dura até 12 h/dia (entrevista com Tiago, outubro de 2006).

O mesmo entrevistado, um trabalhador de 33 anos, casado, pai de 6 filhos, pescador há 25 anos, diretor da Colônia de Pescadores de Santarém Z-20, nascido no município de Alenquer, também falou sobre as doenças que mais afetam os que vivem da pesca:

O reumatismo, pois o pescador pesca dia e noite, dorme em cima da água, no sereno, pegando chuva. O próprio derrame é o que mais atinge os pescadores, coluna também. [...] Se uma arraia ferrou o pé do pescador e ele passou de quatro a cinco meses com o pé podre, o médico acha que ele não tem direito ao benefício. Pessoas que não podem pegar sol, sereno, comer comida reimosa, o médico dá de quatro a cinco meses pra ele fazer o tratamento, ele encaminha o benefício, mas é recusado. Pra nós isso é uma desfeita muito grande, pois quando se encaminha um pescador pra Previdência, que o médico pediu que ele estivesse de cinco a seis meses em tratamento, é porque nós sabemos que aquela pessoa está sem condição de trabalhar e lá eles estão “despachando na cara-de-pau” os pescadores. Por isso queremos uma política para que o homem possa se aposentar aos 55 anos e a mulher aos 50 anos e tenham mais tempo para receber o benefício federal. Nós temos pescadores que se aposentam aos 65 anos e estão falecendo e não recebem nada dos impostos que eles contribuíram e isso pra nós é muito triste. Espero que o governo faça uma política voltada pra isso (entrevista com Tiago, outubro de 2006).

O pescador da cidade é muito discriminado, ele não tem ajuda, os camaradas vêm lá da China e dizem “você tem que viver só da pesca, tem que estar todo dia no rio”, mas como o pescador vai agüentar todo dia no rio, vai morrer. Olha, ficar três dias preso numa canoa não é fácil, então o cara não tem condição de passar mais de três dias dentro de uma canoa. Então, eu fico pensando que o pescador lá do interior cria o gado dele, muitos deles têm o barquinho deles, eles têm uma taberninha

pra vender os produtos deles, eles plantam, eles criam, eles têm toda essa estrutura. Poxa! O da cidade tem que viver só da pesca e não tem lago. O cara do interior tem lago, mas nós não, nós vamos pro rio pescar, é muito complicado para o pescador da cidade. Bem que eu gostaria que tivesse nas políticas públicas essa preocupação de ajudar o pescador e fosse reconhecido um pouco.

Outro entrevistado, pescador há mais de 50 anos, quando lhe perguntaram se a cidade correspondeu às suas expectativas, respondeu:

olha, eu não posso dizer porque eu vim bem novinho, mas o papai quando conversava com a gente, dizia que veio pra cidade não porque no interior não era melhor, porque se eu tivesse uma terra no interior eu jamais estaria na cidade, porque eu gosto de plantar, de criar, mas o papai disse que ele veio pra gente estudar. Depois que eu comecei a entender a coisa, vi que cidade é pra quem tem dinheiro, o camarada que não tem deve ficar no interior, porque lá a gente tem mais saúde, mais vida e passa melhor, só passa fome se for preguiçoso, já aqui na cidade não tem pra onde correr, se não tiver passa fome com sua família e se tiver segure direito porque senão o ladrão leva (entrevista com Marcos, outubro de 2006).



Figuras 7, 8 e 9: Pescadores e pescadoras da cidade de Santarém.
Fonte: Fotos de Carlos Matos (2006).

A agricultura familiar está presente em pequenas propriedades, nas áreas de ocupação na periferia. Seus produtos (legumes e verduras) abastecem a população dos bairros onde é praticada ou os supermercados do centro da cidade. Os produtores familiares lutam para serem reconhecidos como agricultores familiares que desenvolvem atividades na cidade, para poder ter acesso ao financiamento público, no caso o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), mencionado em entrevista com André em outubro de 2006.

Tereza, por exemplo, 63 anos, viúva, mãe de 13 filhos, nascida e criada em Santarém, obtém da agricultura, que pratica há 14 anos, uma renda mensal de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, trabalhando 6 horas por dia. Moradora do bairro da floresta há 32 anos, confessa que começou a plantar hortaliças (coentro, cebola, cebolinha, alface etc.) por estar desempregada e não ter como manter a família. Mas deixou claro que pretende abandonar essa atividade, pois não consegue viver com esse rendimento: a manutenção da horta é cara – madeira, palha de arroz, terra queimada, adubos, sementes e pregos – e tem enfrentado problemas de saúde (seu depoimento data de outubro de 2006).

Ser agricultor na cidade não é tarefa fácil, pois além das dificuldades financeiras, outras barreiras são enfrentadas.

Aqui na nossa região nós sofremos discriminação, pois não somos considerados agricultores porque estamos na zona urbana da cidade. Aqui nós formamos uma associação, e ela está com doze anos e até hoje nós lutamos pra conseguir um espaço pra vender junto com os produtores rurais, mas eles não nos aceitam como produtores rurais (entrevista com André, outubro de 2006).

André é agricultor há 18 anos e seu pai, desde 1977. Por causa das dificuldades, cerca de 80% de sua produção é vendida no bairro da Nova República em mercadinhos, boxes e supermercados. Seu rendimento bruto individual atinge R\$ 1.200,00. Quanto ao sistema de produção, André fez uma opção:

a partir de agora aqui não tem mais patrão e empregado, somos todos parceiros, eu sou o empreendedor, dono do empreendimento e eles meus parceiros. Eu já entreguei os lotes pra eles dos canteiros prontos produzindo pra eles se responsabilizarem em manter a produção, organizar, fazer a colheita, fazer adubação, limpeza, então me entregam a produção toda e eu me responsabilizo de vender, depois dividimos em 50%, foi a única saída que eu encontrei pra conseguir avançar de novo. Por esta razão criou-se a Associação da Horticultura em Santarém (HORTSAN) que já conta com 45 associados dos bairros do Mararu, Maicá, Área Verde, Santarenzinho, Vitória Régia, Liberdade, Floresta e Diamantino (entrevista com André, outubro de 2006).

Há, ainda, famílias que cultivam ervas medicinais (Grupo Unido na Medicina Caseira), muitas oriundas da área rural. Na cidade, mantêm antigas práticas da vida do interior:

Lá nós cultivávamos em quase todas as casas das vilas, as plantas básicas de remédios e até hoje você consegue encontrar o arruda, o hortelã, a malvaíscio, o cravo-de-defunto, a erva-cidreira, a canela, são inúmeras plantas [...] o melhoral, o capim-santo que você pode usar no dia-a-dia para as doenças mais freqüentes da população, lá isso era muito presente e nós trouxemos essa cultura de lá [...] aqui nós trabalhamos com o chá, o banho, a garrafada, nós passamos a fazer xaropes, pomadas, comprimidos, as famosas microdoses que eles chamam também, que é um diluente a partir da tintura da erva (entrevista com Pedro, outubro de 2006).

As tentativas de produção coletiva garantem tanto o sustento das famílias envolvidas, como a posse dos lotes urbanos, que medem em geral 300 m², bem acima do que o Estatuto da Cidade reconhece como área de interesse social. Grande parte das terras municipais (antigas áreas de fazenda transformadas em área urbana), porém, está nas mãos de proprietários particulares (famílias tradicionais da cidade)⁵ e, em menor escala, pertence ao governo municipal e estadual. Até o momento, não está prevista, pelo menos a curto prazo, nenhuma política governamental municipal de regularização do acesso à terra ou da posse da terra para a população de baixa renda. Esse fato impediu que as organizações locais tivessem acesso ao crédito solidário, política do governo federal para melhorar a qualidade habitacional dessa população por meio do financiamento de áreas que têm sua situação fundiária regularizada.

Há duas décadas, quando começou a ocorrer um êxodo rural muito grande, as pessoas vinham do interior e se alojavam na periferia da cidade, justamente onde estão essas áreas que hoje são de propriedades rurais e particulares. Elas tinham uma finalidade, que era a criação de gado e hoje estão ocupadas pela população (entrevista com João, outubro de 2006).

No centro da cidade, além das atividades comerciais, bancárias e de lazer, estão os setores mais abastados, os belos casarios, as praças

⁵ “Eles tem padrão médio alto, moram em apartamentos, casas boas alugadas de empresários que moravam antes, que às vezes já caíram em crise” (entrevista com Pedro, outubro de 2006).

mais bonitas, os prédios verticalizados⁶ e uma diversidade de bens e serviços públicos, tudo bem diferente do que se vê na área de expansão, muito embora o centro também esteja cercado pela periferia. Na periferia, constatou-se também a presença de gangues que demarcam seu território, brigam, assaltam e fazem vítimas entre si e entre as pessoas residentes nas proximidades. Bairros como Maracanã, Santarenzinho, Liberdade, Carananzal, Mapiri e Nova Vitória foram citados nas entrevistas.

A orla, diferentemente da beira-rio, ganha contornos de atração turística para os moradores de maior renda. Sentados, pescando, ouvindo música em seus carros com som “incrementado” ou jogando conversa fora, esses moradores misturam-se a vendedores ambulantes, hippies e turistas que visitam a cidade. São pessoas que estão próximas sem, no entanto, se misturarem. A orla em que muitos trabalham satisfaz às necessidades de consumo de poucos. A orla é um espaço que junta e segrega, em que fica evidente a desigualdade de oportunidades, conforme analisa Corrêa (2004, p. 11).

O espaço urbano capitalista [...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, cuja ação deriva da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Nesse contexto de apropriação diferenciada e excludente, visões de mundo e interesses diversos confrontam-se, como na chegada da soja a Santarém, o que confirma os estudos de vários autores que afirmam ser a cidade o espaço do conflito (CARLOS, 2003; CORRÊA, 1989; LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 1993). De um lado, há a luta pela preservação da floresta, em defesa da agricultura familiar e das populações tradicionais, da melhoria da qualidade de vida da população pobre da cidade; de outro, a monocultura da soja e a exploração predatória da madeira.

Em 2007, esse confronto tornou-se aberto e ganhou as páginas da mídia nacional e internacional. Na verdade, os campos sociopolíticos

⁶ A verticalização concentra-se nessa área e não se estende para a periferia. Também não verificou a existência de condomínios fechados durante a realização do trabalho de campo. O centro é a parte legalizada da cidade que, segundo informações, não ultrapassa 30% dos domicílios urbanos, algo em torno de 20 unidades habitacionais.

representam concepções de desenvolvimento em que se disputam os recursos naturais da Amazônia e se busca definir seus principais beneficiários⁷.

São visíveis os campos opostos: de um lado, agricultores familiares, movimentos urbanos, de mulheres e indígenas, federação de quilombolas, sindicatos, comunidades eclesiais e ONG ligadas aos direitos humanos e à questão ambiental; de outro, empresas multinacionais, como a Cargill, por exemplo, empresários ligados ao grande capital (comércio, indústria, meios de comunicação), com articulações nos poderes judiciário, executivo e legislativo⁸. Esses enfrentamentos ganharam a dimensão de um movimento multiescalar, que vai do local ao internacional. Uma grande campanha pró-soja em Santarém, feita pelos segmentos ligados a esse setor, tinha como *slogan* “Fora Greenpeace, a Amazônia é dos brasileiros”. A contra-ofensiva veio sob o *slogan* “Cadê a floresta que estava aqui, a soja comeu”. Também houve marchas organizadas pelos movimentos sociais e por seus aliados pedindo o fechamento da Cargill e conflitos entre militantes dos movimentos pró-sustentabilidade e Greenpeace, de um lado, e empresários da soja e efetivos da Polícia Militar, de outro, com perseguição em lancha, jatos d’água, lançamento de fogos de artifício contra os manifestantes dos movimentos sociais. Enfim, uma verdadeira batalha campal.

A ida de lideranças da região à Suécia e à Inglaterra, para negociar com empresários daqueles países o embargo à compra da soja que destrói a floresta e desagrega a agricultura familiar, foi uma das estratégias adotadas para fazer frente ao poder de mobilização do grande capital naquela cidade.

A ameaça de morte de religiosos, a tomada de posição pública da Igreja católica e o envolvimento do Ministério Público foram decisivos para o fortalecimento da luta dos movimentos sociais. A participação da Igreja foi decisiva para minimizar esses conflitos, porque eles começaram a discutir, refletir mais, a

⁷ O jornal *O Globo* do dia 29 de fevereiro de 2008 anunciou que a companhia Vale fechou o ano de 2007 com um lucro recorde de 48,95% em relação ao ano anterior: R\$ 20,006 bilhões, contra os R\$ 13,431 bilhões obtidos em 2006 (CADERNO DE ECONOMIA, p. 31).

⁸ Observa-se que este campo sequer se reveste do discurso da sustentabilidade ou da tentativa de “enverdeamento do projeto”, conforme destaca Acselrad (1999) em sua análise das mutações nos projetos de caráter desenvolvimentista. Aqui a lógica e a prática são meramente econômicas e predatórias.

imprensa foi obrigada a ouvir o outro lado, o Ministério Público foi acionado, então aconteceu um redirecionamento nessa força e isso foi decisivo para balancear, porque se isso não tivesse acontecido poderia ter ocorrido uma preponderância desse poder, dos “sojicultores” aqui na cidade, as conseqüências poderiam ter sido mais graves, pois os ânimos estavam bem inflamados. Eles abriam a boca pra xingar e dizer que éramos preguiçosos, que eles tinham vindo pra cá pra trazer o desenvolvimento e falavam isso abertamente na imprensa (entrevista com Madalena, outubro de 2006).

O levantamento realizado durante o I Congresso da Federação dos Centros Comunitários e Associações de Moradores de Santarém (FAMCOS) em 2005, dois anos antes do acirramento dos conflitos, demonstra que, já naquele momento, as lideranças urbanas não acreditavam nos propalados benefícios que a soja traria para Santarém (desenvolvimento, geração de emprego e renda). Os quadros 2 e 3 apresentam o resultado dos 65 questionários preenchidos por congressistas naquele evento, em que havia perguntas sobre os problemas e os benefícios daquela atividade econômica.

Tipos de problemas com a soja	Nº	%
Degradação ambiental e mortes	5	7,7
Desemprego (os operários deles são de fora)	3	4,6
Desgastes das terras e conflitos fundiários	1	1,5
Desmatamento e poluição dos igarapés	25	38,5
Desocupação de terras e êxodo rural	1	1,5
Elevação dos custos da produção	1	1,5
Êxodo rural e conflitos de terras (1)	10	15,4
Grilagem e poluição dos igarapés	1	1,5
Inchaço urbano e conflitos agrários	1	1,5
Poluição e morte dos peixes	2	3,1
Problemas sociais, doenças e poluição dos rios	4	6,2
Sem informação	10	15,4
Não tem problemas	1	1,5
Total	65	100,00

Quadro 1: Os problemas da soja em Santarém (2005).
Fonte: Levantamento realizado por Carlos Matos (2005).

Tipos de benefícios com a soja	Nº	%
Aumento de renda e geração de empregos	1	1,5
Compra de terras baratas	1	1,5
Crescimento da economia, expansão agroindustrial e aumento de emprego	1	1,5
Geração de empregos, mas com baixos salários	6	9,2
Grande produção	1	1,5
Imagem do município de grande área de produção	1	1,5
Melhoria de alguns ramais por onde a soja transita	1	1,5
Renda para alguns	1	1,5
Renda para o município e melhoria da aparência da cidade	1	1,5
Serve para a alimentação e é saudável	1	1,5
Sem informação	5	7,7
Não tem benefícios	45	69,2
Total	65	100,0

Quadro 2: Benefícios da soja em Santarém (2005).

Fonte: Levantamento realizado por Carlos Matos (2005).

O que era suposição das lideranças ligadas ao movimento comunitário (ver quadros 2 e 3) vira certeza com os estudos de campo feitos por diversas organizações, instituições de pesquisa ou organizações não governamentais (ONG). Os resultados apresentados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) indicam que o crescimento da produção de grãos coincide com o aumento do desmatamento da floresta, com a diminuição da produção e da oferta de alimentos e com a desagregação da agricultura familiar⁹ (ver gráficos 1 e 2).

⁹ Esta pesquisa também ganhou o formato de documentário, lançado pela FASE em 2006 com o título “O grão que cresceu demais: o caso da soja em Santarém e Belterra”.

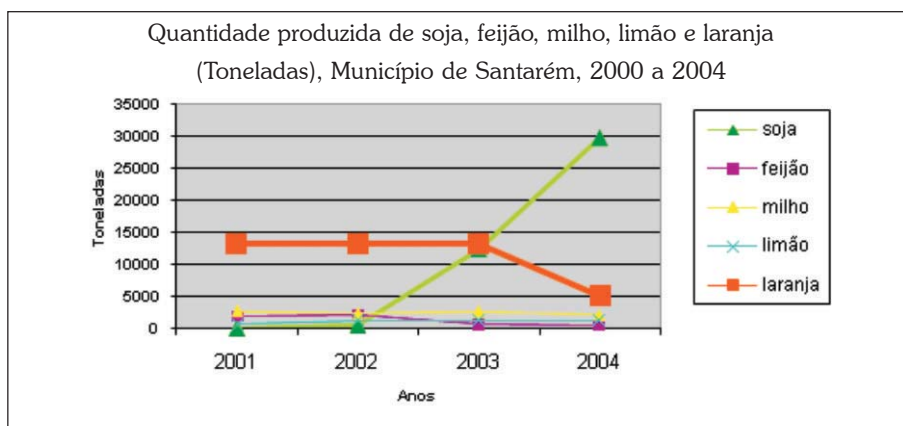


Gráfico 1: Evolução da produção de soja e de alimentos em Santarém no período de 2001 a 2004.

Fonte: IBGE, 2005 apud CARVALHO; TURA, 2006.

O Gráfico 1 apresenta o salto quantitativo da soja em relação a outras culturas tradicionalmente plantadas pelos agricultores familiares. O resultado prático desse salto é a escassez dos produtos da alimentação básica na feira e no mercado municipal e o aumento do preço dos produtos disponíveis, conforme constatou a pesquisa.

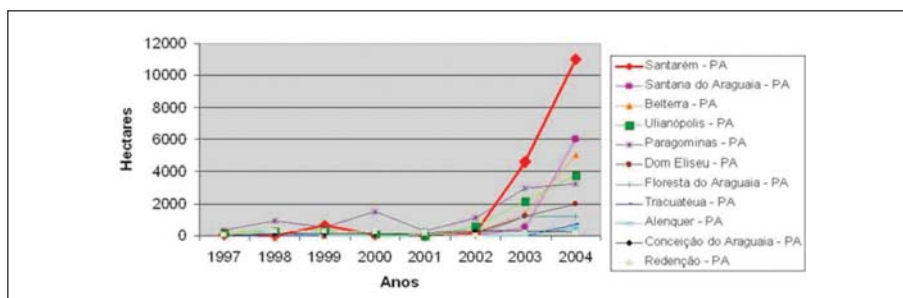


Gráfico 2: Evolução da área plantada com soja nos principais municípios paraenses, no período de 1997 a 2004.

Fonte: IBGE, 2005 apud CARVALHO; TURA, 2006.

O Gráfico 2 confirma a explosão do cultivo da soja a partir de 2002, no Oeste do Pará, nos municípios de Santarém e Belterra, que juntos produziram, no período, o equivalente a 34% da produção paraense. Esse crescimento da produção refletiu-se no aumento do desmatamento, que ultrapassou os 500 km² nos últimos anos, conforme dados do governo federal.

Os conflitos socioambientais existentes em Santarém envolvem grupos sociais diversos que se apropriam de forma diferenciada do território, por meio do uso dos recursos ou da representação que fazem acerca desses recursos, conforme assinala Acselrad (apud CARVALHO; TURA, 2006). Isso configura também uma situação de injustiça ambiental¹⁰.

Todas essas questões conferem a Santarém um papel de destaque na mesorregião do Baixo Amazonas, de forma que não seria exagero afirmar que Santarém está para as cidades do Oeste do Pará, assim como Belém está para o conjunto do Estado. As observações abaixo explicam essa condição.

2 Características que conferem a Santarém o papel de cidade média na Amazônia Oriental

Do ponto de vista quantitativo, considera-se cidade média aquela que possui uma população entre 100 e 500 mil habitantes (SANTOS, 1993). Do ponto de vista qualitativo, vários autores apontam atributos que se assemelham às características da cidade de Santarém, que seria então uma cidade média na Amazônia (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002; AMORIM FILHO; SERRA, 2001; PONTES, 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SPOSITO, 2001).

A importância e o significado de Santarém como cidade média na mesorregião do Baixo Amazonas deve-se a vários fatores¹¹.

Em primeiro lugar, deve-se considerar a estrutura e a diversidade de bens e serviços existentes. Santarém constituiu um pólo regional para o atendimento de necessidades da população, tanto para aquela residente na própria cidade, como a das cidades próximas. A cidade assume, assim, o atendimento de necessidades de consumo na mesorregião do Baixo Amazonas, por apresentar, por exemplo, uma rede de saúde mais bem estruturada (serviços especializados de radiologia, cirurgia e exames laboratoriais), educação de melhor qualidade (maior diversidade de vagas e cursos em instituições de nível superior, pública ou privada, quase 80%

¹⁰ “Sociedades desiguais, do ponto de vista social e econômico, destinam maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, às periferias urbanas, às populações marginalizadas e vulneráveis” (REDE..., 2001).

¹¹ Para mais detalhes, ver Pereira (2004).

das vagas disponibilizadas/ano) e espaços de cultura e lazer (cinemas, teatros e casas de show).

Em segundo lugar, Santarém é um espaço de mediação entre as pequenas cidades e os grandes centros. Serve de base de deslocamento para outras cidades dentro da mesorregião. Os fluxos das capitais estaduais e de outros centros passam pelo aeroporto de Santarém, segundo maior em movimento de passageiros do Estado, ficando apenas atrás do aeroporto de Belém. Santarém serve, ainda, de nó de ligação fluvial entre as capitais Belém e Manaus.

Em terceiro lugar, a cidade de Santarém é o maior fórum regional de decisões políticas e debates sobre as necessidades do Baixo Amazonas, no Oeste do Pará. Entretanto, esse papel foi construído ao longo de sua trajetória, como indicam seus antecedentes históricos. Santarém desempenha, desde o século XIX, um papel preponderante na política da região. Exemplos disso são os movimentos em favor da adesão do Pará à Independência do Brasil e contra a Cabanagem e a anti-revolta de Jacareacanga; mais recentemente, a cidade assumiu o papel de polarizadora e de dirigente dos debates acerca da criação do Estado do Tapajós.

Em quarto lugar, Santarém é o centro de crescimento econômico regional. A atividade econômica preponderante da cidade situa-se na área do comércio e da prestação de serviços: mais de 59% de sua população economicamente ativa (PEA) estão nesse setor, enquanto a atividade primária não ultrapassa a 30%. Da mesma forma, Santarém está entre as cidades com maior capacidade de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado – uma das principais fontes de custeio da máquina administrativa e da implementação de políticas públicas no âmbito municipal.

Em quinto lugar, a cidade tem capacidade para receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural, embora mostre fragilidade quanto à oportunidade de postos de trabalho. Segundo o Censo 2000 (IBGE, 2001), Santarém recebeu 36,3% do total de migrantes do Baixo Amazonas na última década, servindo, como propõem alguns autores, de anteparo aos fluxos migratórios direcionados aos grandes centros. Entretanto, essa cidade sofre restrições quanto à oferta de empregos. Em 2000, foram gerados apenas 198 empregos formais, e a taxa de desocupação chegou a 24,26% da população economicamente ativa

(PEA). Observa-se, ainda, que 43,7% dos chefes de domicílios de Santarém não têm emprego fixo, vivendo apenas de serviços eventuais e na informalidade (PARÁ, 2002).

Em sexto lugar, a cidade não é integrante de área metropolitana, da qual guarda distância de mais de 700 km. Se, por um lado, isso representa a preponderância de Santarém em relação ao conjunto das cidades do Baixo Amazonas, garantindo-lhe o porte de cidade média, por outro lado, representa um entrave para a comunicação entre essa região e o conjunto do Estado, devido à precariedade das rodovias de acesso à região (Santarém-Cuiabá e Transamazônica), ao tempo gasto quando utilizado o meio fluvial e ao baixo percentual de residências com telefones instalados, com computadores e, conseqüentemente, com Internet. Embora o deslocamento aéreo entre Santarém e Belém leve cerca de uma hora, o alto preço da passagem atrai um grupo seleto de pessoas.

Finalmente, a cidade tem uma situação geográfica favorável (disponibilidade de recursos naturais e terras, rios navegáveis e estradas). Na divisão territorial do trabalho, Santarém é um dos mais novos pólos produtores de soja da Amazônia, principalmente ao longo da BR-163. Desempenha, também, o papel de corredor de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste, especialmente da soja, que do porto local parte em direção aos Estados Unidos e à Europa, graças à localização estratégica dessa cidade em relação aos grandes centros consumidores de grãos exportados pelo Brasil. A farta disponibilidade de recursos naturais constitui outro fator de atração do grande capital. As grandes reservas florestais também já é alvo da ação de madeireiros, devido ao alto valor comercial e à variedade de espécies existentes, como já acontece em outros estados da Amazônia. Nesse caso, Santarém constitui, como afirmou Becker (2001), a nova fronteira econômica para ação do capital, sendo, como tal, geradora de novas realidades, palco de novos conflitos por conta dos interesses envolvidos.

Considerações finais

Pelo que foi apresentado neste artigo, pode-se concluir que não é nada simples falar do urbano e da cidade na Amazônia, pois as formas e os conteúdos entrelaçam-se e complementam-se. A história da cidade construiu-se com a destruição do modo de vida dos nativos que já habitavam a região, o que deixou resíduos no tempo-espaço.

Posteriormente, vieram americanos, migrantes nordestinos – capitalizados ou pobres – e, mais recentemente, os chegados do Centro-Sul do país, com a expansão da soja. Essa mistura cultural envolve relações sociais e de poder que conferem a Santarém um papel político importante na mesorregião na qual está inserida. Da mesma forma, observam-se preconceitos, enfrentamentos de idéias e práticas sociais que chegam até às ameaças de morte e agressões físicas.

Essas questões suscitam desafios e abrem possibilidades que exigem uma nova modalidade de política pública: em bases democráticas e sustentáveis, é preciso fazer frente ao desmatamento, à expulsão de agricultores familiares, à ameaça que sofrem quilombolas, indígenas e extrativistas, e apresentar alternativas para a população urbana pobre, que se espalha pela periferia de Santarém, sedenta de bens e serviços públicos que atendam suas necessidades.

Por outro lado, conceber a rede de cidades permite identificar o movimento das populações de outros municípios que esperam encontrar em Santarém as oportunidades que lhes faltam – os serviços mais especializados requeridos pelos que podem pagar, os frágeis serviços municipais em busca dos quais os pobres percorrem dias em barcos ou estradas empoeiradas.

Não se pode tampouco esquecer que o rural está presente na prática cotidiana de grande parte da população urbana, na representação da realidade transmitida de geração em geração, por meio dos costumes das famílias que habitam a periferia de Santarém. Da mesma forma, o urbano penetra no rural como modo de vida (novos valores, novas racionalidades e desejo de consumo). Estaríamos assim diante de dois modos de vida que dialogam e se enfrentam permanentemente, expressos na cotidianidade das populações citadas – pescadores, agricultores, cultivadores de plantas medicinais e outros segmentos da população urbana.

É preciso, ainda, enfrentar a visão hegemônica que atribuiu à Amazônia o papel de fornecedora de recursos naturais ao mercado globalizado e a seu povo, o papel de coadjuvante da construção do projeto de desenvolvimento nacional – não sem a resistência de mulheres, jovens, negros, indígenas, populações urbanas, extrativistas e agricultores familiares, ONG ligadas aos direitos humanos e ambientalistas, entre outros grupos que habitam aquela região. Cumpre destacar também as

experiências bem-sucedidas em planejamento participativo, regularização fundiária, economia solidária, geração de energia, política de gêneros, entre outras, que podem servir de base para novos programas, projetos e ações.

Há mais de três décadas, em seu livro *A invenção da Amazônia*, Mendes (1974, p. 31) dizia que era necessário “superar a falácia do vazio demográfico, do estereótipo da indolência e da inaptidão, do pressuposto da sociedade falha e da presunção da inviabilidade regional”. Parece que essa afirmação continua atualizada, visto que os grandes projetos que lá se implantam pouco ou nada têm a ver com a gente e a cultura da região, com as formas peculiares do amazônida de relacionar-se entre si e com a natureza social de seus rios e florestas. Da mesma forma, deve haver um esforço acadêmico e intelectual para revelar esse urbano pouco conhecido para o Brasil, mas também se deve incorporar a produção regional, o saber acadêmico ou os saberes populares acumulados, às políticas públicas elaboradas para a região.

Referências

ACSELRAD, Henry. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. *Santarém: uma síntese histórica*. Canoas, RS: ULBRA, 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Os limiares demográficos das cidades médias*. Minas Gerais, 2002. 22 p. Mimeografado.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

BECKER, Berta. *Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira*. 2001. 20 p. Mimeografado.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2003 (Col. Repensando a Geografia).

CARVALHO, Vânia Regina Vieira de; TURA, Leticia Rangel. *A expansão do monocultivo da soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar*. Belém, 2006. 13 p. Mimeografado.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989 (Série Princípios).

_____. *O espaço Urbano*. Série princípios. São Paulo: Ed. Ática, 4ª ed. 2004.

CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Superintendência Regional de Belém. *Situação do espaço municipal de Santarém*. Belém, 1997. 1 CD-ROM.

_____. *Inventário florestal de avaliação preliminar do potencial madeireiro do município de Santarém*. Belém, 1996. (CD-ROM).

DUTRA, Manuel. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: UFPA; NAEA, 1999.

FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: momentos históricos*. 4. ed. Santarém: Tiagão, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. Dados do Arquivo de Universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, 2001.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de desenvolvimento humano municipal*. Rio de Janeiro: 2001. 1 CD-ROM.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MENDES, Armando. *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974 (Col. Amazônia).

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. *Indicadores sobre os municípios paraenses*. Belém: SEOP. 2002. 1 CD-ROM.

PEREIRA, José Carlos Matos. *Significado e importância das cidades médias na Amazônia: um olhar a partir de Santarém (PA)*. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em pdf no site: <<http://www.comova.org.br>>.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: *Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas*. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001. p. 569-607.

REDE Brasileira de Justiça Ambiental. *Manifesto*. Disponível em: <<http://www.Justicaambiental.org.br>>. Acesso em: 29 fev. 2008.

REIS, Arthur Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. *A complexidade da rede urbana Amazônica: três dimensões de análise*. 1998. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEMDE), *Imagem aérea da área urbana*. Santarém, 1999. (CD-ROM).

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEMDE). *Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDR*. 2001. 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *A metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tapaiulândia*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1974.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: *Urbanização e Cidades. Perspectivas Geográficas*. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001. p. 609-643.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2001.

Vilas e cidades e a Usina Hidrelétrica Tucuruí

Gilberto de Miranda Rocha¹

1 Introdução

Um aspecto importante da análise de processos de construção de grandes projetos hidrelétricos é o estudo dos impactos sobre vilas e cidades. Normalmente, dependendo da amplitude e da abrangência espacial do empreendimento, vilas e cidades submergem assim como todo o sistema urbano e as redes que estruturavam a vida regional sob o efeito da formação do reservatório hidráulico. De outro lado, o grande projeto investimento (GPI) induz a formação de um novo sistema de povoamento a partir de novos eixos de ocupação e de estruturação urbana.

Na região amazônica as experiências recentes têm demonstrado que a relação entre os aproveitamentos hidrelétricos e a realidade geográfica regional tem sido preocupante tanto no que diz respeito às populações rurais (ribeirinhas, assentadas e indígenas) como às populações urbanas. A construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Samuel, Balbina são exemplares nesses aspectos.

Esse artigo tem por objetivo evidenciar os impactos sobre as vilas, as cidades e a estrutura espacial do Médio Tocantins, em especial sobre a cidade de Tucuruí, em função da construção da I e II Etapa da construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí.

¹ Geógrafo, Dr. em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Prof. da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (FGC/IFCH) e do Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA) da Universidade Federal do Pará. Atualmente é Diretor Geral do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA).

2 A Usina Hidrelétrica de Tucuruí

No Brasil, a energia hidráulica é a mais importante fonte primária para a geração de energia elétrica, considerando o potencial disponível e sua viabilidade econômica. Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), atualmente o Brasil possui 86.274 MW de capacidade instalada. Em termos do balanço energético nacional (BEN), 79% da energia brasileira provém de fonte hídrica.

Segundo a Aneel(2006) existem no Brasil aproximadamente 2.000 barragens. Do total, 625 se encontram em operação – (139 são grandes barragens com mais de 30 MW; 233 barragens com potência ente 1 e 30 MW; 153 barragens com capacidade abaixo de 1 MW); e cerca de 1.530 micro barragens. Em função da demanda crescente por energia elétrica no país, o Plano Nacional de Energia Elétrica (1990-2015) da Eletrobrás, prever a construção de mais 494 grandes barragens. Segundo a Eletrobrás, também existe um potencial que poderá vir a ser explorado em PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) em torno de 942 novas barragens. Dados do Ministério das Minas e Energia(MME), 50 grandes barragens se encontram em construção e estão projetadas a construção de mais 70 grandes barragens.

A Usina Hidrelétrica Tucuruí é a maior hidrelétrica do país genuinamente nacional e uma das maiores do mundo. Faz parte de um conjunto de usinas da bacia do Araguaia - Tocantins, que desde a década de 1970, foi previsto a sua construção no âmbito do Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia(ENERAM), está localizada no trecho inferior do Rio Tocantins, a 350 km ao sul de Belém, capital do Estado do Pará. Desde a sua inauguração, em 22 de novembro de 1984, a hidrelétrica gerou mais de 250 milhões de MWh de energia, atendendo grandes empreendimentos minero - industriais da Amazônia Oriental (Albrás e Alunorte e Projeto Ferro Carajás) e cerca de 11 milhões de habitantes em 360 municípios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, além do intercâmbio com a Região Nordeste e a interligação com os sistemas elétricos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com a conclusão da II etapa da segunda etapa da Usina Hidrelétrica Tucuruí será ampliada a capacidade de geração de 4.000 para 8.370 MW, em 2006, possibilitando o atendimento a cerca de 40 milhões de habitantes

3 Vilas e Cidades e a Estrutura Espacial do Médio Tocantins.

O Médio Tocantins constitui um espaço subregional de abrangência geográfica correspondente a área de influência dos municípios de Marabá e Tucuruí no estado do Pará. Ao longo do processo histórico, três grandes períodos caracterizam a estrutura espacial do Médio Tocantins: Um período inicial que corresponde às origens do povoamento (1890 a 1925), um segundo edificado pela atividade extrativista da castanha-do-pará (1926 a 1965) e um terceiro período moldado pelas políticas de integração nacional, construção da usina hidrelétrica e agropecuária. Um resgate histórico da estrutura espacial do Médio Tocantins é elucidativo dos efeitos da construção da usina hidrelétrica na rede de vilas e cidades.

3.1 A estrutura espacial do Médio Tocantins e a atividade extrativista da castanha-do-pará

Desde os primórdios do processo de povoamento e da estruturação espacial do Médio Tocantins a partir da atividade extrativista da castanha-do-pará, as bacias hidrográficas do rio Tocantins e do rio Itacaiúnas assim como a Estrada de Ferro Tocantins(EFT) tiveram importância vital para a viabilização do processo de extração e escoamento da produção castanheira.. Tratava-se de um sistema flúvio – ferroviário, um sistema de transporte que consistia em um conjunto de embarcações composto pelos pentas, barcos a motor de popa, os batelões, barcos a remo e os navios gaiolas que obedeciam o trajeto desde os locais da extração até Belém, passando por Marabá e Tucuruí. A utilização diferenciada desse sistema de embarcações obedecia igualmente as condições de navegabilidade do rio Tocantins, apresentando constantemente problemas, uma vez que tratava-se de um processo penoso a transposição das cachoeiras de Itaboca. Nos trechos anteriores, o sistema era substituído por outro sistema complementar por terra, a Estrada de Ferro Tocantins.

A perspectiva de “superação” das condições ainda precárias de transporte da produção extrativa da Castanha, sobretudo entre Marabá e Alcobaça, efetivamente, somente ocorre com o reinício da construção da ferrovia em 1927 e seu término na década de 1940. Entre 1927 e 1935, a obra então é retomada, agora, sobre os auspícios do governo do Pará,

que porém, somente conseguiu o seu prolongamento até os 87 Km. Entre 1944 a 1946, a extensão da ferrovia, foi ampliada para 117 Km, ligando as localidades de Tucuruí (naquela época ainda Alcobaça) e Jatobal, no município de Jacundá. Muito embora distante de alcançar a extensão proposta inicialmente quando do primeiro projeto e, claramente, tenha sido desvirtuado o seu fim original. A partir de então, passou a ser utilizada preferencialmente para o escoamento da produção extrativa da castanha. Em 1943, a Estrada de Ferro Tocantins foi anexada à Fundação Brasil Central, através do Decreto nº 7.173/43. No período anterior, esteve sob controle do Governo do Estado, que ao passar o controle para a referida fundação, ampliou a área de gestão e influência do concessionário: de 20 para 50 quilômetros às margens do rio Tocantins e de 3 ou 4 para 10 quilômetros de cada margens da ferrovia.

A construção e conclusão da ferrovia entre Alcobaça e a localidade de Jatobal, pela margem esquerda do Rio Tocantins, com 117 quilômetros e 200 metros de trilhos com bitola de um metro, redimensiona o comércio e estimula o surgimento de fluxos migratórios. Gradualmente, os migrantes ocuparam as terras próximas aos castanhais e às margens do rio, onde formaram as primeiras vilas. Esses pequenos núcleos ribeirinhos, hierarquicamente posicionados na rede de produção, circulação e consumo, que emergiram como pontos de estocagem da castanha, em função das necessidades do comércio, de concentração da produção na bacia hidrográfica e de moradia da força de trabalho utilizada, para a extração da castanha e igualmente, para a construção da via férrea, “constituíam um conjunto articulado de localizações, isto é, numa rede, cuja função era a de viabilizar a extração do excedente” (VALENÇA, 1991).

Embora essas localidades, no seu conjunto participassem, direta ou indiretamente, da economia da castanha, nos períodos de entre - safra da produção extrativista, entre julho a dezembro (verão amazônico), vinculavam-se a atividades complementares, como limpeza e serviços nos castanhais, a agricultura incipiente, pesca, extração de madeira e comércio. O espaço de vivência e produção e de auto-sustento das populações no Médio Tocantins abrangia, nesse sentido, um complexo ambiental diversificado que permitiam sazonalmente o acesso a variados produtos agro-extrativistas. Agricultura e extrativismos da castanha e de

produtos naturais e o seu escoamento através do rio Tocantins e da Estrada de Ferro Tocantins respondiam pelas atividades dos habitantes, tanto dos povoados ribeirinhos como das áreas rurais.

Nesse contexto, duas cidades² se destacavam, sobretudo pelas suas posições estratégica e funções que exerciam: Marabá e Tucuruí. A primeira, localizada na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, desenvolveu-se em virtude do comércio da castanha e pelo fato de ser o centro produtor da economia extrativa, conforme DIAS (1959:84):

É ela a responsável pelo “aviamento” dos castanheiros, em virtude das boas instalações de suas casas comerciais. Localizam-se em seu porto os armazéns para o escoamento da castanha, vinda da bacia do Itacaiúnas. Seu movimentado porto é ponto terminal da “navegação de motor” que liga esta cidade tocantina com a capital paraense. É ainda nela, que durante a safra, residem os donos de castanhais ou comerciantes de castanha, representantes das firmas exportadoras estabelecidas em Belém. Estes fatores fizeram com que Marabá exercesse domínio absoluto sobre o comércio da castanha na região do Tocantins.

Tucuruí, por sua vez, configura-se como uma localidade *rupture de charge* (DIAS, 1959), entreposto comercial, nódulo de articulação dos fluxos ascendentes e descendentes entre Belém e Marabá, através da navegação no rio Tocantins e da rede de canais que compõem a bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas. Lá foram construídos armazéns para a estocagem da castanha e das mercadorias vindas de Belém para o abastecimento de Marabá e de ampla área para a qual passou a cumprir a função redistribuidora (VELHO, 1972).

A localidade de Alcobaça (Tucuruí, após 1947), além de se constituir nódulo de articulação entre o centro produtor (Marabá) e o centro exportador (Belém), se destacava pela sua especificidade de organização interna, expressando uma dicotomia sócio-espacial, revelando a gestão e influência da Companhia da Estrada de Ferro Tocantins. LARAIA e DA MATTA(1978) descrevem a configuração da localidade de Tucuruí nos anos 60:

² Além dessas cidades, situadas no Médio Tocantins, destaque especial deve ser dado a Belém. uma vez que trata-se da cidade primaz, centro não somente político como financeiro e comercial/ exportador. Nela se localizavam as usinas de beneficiamento da castanha e para onde convergia a produção regional.

Na extremidade norte desta ferrovia está a cidade de Tucuruí, que abriga 3 403 dos 5 788 habitantes do Município. Urbanisticamente a cidade está dividida em duas zonas, uma onde se encontra as instalações da estrada de ferro e outra onde se localizam o mercado, casas, igreja, comércio e porto. As diferenças existentes entre as duas são bem nítidas, tanto no que se refere aos aspectos urbanísticos, quanto a situação econômica dos moradores de cada uma. Quando a noite chega, pode-se notar uma verdadeira delimitação de cada zona: enquanto a primeira é iluminada pela energia elétrica fornecida pela estrada de ferro, a segunda fica mergulhada na escuridão... Na primeira, sobressaem as instalações da estrada de ferro: escritório, estação, oficinas e enfermaria, todas construídas de alvenaria; enquanto as residências dos funcionários são bem construídas: casas de madeira com cobertura de telhas. Todas essas construções são servidas por um regular serviço de água encanada e esgoto. A outra parte da cidade caracteriza-se pelas casas de palha e pela falta de água encanada e esgoto. Consequentemente as condições de higiene são precárias. A grande parte da água consumida é extraída do próprio Tocantins. As 'instalações sanitárias' consistem em pequenas casinhas, sobre estacas, com paredes laterais e freqüentemente sem telhado. Os detritos caem no próprio nível do solo, contaminando o ambiente...

E, ainda,

A parte melhor da cidade, portanto, está ocupada pelos empregados da EFT. E podemos afirmar, sem exageros, que todo o movimento da cidade é mantido devido a estrada de ferro... A considerável importância que ingressa mensalmente na pequena cidade, é responsável pela proliferação de casas comerciais e outras atividades periféricas, que procuram participar, através de preços altos, do montante do pagamento da ferrovia. E é, também, a existência da estrada de ferro que explica, em parte, a maior concentração na área urbana (61,4%) da população do município, o que não acontece com as outras localidades da região. Esta disparidade entre o urbano e o rural, faz com que Tucuruí viva numa constante crise de gêneros alimentícios³

³ LARAIA, R.B. & DA MATTA. Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa e os índios no Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2ª. Edição.1978.

A presença marcante da Cia da Estrada de Ferro Tocantins, a nível do vida econômica local, bastante precária por sinal, se acentuava no período de entressafra da castanha. Porém, nem todos os habitantes do lugar podiam usufruir dos benefícios provindos da Cia, além do que outras atividades complementares, serviam como uma forma de contornar a escassez de trabalho durante os meses de reduzida circulação de mercadorias. O garimpo de diamantes, a pesca, uma pequena indústria local de exploração madeireira, a caça e o comércio de couros e peles, além dos serviços de entressafra, respondiam, embora precariamente, para atenuar a redução da atividade econômica local. Por outro lado, nas épocas da safra da castanha, a economia local se reaquece e,

Deixa de ser o ponto de estacionamento de coletores de castanhas, sem casa e sem dinheiro, de garimpeiros frustados, de comerciantes prósperos e de uma original classe de funcionários estatais, para se transformar num centro de intensa atividade. É quando a safra de castanha, proveniente de Marabá, deve ser embarcada para Belém. Há, então, maiores possibilidades de trabalho, mas os efeitos positivos desta situação atenuam-se diante do aumento da escassez de gêneros, elevação geral dos preços e o crescimento da pequena zona boêmia” (LARAIA & DA MATTA, 1979: 91) .

Entre a década de 30 e 50, período de prolongamento e finalização da ferrovia, segundo VELHO (1972), o movimento migratório predominantemente provindo do Estado do Maranhão, foi estimulado, entre outros fatores, por uma política fortemente restritiva, nesse Estado, para a incorporação de populações nas áreas rurais e, certamente, pelo atrativo de uma grande extensão de “terras livres”, terras devolutas, ricas em castanhais. Estabeleceu-se um processo de deslocamento sazonal de ocupação, de coleta da Castanha-do-Pará, durante, principalmente o inverno amazônico. A construção da Estrada de ferro do Tocantins e sua finalização, assim como a emancipação de Alcobça e a mudança de denominação para Tucuruí, em 30 de dezembro de 1943 através do Decreto-lei nº 4.505, contribuem para a alteração dessa sazonalidade, deslocamento que se estabelecia do Maranhão ao Médio Tocantins. A essa altura, essa porção do espaço geográfico, construído pela atividade extrativa da castanha, a estrutura espacial do Médio Tocantins,

materialização do sistema de aviamento, transpunha as fronteiras do Município de Marabá, centro polarizador, que englobava em sua área de influência, os territórios dos municípios de Conceição do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí, expressões da articulação espacial em torno dos interesses da atividade extrativa da castanha, na época.

Todavia, os anos 50 e 60, testemunharam novo fluxo migratório provindos do Maranhão e de Goiás para o Vale do Médio Tocantins, a procura de “terras livres”, alternativas e formas complementares de ocupação de terras para a atividade agrícola e coleta da castanha, associados a extração de diamantes no rio Tocantins. Essa nova frente, a frente agrícola, definiu um padrão de ocupação associado a apropriação das terras e às alternativas de sobrevivência dos camponeses migrantes. A busca de castanhais, as possibilidades do trabalho agrícola e o controle das terras margeantes ao rio e a ferrovia (expressão do processo de ocupação anterior) empurrava o campesinato das beiras(dos rios) para o centro (interior do território), estabelecendo um processo de diferenciação sócio-culturale geográfica do campesinato. “Essas diferenças, a partir daí, dão-se não só ao nível das relações com o mercado, mas em toda a sua visão de mundo e do esforço produtivo, bem como na relação com a própria natureza, corporificando, o contraste centro-beira” (VELHO, 1981).

O centro é o local onde se encontra a roça de um ou mais lavradores. E, pelas razões indicadas acima, define-se também no contexto da oposição a uma outra categoria, a beira (do rio). A beira é entendida como o lugar onde se situam os aglomerados maiores e mais antigos, ou o que poderíamos chamar de civilização. Em contraste, o centro está ligado à idéia de centro da mata; portanto próximo e em contato com a natureza não controlada pelo homem. A beira é sem dúvida um lugar melhor para se viver dentro dessa concepção (...)É de se notar que essa simples oposição de início respeita em seu conteúdo o predomínio da beira. Ou seja, é indicativa da caracterização da frente por si mesma como frente secundária, sob o domínio de toda uma estrutura pré-existente que não controla. O que vai provocar o aparecimento de um elemento de perturbação nesse esquema é justamente o desenvolvimento a partir de alguns centros, de aglomerados maiores, por vezes, chamados de rua. Deixam de ser simples centro quando o seu crescimento exige que as roças sejam deslocadas mais para

longe. Até então, em toda a história da área os aglomerados maiores haviam sido necessariamente da beira. Agora, temos aglomerados que, sem serem beira, constitui um elemento de civilização surgido da própria frente, e que marca uma reorientação das mais significativas” (VELHO, 1972).

Essa caracterização do padrão de ocupação do médio Tocantins sintetizado por VELHO (1972) se evidencia na disposição geográfica e em algumas denominações das localidades dispostas ao longo das margens do rio Tocantins: Breu Branco, Pucuruí, Jatobal, Remansão da beira... localidades ribeirinhas surgidas nas primeiras fases do processo de ocupação e, Remansão do Centro situadas, na época, distantes do rio e no interior do território, formadas na segunda fase do processo de ocupação por camponeses migrantes.

4 A dimensão urbana dos impactos da usina hidrelétrica: a vila permanente e a cidade de Tucuruí

A construção da Usina Hidrelétrica entre 1976 a 1984 e a formação do reservatório hidráulico no final de 1984 implicaram em processos de desconstrução e reconstrução dos espaços locais. Com uma extensão de 2.350 km², o reservatório da UHT submergiu *parte* da estrutura espacial que havia sido construída ao longo do período entre 1926 e 1965. Nesse período, a estrutura espacial do Médio Tocantins constituía um todo orgânico com relações que se estabeleciam para além das margens do rio Tocantins, incluía os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia.

As formas de uso da terra e os padrões históricos de ocupação espacial caracterizado por um conjunto de povoados ribeirinhos e áreas de uso comum em que se desenvolvia a economia extrativista da castanha associado às atividades de pesca, garimpo e agricultura intinerante, ficaram sob as águas do lago formado. A Estrada de Ferro Tocantins, que compunha o sistema flúvio-ferroviário de escoamento da produção extrativista e cerca de 14 (quatorze) povoados ribeirinhos foram submersos: Jacundazinho, Remansão do centro, Remansinho, Breu Branco, Jatobal, Santa Tereza do Tauari, Altamira, Pucuruí, a sede do

município de Jacundá e a localidade de Repartimento Central⁴, na Br – 230. A formação do lago inundou ainda cerca de 170 quilômetros da rodovia Br – 230 e a maior parte da rodovia Br – 422, ramal de ligação da rodovia Transamazônica com a cidade de Tucuruí.

A submersão da base material-geográfica de reprodução das comunidades rurais e “urbanas” que compunham o sistema de povoamento do Médio Tocantins, o sistema de relações sociais que se estabelecia provocaram a desorganização completa da estrutura espacial herdada. Uma nova estrutura espacial, agora alicerçada em fragmentos do passado e dos novos vetores do desenvolvimento regional é montada.

4.1. A vila permanente: uma vila de outra ordem !

Os grandes projetos hidrelétricos, pela sua especificidade, implicam em profundas transformações no espaço onde são construídos. Nas áreas de fronteira, que geralmente não dispõem de infra-estrutura urbana suficiente para a implantação do empreendimento e dado o fato de que eles demandam grandes mobilizações de capital, força de trabalho, recursos e energia, necessários para a sua construção, a urbanização do território constitui uma condição essencial. Esta necessidade tem conduzido a que as empresas produzam o seu próprio espaço urbano, *Company Towns*, para abrigar a população diretamente envolvida na obra e para servir de suporte para o empreendimento.

Na Amazônia, a implantação desses núcleos urbanos representa um modelo de urbanização totalmente novo, que expressa um caráter diferenciado do surgimento de núcleos urbanos recentes e do passado na região⁵. Três fatores asseguram a especificidade desses núcleos urbanos, conforme ROCHA(1999)⁶:

⁴ Repartimento Central, antigo núcleo urbano, surgiu a partir do acampamento da Construtora Mendes Junior durante a construção da rodovia Transamazônica e do projeto de Colonização PIC - Marabá. Inundado com a formação do lago de Tucuruí, seus habitantes foram relocados para Novo Repartimento, sede do município de mesmo nome.

⁵ Apesar de se constituir um fato urbano novo na Amazônia, algumas cidades da região surgiram em decorrência da implantação de núcleos urbanos dessa natureza. Na década de 50, no baixo amazonas, foi construído o núcleo urbano de Fordlândia, para atender o complexo de produção-exploração da borracha pela empresa americana Motor Ford Company, abandonado posteriormente depois do fracasso do projeto. Mais recentemente, visualiza-se a transformação da vila amazonas, na serra do navio, construída pela ICOMI S.A no Amapá, em novo município do Estado.

⁶ Entre as experiências já realizadas no Brasil, destacamos: Paulo Afonso, núcleo urbano surgido em função da construção de hidrelétrica através da Cia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF),

- a) Denotam pelas suas características e funções básicas, uma extensão da linha de produção do próprio empreendimento, “raison d’être” de sua existência.
- b) O caráter planejado desses núcleos, que já nascem dotados dos equipamentos urbanos (rede de água, esgotos, serviços e centro comercial e de serviços), diferencia-os do padrão regional de urbanização.
- c) Nutrem-se de uma certa autonomia econômica e “política” em relação ao contexto local e regional onde se inserem, dado que centralizam decisões, dispõem dos recursos financeiros e concentram a maior parte do pessoal qualificado.
- d) expressam uma concepção urbanística fechada, na forma de “enclave” urbano, que assegura a funcionalidade das atividades da empresa e o controle da força de trabalho mobilizada durante a construção e na fase de operação da obra.

A criação da infra-estrutura urbana suporte para a Usina Hidrelétrica de Tucuruí ocorreu como uma produção programada e diferenciada no tempo que acompanhou as necessidades e etapas do processo de construção da obra: acampamentos, vilas temporárias foram construídas durante a construção da obra. Nesse processo, o núcleo urbano pré-existente no espaço de intervenção, Tucuruí, serviu de apoio inicial para o empreendimento até que as vilas temporárias e a *Company Town*, a Vila Permanente da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) foram implantadas.

O afluxo populacional ligado à obra – barrageiros e peões da obra – e que foram atraídos pelas oportunidades de trabalho no mercado de trabalho formal e informal que se constituiu, ensejou o desenvolvimento na cidade de Tucuruí, de formas e dinâmicas espaciais espontâneas advindas do impacto que o grande projeto ocasionou e pelo elevado crescimento populacional que passou a se verificar.

no Estado da Bahia; Itabira, núcleo essencialmente associado à mineração de hematita, em Minas Gerais. Na Amazônia: vilas Amazonas na Serra do Navio, pertencentes à ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.^a, localizada no Estado Amapá; vila Cachoeirinha, pertencente à Mineração Oriente S.A., localizado no Estado de Rondônia e os núcleos urbanos de Carajás, pertencente à CVRD e vila dos Cabanos, construída para atender o Complexo do Alumínio da Albrás-Alunorte, ambos localizados no Estado do Pará. Ver a esse respeito: Farah, F. & Farah, M.F.S. Vilas de Mineração e Barragens no Brasil: Retratos de uma Época. São

A estrutura urbana do núcleo pré-existente incapaz de acolher o surto populacional, levou a reprodução de condições de vida a níveis baixíssimos, acompanhados de todas as mazelas sociais: pobreza, prostituição e violência. A construção da Usina hidrelétrica e dos núcleos urbanos de apoio ao mobilizarem grande quantidade de força de trabalho e atraírem grande afluxo populacional, deram à cidade de Tucuruí uma nova configuração urbana e imprimiram uma nova dinâmica espacial.

As obras da barragem assim como das vilas pioneira, permanente, e temporárias I e II, alteraram o ritmo da vida local e a base econômica sob a qual a localidade se assentava. As rápidas e profundas transformações do espaço urbano geraram um padrão espacial que entrou em contradição com o padrão histórico de organização do espaço urbano, imprimindo uma dicotomia sócio-espacial, onde os núcleos planejados para atender o empreendimento passaram a conviver com a cidade de Tucuruí, tornada “livre”.

A compreensão desses processos que ensejaram configurações espaciais urbanas diferenciadas no tempo para Tucuruí deve tomar como base três fases: a primeira que corresponde à chegada dos primeiros técnicos e de construção da vila pioneira; a segunda, contemporânea aos aportes migratórios, é a fase da construção da Usina Hidrelétrica e de seus núcleos urbanos de apoio, responsável pela produção da configuração atual urbana de Tucuruí e, por fim o período pós-construção quando se observa o refluxo migratório em virtude da desmobilização dos trabalhos na Usina, a desconstrução das vilas temporárias I e II e a diminuição da atividade e dinâmica urbana induzida.

Em 1973, quando iniciaram os primeiros estudos e levantamentos sobre a viabilidade do aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins foi construída a primeira base de sustentação dos serviços necessários da época, basicamente aqueles ligados ao sistema de transportes e equipamentos da usina, uma vez que as condições precárias de infraestrutura urbana de Tucuruí não permitiam acolher a população recrutada para esse fim. A vila *Pioneira* foi construída junto à cidade de Tucuruí na extremidade sul e a 7 quilômetros do canteiro de obras. Segundo a Eletronorte(1988), “...tornou-se inevitável a construção de um acampamento provisório, com características particulares que pudesse

atender à fase inicial da obra, quando estariam sendo executados as primeiras edificações e infra-estrutura do canteiro, em paralelo com a execução das vilas principais”.

Apesar da insuficiência da estrutura espacial urbana da cidade de Tucuruí, buscou-se, nesta fase inicial, a contenção de gastos, servindo-se do pouco que a cidade apresentava em termos de prestação de serviços. Assim, adotou-se como critério básico para a localização da vila Pioneira “a proximidade com a cidade de Tucuruí, com o objetivo de racionalizar os custos de implantação do núcleo, aproveitando-se da infra-estrutura urbana que a cidade dispunha, ponto de sustentação comercial, hospitalar, de segurança e lazer, tendo em vista a inexistência de quaisquer outros núcleos urbanos na região, que pudessem servir de contato para um imediato apoio logístico”⁷.

Em 1974, a vila pioneira abrigava uma população de 2.000 a 3.000 habitantes – Tucuruí contava com cerca de 5.000 habitantes – distribuídos em cinquenta habitações e três alojamentos coletivos. Posteriormente, houve a expansão da vila, passando a dispor de 194 (cento e noventa e quatro habitações). Dispunha, igualmente, de rede de água, esgotos e clube de lazer. Não fosse a exigência inicial de tratar-se de um acampamento provisório e pela proximidade da cidade de Tucuruí, uma espécie de bairro estilo conjunto habitacional, um luxo frente as condições precárias da vizinhança e a apropriação dos poucos benefícios que o núcleo histórico dispunha, afirmar-se-ia o caráter fechado de sua concepção presente no projeto original.

Em 1977, inicia a construção da Usina, ao mesmo tempo em que, as obras de construção do espaço urbano do empreendimento eram prosseguidas. Durante o processo de construção da usina hidrelétrica, a administração da Eletronorte construiu para seus operários estáveis e para o seu quadro de administração e de chefias a vila Permanente. Igualmente, construiu bairros satélites, (vila temporária I, inicialmente e, posteriormente vila temporária II) onde passaram a se localizar os trabalhadores não-estáveis, e temporários ligados principalmente às empresas responsáveis pela construção da obra e pela prestação de serviços. Como segmento da estratificação de funções internas à empresa

⁷ Eletronorte. Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Memória do Empreendimento. Brasília, 1988.

assim como das empreiteiras, o espaço construído refletia e se diferenciava segundo a posição-função desempenhada por cada segmento de força de trabalho envolvida, fato esse já presente na concepção urbanística dos núcleos:

A princípio, desmembrou-se a Pea, estabelecendo-se a classificação profissional em níveis segundo a qualificação técnica e profissional, a saber: nível “A”: universitários com chefias; nível “B” universitários e técnicos com chefias; nível “C”: técnicos e operários qualificados; nível “D”: operários não qualificados. Definidos os níveis profissionais, previu-se o número de pessoas necessárias às diversas unidades dentro do contexto da obra. Em função do plano habitacional, estimou-se em cada, o número de solteiros, de casados sem famílias e casados com dependentes, para obter-se a população total a ser alocada nos núcleos (Eletronorte, 1988).

À diferenciação interna entre os núcleos urbanos, do ponto de vistas de seus habitantes havia igualmente dos serviços que cada núcleo proporcionava. Somente a vila permanente dispunha de serviços educacionais, de saúde, comercial e lazer, ao passo que nos demais, dispunha-se somente de habitações com reduzidos serviços de apoio, conforme Eletronorte(1988:206): “...destinaram-se ao núcleo permanente funções de maior importância, encerrando as principais atividades de comércio, saúde, serviços e lazer. O núcleo temporário caracterizar-se-ia mais como um satélite do núcleo urbano principal, com vocação nitidamente residencial, possuindo somente alguns equipamentos de apoio”.

Tabela 1 – Equipamentos Urbanos e Serviços da Vila Permanente (1997).

Infraestrutura Urbana da Vila Permanente da Eletronorte (1997)

Nº de Residências	Bancos	Lazer/Hotel	Hospital	Segurança	Saneamento
776	1	(03) (1)	1	60 pessoas	Completo

Fonte: Setor de Patrimônio Imobiliário (SPI), Eletronorte, 1997.

Diferente da vila pioneira, as vilas Temporária I e a vila Permanente, tiveram uma localização “distante”, a 7 (sete) quilômetros da cidade de

Tucuruí e inclusas no patrimônio territorial da empresa. Ocupando uma área de 383 hectares, a vila Permanente foi construída em vistas a abrigar 22.000 habitantes. A vila temporária I, compreendia uma área de 71 hectares para atender aos segmentos operários previstos em torno de 10.000 pessoas. Essa previsão, no entanto, não foi suficiente, pois o número de trabalhadores e de seus familiares acabou sendo superior, resultando na necessidade de construção da vila temporária II para abrigar o excedente de aproximadamente de 15.000 pessoas entre empregados e dependentes. Na verdade, o excedente, ainda fora subestimado, uma vez que a população dos núcleos atingiu cerca de 55.000 habitantes, contrariando a estimativa de 45.459 habitantes. A não previsão desse excedente populacional, levou a empresa a buscar, inicialmente, a localizar a vila temporária II em um perímetro semelhante à vila pioneira, junto à cidade de Tucuruí, para posteriormente repassar à prefeitura municipal a sua gestão. No entanto, *“essa alternativa foi descartada, visto que a área pertencia a terceiros e a superação dos aspectos legais dificultava a efetivação do empreendimento. Devido à urgência na construção de moradias, a Eletronorte optou, então, pela implantação da vila residencial em área dentro da poligonal desapropriada, ao longo da estrada Porto-Canteiro, próxima à Vila temporária I e a 2,5 quilômetros do canteiro de obras”* (ELETRONORTE,1988:216).

As 6.200 habitações, distribuídas nos quatro núcleos da Eletronorte e outras edificações, definiram um complexo diferenciado de uso do solo urbano. Esse projeto urbanístico e a segmentação da força de trabalho, teria consequências tanto para o espaço urbano planejado como para a cidade de Tucuruí, principalmente porque o volume de população recrutada e mobilizada para a obra fora superior ao previsto ocorrendo um processo de inchaço populacional. A necessidade de contratar novos trabalhadores, especialmente nos períodos críticos, durante a fase de maior ritmo dos trabalhos, em 1982, levaram à superlotação, a um adensamento dos núcleos núcleos da empresa. Nas habitações destinadas a solteiro *“aumentou-se o número de camas por quarto chegando-se, nos escalhões inferiores, a um total de oito camas, ou seja, oito indivíduos por cômodo”*(FARAH & FARAH,1993:60). Tal fato tornado crônico durante o período do pico da obra, uma vez que as empreiteiras, não acolhiam parte da força de trabalho, principalmente de níveis inferiores, os chamados *“peões de obra”* e os *“barrageiros”*.

Esse adensamento populacional, provocou, por um lado, o surgimento de descontentamentos de trabalhadores ligados à obra. Diante desses descontentamentos, a empresa adotava diversos tipos de mecanismos de controle: nos momentos de explosão coletiva, medidas de caráter repressivo, nos momentos de tensão latente, procurava-se criar mecanismos que minimizassem as chances de nova explosão. A mudança no ritmo dos trabalhos e a adoção de turnos ininterruptos teriam – ao lado da preocupação com a obra – a finalidade adicional de evitar grandes períodos de ociosidade. As atividades de lazer tendiam também a ser reforçadas, como forma de alívio de tensão, embora se limitassem, basicamente, à colocação de televisores em uma área coletiva de cada empreiteira, à realização de shows, nos finais de semana e a ida à “cidade livre” nas folgas, onde a presença de prostíbulos era considerável. Por outro lado, em vistas a aliviar os ânimos, a empresa usava como alternativa a alocação de parte da população excedente em Tucuruí, processo esse que geralmente, ocorria por conta do próprio funcionário, como acentua Jorge(1979):

Dado o caráter provisório do núcleo, a política que se tem adotado para dimensioná-lo não é para o pico da mão-de-obra, mas para um nível inferior de demanda, o que significa que o déficit planejado de moradias, em torno de 20%, tem que ser resolvido fora do acampamento, isto é, na cidade livre, déficit que termina recaindo sobre a mão-de-obra menos qualificada(...). Assim, parte dos investimentos com a implantação e manutenção do acampamento são transferidos para o próprio trabalhador e para a população agregada ao mesmo, que acaba improvisando com seus limitados recursos, a própria habitação e seus equipamentos...”.

4.2. A reestruturação do espaço urbano da cidade de Tucuruí

Tucuruí constitui a principal cidade da microrregião de Tucuruí, na Mesorregião Sudeste Paraense do estado do Pará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do município de Tucuruí é de 89.264 habitantes (IBGE,2007). No período 1991-2000, a população de Tucuruí teve uma taxa média de crescimento anual de 4.54%, passando de 50.246 em 1991 para 73.798 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 77.96, passando de 46.39% em 1991 para 82.55% em 2000.

Historicamente constituída como cidade eminentemente ribeirinha uma vez que surgiu no contexto histórico moldado pela economia de base extrativista tendo os cursos d'água papel relevante na constituição da rede urbana regional, Tucuruí, desde, pelo menos, meados da década de 1970 vem reconhecendo redefinição da sua estrutura urbana.

As políticas públicas ligadas ao processo de integração nacional, entre elas a construção da rodovia Transamazônica e o Projeto Integrado de Colonização (PIC – Marabá) assim como a construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí (I Etapa entre 1976 a 1986 e a II Etapa entre 1998 a 2003), redefiniram substancialmente as formas de uso do território, a rede de cidades (e o aporte demográfico regional) e a direção e o sentido dos fluxos de mercadorias e de população no espaço sob o seu comando.

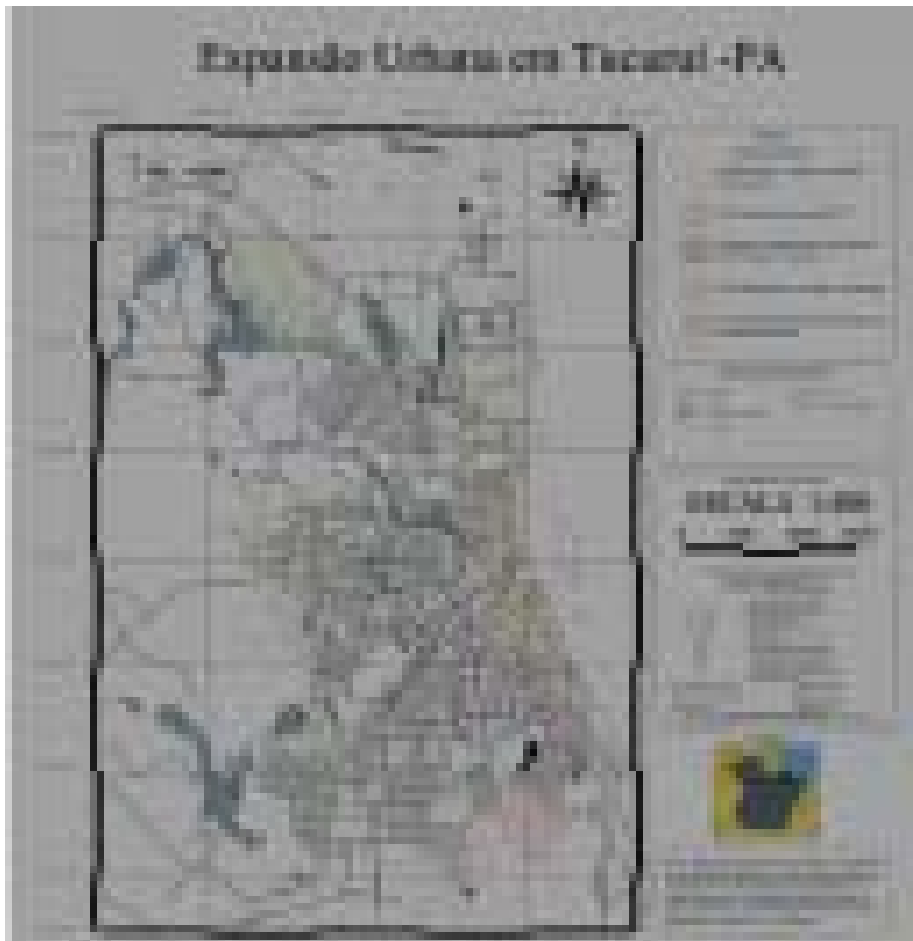
Nesse contexto reconheceu amplo revigoramento, quadruplicando a sua área urbana por conta das novas demandas que ali se estabeleceram. O crescimento e a expansão urbana redimensionaram o espaço urbano implicando em um processo diferenciado de valorização espacial. Essa valorização induziu, a expansão da estrutura física da cidade e a produção de um novo centro de comércio e serviços e bancos, novos bairros residenciais, além dos tradicionais bairros de beira-rio (ROCHA, 1999).

A grosso modo, três grandes períodos podem ser identificados no âmbito de sua evolução urbana: 1) Núcleo histórico – Jaqueira e Matinha (1947 – 1973); 2) Expansão Urbana durante a I Etapa de Construção da Usina Hidrelétrica (1976 – 1986); 3) Ocupações Recentes induzidas pela Construção da II Etapa da Usina Hidrelétrica: 1996 – 2002. O mapa a seguir expressa com maior detalhe esses períodos.

Quando iniciados os preparativos para a construção da usina hidrelétrica em 1973, afluxo migratório nesta fase de pré-usina já apontava para mudanças significativas na dinâmica demográfica local. A construção do primeiro acampamento da empresa, a vila pioneira, aos poucos, dava sinais de mudanças ainda que centradas no núcleo histórico. Desde o final da década de 60, Tucuruí já havia deixado de ser aquele entreposto comercial dado que as reformas administrativas e institucionais daquele período, redirecionou os fluxos que ali se estabeleciam através do sistema flúvio-ferroviário que assegurava o escoamento da produção extrativista. Os armazéns de estocagem da castanha foram desmobilizados e a

população local ressentia-se dos recursos e serviços que a circulação da castanha e os provindos da Estrada de Ferro Tocantins proporcionavam. As obras iniciais, e o ainda incipiente afluxo populacional indicava o início de um processo de revigoração da cidade causando expectativas aos habitantes locais. A descrição de Lúcio Flávio PINTO(1977) é significativa com relação a esse período:

A partir de 1973, começava a chegar à cidade um número inusitado de “forasteiros”, a princípio técnicos de uma empresa de economia mista recém-criada, a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte) subsidiária da Eletrobrás, e no ano seguinte,



operários, peões, fazendeiros e um número incerto de aventureiros. Em três anos a população da cidade passou de três para algo em torno de sete mil habitantes (não há estatística atualizada sobre a cidade que se possa confiar)(...) Essa é a fase que os técnicos e trabalhadores chamam de “pré-ensaio”, mas já foi suficiente para espalhar por vários Estados brasileiros que Tucuruí é o novo Eldorado. Diariamente chegam à cidade pessoas em busca de enriquecimento fácil, mas também já há um movimento inverso o dos desiludidos, incapazes de compreender como uma obra que deverá ser a maior da Amazônia neste século (ou talvez em toda a sua história) ainda não tenha produzido generosa circulação de dinheiro(PINTO,1977:125).

Entre 1975 a 1977, período de início e término das obras da vila pioneira, Tucuruí havia dobrado em termos de espaço urbano, como demonstra o mapa nº 8. Ao lado do velho e decadente núcleo, uma nova cidade havia sido construída e a circulação de mercadorias e de dinheiro já girava em torno dos trabalhos da vila.

Em 1980, época do pico da obra, o total de população existente no conjunto do espaço urbano planejado e no “livre”, perfazia cerca de 110.000 habitantes, um crescimento da ordem de 517% em relação a 1970. Destes, 55.000 habitantes em Tucuruí e 55.000 nos núcleos urbanos da Eletronorte. Se de um lado, a ocupação se dava de forma planejada, nos quatro núcleos da Eletronorte (Vila Pioneira, Vilas Temporárias I e II e Vila Permanente) embora densamente habitados, de outro, a cidade de Tucuruí expandiu a sua malha urbana, quintuplicando em área com a expansão urbana. A essa altura o centro comercial e de serviços que anteriormente estava nas margens do rio Tocantins, no bairro da Matinha, é transferido para a parte mais elevada da cidade que, servira como campo de pouso de aeronaves. As chácaras e fazendas das imediações da cidade, foram desapropriadas para formar o canteiro de obras, a implantação das vilas da empresa e o novo aeroporto.

Ao seu redor, ao norte, ao oeste e ao sul, a cidade, de forma desordenada reproduzia bairros periféricos espontâneos (Santa Mônica, Paraíso, etc.). Grande parte das habitações e serviços desses “acampamentos” induzidos pelo crescimento populacional, foram

construídos obedecendo os critérios e as condições, geralmente precárias, dos migrantes. Não havia controle sobre a terra e as invasões de multiplicavam. Isto deu a Tucuruí, um traçado urbano irregular, tanto condicionado pelo processo de ocupação como pelas características morfológicas do sítio urbano: declives acentuados intrecruzados de vales úmidos que serviam de esgotos a “céu aberto”.

Tabela 2 – Evolução Demográfica da Sede e do Município de Tucuruí: 1960 a 2000

Ano	Sede Municipal	Município	Densidade Demográfica
1960 ⁽¹⁾	3.369	5.788	1,13
1970 ⁽¹⁾	5.549	9.936	1,94
1980 ⁽¹⁾	27.209	61.319	11,97
1985 ⁽²⁾	110.000	148.000	14,2
1991 ⁽¹⁾	55.000	81.635	12,2
2000	60.918	73.798	35,2

Fonte: ⁽¹⁾ Censos Demográficos do IBGE, 1970, 1980, 1991.

⁽²⁾ Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte, 1988.

O crescimento urbano desordenado, sem controle já que a prefeitura ficara praticamente inerte perante a velocidade das transformações, ensejaram ações coordenadas entre a prefeitura, a Eletronorte e o Governo do Estado, a partir de 1982, cujo objetivo era a busca de um ordenamento do processo de ocupação do espaço urbano: arruamento, asfaltamento e construção de praças. Através de convênios estabelecidos com o governo do Estado (Companhia de Habitação do Estado do Pará, COHAB) a prefeitura procurou organizar os novos bairros e construindo outros como o da Cohab, nas proximidades do novo centro comercial. Para abrigar os migrantes que não cessavam de chegar, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins (Getat) passou igualmente a atuar na periferia da cidade, não somente disciplinando o processo de ocupação como criando assentamentos urbanos, como o hoje bairro do Caraipé, mais conhecido como Getat. Praticamente 65% da malha urbana da cidade de Tucuruí fora construída nesse período que corresponde a fase *durante* a construção da UHE/TUC.

Tabela 3 – Efetivo Populacional do Município de Tucuruí entre 1981 a 1983

Município	1981		1982		1983	
	urbana	rural	urbana	rural	urbana	rural
Tucuruí	31.900	41.432	37.320	50.635	43.664	61.830

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Pará – IDESP - 1984

O espaço urbano se reproduzia, igualmente, e literalmente, nos *quintais*: dado o volume populacional e o déficit crescente de moradias (30 % aproximadamente no período) tanto nas vilas planejadas como na cidade de Tucuruí: novos quartos e alojamentos foram construídos, ampliando a área residencial tanto no interior das habitações como nas áreas reservadas nos fundos das habitações. Invariavelmente, cada habitação preexistente, caracterizava-se, em simultâneo, como residência e dormitório, espécie de “pensão” ou pensionato.

O “inchaço” populacional provocou uma pressão sobre os precários equipamentos de saúde e outros serviços públicos criando uma situação ambientalmente degradante: A grande procura por esses serviços dado o adensamento populacional do núcleo histórico e a ampliação da malha urbana, sobrecarregaram os serviços de adução de água potável e de coleta de lixo. De formas que a condição sócio-ambiental urbana criadas expressavam um quadro um quadro degradante com padrões de habitabilidade propício a difusão de doenças. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, no período de construção, era comum os casos de diarreias, vômitos e de doenças infecto-contagiosas advindos não somente das condições das habitações, mas principalmente da má qualidade da água. Um ciclo de doenças se formavam, dado que, grande parte da água consumida provinha diretamente do Tocantins e que servia, em simultâneo, como receptor dos detritos e dos esgotos a “céu aberto” que compunha a rede de drenagem da cidade (igarapés). Igualmente sobrecarregou o sistema de comunicações e de abastecimento de energia, este à época, provindo de uma estação de termoeletricidade. A energia gerada pela Eletronorte destinava-se a construção da usina hidrelétrica e iluminação dos seus núcleos urbanos, ficando a cidade dependente da antiga estação de termoeletricidade que, já não atendia com facilidade os habitantes do núcleo histórico.

À saturação dos precários serviços públicos infraestruturais, houve um crescimento das tensões sociais aumentando as condições de insegurança. O contingente populacional, disseminou a criminalidade, a prostituição e a violência, ainda que um batalhão da Polícia Militar, estivesse alí sediado. A demanda era superior, em muito, as necessidades do período. A cidade de Tucuruí passou a ser um “espaço livre”, uma favela em sua inteireza.

Se a demanda habitacional era superior, em muito à oferta, o que acarretou a expansão urbana e a duplicação de residências em espaços restritos, dando origem a costões e ao surgimento de periferias, a inserção da força de trabalho, em 1980 e 1985, parecia indicar trabalho para “todos”. De um lado, parecia porque de 10 (dez) pessoas que chegavam, apenas uma alcançava a sua meta, de ser incorporada à empresa estatal e as empreiteiras (PINTO,1975). De outro lado, porque as estatísticas da época indicam a expansão de atividades paralelas, o *terciário refúgio* típico das cidades do terceiro mundo, que de alguma forma constituía uma forma de inserção local. As estatísticas, próximo (1980) ao período de pico da obra (1982), demonstram um mercado de trabalho urbano heterogêneo, com preferência nas atividades da indústria da construção civil: quase 60% da população economicamente ativa, em idade superior a 10 anos, foi absorvida pela construção civil, seguida da prestação de serviços e do comércio de mercadorias. Apenas 2,93 % da PEA, via-se na condição de procura de trabalho (tabela n° 13).

Tabela 4 – População Economicamente Ativa na Cidade de Tucuruí(Pa): 1980.

Pessoal Ocupado por Setor de Atividade de Dependência e Condição de Atividade na (1980).

Totais	Indústria de transformação	Indústria de construção	Comércio	Serviços em geral	Atividades Sociais	Administração. Pública	Outras atividades.	Procurando trabalho.
23.053	13.181	1.039	1.250	2.161	574	273	835	683

Fonte: Censo Demográfico – Mão-de-Obra – Rio de Janeiro: IBGE,1980.

Esse volume de mão-de-obra absorvida pela construção civil encontra explicação na própria obra: a construção da usina hidrelétrica e dos núcleos urbanos de apoio e, igualmente porque Tucuruí, constituía um espaço em construção, demandando serviços de barrageiros, pedreiros, serventes etc. Logicamente, além do montante de 13.181 operários – no pico da obra chegou-se a mobilizar cerca de 30.000 operários – destes dependiam de seus rendimentos, um número bastante superior. Por outro lado, essa concentração de operários e o crescimento populacional, estimularam outras atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio de mercadorias, seja formal, seja informal: lojas, clínicas particulares, ambulatórios, dormitórios, pequenos hotéis, prostíbulos, pequenos restaurantes se disseminavam nas proximidades do canteiro de obras e no velho centro comercial, no bairro da Matinha (núcleo histórico de Tucuruí) e no novo, formado ao longo da avenida Lauro Sodré, antigo campo de pouso (aeroporto) da cidade.

Uma parte substancial da população da cidade, nesse período, entre 1980 a 1985, dedicava-se a atividades informais, o subemprego: ambulantes vendendo os mais diferenciados produtos, desde alimentação a artigos de consumo doméstico, bijouterias, roupas, etc. concorriam com o setor formal. A cidade viveu assim um período de *transição* em que o dinamismo econômico, de circulação de dinheiro e mercadorias, de prestação de serviços, que somente se tornou possível dado a construção da usina.

Após a finalização da obra e quando iniciou a operação da usina hidrelétrica, os aportes migratórios diminuíram sensivelmente. A usina já não demandava a mão-de-obra mobilizada em sua construção. Calcula-se que a construção da UHE tenha mobilizado, em seu apogeu, em 1982, cerca de 30.000 pessoas, em atividades direta e indiretamente a ela ligadas. Já em 1983, aproximadamente 14.000 trabalhadores foram dispensados e, em 1985, o número de trabalhadores, já iniciando a fase de operação, fora reduzido para menos de 4.000. Uma parte dessa força de trabalho, retornou aos seus locais de origem, outra foi deslocada para obras de barragens (barrageiros) e ainda outra ficou na própria cidade de Tucuruí ou buscou se inserir nos novos núcleos urbanos construídos ou emergentes no entorno do reservatório formado. É claro que, essa redução do número de trabalhadores ligados à obra foi acompanhado, igualmente, de diminuição do ritmo de demográfico da cidade de Tucuruí.

A desmobilização dos trabalhos ligados à barragem repercutiu ainda nas atividades terciárias (prestação de serviços e no comércio) que reconheceram espetacular crescimento durante a construção. Entre 1980 a 1985, havia uma tendência, conforme avançava os serviços da construção da usina, de aumento dessas atividades. Em 1980, existiam cerca de 19 estabelecimentos na forma de alojamentos (hospedarias, pensões, pequenos hotéis) empregando 97 (noventa e sete pessoas) diretamente. Igualmente existiam cerca de 90 (noventa) estabelecimentos de prestação de serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes, bares e similares) empregando cerca de 274 pessoas. Em 1985, esses números se elevam significativamente: existiam cerca de 242 estabelecimentos ligados a prestação de serviços de alimentação, mobilizando diretamente 607 (seiscentos e sete) pessoas. O número de estabelecimentos na forma de alojamentos, hotéis e hospedarias se elevou para 121 (cento e vinte e um), empregando cerca de 345 (trezentos e quarenta e cinco) pessoas diretamente.

Dados de um período recente, portanto pós-construção da usina, indicam uma redução drástica desses serviços. Em 1990, segundo dados do Anuário Estatístico do Estado do Pará, existiam na cidade de Tucuruí, somente 18 (dezoito estabelecimentos na forma de pensão ou hotel). O número de restaurantes e lanchonetes também sofreu redução, em proporção semelhante: de 242 existentes em 1985, em 1990, encontrava-se em funcionamento somente 94 (noventa e quatro).

O setor de comércio procurou, dessa forma, também se adequar à nova realidade econômica local. Em 1989, segundo a Prefeitura de Tucuruí, cerca de 141 estabelecimentos existiam na cidade, no que respeita ao setor de comércio de gêneros alimentícios. Destes, somente 4 supermercados estavam funcionando naquele ano, paralelamente a mercearias, quitandas (pequenos comércios) na cidade. Ainda que não se tenha número exato da situação de 1980 e de 1985, presume-se que este número fora bem maior.

5. Considerações Finais

A cidade de Tucuruí e o sistema de povoamento do Médio Tocantins foram amplamente alterados a partir da construção da Usina Hidrelétrica. Na atualidade, guardadas as devidas proporções pode-se dizer que a

estrutura espacial do Médio Tocantins foi redimensionada a partir da recriação de processos presentes na área desde o início do processo de povoamento, principalmente os elementos que determinavam o sentido e a organização espacial. Em outro nível escalar, recria-se a segregação. Novas vilas e cidades e uma nova rede urbana compõem a estrutura espacial, no passado sob os auspícios da Estrada de Ferro Tocantins, hoje sob o comando de processos ligados a produção de energia elétrica e atividades agropecuárias.

6 Bibliografia

BECKER, B. ET ALL. Fronteira Amazônica. Questões de gestão do território. UNB/UFRJ, 1992.

BERMANN, Celio - Política Energética no Brasil - Encontro Nacional do MAB. Reassentamento São Francisco. Cascavel, dez 1998. mimeo.

FREMONT, A. *La géographie entre représentations et vécus*. Conférence prononcée à l'Ecole Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines 8 novembre 2001.

ROFMAN, A. Agentes sociais e desarrollo regional: uma aproximación metodológica. Revista interamericana de planificación. N. 85, México, 1989.

ROFMAN, A. e SIMONI, C. Estrutura sócio – econômica regional y grandes inversiones. Preciosiones metodológicas Del processo de avaliación. Ceur/Ciesu, 1988.

ELETRONORTE/FADESP/UFGA, Eia/Rima UHE Belo Monte, Relatório Final, 2000.

ROCHA, G. M. A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político – territorial na área de Tucuruí. Tese de Doutorado. Usp. São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional. In: Aragon, L. e Glusener-Godt, M. A problemática do uso local e regional da água da Amazônia. Naea/UFGA/Unesco. 2003.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico, in: SANTOS, L. A. ANDRADE, L. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SANTOS, L. A. ANDRADE, L. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SCHERER WARREN, Ilse. Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação popular. in: Redes de Movimentos Sociais. São Paulo. Loyola, 1993.

TORRES, H. G. e COSTA, H. População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Ed. Senac, São Paulo, 2000.

TUAN, Yi FU. Topofilia. Difel, 1986.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. Implantação de Grandes barragens: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. Travessia – Revista do Migrante, São Paulo, n. 6, 1990.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, Cedi/Ippur, 1992.

Alterações no espaço urbano de Cametá e os impactos a jusante da UHE Tucuruí

Ana Cláudia Duarte Cardoso¹
José Júlio Ferreira Lima²
Gisele Joicy da Silva Guimarães³

Introdução

A atenção dispensada às áreas urbanas localizadas no raio de influência da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará, tem sido limitada a discussões de impactos regionais, principalmente a montante da barragem, nos assentamentos urbanos ligados à margem do lago formado com a abertura da hidrelétrica em 1984 (HÉBETTE, 1996). Os problemas enfrentados tanto pelas sedes municipais – notadamente pelos municípios de Tucuruí, Novo Repartimento e Breu Branco – como por outros assentamentos menores localizados a montante da UHE – sobretudo por aqueles que tiveram áreas inundadas – têm sido estudados no que diz respeito às relações entre o urbano e a transferência de população, às alterações na economia, provocadas pela dependência dos recursos oriundos das compensações pelos impactos, que a Eletronorte paga aos municípios. Em sua dissertação de mestrado, Valença (1991) mostra que, a montante, a hidrelétrica, ao produzir energia, produz espaço e, por conseguinte, condições mais favoráveis de desenvolvimento local. Anos depois, a validação da formulação é limitada nos espaços urbanos a jusante da hidrelétrica. Há indícios de deterioração da base social de populações de características crescentemente urbanas de municípios como Cametá e outros que, mesmo sem sofrer inundações e transferências de população, tiveram impactos de ordem socioeconômica. As cidades, no

¹ Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University, 2004).

² Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University, 2000).

³ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, bolsista do Projeto Cidades.

início dos anos 2000, não são elementos estruturadores que podem mitigar impactos, principalmente quando se desestruturam com periferias que não cessam de inchar a partir da implantação de políticas públicas estaduais voltadas para o modal rodoviário.

A questão urbana a jusante está ligada aos impactos provocados pela mudança do ciclo hídrico do rio Tocantins, que, por ser lenta, somente a partir de 2000 passou a ser objeto de estudos e discussões acadêmicas. O Plano Diretor Municipal, por exemplo, é resultado do movimento popular organizado pelos municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru sobre questões como a deterioração dos parâmetros de saúde (BECKER; NASCIMENTO; COUTO, 1996). Mesmo estando no centro das atenções, o espaço urbano, tanto na escala interurbana quanto na escala intra-urbana, não tem sido estudado como um elemento estruturador daquela região. Este trabalho, que se atém ao município de Cametá, busca contribuir para o entendimento da questão urbana regional com uma análise das mudanças ocorridas na cidade e de seu declínio como pólo regional, por meio da elaboração de uma tipologia regional ligada à ocupação ribeirinha e da caracterização do espaço intra-urbano, seu correspondente.

Cametá e sua função de pólo regional

Cametá destaca-se como o município mais antigo e mais importante economicamente da região do Baixo Tocantins a jusante da UHE Tucuruí. O município está situado a meio caminho entre a embocadura do rio Tocantins com o rio Pará ao norte e o limite de Baião com Tucuruí ao sul, onde está localizada a hidrelétrica. Cametá possui uma estruturação em distritos que articula a escala interurbana com a escala intra-urbana da sede municipal.

A cidade de Cametá é originária do sítio Camutá Tapera, fundado em 1620, próximo da aldeia dos índios Camutás, pelo Frei Cristovam de S. José, à margem esquerda do rio Tocantins. Em 1635, foi fundada a vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá, que em 1841 passou a ser uma comarca e, em 1848, foi elevada à categoria de cidade. Em 1930, Cametá teve sua condição de município confirmada (UFPA, 2006).

Desde sua fundação, a cidade tem sido marcada pelos fortes traços culturais de sua população e por sua posição estratégica em relação à navegação fluvial na região do Baixo Rio Tocantins. Cametá destacou-se como porto e entreposto comercial e sempre foi muito sensível às mudanças nas vias de acesso à região, desde a construção da Ferrovia Belém-Bragança até a abertura das novas estradas federais e estaduais nos anos 60 e 70 do século XX. O bloqueio do rio Tocantins, causado pela construção da UHE Tucuruí, foi um fato crítico no fortalecimento do transporte rodoviário em detrimento do transporte fluvial na região, fato que, somado à própria localização da cidade à margem esquerda do rio Tocantins, ocasionou mudanças significativas: aumentou a importância da cidade na região e acarretou transformações intra-urbanas.

A principal evidência da evolução dos processos sociais e econômicos ocorridos na cidade são as transformações na malha urbana, referentes às alterações nos padrões de uso e de ocupação do solo percebidos nos anos recentes, às condições de expansão e periferação do núcleo urbano e à crescente debilidade da gestão para tratar dessas alterações.

Historicamente, Cametá tem desempenhado importantes funções na região do Baixo Tocantins devido à sua localização à margem do rio Tocantins e ao garantido acesso fluvial. A antiga vila, depois de ser elevada à categoria de cidade em 1848, tornou-se a terceira cidade mais antiga do Pará. Cametá, pólo importante de uma rede urbana composta por cidades, vilas e localidades, estabeleceu-se como forte praça comercial (FERREIRA et al., 1973). Essa condição foi reforçada pela instalação de uma prelazia da Igreja Católica e pela presença de órgãos federais e estaduais. Também foi decisivo o fato de a cidade ser berço de uma elite intelectual e política que dominou (e domina) a região. Até a Cabanagem, a cidade destacava-se como a segunda mais importante da Província do Grão Pará, tanto no comércio como no setor de serviços. Durante o movimento cabano, foi núcleo de resistência ao movimento (1835-1840) – sede da resistência legalista e capital da província por alguns dias.

No período de 1778 a 1850, Cametá sofreu com a estagnação econômica regional decorrente da queda da demanda de produtos

regionais no mercado europeu, o que arrefeceu a expansão agrícola e fez declinar a produção da borracha. Daí a redução da importância da cidade em relação a outras que produziam ou comercializavam essa matéria-prima. Estabeleceu-se na cidade a convivência do fausto herdado do passado e da resistência política perdida com as modificações trazidas pelas novas dinâmicas de acesso, resultantes da substituição do acesso fluvial pelo rodoviário. Atualmente, há no cenário político regional líderes que conseguem manter uma base de apoio no município e alcançam, no âmbito do Estado, uma liderança baseada mais no potencial político de Cameté como pólo regional que em sua importância produtiva. A posição de Cameté como entreposto comercial regional e sub-regional garante uma posição de liderança regional, mesmo que os resultados econômicos não sejam condizentes com essa posição.

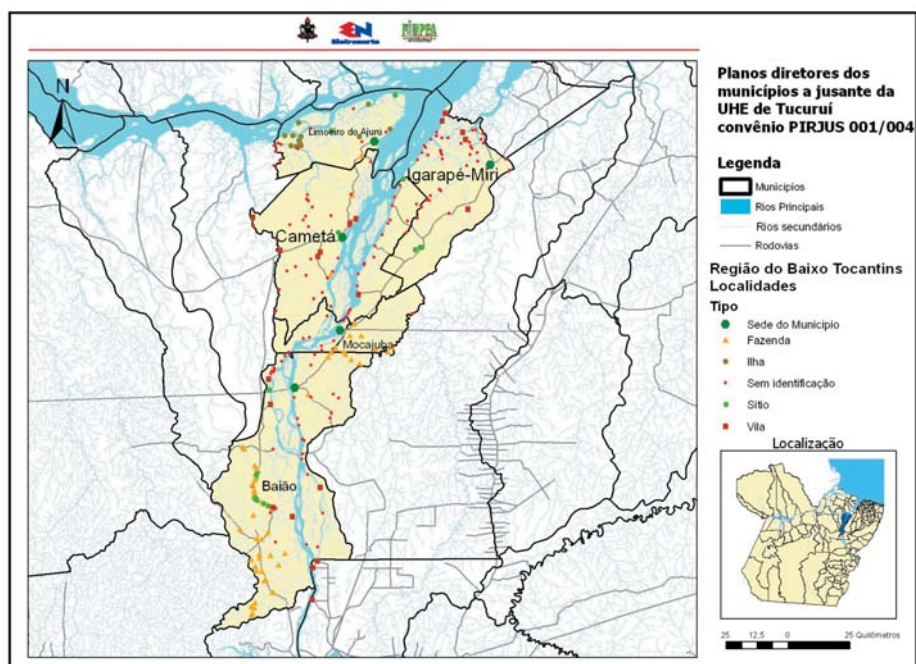


Figura 1: Mapa da região do Baixo Tocantins indicando limites municipais, localidades e sedes urbanas. Fonte: UFPA, 2006. Elaboração com base em Pará (2003), IBGE (2000) e pesquisa de campo (2004-2005).

A infra-estrutura e as funções urbanas da cidade de Cametá diferenciaram-na sobremaneira das demais aglomerações existentes na região. A cidade era o ponto de apoio para o acesso da população do Baixo Tocantins à educação de melhor qualidade e mediava o relacionamento da população com a capital estadual, Belém, para onde se transferiam os candidatos ao ensino superior. A centralidade geográfica em relação à malha de rios ampliava a área de influência de Cametá, o que, somado à tradição de comércio dos imigrantes de origem árabe que aí se estabeleceram, favoreceu a constituição de uma longa tradição comercial na cidade.

O acesso fluvial determinava a dispersão ou a concentração de pessoas em Cametá e nos demais municípios da região do Baixo Tocantins. Constituiu-se assim uma identidade regional –a do Baixo Tocantins – que intermedeia as relações dos municípios com o conjunto maior da região Amazônica (TRINDADE JÚNIOR; SILVA, 2005). A população rural (58,6%) ainda sobrepuja a população urbana (33,4%) (ver Tabela 1), apesar da existência dentro do município de Cametá de uma interessante rede “urbana”, formada por aglomerados com pelo menos três gradientes: o primeiro é ocupado pela sede; o segundo, pelas vilas dispersas ao longo das margens dos rios Cupijó e Tocantins; o terceiro, pelas centenas de localidades ribeirinhas dispersas pelo território (cerca de quinhentas). As margens do Tocantins e as ilhas são as áreas mais populosas. De acordo com a fisiografia, o território compreende três grandes zonas: a margem esquerda, as regiões das ilhas e a margem direita do Tocantins. Já a população refere-se a uma outra subdivisão territorial relativa para localizar as comunidades: da Beira, da Estrada, de Cima e de Baixo. A população de algumas vilas assumiu grandes proporções, como na Vila do Carmo, que está prestes a fundir-se em um processo de conurbação com a Vila de Moiraba. Entretanto, a espacialização da quantidade de população no território não permite a detecção dessa estratificação, uma vez que, para fins de levantamento censitário, as vilas são contidas nos setores censitários rurais e não se distinguem das localidades menores (ver Figura 2).

Tabela 1: População urbana e rural, distribuição de homens e mulheres e densidade demográfica no município de Marabá (1996-2003).

Anos	População					Densidade (hab. /km ²)
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	
1996	89.400	35.508	53.892	45.730	43.670	28,64
1997	90.638	36.008	54.650	46.373	44.285	29,04
1998	91.718	36.429	55.289	46.916	44.802	29,38
1999	92.779	36.850	55.929	47.458	45.321	29,72
2000	97.624	40.417	57.207	50.144	47.480	31,77
2001	99.016	41.014	58.002	50.852	48.164	31,86
2002	100.241	41.500	58.741	54.072	46.169	32,25
2003	101.458	42.004	59.454	54.728	49.345	32,64

Fonte: PROJETO GESPLAN, 2004.

A tradição de escambo de produtos agroextrativistas na zona rural e de comércio na área urbana traduz-se no movimento diário da população no território, pela via fluvial. A venda da produção nas feiras da cidade e das vilas ocorre diária ou semanalmente e organiza a rotina das comunidades ribeirinhas, que aproveitam a viagem para vender a produção e assim complementar seus suprimentos, para levar as crianças à escola, resolver assuntos bancários, ter acesso a serviços públicos, tudo em um movimento pendular, da comunidade para a vila mais próxima ou para a sede. As vilas contam com pelo menos uma feira, uma escola e uma igreja, mas a sede concentra equipamentos especializados em diversos setores, especialmente nas áreas de educação e saúde, que servem toda a região do Baixo Tocantins (ver Tabela 2). A movimentação da população no território também é orientada por fatores sazonais, como o preço da produção agrícola de terra firme ou o preço do açaí. É comum, por exemplo, que uma mesma família se desloque ao longo do ano para as ilhas ou para a terra firme conforme sejam maiores as expectativas de rendimento, na agricultura, no extrativismo, ou de melhoria das condições de subsistência, pela associação do extrativismo com a pesca. Tudo isso dificulta levantamentos rigorosos da densidade populacional e das demandas por equipamentos e serviços públicos.

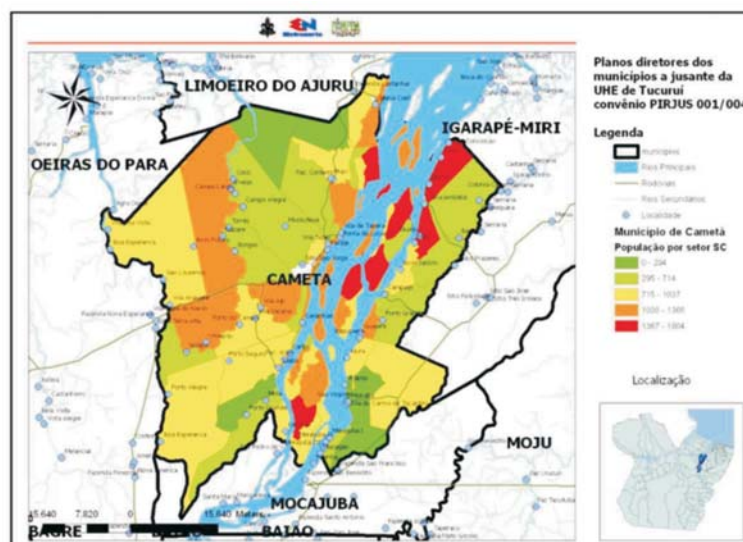


Figura 2: Mapa da distribuição da população por setores censitários no município de Cametá e distribuição de principais localidades. Fonte: IBGE, 2000; UFPA, 2006.

Tabela 2 – Infra-estrutura hospitalar em municípios selecionados do Baixo Tocantins (2005).

Estabelecimentos de saúde	Limoeiro do Ajuru	Mocajuba	Cametá	Baião	Igarapé-Miri
Públicos	10	11	19	9	10
Privados	0	0	4	0	3
Com internação	1	1	2	1	2
Públicos com internação	1	1	1	1	1
Privados com internação	0	0	1	0	1
Sem internação	9	10	18	8	8
Públicos sem internação	9	10	18	8	8
Privados sem internação	0	0	0	0	0
Total	10	11	23	9	13

Fonte: Dados do DATASUS, organizado por UFPA (2006).

O acesso sempre representou um fator importante para a cidade de Cametá e para a região, que alcançaram seu auge no período anterior à Cabanagem, justamente pela facilidade do acesso por via fluvial e também pelo fato de a cidade ser uma referência de cultura urbana na região. As dificuldades de caráter econômico iniciaram no fim do século XIX, quando foi construída a Estrada de Ferro Belém-Bragança, o que permitiu a formação de um mercado concorrente na Região Bragantina, que se apresentava como mais viável economicamente e produzia e exportava as mesmas mercadorias (produtos agrícolas) que o Baixo Tocantins. A estrada propiciou uma via de escoamento mais rápida e de menor custo para o centro de Belém, tornando mais atraentes para o comércio da capital os produtos oriundos da região concorrente. Outro fato similar ocorreu na década de 50, com a implantação da rodovia Belém-Brasília, que facilitou o escoamento de grãos do Sul e do Sudeste do país para Belém, provocando uma crise em municípios de grande expressão vinculados à dinâmica da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

Nos anos 80, a navegação entre Belém e o Sudeste do Estado pelo rio Tocantins foi limitada pela construção da UHE Tucuruí, o que foi compensado pela introdução das rodovias estaduais, mas contribuiu para a redução da importância econômica de Cametá e para sua segregação em relação aos novos eixos de acesso rodoviário (BR-316, BR-230, PA-150). A dinâmica econômica dos municípios do Baixo Tocantins de tradição agroextrativista e mercantilista é proporcional à proximidade da capital, principal mercado consumidor. Observa-se que, em Cametá, a população ligada à agricultura familiar da margem esquerda do rio Tocantins sofre maiores privações em termos de acesso à água potável e de alimentação do que a população ribeirinha e a população localizada à direita do Tocantins (UFPA, 2006).

A agricultura familiar desempenha um papel importante na economia de Cametá, com destaque para o cultivo da mandioca, do cacau, do coco-da-baía e da pimenta-do-reino, cultura que extrapolou a produção familiar e despertou o interesse de fazendeiros, localizados nas terras firmes à direita do Tocantins, pela monocultura. A Tabela 3, abaixo, mostra o crescimento e o decréscimo da comercialização dos produtos agrícolas do município.

Tabela 3 – Culturas permanentes (1997-2001).

ESPÉCIE	Área colhida (ha)						Quantidade produzida (t)						Valor (mil reais)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2001	1997	1998	1999	2000	2001	2001	1997	1998	1999	2000	2001	
Banana	25	25	25	25	25	25	31	31	31	310	310	310	88	100	114	1240	202	
Cacau (amêndoa)	4050	2255	2890	3390	3340	3340	635	460	587	688	688	587	762	391	880	963	1170	
Café (coco)	15	15	35	35	35	35	6	6	10	10	21	10	3	6	12	26	26	
Castanha-de-caju	-	-	40	40	40	40	-	-	20	20	20	20	-	-	6	6	6	
Coco-da-baía	11	11	40	40	40	40	51	51	187	187	187	187	12	15	56	56	56	
Laranja	35	35	35	35	35	35	1680	1680	1680	280	280	280	50	67	14	14	14	
Pimenta-do-reino	250	250	300	210	410	410	400	400	480	336	410	336	1400	1120	1327	1327	1025	

Fonte: PROJETO GESPAN, 2004.

Dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000) apontam para a importância da agropecuária no município, visto que as atividades do setor agropecuário absorvem grande parte da mão-de-obra local, respondendo por 56,38% dos postos de trabalho existentes em 2000, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por setor de atividade do trabalho principal (2000).

Setores de atividades	População	Participação (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	17.848	56,38
Indústria extrativa, indústria de transferência e distribuição de eletricidade, gás e água	2.241	7,08
Construção	731	2,31
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	3.815	12,05
Alojamento e alimentação	631	1,99
Transporte, armazenagem e comunicação	806	2,55
Intermediação financeira e atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	432	1,36
Administração pública, defesa e seguridade social	839	2,65
Educação	1.735	5,48
Saúde e serviços sociais	455	1,44
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	414	1,31
Serviços domésticos	868	2,74
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal definidas	842	2,66
TOTAL	31.657	100,00

Fonte: PROJETO GESPAN, 2004.

Atualmente, a perspectiva do rio Tocantins adotada pelo nativo é completamente diferente da visão do agente externo (que vê o rio como fonte de energia vital para os projetos de exploração mineral). Os grandes projetos federais, aliados aos interesses do capital globalizado de empresas como a Albrás e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), negligenciaram o atendimento das necessidades dos habitantes locais. A introdução das estradas na região do Baixo Tocantins acarretou a criação de novos núcleos nas antigas comunidades já existentes ao longo das estradas, como estratégia de articulação das duas dinâmicas de acesso. Observe-se que a falta de pavimentação das estradas compromete sua utilização durante os meses chuvosos, mas, mesmo assim, a rede rodoviária favoreceu a mobilidade entre vilas, graças ao uso de motocicletas e bicicletas. A pavimentação da PA-151 em 2006 fortaleceu o dinamismo já existente na margem direita, favorecido pela comunicação direta com o município de Moju e com a PA-150. Inversamente, as dificuldades de utilização da BR-422 (Transcametá, antiga PA-156) restringem o movimento de pessoas e de mercadorias na margem esquerda do Tocantins.

Assim, a cidade de Cametá ficou em desvantagem, pois está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, e sua conexão com a capital depende de três travessias de balsa (ou de duas balsas para a transposição dos rios Igarapé-Miri e Meruú e de uma lancha para atravessar o rio Tocantins), mesmo após a transposição do rio Guamá pela Alça Viária ainda na saída da Região Metropolitana de Belém (RMB) e a conclusão da rodovia PA-151 em 2006. Os horários das balsas determinam os horários e os dias de movimentação de pessoas e mercadorias pela estrada, desvantagem que não existe na estrada dirigida para o Sudeste e o Sul do Estado – a PA-150 –, que funciona como o principal eixo estruturador do Estado no sentido norte-sul, que segue à direita do rio e se liga à rodovia BR-316.

Contudo, ainda é visível a capacidade da cidade de Cametá de atrair investimentos, principalmente no mercado imobiliário, pelos prósperos produtores de pimenta e pelos comerciantes do município. Os preços praticados pelo mercado imobiliário de Cametá são os mais elevados da região do Baixo Tocantins e bastante diferentes daqueles praticados na periferia da própria cidade, o que evidencia a desigualdade socioespacial existente no universo urbano e regional (UFPA, 2006).

Apesar das mudanças ocorridas no acesso à região, o centro da cidade, concentrado no porto-feira, manteve-se vivo graças ao reforço recebido pelo trajeto da BR-422 dentro do espaço intra-urbano. A área central coincide com o centro histórico e conta com o acúmulo de investimentos públicos e privados. Daí a diversidade de usos, o melhor acesso a serviços e condições de abastecimento, a melhor condição de moradia e o maior interesse do mercado imobiliário. A cidade é o lugar do modo de vida urbano, da urbanidade e dos problemas típicos desse meio, o que muitas vezes é negado pela população tradicional ribeirinha, que prefere manter-se nas vilas e localidades e visitar a cidade a nela viver; a identidade social e cultural cametaense pode ser considerada uma identidade territorial, que busca referência no rio Tocantins. O enraizamento da cultura ribeirinha na região do Baixo Tocantins é responsável pela construção de uma identidade que, apesar de resistir, acaba por assimilar as novas dinâmicas econômicas e de acesso (CRUZ, 2003).

A organização do território e as relações da cidade com o interior do município

O município de Cametá limita-se ao norte com os municípios de Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri; ao sul, com Mocajuba; a leste, com Igarapé-Miri; a oeste, com Oeiras do Pará (coordenadas geográficas da sede: 2° 14' S e 49°30' N). Trata-se do segundo município, dentro do Baixo Tocantins, em extensão territorial (superado apenas por Baião, desmembrado de Cametá em 1694). Em 2000, o município era oficialmente subdividido nos distritos de Areião, Cametá, Carapajó, Curuçambaba, Januacoeli, Juaba, Moiraba e Vila do Carmo do Tocantins. Desde então foram criados os distritos de Porto Grande, desmembrado do Carapajó, Torres de Cupijó, desmembrado de Moiraba e Carapajó, e foi proposto o desmembramento do distrito Bom Jardim, a partir de Carapajó (Figura 3). Os distritos são entidades territoriais importantes para a constituição da estruturação urbana citada (a partir da hierarquização do espaço entre a sede, as vilas e as localidades), que se estabeleceu mais espontaneamente do que por força de políticas públicas. Aqueles localizados à direita do rio têm prosperado, em função da possibilidade de usufruto do acesso à nova malha rodoviária e do sucesso

de monoculturas, como a pimenta em terra firme; a influência de suas vilas extrapola os limites municipais. Já os distritos da margem esquerda contêm áreas de difícil assimilação – os campos de natureza, que devem ser mantidos como unidades de conservação, e comunidades quilombolas e ribeirinhas mais isoladas e sujeitas a maiores dificuldades quanto à subsistência. O florescimento das vilas na margem direita é notório, em termos de expansão territorial; elas chegam a conter vários bairros e tornaram-se pontos de articulação entre os transportes fluvial e rodoviário (ramais de acesso à PA-151).

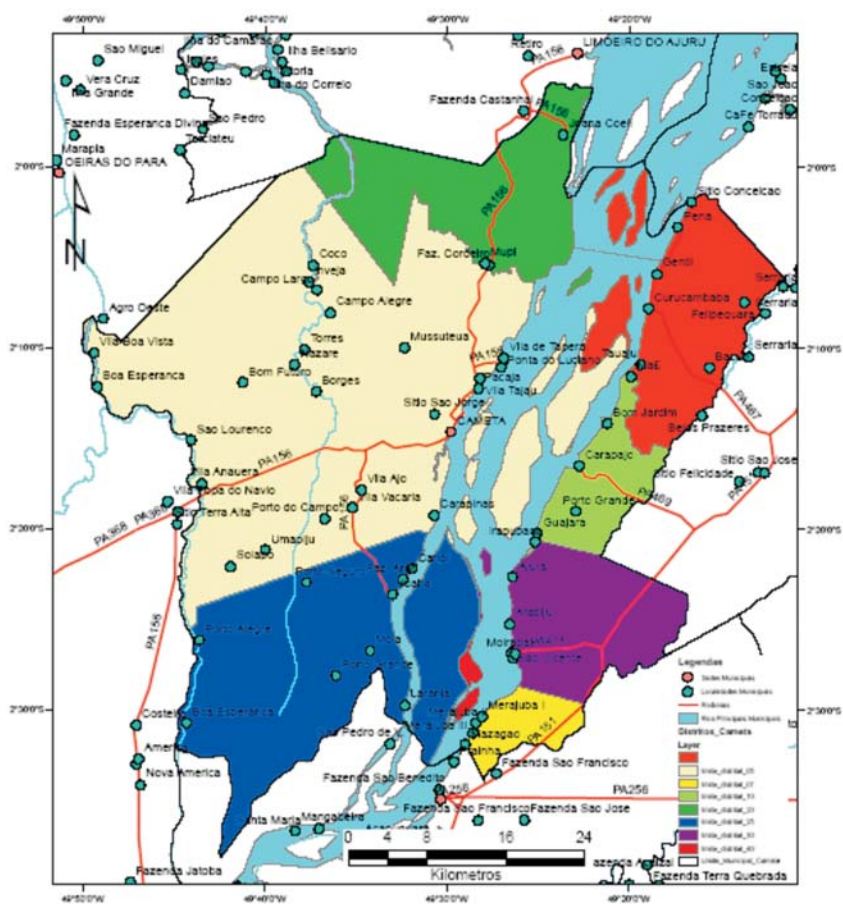


Figura 3: Mapa com a indicação de distritos no município. Fonte: pesquisa de campo (UFPA, 2006).

A resistência da identidade ribeirinha ao modelo de urbanização concentrador e metropolitano difundido pelo país é observada na organização da população rural em localidades e vilas e na geração de gradientes de centralidade, que culminam na sede. A descentralização da ocupação (feita espontaneamente pela população ao longo do tempo) não tem correspondência administrativa. Daí a existência de um forte contraste entre as condições de acesso à infra-estrutura e aos equipamentos públicos disponíveis na sede e nas vilas, o que motiva grande inconformismo e intenções separatistas dentro do território municipal, apesar da unidade criada pela unidade sociocultural da região (UFPA, 2006). Tais problemas são o reflexo de posicionamentos políticos e ideológicos quanto à gestão do território da cidade e do município. O comprometimento histórico das prefeituras com as cidades e o esquecimento do território municipal como instância administrativa tornaram-se fardos pesados para os gestores municipais a partir da Constituição de 1988 e particularmente a partir do Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001), que institui o compromisso do planejamento municipal e cria para os extensos municípios da Amazônia o desafio e a oportunidade do resgate das relações entre os universos urbano e rural. O momento enseja uma reflexão sobre os padrões de concentração espacial do capital e da propriedade dos meios de produção, a partir da identificação dos conflitos de interesses dos diferentes grupos sociais presentes no território, que se refletem na gestão municipal e urbana.

As intenções separatistas não têm fundamentação econômica, mas têm forte apelo político, e os argumentos de seus defensores sugerem como caminho alternativo o reconhecimento das vilas como áreas urbanas descontínuas, que apóiam a população rural, equilibram as relações entre população e território e fortalecem a gestão municipal. Novamente as dificuldades políticas indicam que, para as estratégias de dominação ora em curso, interessa mais o processo de periferização da sede do que o fortalecimento das vilas e da gestão equilibrada do território.

O espaço intra-urbano de Cameté e sua gestão

Em Cameté o centro urbano está diretamente relacionado ao padrão ribeirinho (Figura 5). A feira livre de Cameté confunde-se com o próprio

porto e é, conseqüentemente, um elemento de extrema importância para o estabelecimento de relações econômicas entre a sede municipal, o interior do município, os demais municípios do Baixo Tocantins e os municípios que compõem a RMB. O acesso principal à cidade é realizado pelas bordas fluviais (circunstância comum em todo o Baixo Tocantins), e o acesso rodoviário, ainda que secundário (via Transcametá), também leva à orla, para facilitar a associação do transporte fluvial ao rodoviário. A organização do setor de comércio e de serviços, contíguo às áreas centrais a partir do rio, reflete efetivamente uma centralidade intra-urbana constituída pela relação porto-feira (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Aspectos da cidade de Cametá: à esquerda, via de acesso à orla de Cametá, onde está localizada a feira e à direita, parte do porto de Cametá. Fonte: fotos de José Júlio Lima (2005).



Figura 5: Skyline da frente da cidade de Cametá. Fonte: foto de José Júlio Lima (2005).

Nessa relação porto-feira, a orla é um local com potencial (no sentido de ter o poder de) de gerar o desenvolvimento e o desenho de oportunidades, constituindo-se em um elemento que contribui para a intensificação de dinâmica urbana. A região coincide com o centro histórico da cidade, marcado por edificações ecléticas do final do século

XIX e por algumas igrejas do século XVIII, além de praças, fato peculiar, já que difere de todo o traçado periférico (área de expansão). A diversidade de usos e de unidades morfológicas (ruas, praças, orla, avenidas com canteiros centrais) oferece benefícios para as habitações e estimula o apreço dos habitantes pela cidade, revelado no cuidado com a manutenção da rua, do canteiro ou do mobiliário da rua de moradia. O principal ponto de convergência da cidade é a praça da Prefeitura, onde se concentra a juventude e os serviços informais, como as barracas de vendas de lanche. A praça também concentra escolas, bares e habitações e permite o acesso a um sistema de praças que se distribuem até a orla. A vitalidade da área localizada entre as praças e a orla estimula a disputa pela localização dos serviços, como os hotéis e bancos, primeiros a recorrer à verticalização da ocupação dos lotes. Observe-se que o problema das terras caídas ocasionou sucessivos desmoronamentos na orla da cidade, subtraindo do centro histórico da cidade três linhas de quadras fronteiras ao rio.

Em que pese a forte ligação da população com o rio, a orla de Cameté apresenta maior movimento de pessoas durante o dia, em função das atividades comerciais; apesar dos investimentos feitos no calçadão e da disponibilidade de serviços (bares e restaurantes), não é capaz de rivalizar em movimento com a praça da Prefeitura. Embora exista uma considerável disponibilidade de espaço público no calçadão, a população local não se apropria desse espaço, que acaba sendo freqüentado e utilizado com mais freqüência pela população visitante (por forasteiros e turistas). Na faixa que corresponde ao trapiche, o uso é diversificado, e a superposição de atividades, tais como o desembarque de cargas e de pessoas, provoca grande concentração de fluxos, bem aproveitados pelo comércio e pelos serviços estabelecidos em frente. A proximidade entre o trapiche e a feira torna essa área congestionada e muito disputada pelo comércio informal, que chegou a tomar toda a praça da Igreja e a estender-se até a sede da Prelazia, que está a duas quadras adiante. Tais observações revelam os contrastes entre os usos e as visões da margem do rio. O espaço produtivo é efetivamente utilizado pela população da cidade e do interior em sua vida cotidiana, enquanto o espaço contemplativo é apropriado preferencialmente por agentes externos.

A cidade irradia da orla segundo um padrão concêntrico. A área central é o ponto de convergência da cidade, que concentra atividades

econômicas formais e informais, agregando investimentos realizados pela elite local, bem como o acervo de valor artístico histórico e cultural. Por isso, sua infra-estrutura (ruas pavimentadas, conjuntos de praças, espaços de lazer, equipamentos públicos, escolas, campus universitário) é diferente da das demais localidades do município, o que novamente potencializa o fluxo de usuários, que circulam e permanecem na cidade, e de investimentos públicos e privados, além de intensificar o caráter urbano e a condição de pólo, agora decorrente principalmente da função de sede municipal.

Apesar da condição diferenciada da sede, existem problemas relacionados à gestão de políticas urbanas. Na cidade há limitações quanto à disponibilidade de infra-estrutura, como a insuficiência do serviço de abastecimento de água. Ainda que a distribuição pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) – autarquia da prefeitura e parceira da Secretaria Estadual de Saúde Pública – seja feita na quase totalidade dos bairros, com exceção do bairro da Primavera, atendido pelo PROJETO ALVORADA (ainda não inaugurado), é comum a utilização de poços abertos pela população. Embora o SAAE tenha divulgado uma pesquisa informando que a água sob sua responsabilidade é uma das mais potáveis do Estado, existem muitos casos de contaminação da água devido a problemas de manutenção da rede. Outro problema sanitário da sede é o lixo. De acordo com a pesquisa de campo, há necessidade de uma lei ambiental para gerenciar as políticas públicas voltadas para a preservação e o uso sustentável do meio ambiente (UFPA, 2006).

Contrariando todas as normas de saúde pública, o Matadouro Municipal de Cameté está localizado às margens do rio, não dispondo de condições mínimas de tratamento dos seus dejetos, nem da infra-estrutura necessária para a conservação do produto destinado ao consumo (UFPA, 2006). As condições de funcionamento da feira são dignas da atenção de profissionais das áreas de saneamento ambiental, saúde pública e urbanismo. Observa-se que não existe legislação municipal voltada para a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade (e que há intensa descaracterização e demolição de edificações antigas) ou para a regulação da expansão urbana.

A falta de regulação urbanística convém aos interesses da elite local, que confunde propriedade da terra com direito de construir (ocupando

todo o lote e construindo até cinco pavimentos sem elevador ou definindo mudanças de uso do solo), o que cria uma defasagem entre os procedimentos de gestão local e a legislação federal em vigor. Os investimentos na sede, associados à intensa utilização dos lotes, acabam por sobrecarregar a infra-estrutura municipal; o reinvestimento privado, ao não distribuir o capital entre as cidades, as localidades e as vilas do município de forma equilibrada, torna-se um problema, que provoca o já mencionado descontentamento com a gestão municipal. O remanejamento de equipamentos, como a pista de pouso, é um recurso para articulação do centro com a periferia. A área oferece a possibilidade de estruturação de um subcentro, necessário naquela zona da cidade e capaz de ampliar a área de interesse do mercado imobiliário. A criação de novos eixos de comércio e serviço é útil para a manutenção do centro antigo como referência simbólica da cidade (UFPA, 2006).

Considerações finais

Considerando o que foi exposto e a demora na melhoria do acesso à cidade, constata-se que há uma relação entre as modificações no *status* da cidade na região e a dificuldade de gerir um município cuja sede é o pólo que oferece atividades de comércio e presta serviços para uma ampla região sem importância política no cenário estadual. Embora Cametá tenha uma função de destaque, o papel da cidade tem diminuído em decorrência de equívocos na sua gestão urbana, ainda predominando o clientelismo utilizado por políticos que se prevalecem de sua posição para adquirir terras ou tornar-se empresários, o que interfere fortemente na dinâmica de produção do espaço da cidade. Por outro lado, a cobrança de impostos é evitada, ainda que existam cadastros imobiliários. Os “investidores” urbanos sobrecarregam a infra-estrutura do município, sonhando os impostos necessários ao crescimento de todas as localidades e vilas e da cidade de Cametá.

A perspectiva de elaboração de um plano diretor municipal após a aprovação do Estatuto da Cidade abre a possibilidade de que a transferência de novas competências para o poder municipal no âmbito da saúde, da educação e da assistência social seja acompanhada de medidas que resultem em mudanças na dinâmica de ocupação do

território, quer na escala do município como um todo, quer no ordenamento das áreas urbanas. Qualquer possível ação de melhoria para a cidade de Cametá romperia com práticas sociais de um grupo de elite que se mantém no poder e utiliza estratégias baseadas na concentração de riqueza na sede do município, em detrimento do compromisso com uma maior sustentabilidade que seria possível, por exemplo, por meio da estabilização da população na zona rural e nas vilas sedes de distritos. Atualmente isso não acontece, porque a prefeitura é incapaz de oferecer a mesma qualidade de serviços em todo o território municipal (em consequência das restrições de recursos e das disputas políticas). A cidade, que antes crescia ao longo da margem do rio, agora se expande ao longo da rodovia e manifesta no intra-urbano as desigualdades existentes no território municipal.

Referências

BECKER, Bertha; NASCIMENTO, José Antonio Sena do; COUTO, Rosa Camina de Sena. Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território da Amazônia. In: MAGALHÃES, Sonia; BRITTO, Rosyan; CASTRO, Edna (Org.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Emilio Goeldi; UFPA; Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 787-815.

CRUZ, Valter do Carmo. *No espelho das águas do rio Tocantins me vejo caboclo*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em: 09 maio 2006.

FERREIRA, José Freire; LINS NETO, João Tertuliano, SILVA; Walter; SAMANIEGO, Alfredo; SÁ, Maria Elvira; MOMBELLI; Savino. Rede Urbana, subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. CADERNOS NAEA 3. Belém: NAEA, 1973.

HÉBETTE, Jean. A reconstrução do espaço perdido no entorno da barragem de Tucuruí. In: MAGALHÃES, Sonia; BRITTO, Rosyan; CASTRO, Edna (Org.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Emilio Goeldi; UFPA; Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 545-549.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE Censo Demográfico de 2000. Dados dos municípios do Pará. CD Rom, IBGE: Rio de Janeiro.

2000.

Pará, Mapeamento do Estado do Pará. Sistema de Informações do Estado do Pará, CD Rom. Belém: SIGIEP, 2003.

PROJETO GESPAM – GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS NATURAIS. *Informações básicas sobre treze municípios da região do Baixo Tocantins, Estado do Pará: uma contribuição ao planejamento municipal.* Belém: EMBRAPA, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (Org.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia.* 1. ed. Belém: EDUFPA, 2005, v. 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Planos diretores dos municípios a jusante da UHE Tucuruí: Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba – diagnóstico regional.* Belém, 2006.

VALENÇA, W. F. S. *A dimensão urbana dos impactos da UHE Tucuruí.* 1991. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

As cidades na Amazônia são demarcadas pela presença da floresta. Os rios desempenharam um papel fundamental ao longo do processo de povoamento desse extenso território. Cidades pequenas e médias, e mesmo as metrópoles como Belém e Manaus, guardam as marcas da história colonial e dos processos mais recentes de ocupação de novas fronteiras. A origem social ou étnica é bastante diversa pelas culturas e economias presentes, e faz dessa região um extraordinário mosaico de diversidade cultural, de línguas, costumes e concepções de vida.

Entender as lógicas que estruturam a urbanização na Amazônia e essa diversidade de formas de ocupação, de materialização do trabalho, que se reflete no mundo urbano amazônico é extremamente interessante, e remete a uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional.